

Especialidades

Revista discente do Mestrado em História (UFRN)



ESPAÇO, GÊNERO E PODER

ISSN: 1984-817X
OUTUBRO, 2018
VOL. 13

ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN

Espacialidades

2018, Volume 13 - ISSN: 1984-817X

Dossiê: Gênero, Poder e Espaço

Editor-responsável: Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Editora gestora: Maria Luiza Rocha Barbalho

Vice-editora gestora: Thaís da Silva Tenorio

Secretário-geral: Matheus Breno Pinto da Câmara

Secretário de comunicações e redes sociais: Ristephany Kelly da Silva Leite

Gerenciadores do site: Emanuel Jardel Alves de Oliveira e Lucicleide da Silva Araújo

Normatização: Arthur Fernandes da Costa Duarte e Thaís da Silva Tenorio

Imagem de capa: arte de Jéssica Martins Guedes de Souza e Thaís da Silva Tenorio

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Marcia das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Sebastião Faustino Pereira Filho

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Henrique Alonso de Albuquerque rodrigues Pereira

Vice-coordenadora: Marcia Severina Vasques

**ESPECIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 812. Universidade Federal do
Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP
59078-970 Natal/RN

Disponível/Disponible/Avaliable:

Site: cchla.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2018

CONSELHO CONSULTIVO DESTE VOLUME

Alarcon Agra do Ó – UAHG
Alessandro Dozena - UFRN
Amadja Henrique Borges - UFRN
Angela Maria de Castro Gomes - UNIRIO
Antonio Paulo de Moraes Rezende - UFPE
Claudia Cristina Azeredo Atallah – UFMG/USS
Candice Vidal e Souza - PUC-MG
Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN
Edrisi de Araújo Fernandes - UnB
Élio Cantalício Serpa – UFG
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - UFPI
Fabrina Magalhães Pinto - UFF
Fagno da Silva Soares - IFMA
Fátima Martins Lopes – UFRN
Flavia Galli Tatsch - UNIFESP
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior - UFRN
Frederico de Castro Neves – UFC
Gabriela dos Reis Sampaio - UFBA
Gilmar Arruda – UEL
Haroldo Loguercio Carvalho – UFRN
Julio Cesar Mendonça Gralha – UFF
Juliana Teixeira Souza – UFRN
Júnia Ferreira Furtado - UFMG
Jose Otavio Aguiar– UFCE
Leila Bianchi Aguiar - UFRJ
Luzia Margareth Rago – UNICAMP
Márcia Maria Menendes Motta – UFF
Marcia Severina Vasques – UFRN
Márcio Roberto Voigt (UFSC)
Margarida de Souza Neves – PUC/ RJ
Maria Helena Rolim Capelato – USP
Manoela da Silva Pedroza - UFRJ
Nauk Maria de Jesus - UFGD
Raimundo Barroso Cordeiro Júnior – UFPB
Raimundo Pereira Alencar Arrais – UFRN
Regina Horta Duarte – UFMG
Rubenilson Brazão Teixeira - UFRN
Sônia Maria de Meneses Silva - URCA
Teresa Cribelli - UNIVERSITY OF ALABAMA
Thiago Eustáquio da Mota - UPE

SUMÁRIO

***Apresentação*.....08**

Dossiê

Operárias da companhia fiação e tecidos pelotense e suas táticas de gênero (1944- 1954)15

Eduarda Borges da Silva (UFRGS)

“Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha”: Emília Dantas Ribas como a primeira romancista dos campos gerais (Paraná, 1949)37

Caroline Aparecida Guebert (UFPR)

Mulheres e charges políticas: a subversão pelo humor nos espaços públicos..64

Giovanna Carrozzino Werneck (IFES/VITÓRIA)

Venha, venha o voto feminino: embates travados na imprensa periódica oitocentista no Rio de Janeiro.....88

Cristiane Ribeiro (UFJF)

A cozinha das mulheres: de espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinários107

Jamile Wayne Ferreira (UNISINOS)

Lara Steigleder Wayne (UFCSPA)

Gênero e prisão: os impactos do sistema prisional sobre a desigualdade social e invisibilidade da mulher encarcerada no estado de Alagoas..... 127

Bruna Araújo de Melo Ferreira (UNIT/ALAGOAS)

Ialy Virgínia de Melo Baia (UNIT/ALAGOAS)

Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola158

Willi Cardoso Domingos (UAN)

Ressonâncias no processo de demolição do palácio Monroe182

Daniel Levy Alvarenga (UAL)

Do ideal ao real: a construção de uma representação na obra literária a lenda do cavaleiro sem cabeça (1820)202

Samuel Nogueira Mazza (UFU)

O sentido da colonização portuguesa: a relação entre colonos nativos africanos no boletim geral das colônias (1933 – 1945)220

Rannyelle Rocha Teixeira (U.PORTO)

As bandeiras no Estado Novo: o conceito de biodemocracia em A marcha para oeste de Cassiano Ricardo237

Ana Paula Rodrigues (UFMT)

Do enfeitado a ouvidor: a trajetória do tenente Joaquim Lino Rangel na

freguesia da cidade do Natal, 1760 – 1839.....	250
Thiago do Nascimento Torres de Paula (UFPR)	

Resenha

“A Guerra do fim dos tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer”	
Graeme Wood (Cia das Letras, 2017)	276
Katty Cristina Lima Sá (UFRJ).	

Entrevista

Prof. ^a Dr. ^a Marcia Santana Tavares (PPGNEIM/UFB).....	282
---	------------

Corpo Documental

FONTES APEC-PET.....	289
----------------------	------------

Apresentação

As reflexões sobre gênero possuem ligação histórica íntima com o movimento Feminista. De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro, o processo de construção da categoria de gênero acompanha a luta por direitos civis e humanos, tendo assumido novas dimensões na conjuntura social da segunda onda do movimento feminista (1960-1980), quando tal conceito emergiu nos estudos na área das humanidades, a partir dos anos 1980.

A noção de gênero foi então sendo desnaturalizada, passando a ser compreendida como um conjunto de normas que orientam as ações dos sujeitos no tempo e nos espaços – processo para o qual contribuíram diversos autores, como Judith Butler, Linda Nicholson e Joan Scott. Os padrões que orientam os comportamentos, inclusive os relativos à noção de gênero, estão situados no tecido das relações sociais e de poder. O mesmo acontece na produção e apropriação dos espaços. Deste modo, nossa proposta com o dossiê *Gênero, Poder e Espaço* é debater como as categorias de gênero e poder se interseccionam na produção do espaço (quer o espaço material, onde se enquadram categorias como o urbano e rural, a fronteira, o território, o público e o privado, quer o espaço simbólico, onde se encontram o espaço imaginado ou sonhado, as representações artísticas, entre outros). Dentro dessa temática recebemos artigos com temporalidade diversa que articulam a categoria de gênero a outros conceitos, tecendo assim novas narrativas e lançando novos olhares para seus objetos dentro de suas respectivas pesquisas históricas.

Agradecemos imensamente aos membros do Conselho Consultivo que com muita generosidade, celeridade e, acima de tudo, competência, contribuíram com pareceres sérios e consistentes que garantiram a qualidade do presente dossiê “Gênero, poder e espaço”, o qual passamos agora a apresentar.

Abrimos o dossiê com o artigo *Operárias da companhia fiação e tecidos pelotense e suas táticas de gênero (1944- 1954)* de Eduarda Borges da Silva, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde através dos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), observou-se pleitos de operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, entre 1944-1954, utilizando dos conceitos de ideologia da domesticidade e táticas de gênero, a autora buscou descrever e compreender os dissídios em que o dilema da dupla jornada da trabalhadora (divisão entre a fábrica e o lar), ocorreu e porque estas mulheres operárias, mães, esposas, donas-de-casa apropriaram-se ou aceitaram a imagem de “mulheres sacrifícios”.

Em seguida, temos o artigo intitulado “*Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha*”: *Emília Dantas Ribas como a primeira romancista dos campos gerais (paraná, 1949)* de Caroline Aparecida Guebert, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Neste trabalho a autora propõe uma reflexão sobre a trajetória e parte da obra escrita de Emília Dantas Ribas (1907-1978), que atuou como professora, oradora de rádio e escritora entre as cidades de Ponta Grossa e de Curitiba, no Paraná articulando história, literatura e os estudos de gênero.

O terceiro artigo de nosso dossiê temático é de autoria de Giovanna Carrozzino Werneck, Mestra em Letras pelo IFES/Vitória, que com o trabalho *Mulheres e charges políticas: a subversão pelo humor nos espaços públicos* busca analisar e dar visibilidade a mulheres que produzem (ou produziram) charges políticas no Brasil, discutindo aspectos relativos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e aos estudos de gênero.

O próximo artigo intitulado *Venha, venha o voto feminino: embates travados na imprensa periódica oitocentista no Rio de Janeiro* de Cristiane Ribeiro Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, é proposto uma análise da discussão sobre o voto feminino travado no Império do Brasil, circulando nos impressos diários da corte a partir da segunda

metade do século XIX, atentando para uma perspectiva das relações de gênero e de poder imbricados nos jornais.

Em seguida com o artigo *A cozinha das mulheres: de espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinários* as autoras Jamile Wayne Ferreira - graduada em Gastronomia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Lara Steigleder Wayne – graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre analisam a partir da relação com a cozinha de mulheres acolhidas em uma Ocupação em Porto Alegre/RS, o poder e o conhecimento cotidiano das guardiãs de uma cozinha minuscultada pela geração da gourmetização, já que o espaço de comando das cozinhas está normalmente relacionado à construção de gênero, onde as práticas relativas ao ato de cozinhar são ora invisíveis, no caso da cozinha doméstica, ora superestimada, no caso da “alta gastronomia”.

O próximo artigo intitulado *Gênero e prisão: os impactos do sistema prisional sobre a desigualdade social e invisibilidade da mulher encarcerada no estado de Alagoas* as autoras Bruna Araújo de Melo Ferreira e Ialy Virgínia de Melo Baia, graduandas em psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes de Alagoas, analisam o sistema prisional de uma maneira histórica, compreendendo a mulher como vítima da violência e da desigualdade de gênero dentro desse espaço, visto que a prisão muitas vezes culminando no processo de invisibilidade do indivíduo, acaba potencializando essa invisibilidade na mulher, uma vez que esta já vivencia essa realidade socialmente, enfatizando os casos das mulheres que estão em regime fechado no Sistema Penitenciário Feminino Santa Luzia, localizado em Maceió.

Finalizando o dossiê temático, temos o artigo *Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola* de autoria de Willi Cardoso Domingos, Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, que analisa as implicações sociais da discriminação de gênero no exercício da cidadania e participação das mulheres em Angola, onde um diálogo entre a sociedade civil e as instituições do Estado, é fundamental, para dinamizar e ampliar

a capacidade de exercício da cidadania e participação das mulheres, bem como para a desconstrução da discriminação das mulheres.

Abrindo a sessão livre do nosso dossiê temos o artigo “*Ressonâncias no processo de demolição do palácio Monroe*”, de autoria do doutorando em Ciências Jurídicas Políticas Daniel Levy Alvarenga (UAL). No artigo o autor discute questões acerca do patrimônio material e sua dimensão imaterial dentro de uma sociedade. Tomando como objeto de análise a demolição do palácio Monroe, busca-se apresentar como ocorreu a demolição e sua respectiva repercussão dentro do âmbito social.

Em seguida temos o artigo intitulado “*Do ideal ao real: a construção de uma representação na obra literária a lenda do cavaleiro sem cabeça (1820)*” escrito por Samuel Nogueira Mazza, mestrando em história pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O autor discute no presente artigo a obra de Washington Irving, A lenda do cavaleiro sem cabeça, sob a perspectiva da teoria da representação de Roger Chartier, traçando assim um paralelo entre os personagens da obra e o contexto histórico vivido por Irving.

Seguindo, temos o artigo de Rannyelle Rocha Teixeira, mestra em história pela Universidade do Porto. Seu artigo intitula-se “*O sentido da colonização portuguesa: a relação entre colonos nativos africanos no boletim geral das colônias (1933 – 1945)*” e busca refletir acerca das aproximações e afastamentos nas relações entre colonizados e colonizadores nas colônias portuguesas na África.

As bandeiras no Estado Novo: o conceito de biodemocracia em A marcha para oeste de Cassiano Ricardo é o nome do próximo artigo da sessão livre. Escrito por Ana Paula Rodrigues, doutoranda em história pela universidade federal do Mato Grosso (UFMT), o texto tem por objetivo discutir o conceito de biodemocracia que é exposto por Cassiano Ricardo.

Fechando a sessão livre, trazemos o artigo de Thiago do Nascimento Torres de Paula, doutor pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem como título “*Do enjeitado a ouvidor: a trajetória do tenente Joaquim Lino Rangel na freguesia da cidade do Natal, 1760 – 1839*”. O objetivo do autor é o de apresentar a trajetória

do Tenente Joaquim Lino Rangel.

Ainda compõe neste volume a resenha da obra de Graeme Wood "A Guerra do fim dos tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer" (Cia das Letras, 2017) feita por Katty Cristina Lima Sá, Mestranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ).

No volume 13 da Revista Espacialidades, temos também a entrevista com a professora doutora Márcia Santana Tavares professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM/UFBA; pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM; membro do Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha - OBSERVE/NEIM/UFBA, que nos falou sobre violência de gênero, a da Lei Maria da Penha e sua relação com o número de denúncias dos casos de violência contra mulher, direitos da mulher e a relação as questões de gênero, relações de poder e espaço na nossa sociedade.

Para finalizar o primeiro dossiê de 2018 a Revista Espacialidades, conta com o corpo documental de fontes históricas em uma de suas sessões. Essas fontes foram catalogadas pelo Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Federal do Ceará, tendo como objetivo mapear documentos ligados à compra e venda de escravos no Ceará ao longo do século XIX, entre os anos de 1843 a 1879. O Projeto, intitulado Fundo Documental e Guia de Fontes para a História da Escravidão no Ceará, foi realizado pelos bolsistas do Programa e teve início em 2007, com o mapeamento do corpo documental e catalogação dos mesmos, no qual resultou em fichas/resumo e sistematização desses documentos, concluída em 2012. O projeto catalogou cerca de 12 livros, que se encontram em sua versão original, no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). É com imenso prazer, e desde já agradecemos ao Programa de Educação Tutorial pela confiança, em especial à Kênia Rios, atual tutora do PET História, à Viviane Nunes e Tayná Moreira, bolsista e egressa, respectivamente, que tiveram salutar importância para esta parceria, que a Revista Espacialidades apresenta aos seus leitores, parte destas fichas/resumos deste primoroso acervo, que possibilita o

fomento da pesquisa histórica, dando saber à sociedade deste vil período que
macula nossa história.

O editor-chefe e a Equipe editorial da Revista Espacialidades desejam a todos uma boa leitura!

Editor-chefe: Magno Francisco de Jesus Santos

Equipe editorial:

Arthur Fernandes da Costa Duarte - (mestrando do PPGH/UFRN)

Emanoel Jardel Alves Oliveira - (mestrando do PPGH/UFRN)

Jessica Martins Guedes de Souza - (mestranda do PPGH/UFRN)

Lucicleide da Silva Araújo - (mestranda do PPGH/UFRN)

Maria Luiza Rocha Barbalho - (mestranda do PPGH/UFRN)

Matheus Breno Pinto da Câmara - (mestrando do PPGH/UFRN)

Ristephany Kelly da Silva Leite - (mestranda do PPGH/UFRN)

Thaís da Silva Tenório - (mestranda do PPGH/UFRN)

OPERÁRIAS DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE E SUAS TÁTICAS DE GÊNERO (1944-1954)

Eduarda Borges da Silva¹

Artigo recebido em: 26/05/2018

Artigo aceito em: 02/07/2018

RESUMO:

Através dos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), observou-se pleitos de operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, entre 1944-1954. Esta fábrica atuou de 1908 a 1974, no bairro da Várzea, atual zona do Porto de Pelotas – RS e tinha a maioria de sua mão-de-obra composta por mulheres. A partir dos conceitos de ideologia da domesticidade e táticas de gênero buscou-se descrever e compreender os dissídios em que o dilema da dupla jornada da trabalhadora (divisão entre a fábrica e o lar), ocorreu e como estas mulheres operárias, mães, esposas, donas-de-casa apropriaram-se ou aceitaram a imagem de “mulheres sacrifícios”. Foram buscadas, nas suas demandas e táticas, mulheres em ação.

PALAVRAS-CHAVE:

Operárias – Justiça do Trabalho – Táticas de gênero

RESUMEN:

A través de los procesos de la “Justiça do Trabalho de Pelotas”, salvaguardados en el “Núcleo de Documentação Histórica” (UFPel), se observaron procesos de obreras de la “Companhia Fiação e Tecidos Pelotense”, entre 1944-1954. Esta fábrica actuó de 1908 a 1974, en el barrio de la “Várzea”, actual zona del Puerto de Pelotas – RS y tenía la mayoría de su mano de obra compuesta por mujeres. A partir de los conceptos de ideología de la domesticidad y táticas de gênero se buscó describir y comprender los procesos en que el dilema de la doble jornada de la trabajadora (división entre la fábrica y el hogar), ocurrió y

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas e Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do GT Estudos de Gênero ANPUH-RS e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM) da UFRGS. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4400656Y9>

como estas mujeres obreras, madres, esposas, las amas de casa se apropiaron o aceptaron la imagen de "mujeres sacrificios". Se buscó, en sus demandas y tácticas, mujeres en acción.

PALABRAS CLAVE:

Obreras – Justicia del Trabajo – Tácticas de Género

* * *

INTRODUZINDO A TESSITURA

A voz pequenina da revolucionária surge nas faces vermelhas da agitação. [...] Tiram do nosso seio a última gota de leite que pertence a nossos filhinhos para viver no champanhe e no parasitismo! [...] Nós, à noite, nem força temos para acalantar nossas crianças que ficam sozinhas e largadas o dia inteiro ou fechadas em quartos imundos, sem ter quem olhe para elas. [...] Se nós não defendermos as nossas reivindicações, quem correrá em nosso auxílio? (GALVÃO, 2006, p. 87-88)

A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense em 22 de abril de 1948 buscou a sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas (JCJ), situada à época na Rua 15 de Novembro, nº 663 para abrir um inquérito de apuração de falta grave a uma de suas operárias, Nair Pereira de Freitas.

A trabalhadora acusada de abandono de emprego ingressou na fábrica em janeiro de 1928, possuía, portanto, estabilidade, ou seja, tinha mais de dez anos na empresa. Isto indica, segundo a legislação vigente no período, que não poderia ser demitida sem justa causa.

O inquérito de Nair foi julgado procedente pela JCJ e ela teve sua despedida formalizada. Logo após, ingressou com uma reclamatória (junho de 1948) pleiteando salários atrasados e alegando que a partir de 19 de setembro de 1947 passou a faltar ao trabalho, pois estava com um filho adoentado, o qual veio a falecer. E, como a empresa requerida não possuía creche e devido a suas poucas condições – recebia Cr\$ 2,55 por hora, não podia contratar uma babá, com isso, precisou se afastar temporariamente do serviço para cuidar do filho.

Algumas das testemunhas arroladas mencionaram que moravam na mesma casa de cômodos que Nair, localizada na Rua Telles, nº 1. E, por conhecerem-na bem sabiam que este era o segundo filho da reclamante que falecia, que seu esposo também trabalhava e que ela não tinha com quem deixar os filhos durante sua jornada fabril.

Na leitura inicial do processo não se sabia que Nair em 19 de setembro de 1947, último dia que compareceu ao trabalho, estava em seu terceiro mês de gravidez. Talvez ela também não soubesse que suas faltas se prolongariam para além do cuidado com o filho adoentado, mas, também, com a fase final da gestação e com o puerpério.

Em 11 de abril de 1948 a operária perdeu outro filho e aos 23 dias do mesmo mês deu à luz, sendo este o seu quarto parto, um dia após a abertura do inquérito movido pela Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (Processo 172/48).

Este processo faz parte do Acervo da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas, que está salvaguardado desde 2005 pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas e passa por análises quanti-qualitativas, possibilitando que histórias como as de Nair ganhem notabilidade. Neste acervo, diferente da maioria dos documentos públicos oficiais, as histórias das mulheres podem ser percebidas em ação, pleiteando por direitos.

A primeira parte desse artigo se deterá a uma breve discussão sobre as mulheres trabalhadoras e a industrialização, ao conceito de ideologia da domesticidade e aos comentários do Juiz da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas no período em análise, Mozart Russomano, sobre o capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dedicado às mulheres.

Já a segunda parte compreenderá como imagens de gênero foram utilizadas enquanto formas de poder nos processos trabalhistas da Comarca de Pelotas, tratando de questões metodológicas da fonte. Para tanto, são analisados quatro processos que possibilitam o debate sobre a dupla jornada da mulher trabalhadora.

1. AS TRABALHADORAS E A IDEOLOGIA DA DOMESTICIDADE

A mulher sempre trabalhou. Todavia, tornou-se uma figura “perturbadora e visível” com a Revolução Industrial (SCOTT, 1992a). Dizia-se que a mulher antes de trabalhar fora do lar cumpria com êxito atividade produtiva e criação dos filhos, trabalho e domesticidade, mas que depois esta se tornou uma combinação difícil, se não impossível.

Joan Scott (1992a) e Michelle Perrot (1988) chamaram atenção para alguns equívocos sobre a mulher trabalhadora e os primórdios da industrialização: muitas etapas da produção industrial eram desenvolvidas em casa, como a costura e a montagem, seja de sapatos ou vestuário; a industrialização antes de querer destruir ou desmoralizar a família pretendeu utilizar-se desta organização social para fins econômicos; o trabalho doméstico se desvalorizou depois que a produção de alimentos e roupas passou a ser também fabricada por indústrias; as mulheres trabalhavam regularmente fora de casa, antes da industrialização, como vendedoras ambulantes, lavadeiras e amas-de-leite; sendo que esta transferência não se deu do trabalho no domicílio para a fábrica, mas de um local de trabalho para outro. Afirmou Scott (1992a, p. 452) que “[...] não há, portanto, fortes razões para argumentar que a industrialização causou uma separação entre casa e trabalho, forçando a mulher a escolher entre domesticidade e trabalho remunerado”.

Beatriz Loner (2001), referindo-se a Pelotas e Rio Grande na década de 1920, apontou que:

[...] embora cerca de um terço dos operários nas duas cidades, fossem mulheres, atuando como mão de obra na indústria, especialmente nas tecelagens, indústria de vestuário e toucador, elas eram presenças silenciosas, não tendo expressão mesmo nas entidades de trabalhadores (LONER, 2001, p. 67).

Nesta década, apesar das operárias de Pelotas ser “presenças silenciosas”, ou melhor, silenciadas, as lutas feministas no Brasil começaram a ganhar alguns aparatos legais, como por exemplo, a primeira normatização ao trabalho das gestantes, através do Decreto nº 16.300 de 1923, do Departamento Nacional de Saúde Pública, o qual assegurou o direito ao descanso, trinta dias antes do parto e trinta dias no puerpério, por meio do artigo 345 e o direito das empregadas ou operárias amamentarem e de disporem de um local para tanto, através dos artigos 348 e 350, respectivamente.

Magda Biavaschi (2005, p. 67) abordou como se deu a construção do sujeito de direitos trabalhista. Os/as trabalhadores/as, através do trabalho fabril remunerado, da legislação social, da criação de espaços tutelares, como a Justiça do Trabalho, foram se apropriando da sua condição e passaram a lutar por seus direitos. Esta autora percebeu o Direito do Trabalho, em seu princípio, como um espaço de proteção ao trabalhador, imposto no sentido de “corrigir desigualdades”.

Buscando as mulheres na tese de Biavaschi compreende-se a conquista deste *status* de sujeito de direitos pelas trabalhadoras brasileiras como uma soma de fatores, não apenas no campo do trabalho. Neste âmbito a apropriação dos direitos se deu pós 1932 e não a todas as mulheres, mas primeiramente às com trabalhos públicos e remunerados, sendo que muitas, ainda na atualidade, têm a sua condição de trabalhadora desregulamentada ou em debate, como as mulheres rurais e as empregadas domésticas.

Além disso, em 1932 no campo político-social há outra conquista: o sufrágio. (KARAWEJCZYK, 2010). Também em 1932 foi criada a Carteira Profissional aos trabalhadores e trabalhadoras maiores de 16 anos da indústria e do comércio. Este documento era o marco identificador do/a operário/a ou comerciário/a, como pertencente à classe trabalhadora e também era um pré-requisito para que se buscasse o auxílio judiciário trabalhista (BIAVASCHI, 2005).

No mesmo ano as Juntas de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho foram instituídas no Brasil para mediar conflitos trabalhistas individuais. Já a criação da Justiça do Trabalho constou na Constituição de 1934, entretanto, só começou a funcionar em 1941, possuindo poder de execução, diferentemente da Junta (SPERANZA, 2012).

Todavia, na Europa a partir de fins do século XVIII e no Brasil pós 1930 ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a principal função da mulher. Estabeleciam-se fronteiras rígidas entre a esfera pública, definida como essencialmente masculina, e a privada, vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos (RAGO, 1997).

Scott (1992a) definiu esta divisão naturalizada como ideologia da domesticidade. Este conceito irá permear a análise dos dissídios trabalhistas das operárias da Fiação e Tecidos Pelotense.

A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral a que se tem chamado, com variantes, “ideologia da domesticidade” [...] (SCOTT, 1992a, p. 445).

Esta ideologia da domesticidade imposta às mulheres trabalhadoras fora sustentada por vários pilares sociais: médicos e higienistas, preocupados com a capacidade de gestar da mulher e a saúde das crianças, ou seja, com o aumento da força produtiva, queriam a permanência daquela no lar em tempo integral (RAGO, 1997); maridos e pais tentavam impedir o trabalho noturno e fabril, com medo da “desonra”, pois a fábrica era tida como um local promíscuo; já os industriários tinham uma posição ambígua: queriam manter a mão-de-obra feminina, porque estas percebiam salários inferiores, visto que este era tido como complementar ao do homem e eram consideradas mais submissas e menos engajadas politicamente em relação aos operários homens, porém, não entendiam a condição da gestante e os seus direitos legais.

E, o Estado a partir das leis intensificou a segregação entre os/as trabalhadores/as. Definiu a reprodução como papel primário da mulher e a atividade produtiva como secundária (SCOTT, 1992a), legitimando as tarefas do lar e a educação dos filhos como responsabilidades femininas.

Deste modo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 dedicou um capítulo inteiro às mulheres, intitulado “Da proteção do trabalho da mulher”. Este dispõe sobre: duração e condições de trabalho, trabalho noturno, períodos de descanso, métodos e locais de trabalho, proteção à maternidade e penalidades.

Mozart Victor Russomano, Juiz do Trabalho e Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Pelotas, no período em estudo escreveu o livro “Comentários à CLT”, do qual aqui se utiliza a 5ª edição, de 1960. Neste Russomano defendeu e justificou a necessidade de leis trabalhistas específicas às mulheres:

A debilidade orgânica que a marca, a natureza dos órgãos que a situam em seu sexo, as tradições seculares, os encargos domésticos, sua sensibilidade nervosa, seu feitio temperamental os deveres de família sobrecarregam a mulher-

empregada, que é a mãe das gerações do futuro. É por isso, conveniente para a sociedade que ela esteja higiênica e espiritualmente defendida. Aí está todo o fundamento social das regras que a protegem [...] (RUSSOMANO, 1960, p. 558-559).

Sobre a proibição do trabalho noturno às mulheres, art. 379, compreendido entre as vinte e duas e às cinco horas do dia seguinte, exceto as maiores de 18 anos, empregadas em telefonias, radiotelefonias, radiotelegrafias, enfermeiras, em casas de diversões, hotéis, restaurantes e postos de direção, Russomano (1960, p. 560-561) defendeu que “[...] há tarefas que exigem o trabalho noturno. E muitas delas são confiadas, necessariamente as mulheres.” E, em relação à idade afirmou que aos 18 anos a trabalhadora poderá “[...] resistir aos encargos do trabalho noturno e aos malefícios, que, muitas vezes, daí decorre para a sua moralidade”.

Quanto à proibição do trabalho da mulher em alguns locais, art. 387, como em minerações, Russomano (1960, p. 564) a justificou apontando a “reconhecida debilidade orgânica” da mulher. E, defendendo a importância do auxílio maternidade colocou este como um “patrimônio” à trabalhadora. E, alertou que “[...] quando contrata, a mulher, o patrão, presuntivamente, conhece as consequências que daí lhe advirão” (RUSSOMANO, 1960, p. 570).

Observando o art. 397 Russomano (1960, p. 582) colocou que “[...] um dos grandes problemas que afligem as empregadas é o cuidado dos filhos durante as horas de trabalho”. Ele percebia a criação de creches como solução às mães-trabalhadoras e denunciou que a lei facultava a criação de creches por parte dos empregadores, dependendo da “boa vontade” destes.

Percebe-se que o Juiz da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas Mozart Russomano defendia a existência de uma legislação específica às trabalhadoras e o amparo destas, como o auxílio maternidade e a criação de creches. Entretanto, imerso nos “valores” e julgamentos morais de sua época, compreendia a mulher como mais frágil em relação ao homem, o trabalho noturno como um perigo à moralidade daquela e a contratação das mulheres como um problema aos patrões, pois estas poderiam engravidar e ausentar-se em função de suas atribuições reprodutivas. Em suma, o jurista que sentenciava as causas

pesquisadas sobre as operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense entre 1944-1954, partilhava da ideologia da domesticidade.

Cristiane Lopes (2006) explica que normas como a proibição do trabalho noturno eram consideradas protetivas. Todavia, pretendiam recordar o lugar da mulher na sociedade de então (em casa, cuidando da família), porque o trabalho do homem também era explorado e providências semelhantes não foram tomadas. O que efetivamente buscou-se proteger, na sua visão, foi a estrutura da família patriarcal.

Ainda em relação à restrição, mascarada como protetora, havia uma preocupação em delimitar o que era “trabalho de mulher” e o que não: “Tarefas que requeriam dedos delicados e ágeis, paciência e perseverança eram consideradas femininas, enquanto força muscular, velocidade e habilidade significavam masculinidade” (SCOTT, 1992a, p. 460). Apoiando-se num discurso da vulnerabilidade feminina, a atuação profissional das mulheres se tornou restrita. Assim, o ramo têxtil, em função do trabalho manual nos teares, tornou-se o grande setor de emprego das mulheres nas indústrias. Perrot (2008) justificou porque este era um trabalho temporário:

[...] as operárias não passam a vida toda na fábrica; são admitidas muito jovens, desde os 12 ou 13 anos, permanecem no trabalho até o casamento ou até o nascimento do primeiro filho, voltando a trabalhar mais tarde, quando os filhos estão criados, e, se necessário, com eles. É, pois, um trabalho cíclico, sem perspectiva de carreira (PERROT, 2008, p. 119).

Contudo muitas mulheres permaneceram ocupando postos de trabalho no âmbito público e tornando-se visíveis. Esta visibilidade do trabalho da mulher para Perrot (2008) originou-se no trabalho assalariado, sobretudo nos baixos salários, que as levaram a “perturbar” a disciplina e a ordem fabril. Já para Scott (1992a), esta visibilidade não trouxe à luz, a condição de explorada ou as experiências da mulher trabalhadora, mas tornou-se perceptível enquanto uma patologia social, na qual o esforço físico comprometia a capacidade reprodutora da trabalhadora e sua ausência do lar prejudicava a disciplina das suas casas.

Margareth Rago (1985) sustentou que essa imagem da mãe “inteira sacrifício” implicou numa completa desvalorização profissional, política e intelectual da mulher,

porque parte do pressuposto de que esta deve primar pela maternidade e só pode realizar-se através dos feitos dos seus filhos e marido, sendo incapaz de fazer algo por si. Segundo a autora, este modelo de mãe determinou, muitas vezes, as opções e condutas das mulheres.

Na sociedade brasileira o cuidado com a família e com o lar não é percebido como forma de trabalho. O trabalho reprodutivo (criação e cuidado dos filhos) é realizado ainda na atualidade, majoritariamente por mulheres e sem remuneração e reconhecimento social, embora seja um trabalho essencial para a reprodução da sociedade.

Desde os primórdios, a luta pela própria sobrevivência ou a dos seus foi a marca de nossas ancestrais. A dupla jornada de trabalho existiu para maior parte delas. O trabalho no campo ou na cidade, em casa ou nas ruas, era acrescido de muitas outras tarefas, fundamentais para a estabilidade da família. Depois de um dia extenuante de trabalho fora, havia ainda o que fazer (DEL PRIORE, 2008, p. 96).

A partir dos processos das operárias da Cia. Fiação e Tecidos Pelotense (ESSINGER, 2009), se buscará compreender como se desenrolaram os pleitos em que a dupla jornada da mulher trabalhadora (trabalho produtivo + trabalho reprodutivo) tornou-se visível em um âmbito que só o trabalho formal, oficial, público possui o reconhecimento como tal, a Justiça do Trabalho.

2. IMAGENS E TÁTICAS DE GÊNERO

De acordo com Margareth Rago (1997, p. 579), a documentação existente sobre o universo fabril foi quase majoritariamente produzida por autoridades públicas, ou seja, por aqueles que na maioria dos casos ocupavam o espaço público, sabiam ler e escrever: os homens. Isso significa que ao invés de se trabalhar com fontes produzidas pelas mulheres, com as quais elas pudessem se descrever, se identificar e se projetar para a posteridade, se lida com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras. “Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política [...]”.

Entretanto, a autora alertou que, na maior parte das vezes, essa expressão política e resistência feminina foram expressas de maneira espontânea e não-organizada, sendo invisíveis, portanto, para a lógica masculina da ação política. Rago (1985) atenta para a necessidade de apreender as diversas formas que essas expressões políticas assumiram.

Assim, no intuito de escrever uma narrativa política sobre as mulheres (SCOTT, 1992b) se buscou compreender como imagens de gênero foram utilizadas enquanto formas de poder nos processos trabalhistas da Comarca de Pelotas. O gênero nas ciências sociais é entendido, pela maioria dos pesquisadores, embora existam muitas divergências, como uma categoria de análise (SCOTT, 1995; SOIHET & PEDRO, 2007), que compreende as atribuições de papéis aos homens e as mulheres como uma construção histórica, cultural e social, muitas vezes, imposta e reproduzida ou apropriada e tem por objetivo perceber as relações de poder entre os sexos. Nesta pesquisa, por exemplo, se escreve uma história sobre mulheres, mas seria impossível pensá-las de forma isolada, pois os processos judiciais foram datilografados por um homem, os advogados que as defenderam ou acusaram eram homens, bem como os que as julgaram.

Clarice Speranza (2012) comentou sobre algumas possibilidades desta fonte e suas “armadilhas”:

[...] Os processos trabalhistas nos dão acesso mais facilitado às falas e às trajetórias dos trabalhadores “comuns”, deixando entrever valores, contradições, resistências e adesões. Evidentemente que tais falas são mediadas pelo aparato judicial e, além disso, não estão lá inocentemente. Por mais humilde e “comum” que seja um operário, ele dificilmente entra num tribunal sem ter noção de que o que disser pode influenciar diretamente sua vida num futuro próximo. Portanto, é preciso saber olhar estas “armadilhas” e até tirar proveito delas [...] (SPERANZA, 2012, p. 33).

Para a análise dos pleitos judiciais trabalhistas das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense entre 1944 e 1954, foram localizados doze processos que se reportam a dupla jornada, entretanto, cinco serão trabalhados nesta pesquisa.

Será dada atenção às “versões” e aos “significados”, conforme apontou Sidney Chalhoub (2001), autor do livro “Lar, Trabalho e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*”, no qual trabalhou com processos-crime:

[...] é na análise de cada versão no contexto de cada processo, e na observação da repetição das relações entre as versões em diversos processos, que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, produzem-se nessas versões ou leituras (CHALHOUB, 2001, p. 40-41).

Outra importante percepção para a análise das contendas judiciais trabalhistas é a de Ângela de Castro Gomes. Segundo ela a partir de 1980 houve uma mudança analítica acerca da relação entre dominantes e dominados, através da qual modelos que pensavam o trabalhador como ingênuo, submisso e conformado passaram a ser abandonados.

[...] [Esta revisão historiográfica] significa defender teoricamente que, entre seres humanos, não há controles absolutos e “coisificação” de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não “anulam” os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados. Do ponto de vista empírico, portanto, a assertiva traz para a cena histórica, além de um sem número de ideias e ações dos dominantes, outro sem número de ideias e ações dos dominados, até então sequer imaginadas como possíveis (GOMES, 2004, p. 34).

Gomes (2004, p. 162) sustentou que embora a relação de dominação entre patrão e trabalhador seja desigual e hierárquica há momentos de “negociação”, oriundos de “convergências de interesses”, podendo até haver um “pacto político” entre dominados e dominantes. “O poder, nessa perspectiva teórica, não é um monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade (muitas vezes radical) entre eles”

E, Mary Del Priore (2008, p. 84) alertou que escrever uma história das mulheres julgando suas ações enquanto erros ou acertos e olhá-las como heroínas ou mártires seria de um terrível anacronismo. “O que importa são desvendar as tensões, contradições e negociações que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas”.

Inicialmente os processos em que a licença maternidade era pleiteada eram considerados pertencentes a esta discussão da dupla jornada. Entretanto, ao estudá-los com mais afinco, percebeu-se que as operárias que demandavam licença maternidade na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense entre 1944-1954 o faziam quando já haviam retornado da licença. Assim, estavam demandando, em realidade, os salários que deveriam ter percebido no período de afastamento e não uma jornada mais flexível ou justificando ausências, em decorrência da gravidez e da maternidade, embora, certamente ao chegarem a suas casas, vindas do “trabalho produtivo”, da jornada fabril, tivessem uma longa jornada de cuidar, limpar, amamentar, cozinhar, no “trabalho reprodutivo”.

Também, o direito a dois períodos de amamentação de trinta minutos cada por jornada, já era assegurado por lei e caso a empresa não possuísse local para tanto a operária teria de se deslocar ao seu lar para amamentar. Entretanto, nenhum dissídio relacionado à amamentação na fábrica e no período em questão foi encontrado.

Ainda, alguns processos em que as operárias estavam cuidando de parentes (avó, madrinha, marido) foram localizados, porém, uns não possuíam uma argumentação consistente acerca da dupla jornada e em outros o debate girava em torno de um tema diferente deste. Assim, serão elucidadas quatro contendas que possuem um enredo incitante ao debate sobre a dupla jornada da mulher trabalhadora, além do processo de Nair Pereira, abordado na introdução deste artigo e na conclusão do mesmo.

A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense entrou com um pedido judicial de abertura de inquérito contra a sua trabalhadora Hilda Lopes, brasileira, solteira², fiandeira, em junho de 1948, acusando-a de abandono de emprego. A operária que trabalhava nesta empresa desde 1936 não compareceu à audiência e a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas julgou-a “revel e confessa” dando ganho de causa à Companhia e permitindo a despedida da operária. Hilda recorreu da decisão proferida justificando não ter podido comparecer por ter uma filha doente há quase três meses, anexando o atestado médico aos autos.

O advogado da operária, Antônio Ferreira Martins, pediu que a sentença fosse reformada e amparando-se na ideologia da domesticidade (SCOTT, 1992a), apresentou sua cliente como uma “mãe-sacrifício”:

Pode a recorrida alegar que doença de filho não excusa, não justifica. Mas, a verdade é que uma mãe pode ir doente, quase morrendo, trabalhar na fábrica, o que ela não fará se o doente for um filho. Esta, a realidade que a lei não pode contrariar e que se a lei contrariar, cabe aos tribunais interpretá-la de modo tal que não seja a lei uma iniquidade capaz de atentar contra os sentimentos mais sagrados da mulher! (Processo 200/48, fl. 8)

A reclamada, tentando manter a decisão proferida, sustentou-se numa citação de Dorval Lacerda sobre falta grave, na qual consta que se tratando de doença de familiar ou

² Os processos informavam apenas nome, nacionalidade, estado civil e ocupação na fábrica, não sendo possível, portanto, identificar a cor/etnia das trabalhadoras.

dependente o prazo de ausência é no máximo trinta dias, porque a moléstia de outra pessoa é diferente da moléstia do trabalhador, que o impossibilita de trabalhar. Ultrapassando o prazo era configurada falta grave, abandono de emprego (Processo 200/48).

Antônio Martins, após recorrer ao Tribunal Regional e ter o recurso negado, protocolou pedido ao Tribunal Superior do Trabalho alegando que a operária não teve intenção de faltar, o que seria necessário para caracterizar abandono de emprego. Ainda, naturalizou o cuidado com os filhos como responsabilidade da mulher e defendeu que sempre que o dilema da dupla jornada se apresentar (deveres do lar e do trabalho) os tribunais e os patrões deveriam compreender que as obrigações da mãe estão acima das da operária.

A reclamante colocou suas obrigações de mãe acima das suas obrigações de operária. Nem podia deixar de ser assim. Os patrões – quando não perdem sua qualidade de homens – devem admitir que tal aconteça, principalmente quando esses fatos são fatos comuns, [...] especialmente quando, como no caso, a maioria da fábrica é composta de mulheres. Entender o contrário não importa apenas em desconhecer a definição legal de falta grave, mas ainda em pretender que sejam violados direitos e obrigações inerentes à própria natureza humana (Processo 200/48, fl. 38).

Em abril de 1952 os juízes do TST decidiram unanimemente não prover o recurso por considerá-lo uma subversão às ordens das relações empregatícias, na qual “[...] o empregador passaria a ser subordinado aos interesses do obreiro” (Processo 200/48, fl. 54).

A operária Branca Pradier Oliveira, brasileira, casada, tecelã, trabalhou mais de doze anos (entre vários períodos) na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, quando em 1944 buscou a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas para pleitear sua reintegração à fábrica (Processo 96/44).

Alegou que pediu uma licença para cuidar de seu marido João Oliveira que estava doente em Uruguai, onde foi trabalhar na Ponte Internacional Uruguai-Paso de Los Libres, e a empresa lhe disse que as licenças estavam terminadas. A demandante procurou o presidente do seu sindicato Nelson Neves Siqueira, o qual buscou a direção da fábrica a fim de tomar esclarecimentos.

Segundo a defesa da Cia. Fiação e Tecidos a empregada solicitou uma licença por tempo indeterminado para seguir junto de seu esposo. Afirmaram que Branca reclamava que a despesa do casal era excessiva com a manutenção de duas casas. A empresa afirmou ter lhe oferecido trinta dias de licença, mas que a reclamante não aceitou e depois se apresentou pedindo trabalho porque seu esposo estava voltando para Pelotas e ela precisava trabalhar já que ele estava desempregado.

Foram chamadas as testemunhas Nelson Neves Siqueira, presidente do sindicato da reclamante (não mencionado) e Antônio Pacheco, contra-mestre da reclamada. Nelson afirmou que era acordo entre a empresa e o sindicato que qualquer demissão fosse feita por escrito e com assistência do sindicato, o que não ocorreu; que leu uma carta de um filho da reclamante na qual constava que o esposo desta estava doente, havendo ela solicitado licença por este motivo. Já Antônio afirmou que a reclamante demitiu-se da empresa por querer ir morar com seu esposo em Uruguaiana, porque as despesas com o casal separado eram excessivas.

Resolveu a JCJ de Pelotas por unanimidade de votos julgar procedente em parte a reclamatória, condenando a fábrica a pagar a operária a importância de CR\$ 1.500,00 relativos à indenização por demissão injusta e CR\$ 300,00 a título de aviso prévio, mais o custo processual no valor de CR\$ 134,00.

A Companhia recorreu ao Tribunal Regional e os juízes deste analisando o caso argumentaram:

A situação da reclamante é por demais clara e digna e perfeitamente explicável no presente caso. De um lado, nitidamente surge e nos antolha a empregada exata e cumpridora de seus deveres; por outro lado, se nos depara a esposa aflita face à notícia de doente estar em Uruguaiana o homem a quem ligara o seu destino. Premida, assim, por essas circunstâncias, a recorrida tudo fez para resolver e harmonizar a dura contingência de sua vida atribulada. Uma hora dramática a marcar e definir e exigir uma atitude que envolvesse e acobertasse os sagrados interesses da recorrida: atender seu esposo acamado e, simultaneamente, conservar o honrado auxílio com que equilibrando vinha as finanças domésticas. Nada mais justo, nada mais elevado que bem revela e esmalta uma grandeza d'alma aos maiores sacrifícios disposta (Processo 96/44, fl. 54).

Fica nítida a forma que a condição da dupla jornada foi apropriada e aceita como ideologia da domesticidade (SCOTT, 1992a). Desta vez, configurando a imagem da operária não como “mãe-sacrifício” do dissídio anterior, mas como “boa esposa”, aquela que falta ao trabalho para cuidar do marido e doa seu salário para complementar o dele. Tidas como “mulheres-sacrifício” estas operárias foram também vistas como “abnegadas colaboradoras”. Prosseguiram os juízes do TRT da 4ª região:

Dir-se-á, talvez, a pureza de um sentimento que, na ara de uma sublime renúncia, tudo oferece em benefício de seu próprio lar. Nada mais humano e louvável, por certo. E tal costume, tal hábito da mulher altivamente ter como obrigação ajudar a enfrentar os encargos de família já se incorporou em definitivo ao nosso ambiente social. Sim, toda a sociedade, hoje em dia, civilizadamente americanizada, bate às palmas a mulher que trabalha e produz e, ombro a ombro, com o sexo forte vem conquistar o ganha-pão. E a tão magnífico movimento de opinião a nossa Legislação Social despertou também e reservou com carinho, destacadamente, um tratamento adequado e específico a tais abnegadas colaboradoras. Daí o assunto que os autos ventilam exigir do julgador, paritário ou técnico, um exame pelo duplo aspecto: humano e legal (Processo 96/44, fl. 54).

Os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região alegaram estar embasados nos fatos de que “a recorrida [Branca] sempre procurou manter e conservar o seu contrato de trabalho” e tinha a seu favor “uns quantos anos de casa”. Por unanimidade de votos negaram provimento de recurso à Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, confirmando a decisão anterior. No entanto, apesar de defenderem que seu julgamento deveria ser “humano e legal” estavam envoltos nesta ideologia da domesticidade da mulher (Processo 96/44, fl. 54).

Sara Gronês, casada, Rita Jesus Pereira, solteira e Carmem Alberto, “desquitada”, todas brasileiras, foram suspensas sem justa causa em 14 de setembro de 1951. A primeira trabalhava na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense desde 1936, a segunda a catorze anos e a terceira a nove anos. Em face da suspensão pleitearam a revogação da mesma, pois o aumento salarial era vinculado à assiduidade, o pagamento do dia de trabalho e de mais um domingo e um feriado, pois percebiam por dia.

Aos dez dias do mês de julho do ano de mil novecentos e um, às 14 horas, na sede da Junta de Conciliação e Julgamento, situada à Rua 15 de Novembro, 704, em Pelotas, foi aberta a audiência. Estavam presentes o Sr. Juiz-Presidente, Dr. Mozart Victor Russomano,

o vogal dos empregados, Sr. José Gonçalves Nogueira, o vogal dos empregadores, Sr. Júlio Real, a reclamante Carmen Alberto por si e em representação de suas companheiras de reclamatória e acompanhada de seu procurador, Antônio Ferreira Martins e a reclamada Cia. Fiação e Tecidos Pelotense representada pelo Sr. Aldo Sedrez e acompanhada de seu procurador, Dr. Alcides de Mendonça Lima (Processo 337-339/51).

Carmen informou que não estava autorizada a representar as demais reclamantes, assim o Presidente arquivou o pedido inicial das mesmas. Na sequência foi apresentada a defesa prévia:

[...] a reclamante [Carmen] e mais suas companheiras de processo, bem como outras três operárias, foram suspensas apenas por um dia útil, em virtude de terem deixado o serviço alguns minutos antes da hora da largada. Assim fazendo infringiram o regulamento da fábrica. A reclamada [Cia.] tem interesse em manter a disciplina do estabelecimento com todo o rigor, pois ultimamente lá se tem criado um clima de agitação (Processo 337-339/51, fl. 4).

A audiência foi logo suspensa pela ausência de testemunhas das partes. Marcada nova audiência para o dia 20 de julho de 1951, compareceram as reclamantes Sara Gronês, Rita de Jesus Pereira e Carmen Alberto acompanhadas do advogado Antônio Martins. A Companhia foi representada pelo Sr. Aldo Sedrez e pelo advogado Alcides de Mendonça Lima.

O procurador das demandantes apresentou suas razões finais, apropriando-se da condição da dupla jornada enquanto ideologia da domesticidade (SCOTT, 1992a). Afinal, as “ocupações caseiras e domésticas” pertenciam às donas-de-casa e não aos donos.

[...] a reclamação é procedente. As reclamantes foram suspensas, porque, juntamente com outras operárias, dois minutos antes da hora da largada, despiram seus aventais de serviço. Não se retiraram do local de trabalho. Não houve qualquer prejuízo na produção. De modo que a suspensão é injusta. [...] seria forçoso reconhecer a injustiça do dispositivo regulamentar, porque as reclamantes, *sendo mulheres*, têm ocupações caseiras e domésticas que as trazem desejosas de deixar o serviço logo que o trabalho termine (Processo 337-339/51, fl. 10).

A parte reclamada em suas razões finais intimidou as operárias afirmando que se antes não prejudicaram a produção da empresa despindo-se antes da hora de saída, neste momento, prejudicavam saindo do serviço e convocando testemunhas:

Embora conscientes da falta de razão, as reclamantes vem postular em Juízo, agora sim causando prejuízos à fábrica, com operários que saem do serviço como parte ou como testemunha, sem prejuízo de salário e com prejuízo da produção (Processo 337-339/51, fl. 11).

Este processo sintetizou a fala de todas as testemunhas já na conclusão do caso. Neste momento, foi possível notar que além das três operárias reclamantes, outras três foram suspensas tirando os aventais dois minutos antes da hora de sair e que isto deveria ser uma prática recorrente. Amparando-se no fato de que: “A reclamada [...] suspendeu as seis operárias, em virtude da quebra do princípio disciplinar, segundo a qual os trabalhadores só podem começar a se arrumar depois do apito” da fábrica” (Processo 337-339/51, fl. 12) a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas julgou improcedente a reclamatória das operárias.

Em 1948 a Cia. Fiação e Tecidos abriu um inquérito contra uma de suas operárias, Diva Jorge Moreira, a qual ingressou na fábrica em 2 de agosto de 1933, possuía portanto, estabilidade. Esta compareceu ao trabalho pela última vez em 29 de novembro de 1947. No dia 1º de dezembro enviou um bilhete avisando que deixava de ir ao trabalho naquele dia por ter levado uma filha ao centro de saúde (Processo 125/48).

Segundo o representante da fábrica: “Depois desse aviso, nenhuma satisfação mais foi dada. É o caso típico, portanto, de abandono de emprego”

(Processo 125/48, fl. 2). A audiência foi marcada para o dia 4 de maio de 1948. Diva defendeu-se alegando que:

[...] de fato permaneceu afastada do serviço [...] que isso ocorreu porque [...] é abandonada pelo esposo, necessitando trabalhar para manter vários filhos; que sua ausência foi justificada, em parte, pelas circunstâncias mencionadas e porque necessitou ficar no lar tratando de suas filhas doentes; que, ao voltar ao trabalho, foi informada do processo; que espera que o processo seja julgado improcedente e que, se procedente, espera que ao menos a reclamante lhe volte a dar serviço, indispensável a sua subsistência, celebrando novo contrato de trabalho, de todo independente do que a empresa quer agora rescindir (Processo 125/48, fl. 6).

Diva, entre todas as operárias pesquisadas, foi a que depôs de forma mais autônoma, sendo menos “mediada” por seu advogado. Neste processo ela apropriou-se da

ideologia da domesticidade apresentando-se como uma mulher abandonada por seu esposo e que necessitava manter-se a si mesma e a vários filhos. Justificou sua ausência porque tinha de tratar suas filhas doentes. Diva configurou-se não somente na imagem da “mãe-sacrifício”, mas também da “mulher-sacrifício”, abandonada pelo marido.

Notou-se na fala da operária Diva, na defesa dos advogados das trabalhadoras e na conclusão dos Juízes do Tribunal Regional da 4ª região o que o historiador Benito Schmidt (2013) denomina de “táticas de gênero”. Silvia Petersen (1994) explicou o que é uma tática e como ela ocorre:

A tática é a natureza da lógica cotidiana. As táticas não possuem espaço autônomo, realizam-se no espaço do outro, onde se insinuem fragmentadamente, sem ocupá-lo em sua totalidade e dependendo das circunstâncias fornecidas pelo espaço estranho sobre o qual atuam. Isto confere as táticas uma grande mobilidade, mas uma mobilidade que precisa aceitar a chance oferecida pelo momento e tomar para si as possibilidades que se lhe oferecem em uma circunstância dada. Ela abre seus espaços, pode estar onde menos se espera, cria surpresas, é uma artimanha astuciosa” (PETERSEN, 1994, p. 119).

Schmidt (2013), apropriando-se da diferenciação estabelecida por Michel de Certeau entre os conceitos de estratégia e tática, observou que “o fraco” pode agregar imagens ao seu discurso, tanto quanto “o forte”. O autor, através de um litígio sobre uma sapateira, analisou como esta se apropriou das imagens de gênero de forma tática: foi acusada de “insubordinada” e defendeu-se como “mãe extremosa”, justificando suas ausências no trabalho com o cuidado aos filhos.

Estamos nos valendo aqui da diferenciação feita por Michel de Certeau entre estratégias e táticas. De acordo com o historiador, as primeiras são as formas pelas quais os “proprietários do poder” exercem a sua dominação e são estabelecidas a partir de um lugar próprio que lhes serve de base à gestão de suas relações com a exterioridade. Já as táticas correspondem às formas sutis de resistência dos fracos; elas não tem lugar próprio e agem astuciosamente no espaço do outro, apropriando-se de forma criativa e por vezes subversiva dos produtos impostos pelas elites” (SCHMIDT, 2013, p. 195).

Edward Thompson (1987) defendeu que a lei media e legitima as relações de classes existentes, porém, algumas vezes a forma que a retórica dessa lei é empregada pode oferecer alguma proteção aos destituídos de poder. Referindo-se ao século XX e diferenciando o poder arbitrário do domínio da lei, afirmou:

O domínio da lei em si, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder parecem-me um bem humano incondicional. Negar ou minimizar esse bem, neste século perigoso em que continuam a se ampliar os recursos e as pretensões do poder, é um erro temerário de abstração intelectual (THOMPSON, 1987, p. 357).

Daniel James, pesquisando sobre sindicalismo peronista, entrevistou a primeira operária líder sindical do Frigorífico Swift em Berisso, na província de Buenos Aires, “Doña María”, também esposa, mãe e dona de casa. O dilema da dupla jornada está presente em toda a narrativa oral de Dona Maria, na qual ela tencionou os valores “a militante” e “a boa mãe-esposa”, apresentada por James. Segundo ele:

Defrontada com a realidade do *status* e do poder desiguais das mulheres em uma sociedade com relações de gênero profundamente hierárquicas, a adoção e a valorização de elementos de uma ideologia de maternidade e domesticidade podem muito bem ser vistas como uma opção racional (JAMES, 2004, p. 310).

Concluiu-se que esta apropriação da “ideologia da domesticidade” (SCOTT, 1992a) utilizada como tática, através da análise dos dissídios nem sempre deu certo. No caso de Diva, por exemplo, a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas considerou que ela afastou-se sem justificar o motivo, caracterizando abandono de emprego e julgou procedente o inquérito, autorizando a despedida da “mãe-operária”. Todavia, a tática utilizada pelos “fracos”, operária e seu advogado, pode alcançar um grau de convencimento chegando a ser aceita e apropriada unanimemente por vários juízes de um tribunal regional, conforme o processo trabalhista 96/44 da 4ª região.

O ARREMATE

No banco de dados do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel as mulheres representam apenas 15% das demandas. Já na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, que tinha a maioria de sua mão de obra composta por mulheres, elas representam cerca de 70% entre os demandantes. Porém, poucas vezes foi possível “ouvir” suas vozes, não somente porque os autos são transcritos pelo escrivão, mas porque raramente elas eram chamadas a falar, seja na condição de reclamantes ou como testemunhas, sendo dada prioridade de fala ao seu advogado. Entretanto, foi possível encontrar os anseios de algumas destas mulheres através das fontes.

Nair Pereira de Freitas, a operária citada na introdução deste artigo, possuía anseios, perceptíveis através da fonte: poder cuidar de seus filhos doentes, não ter sido demitida, ter condições financeiras para contratar uma babá ou que a Cia. Fiação e Tecidos tivesse uma creche onde ela pudesse deixar seus filhos durante sua jornada fabril.

Em relação à menção de Nair sobre a ausência de creches na empresa, o advogado desta, apropriando da ideologia da domesticidade, no momento em que defendeu que os filhos deveriam permanecer no lar, alegou:

Pouco importa, também, que a requerente não possua creche, como se vê nas fls. 7. Nenhuma empresa, no Brasil, está a isso obrigada por lei. Pelo contrário, nosso legislador não é propugnador da instituição de creches no local de trabalho, pelo motivo muito simples de que isso exigiria constantes, longas e penosas remoções dos filhos da mulher operária do lar para o lugar de prestação de serviços e vice-versa. Tanto assim que, como determina o art. 397, o encargo de criar e manter creches cabe às instituições de previdência social, nas vilas operárias de mais de cem casas e nos centros residenciais (Processo 172/48, fl. 8).

A fábrica permaneceu acusando-a de ter faltado muitos meses ao trabalho e que a doença dos filhos não seria motivo justo, pois não a impediria de exercer sua função, deste modo, não deveria perceber os salários. A reclamatória de Nair foi julgada improcedente e esta além de perder o emprego não ganhou os salários reclamados.

As operárias citadas neste artigo apropriaram-se da imagem de “mãe-sacrifício” ou “boa esposa”, construídas socialmente e amparadas na ideologia da domesticidade, na maioria das vezes com auxílio do seu advogado, para utilizá-la como “tática de gênero”. Assim, através da apropriação da condição de “mulheres sacrifícios” conseguiram justificar suas ausências no trabalho perante a Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas e no caso do processo 96/44 sensibilizaram os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região que firmaram uma sentença favorável, chegando a considerá-las de “[...] uma grandeza d’alma aos maiores sacrifícios disposta[s]” (Processo 96/44, fl. 54).

Embora, falassem pouco durante as audiências a astúcia destas mulheres é algo a se supor, não somente quando se apropriaram do discurso da domesticidade, embora mediadas pelo seu procurador legal, mas também quando elas – mulheres que enfrentaram falatórios a seu respeito em decorrência dos “perigos morais” que o trabalho fora de casa

podia lhes acarretar, para poder sustentar sozinha ou parcialmente sua família, aceitaram de forma naturalizada e interiorizada ou não, ser subjugadas a tal discurso, no intuito de tentar ganhar sua causa judicial.

Talvez as operárias apresentadas nesta pesquisa não tenham participado de greves, não tenham subido em palanques a discursar, não tenham militado pela causa feminista e da classe trabalhadora e não tenham integrado nenhum tipo de liderança nos seus espaços de sociabilidade, como Patrícia Galvão (Pagu) e as operárias do seu romance Parque Industrial (1933). Porém, o que não se pode negar a coragem que tiveram de enfrentar um tribunal composto somente por homens, para reivindicar causas consideradas culturalmente suas como a licença e o salário maternidade, de forma explícita e o direito de não necessitar optar entre trabalhar na fábrica ou cuidar do lar e dos filhos, de modo implícito.

FONTES:

- Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 172/48.
Reclamante: Nair Pereira de Freitas. Lote 31.
- Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 200/48.
Reclamante: Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Lote 30.
- Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 96/44. Reclamante: Branca Pradier Oliveira. Lote 12.
- Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 337-339/51.
Reclamantes: Sara Gronês, Rita Jesus Pereira e Carmem Alberto. Lote 51.
- Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPel. Processo 125/48.
Reclamante: Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Lote 27.
- Decreto-lei 5.452 de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho.**
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 24/01/2014.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Da proteção do trabalho da mulher. In:_____.
Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. Vol. II, 5ª Ed., Rio de Janeiro: José Konfino (editor), 1960. p. 554-584.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BIAVASCHI, Magda. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930-1942:** A construção do sujeito de direitos trabalhistas. Tese de Doutorado, Economia, Campinas, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. - 2ª Ed. – Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2008.
- ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua:** a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário, Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953 -1974). Dissertação de Mestrado, Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de

Pelotas, 2009.

GALVÃO, Patrícia. **Parque industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 34, p. 157-186, 2004.

JAMES, Daniel Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña María, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Orgs.) **Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 287-314.

KARAWJCZYK, Mônica. Breves considerações sobre a conquista do voto feminino no Brasil. **Veredas da História**. Ano 3, ed. 1, p. 1-23, 2010.

LORNER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Unitrabalho, 2001.

LOPES, Cristiane. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Cadernos Pagu** (26), p. 405-430, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: Cláudia Mauch... [et. al.]. **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994. p. 112-125.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997. p. 578-606.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHMIDT, Benito Bisso. Práticas e táticas: Michel de Certeau (re) inventa o cotidiano. **Biblos**, Rio Grande, v. 6, p.79-93, 1994.

_____. A sapateira insubordinada e a mãe extremosa: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo, RS, 1958-1961). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 157-202.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das mulheres: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento, 1992a. p. 444-474.

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, p. 71-99, 1995.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992b. p. 63-95.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300, 2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Porto Alegre, 2012.

THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

“PENSAR PELA PENA QUE DESLIZA, FALAR PELA BOCA QUE SE FECHA”: EMÍLIA DANTAS RIBAS COMO A PRIMEIRA ROMANCISTA DOS CAMPOS GERAIS (PARANÁ, 1949).

Caroline Aparecida Guebert³

Artigo recebido em: 24/05/2018

Artigo aceito em: 02/07/2018

Resumo:

Na articulação entre História, Literatura e Estudos de Gênero, este artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória e parte da obra escrita de Emília Dantas Ribas (1907-1978), que atuou como professora, oradora de rádio e escritora entre as cidades de Ponta Grossa e de Curitiba, no Paraná. A publicação do romance “A Primavera Voltará” (1949), de sua autoria, possibilitou que ela fosse (re)conhecida em sua época como a primeira romancista da região dos Campos Gerais. À luz das condições históricas da sua inserção social e do próprio processo de “fazer-se escritora” em torno da produção desse espaço, compreendemos a escrita ficcional de Emília como um *locus* para pensar relações de poder, anseios, estratégias e agências partilhadas por mulheres de elite no país dos anos 1940 e 1950.

Palavras-chave:

Emília Dantas Ribas; Espaço, Literatura e Gênero; Escritoras; Paraná.

Abstract:

In the articulation between History, Literature and Gender Studies, this article proposes a reflection on the trajectory and part of the written work of Emília Dantas Ribas (1907-1978), who acted as teacher, radio speaker and writer between the cities of Ponta Grossa and Curitiba, Paraná. The publication of the novel "A Primavera Voltará" (1949) ("The Spring Will Return"), by its author, made it possible for her to be (re) known in her time as the first novelist of the Campos Gerais region. In light of the historical conditions of her social insertion and of the process of "becoming a writer" around the production of that space, we understand Emilia's fictional writing as a *locus* for thinking power relations, yearnings, strategies and agencies shared by elite women in Brazil of the 1940s e 1950s.

Keywords:

Emília Dantas Ribas; Space, Literature and Gender; Writers; Paraná.

* * *

³ Historiadora; Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, no qual integra o Grupo de Pesquisa Espaço e Sociabilidades. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5963282927278587>

1. Introdução

Em 20 de janeiro de 1950 o jornal *O Dia*, produzido em Curitiba (PR), publicou em nota um resumo das últimas “Notícias da Imprensa sobre ‘A Primavera Voltará’”. Este era o nome de um romance escrito por Emília Dantas Ribas, publicado no ano de 1949, e que renderia para sua autora a inserção em algumas agremiações letradas do estado. Segundo as notícias, o livro era um acontecimento marcante, pois representava “o lançamento do primeiro romance de uma pena feminina [...] a primeira escritora pontagrossense” (NOTÍCIAS..., 1950, p. 4). Indicando que o livro foi “recebido festivamente pela imprensa local e pelos intelectuais”, foram retomados ali os comentários veiculados nos dois jornais de maior circulação em Ponta Grossa (PR), cidade natal da escritora e onde ela morava: o *Diário dos Campos* e o *Jornal do Paraná* (respectivamente).

O “Diário dos Campos” assim se expressou: “Emília Dantas Ribas, filha de ilustre de Ponta Grossa, prosecta educadora, é a autora da ‘A primavera voltará’. Intelectuais temos, nítido, muitos. Poucos deles, porém, animaram-se a editar um livro. E, ao que sabemos, nenhuma **representante de nosso mundo feminino** figurava entre os escritores paranaenses. A Sra Emília Dantas Ribas, porém, vem conquistar, com seu livro, esse galardão para Ponta Grossa. Apresentamos à ilustre beletrista os nossos parabéns e nos confessamos agradecidos pela distinção da oferta que nos fez”.

[...] O *Jornal do Paraná* consignou o seguinte: “[...] Congratulamo-nos com a população paranaense por contar **no rol de seus excelentes intelectuais com a distinta dama**, que presenteou sua terra e o Brasil com essa estupenda obra literária. O Sr. Adalberto Carvalho de Araújo, por intermédio do *Jornal do Paraná* agradece à exma sra. Emília Dantas Ribas pela gentileza do oferecimento, apresentando-lhe parabéns pela felicidade com que **compôs o excelente livro**” (NOTÍCIAS..., 1950, p. 4, grifos nossos).

A “distinta dama beletrista” era conhecida por pertencer a uma “ilustre família” cidadina e também pelo seu trabalho no magistério. Tais pertencimentos foram evocados pela imprensa como disposições importantes ao próprio ato de compor um “excelente livro”. Como era comum naquela configuração social, a autora procurou divulgar seu livro, ofertando-o de presente aos diretores e principais escritores de jornais, e, também, ao *Centro de Letras do Paraná*⁴, fazendo com que ele circulasse nos grupos letrados autorizados do

⁴ O *Centro de Letras do Paraná* figurou como uma instituição importante para a produção cultural e para as dinâmicas de consagração letrada no estado, sobretudo na primeira metade do século XX: foi criada em 1912 e se localizava em Curitiba, que dista pouco mais de 100 km de Ponta Grossa.

cenário local.

Naquela ocasião, o correspondente e responsável pela sucursal do jornal *O Dia* na cidade de Ponta Grossa era Daily Luiz Wambier⁵. Wambier acabava de publicar um livro de crônicas chamado “Prelúdio” (1950, Tipografia João Haupt de Curitiba), com o qual participou, ao lado de Emília Dantas Ribas, do Concurso de Livros de 1949, promovido pelo *Centro de Letras do Paraná*. Ambos, aliás, foram premiados neste concurso. O escritor, quando veiculou a recepção elogiosa de Emília pelos pares, ocupava uma posição central no *Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC)*, espaço letrado existente em Ponta Grossa que, desde a sua criação, em 1948, atentava aos “homens e mulheres que dedicam sua atenção à cultura em geral” (WANKE, 1999, p. 96), propondo-se a congregá-los.

O grupo reunido no *CCEC*, bem como as ideias e as sociabilidades mobilizadas por seus sócios fundadores, constituíram o objeto da minha dissertação de mestrado (GUEBERT, 2018). Nesse trabalho, levantamos um indício que não poderia ser ignorado: a presença exclusiva de homens no seu quadro de sócios efetivos, ainda que Emília Dantas Ribas e outras escritoras da cidade fossem apreciadas como “ilustres beletistas”, inclusive por integrantes do próprio *CCEC*. O estatuto desta agremiação não pressupunha distinções ou exigências oficiais de sexo, cor, religião, idade ou classe, mas na prática um padrão de recrutamento existiu: notabilizado como um grupo de elite, ele se fez composto por homens que podemos caracterizar como brancos, cristãos, e que, em sua maioria, tinham como ocupação profissional a saúde e, sobretudo, a educação pública. Esse retrato não remetia a uma suposta inexistência de mulheres que escreviam na cidade e arredores em meados do século XX, mas sim a marcadores e inflexões de gênero que atravessavam profundamente aquela configuração intelectual.

Do ponto de vista do *CCEC*, é possível demarcar que somente uma década depois da sua fundação, em 1957, foram propostas e aceitas as primeiras (cinco) sócias⁶, entre as

⁵ Daily Luiz Wambier nasceu em Ponta Grossa em 1908 e faleceu na cidade em 1965. Radialista, redator e secretário de jornais, combinava suas atividades letradas com o trabalho de funcionário da chefia do tráfego ferroviário. Foi sócio atuante do *Rotary Club* local, entre outras agremiações de elite, notabilizando-se como figura (re) conhecida no meio midiático e político local.

⁶ Na ocasião, o periódico oficial do *CCEC* – o *Tapejara* (1950-1976) – anunciou as sócias como “As primeiras euclidianas pontagrossenses”. A nota elogiava o grupo, destacando: “[...] haver associados de todos os partidarismos e representantes de todas as classes e setores da sociedade. Entretanto, uma falha ainda observada: a de nossas distintas patrícias, professoras e intelectuais em geral. Recentemente foram

quais não constava o nome de Emília Dantas Ribas. A essas sócias se seguíam outras, em intervalos de tempo espaçados, cuja entrada geralmente vinha acompanhada de representações acerca das “virtudes femininas”, atreladas a funções angariadas de bibliotecária e secretária, entre outras. Explicitavam-se ali imagens do feminino há muito ancoradas na memória discursiva, que atribuíam às práticas sociais um espaço binário assimétrico: ao feminino o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, do particular; e ao masculino o da racionalidade, da praticidade, da gerência do universo e do universal. Polarizações que justificam/reforçam uma divisão generizada do mundo (SWAIN, 2001, p. 16-17).

Rastreando convenções socioculturais internas, mas também olhando para fora do CCEC para compreendê-las, desconfiamos de toda bibliografia que partia do pressuposto que o motivo da “falta” de mulheres de letras neste espaço seria uma suposta má qualidade dos textos produzidos por elas ou então que simplesmente não se dedicavam a esse tipo de atividade⁷. Logo percebemos que se trata de uma ausência/presença ambíguas, já que diversas mulheres se inseriram e circularam no CCEC em condições específicas ao longo dos anos, tais como: 1) estudantes do Colégio Secundário, da Escola Normal ou da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que eram alunas de sócios efetivos, convidadas como ouvintes de palestras ou partícipes de eventos cívicos e festivos; 2) esposas e familiares de sócios que vez ou outra se faziam presentes, especialmente em datas comemorativas; 3) poetisas e ensaístas pertencentes a outras agremiações, como o próprio *Centro de Letras do Paraná*, que se notabilizaram como sócias-correspondentes, contribuindo com textos escritos ao periódico oficial do grupo, o jornal *Tapejara* (1950-1976)⁸.

propostas e eleitas as primeiras: Maria Eulina Schena, Lydia K. Almeida, Ana de Barros Holzmann, Arminda Frare e Neusa Castro Guimarães.” (AS PRIMEIRAS..., 1957, p.20).

⁷ “[...] como na cidade de Ponta Grossa não se conhecia um alto grau de divisão do trabalho social, o grau de autonomização dessa configuração intelectual em relação aos ‘campos’ econômico, político e religioso era ainda muito pequeno e as fontes sinalizam a proximidade existente entre oradores, educadores, jornalistas, políticos, proprietários de terras e oficiais militares conterrâneos, que juntos encampavam projetos comuns” (GUEBERT, 2018, p. 24). Portanto, falar unicamente na qualidade escrita dos sujeitos que eram recrutados, em detrimento dos que não eram, além de uma visão a-histórica, no sentido de que nega uma série de mecanismos de sociabilidades e de poder, entre eles conformações de gênero, tampouco considera que os letrados radicados em Ponta Grossa e em Curitiba se autorizavam ainda muito em função das suas redes de pertencimento.

⁸ Enquanto as duas primeiras categorias de “euclidianas” aparecem em fotografias, mas são muito difíceis de rastrear e contabilizar, já que não costumavam assinar as Atas de Reuniões ou publicar trabalhos, as últimas, constituíram um total de 28 autoras num universo de 380 articulistas (ao longo de 26 anos de

Conforme o inquérito avançava, nomes de mulheres que publicavam na imprensa da cidade e eram nela reconhecidas como profícuas oradoras da rádio, educadoras e/ou diretoras de escolas e escritoras de diversos gêneros literários, mas que não fizeram parte das listagens oficiais do *CCEC*, não demoraram a brotar. Emília Dantas Ribas, como já indicamos, foi um desses nomes. Seu lançamento como a primeira romancista dos Campos Gerais nos anos de 1949 e 1950 – marcado pela publicação do romance – contrasta, a um só tempo, com o momento de consolidação desse *Centro Cultural* que reuniu a “intelectualidade” da cidade, que era então significada como a “princesa” da região dos Campos Gerais do Paraná. Esse contraste pode revelar tensões que enredaram as práticas de produção e de apreciação literárias daquele contexto⁹.

“A Primavera Voltará” (1949) teve edição primeira e única. Foi lançado pela Editora Guáira Limitada, localizada em Curitiba, que foi criada no início dos anos 1940 e que, segundo Leilah Bufrem (1995, p. 70), a partir da figura central de Oscar Joseph de Plácido e Silva (1893-1963), seu editor-proprietário, notabilizava-se por lançar livros e coleções de qualidade bibliográfica, alguns dos quais atingiram projeção nacional naquela década e na seguinte. Além disso, a feitura e a circulação do romance se deram num contexto de expansão do horizonte de posições almeçadas e assumidas pelas mulheres de elite, no que se entendia (conforme a visão dominante) como o espaço público, neste caso, dos intelectuais: não à toa, entre 1949 e 1952, quando o livro de Emília Dantas Ribas foi premiado pelo *Centro de Letras do Paraná*, rendendo-lhe, em seguida, o convite e a nomeação como sócia deste *Centro*, ele estava sob a presidência da escritora Leonor Castelhana¹⁰.

Esses vestígios e suas inter-relações serviram de pontapé a este artigo. Nosso interesse recai menos no perfil biográfico que sai de um ponto inicial para cair num ponto

existência do jornal). De todo modo, somente uma categoria sócio-profissional de mulheres – a das professoras – entraram como sócias efetivas do *CCEC* (GUEBERT, 2018).

⁹ Conforme propunha Simone de Beauvoir (2016, p. 7), ao se falar de feminino, tal como de masculino, estamos falando de um estado/posição circunstancial, porque sociocultural – portanto mutável – e não de uma essência. Além dos estudos das relações de gênero permitirem ampliar nosso conhecimento acerca da história intelectual do Paraná, possibilitam o cotejamento com outros grupos em diversos pontos do país que informam práticas semelhantes ou singulares.

¹⁰ Leonor Castelhana (1899-1969) nasceu e viveu em Curitiba. Desde a década de 1920 deu lugar a saraus literários em sua casa. Fez carreira como funcionária pública da Secretaria da Fazenda do Paraná, enquanto frequentava clubes e encontros literários e escrevia na imprensa. Sócia do *Centro de Letras do Paraná* a partir de 1935, ela foi particularmente atuante, também, no *Centro Paranaense Feminino de Cultura* (a partir de 1940). Sobre a sua trajetória, ler Lorena Zomer (2013).

final, e mais pelos problemas que a trajetória e o romance suscitam (incluindo a uma série de ambiguidades e lacunas), com destaque à potencialidade dessa reflexão em torno das relações entre História, Literatura e Gênero.

2. O eclipse de uma autora

No início dos anos 1950, “A Primavera Voltará” representou um marco literário no que diz respeito ao espaço dos Campos Gerais do Paraná. Além de representar, no seio das elites locais, a primeira mulher nascida e crescida naquela região a publicar um romance, marcava (não menos) a vida que este espaço social e histórico ganhou através da sua pena, com tamanho destaque (também pela primeira vez) numa obra de ficção, já que o cenário, os personagens e o próprio enredo do livro compunham uma simbiose de lugares, costumes e histórias que remetiam àquela realidade: a Serra que levava dos Campos de Pecuária ao Litoral do Paraná, o episódio da Guerra da Lapa, as ruas, a fonte de água e a escola de Guarapuava, os modos de fala e de alimentação rurais, a festa de Igreja do Divino Espírito Santo, entre outras referências que constroem a narrativa. Atente-se para a maneira como Eloy de Montalvão se referiu à obra no jornal *O Dia*, em 20 de abril de 1951:

Emília Dantas Ribas, não só escreveu seu livro com a preocupação de jogar personagens fazendo obra de ficção; o traçou com alma, empregando-o de ensinamentos que caracterizam as ações, nunca condenáveis para a formação de espíritos elevados. A autora procura, com admirável lucidez, **interessar os leitores pela sua terra, pela educação da mocidade, pela disseminação dos bons costumes, virtudes, grandezas d’alma**, mostrando, também erros que devem ser corrigidos, incompreensões que devem ser esclarecidas. Os personagens que giram em torno de “A Primavera Voltará”, não são simples bonecos imaginativos: são **figuras reais, sentidas, vividas e observadas**, sob ângulos simples de fácil discernimento. Escreveu lances que se justificam plenamente, **como registro social, da época em que viveu**. Não dissecou-os à luz da psicologia – encaminha-os delicadamente, sob uma doce paz de sinceridade. As cenas se sucedem, umas após outras, sem quebra de seguimento, sem transições bruscas ou malabarismos literários provocadores de surpresas mirabolantes. “A Primavera Voltará” é um livro ameno, simples que faz bem a alma e ao coração, repassado pela **finura romântico-bucólica de dedicada autora** (MONTALVÃO, 1951, p. 5, grifos nossos).

A crítica, em parte reproduzida acima, foi a mais longa e detalhista a respeito da obra que conseguimos encontrar. Nela, a autora foi comparada a Octavio Fenillet,

enquanto escritores que alcançaram “alturas sublimes em vôos de simplicidade”, conforme o texto, a força intelectual de Emília Dantas Ribas residia na reunião de fatos comuns e de vários personagens “trabalhados pela observação”, unidos às recordações de anos passados. Destacando sua narrativa como descritiva e bem elaborada, ela teria criado “instantâneos colhidos da própria vida com precisão, com doçura e apresentados com colorido ameno, real, sem os contrastes berrantes das fantasmagorias”, onde os leitores e leitoras poderiam encontrar “o sentido magnífico das grandes verdades” (MONTALVÃO, 1951, p. 5).

O que chama atenção nesse comentário, especialmente em relação aos restantes, é que, ali, em particular, o livro foi visto pelo seu potencial de registro social e, também, como um livro que “agrada, satisfaz e eleva”, porque feito “cheio de ternura, repleto de sensibilidade” (MONTALVÃO, 1951, p. 5). Na recepção mais ampla do romance na imprensa, a primeira faceta – ligada a capacidades de observação social – tendia a perder espaço para a segunda, de modo que a escritora, sobretudo com o passar do tempo, tornar-se-ia muito mais conhecida por disposições de escrita aliadas ao sentimento, à intuição, às “letras femininas” no que elas guardavam de “uma exigência social destinada às mulheres: [...] uma economia emocional totalmente voltada para os outros, esquecendo-se de si mesma (SWAIN, p. 34). Este último tema, afinal de contas, foi estampado no próprio livro, em sua página de abertura: “Dedico este livro a todas as mulheres que esqueceram de si próprias; que, ensinando, gastaram o corpo e o espírito buscando abrir na treva caminhadas de luz” (RIBAS, 1949, p. 3). Tais qualidades (de certa forma já esperadas) condiziam com a carreira desenvolvida por Emília em torno da “educação da mocidade, pela disseminação dos bons costumes”. Era como se elas figurassem como as principais ou mesmo únicas contribuições do romance “à sua terra”, enquanto poucos valorizariam as “figuras reais, sentidas, vividas e observadas” em “A Primavera Voltará”.

A história desse livro indica um processo de eclipse mais amplo. A prosa de Emília, assim como de várias escritoras de seu tempo, foi recebida pelos pares de modo geral como portadora de elementos que a definiriam como espiritualista, introspectiva, de acentuada delicadeza e sensibilidade e foi elogiada por isso. Ela foi admirada como mulher, cuja “essência” seria emotiva, cuidadosa e melancólica – imagem que vai ao encontro de uma naturalização do feminino, operada pelo sistema de gênero da época – como se estas

fossem características universais das mulheres, portanto da mulher que escreve. Essas apreciações, que eram correntes quando da publicação do livro, remontam a séculos de literatura em que “as mulheres permaneceram nas margens, condicionando que a voz dos homens não teria gênero e que por isso existiriam duas categorias, a ‘literatura’, sem adjetivos, e a ‘literatura feminina’, presa a seu gueto” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 63). As palavras mobilizadas pelo receptor José Augusto, em 23 de maio de 1950, ilustram a questão:

Ainda agora a escritora Emilia Dantas nos envia o seu romance “A Primavera Voltará”. Desde o sugestivo título com o qual enuncia seu magnífico breviário, escrito com alma e coração, até as derradeiras páginas, sente-se a delicadeza e a sensibilidade da poetisa, a reviver um drama sutil de comoventes lembranças no qual existe um sonho que é uma esperança que ainda nos acena, com promessas desvanecedoras que é tão diferente daqueles outros que bem cedo traíram as nossas aspirações e os nossos anseios de realidade. A escritora Emilia Dantas merece os nossos estímulos. Não cabe nesta síntese a análise demorada do belíssimo romance “A Primavera Voltará”... Contudo, devemos afirmar que a autora foi para nós revelação mais animadora da vitória das letras femininas, das quais ela é, sem favor, uma das mais autorizadas representantes (AUGUSTO, 1950, p. 5).

O que se destaca na lide com a documentação, a partir daí, é que décadas depois do sucesso de seu livro, a autora encontrar-se-ia *invisibilizada*¹¹. Em conformidade com os estudos de Zolin (2012, p. 160-161), atesta-se, mais uma vez, que apesar de existir uma considerável produção literária de autoria feminina no Brasil (e de acordo com esse recorte, no Paraná), o gênero foi tomado como forma de expressão dessas escritoras, considerado suas expressões como “menores” em relação à “arte de escrever”, instituída tradicionalmente como domínio masculino.

Esse tema, concordando com Heloísa Buarque de Hollanda (1992), implica considerar os modos de inserção, as condições de exercício e as dinâmicas de consagração (e apagamento) intrínsecas às configurações intelectuais. Em conformidade com essa proposta, que questiona os próprios processos de construção da história e do cânone

¹¹ Lúcia Osana Zolin (2012), juntamente com outras pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), por meio do projeto denominado “A Literatura de Autoria Feminina Paranaense”, que já resultou na construção de um Centro de Documentação voltado ao tema, vêm realizando o mapeamento da produção tornada “invisível” pela mediação crítica da História da Literatura, a partir de uma postura de revisão do cânone e de desconstrução dos saberes hegemônicos, buscando conferir visibilidade histórica e literária às escritoras do passado e do presente.

literários, o romance aqui mobilizado permite problematizar como os espaços literários se articulam com o corpo social mais amplo, fazendo-se repletos, portanto, de relações de poder¹². Dessa perspectiva, consideramos que os valores definidores da “boa literatura” e do “levrável/consagrado” num determinado contexto são tributários de uma complexa rede de posições, interesses e negociações, marcadas por profundas desigualdades sociais de gênero, classe e/ou raça, que se reproduzem ou se transformam ao longo do tempo. Dialogando com o trabalho de Regina Dalcastagnè (2005, p. 17), compreende-se que, assim como na produção literária brasileira atual, os parâmetros de julgamento estético do passado circunscreviam “um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros”, o que significa que determinadas produções tendiam a ser *não incluídas* de antemão.

No que diz respeito à longa história da marginalização das mulheres na instituição literária, estamos lidando com um problema que não é novidade, mas que vem sendo proposto de diversas maneiras por pesquisadoras e pesquisadores, sobretudo dos anos 1980 pra cá. Visando contribuir com as descobertas e com o debate em torno das escritas ausentes/esquecidas/eclipsadas do cenário da literatura em função do seu lugar de produção (sendo que a maioria das escritoras brasileiras se encontram nesse patamar), o tema é retomado aqui a partir das vozes de uma autora do interior do Paraná, cuja legitimidade enquanto produtora cultural parece ter sido colocada em questão, em diferentes momentos, tanto por interdições explícitas, quanto veladas, e que tenciona, com a sua presença, o próprio entendimento acerca do que é a atividade literária (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 16).

No fim dos anos 1940, Simone de Beauvoir denunciava como a entrada das mulheres na literatura ainda se dava como “mulheres”, isto é, de acordo com os efeitos de gênero vigentes. Apesar das especificidades contextuais, é possível estabelecer um diálogo entre os processos escancarados em “O Segundo Sexo” e aqueles que envolveram a inserção e a consagração de Emília Dantas Ribas: algumas marcas identitárias e

¹² Joan Scott (1992), ao trazer à luz o processo de emergência (a partir dos anos 1970) do campo de estudos da história das mulheres, já destacava o seu paradoxo decisivo: aquilo que supostamente seria um suplemento – as mulheres, então ausentes, foram adicionadas – à história estabelecida, promovia, a um só tempo, um deslocamento radical – reivindicando uma necessidade de reescrita e substituição – dessa história.

essencializadoras limitavam, em diversos sentidos, a apreciação da qualidade e a própria feitura das obras. Sancionadas pelo senso comum e (não menos) pelo senso institucionalizado das letras, internalizadas e externalizadas pelos agentes¹³, estas marcas valoravam que a mulher escrevia como uma espécie de ornamento e que “o estro feminino seria destinado a cantar sonhos e fantasias interiores, como se as mulheres não fossem capazes de refletir sobre os problemas da sua existência humana e social” (LEITE, 2005, p. 233).

Emília Dantas Ribas, nesse sentido, parece ocupar um duplo “não lugar” na história literária: o lugar de mulher - de outro/de segundo - e o lugar de mulher conservadora. Há que se destacar que ela se situa próxima, do ponto de vista literário, de uma gama de escritoras militantes católicas, como Amélia Rodrigues (1861-1926) e Júlia Lopes de Almeida (1862- 1934), cuja produção data de fins do século XIX e da primeira metade do século passado e cujas *tomadas de posição*, como integrantes das classes médias e das elites, não foram (ou não parecem ter sido) de contestação alta e declarada aos valores vigentes.

A História das Mulheres que, devido a sua orientação política e metodológica, resgatou experiências históricas de dominação masculina e uma gama de resistências cotidianas a elas atreladas, no caso das escritoras, parece ter privilegiado determinados tipos de autoras e textos: as obras analisadas geralmente eram formadas por imagens de mulheres fortes, com as quais as potenciais leitoras poderiam se identificar. Esse processo esteve vinculado à formação de uma agenda de interpretação pela crítica feminista, que, conforme afirma Toril Moi (1988) definindo o que seria uma “boa literatura” de autoria feminina a ser convertida em objeto de estudo, acabou operando, muitas vezes, um coroamento de uma forma expressiva de narrativa: o realismo ao invés do idealismo, o engajamento ao invés do exílio, a identidade integrada e exemplar ao invés de “eus” móveis e pluralistas, o caráter revolucionário ao invés do reacionário, etc. Toril Moi assinala esses aspectos em torno das tentativas de formação de um contra-cânone, empreendimento fundamental,

¹³ A noção de *habitus* empregada por Pierre Bourdieu (2004, p. 158) ajuda a pensar tais questões: ela se refere a um conjunto de disposições corporificadas através das quais as pessoas apreendem o mundo social, a partir da interiorização das estruturas sociais desse mundo. Trata-se de um conjunto de estruturas cognitivas e avaliatórias que os agentes adquirem através da sua experiência em uma posição social. Dessa perspectiva, todos constroem ativamente as suas visões de mundo, mas o fazem a partir de esquemas de produção de práticas (sociais, culturais, intelectuais), que funcionam também como um sistema de percepção e apreciação destas mesmas práticas.

mas que não esteve livre, por sua vez, de mecanismos de escolha, em certo sentido, semelhantes aos que buscavam superar.

Dentro dos estudos sobre mulheres - inegavelmente ricos – realizados até o início dos anos 2000 no Brasil, toda uma gama de mulheres e de formas expressivas textuais que se alinham ao espectro do conservadorismo político e social, a não ser quando participantes das primeiras organizações feministas, teriam recebido pouca atenção. Conforme atesta Ana Paula Vosne Martins (2016, p. 3), o esquecimento de escritoras e militantes pertencentes à elite, tanto por parte da história, quanto da literatura de mulheres, estaria vinculado aos posicionamentos morais e ideológicos veiculados por elas e que foram interpretados pelos analistas como conformistas ao que socialmente delas se esperava (casamento, maternidade e obediência). Tais mulheres foram então enquadradas como agentes da reprodução e da dominação de gênero postas em sua época e espaço social. Compreendendo Emília Dantas Ribas de maneira relacional e como sujeito múltiplo, questionamos a própria identidade construída a seu respeito enquanto “mulher de elite e católica”. Procurando não deletar da análise as ambiguidades das situações, interessa refletir sobre modos de vida e de ação menos perceptíveis do que as (e mesmo que destoam das) linguagens dos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que, ao nosso ver, não são objetos menos importantes.

As mulheres de elite no Brasil foram, sim, quase que na sua maioria conservadoras intransigentes porque a formação que tiveram em suas famílias, nas escolas e principalmente pela religião católica as levou a cumprir e a defender aquele papel de reprodutoras da ordem familiar e social, visto não como algo limitador, mas como uma missão socialmente valorizada. Entretanto, há nesta imagem das mulheres de elite uma tendência à homogeneização e uniformidade desconcertante. [...] Se a categoria “mulher” foi alvo das críticas políticas que questionavam a sua universalidade, sem com isso enfraquecer a validade política do feminismo na sua incansável luta contra os sistemas de gênero e sua violência histórica, como é possível insistirmos na imagem uniforme da “mulher conservadora”? (MARTINS, 2016, p. 3).

O nosso inquérito histórico-literário em torno do romance “A Primavera Voltará” retoma práticas de educação e ocupação profissional de mulheres de elite no Brasil da primeira metade do século XX, pensando a trajetória de Emília como uma escritora que, assim como as integrantes do *Centro Paranaense de Cultura Feminina* (criado em Curitiba em

1933) investigadas por Seixas (2011), combinou ações culturais e educativas pautadas pelos ideais do maternalismo e da puericultura em voga naquele período, que contribuíram, à sua maneira, para a ampliação dos espaços sociais e intelectuais de atuação femininos.

3. Vestígios da trajetória de Emília Dantas

Emília Dantas nasceu na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, no dia 1 de novembro de 1907 e faleceu em Curitiba, em 19 de janeiro de 1978. Vivenciou toda a sua infância, juventude e boa parte da vida adulta na cidade natal, onde foi iniciada nas letras, tornando-se leitora nos âmbitos da casa e da escola. Ao longo dos anos, a prática e o gosto da leitura se concretizaram: alfabetizou-se no Grupo Escolar Senador Correia, em seguida cursou, junto a outras meninas cidadinas, a escola intermediária, que, por sua vez, preparava-as para a próxima etapa educativa que se abria às mulheres naquela realidade: a Escola Normal. Em todos estes espaços foi aluna da professora Judith Macedo Silveira¹⁴, cuja atuação, Emília evocaria, anos depois, com as seguintes palavras: “Ereta, quase viril, desfilando com a bandeira auriverde desfraldada ao vento. Os alunos, impecáveis nos seus uniformes, cantavam os hinos da Pátria e marchavam, com o Brasil, para os mais altos destinos da humanidade” (OLIVEIRA, 2002, p. 173).

Emília e suas irmãs receberam uma educação primorosa, pautada numa série de valores e hábitos católico-nacionalistas e higienistas¹⁵. Os pais – José Joaquim e Marcelina Dantas – apoiaram a sua inserção na carreira profissional do magistério: “Ao ensino pontagrossense, a família Dantas deu três educadoras: as irmãs Judith, Emília e Marcelina” (OLIVEIRA, 2002, p. 172). Emília se formou pela Escola Normal Primária de Ponta

¹⁴ Segundo Oliveira (2002), Judith Macedo Silveira nasceu em 1893. Formou-se na Escola Normal de Curitiba em 1909. Exerceu carreira no magistério em Ponta Grossa, dirigiu e lecionou durante anos na Escola Normal local, destacando-se por fundar em 1926 o Liceu dos Campos, estando a sua frente até 1945. Ela foi à fundadora da Cadeira 30 da *Academia Feminina de Letras do Paraná* (fundada em 1970), depois assumida por Emília Dantas Ribas. Faleceu em Ponta Grossa em 1947.

¹⁵ Além das duas irmãs, Emília possuía 6 irmãos: Antonio Dantas, diretor da revista “Correio dos Ferroviários”, Eduardo Dantas e Manuel Dantas, funcionários da chefia do tráfego ferroviário, Carlos Dantas, bancário residente em São Paulo, Cesar Dantas, engenheiro civil residente em Curitiba e José Dantas, funcionário da estrada de ferro (este último faleceu ainda jovem em 1942).

Grossa em 1929. A instituição em sua versão moderna, que existia apenas há cinco anos (desde 1924), do ponto de vista da instrução pública, caracterizava-se como pioneira no estado do Paraná, e, do ponto de vista arquitetônico, pela monumentalidade do seu edifício. A Escola Normal modificou a economia estética e educacional da cidade.

Os esforços educacionais e profissionais seguidos por Emília Dantas se entrelaçaram às transformações sociopolíticas ocorridas no país na primeira metade do século XX que, segundo Seixas (2011), modificaram substancialmente as experiências femininas no mundo urbano: ao mesmo tempo em que os papéis sociais de gênero eram politicamente mobilizados por discursos médicos, jurídicos e científicos, onde se reforçava uma visão tradicional da feminilidade (na qual a mulher seria responsável pelo lar e pela família), as mulheres foram requisitadas em locais fora do lar, passando gradativamente a se inserir nos meios educacionais, profissionais e culturais de muitas cidades brasileiras.

Nos anos 1930, enquanto Ponta Grossa passava por uma ampla reforma urbana, nos moldes do ocorrido em outras cidades brasileiras – realinhamento das ruas centrais, ampliação das redes de água e iluminação e criação de estabelecimentos de ensino primário público – Emília lecionou ao lado de Helena Kolody¹⁶ e começou a traçar o seu protagonismo público, ao passo que essas mulheres se envolveram em empreendimentos pedagógicos e de escrita em comum.

A escola funcionou, assim como a imprensa, os saraus e academias, como um *locus* das redes de associação intelectual das mulheres e dos espaços informais ou semipúblicos onde a reflexão sobre a literatura e a cultura se desenvolvia e circulava. O “fazer-se intelectual” de Emília esteve intimamente relacionado a essa ocupação sócio-profissional (o magistério). Um dos modos de inserção e um marcador social da aquisição de prestígio – sobretudo quando alcançou os cargos de Diretora de ensino – foi por meio do ofício que ela se lançou na esfera da cultura.

Emília Dantas fez parte do grupo de mulheres paranaenses recrutadas a participar

¹⁶ Helena Kolody nasceu em Cruz Machado em 1912. Coursou a Escola Normal, atuou como professora em Ponta Grossa, Curitiba e outras cidades paranaenses. Escreveu diversos livros de poesia e é considerada a primeira mulher a publicar Haikais no Brasil (1941). Pertenceu a *Academia Paranaense de Letras* (1991), recebeu prêmios como o título de "Doutora Honoris Causa" pela UFPR e faleceu em Curitiba em 2004. Luísa C. dos Santos Fontes (2008) pesquisou a sua obra.

da política governamental do interventor do Paraná Manoel Ribas (1932-1945). Ela foi a primeira a assumir o posto de Direção de ensino, entre 1935 e 1937, da primeira escola construída no seu governo: o Colégio Júlio Teodorico, erguido no centro de Ponta Grossa. Na manhã de inauguração do edifício, marcada por uma pomposa cerimônia “pronunciou-se a educadora [...] que falou na qualidade de diretora do novo Educandário” (BATISTA, 2006, p. 3). Discursando entre os homens da alta elite política estadual e para um público majoritariamente masculino¹⁷, vemos Emília, nesse momento, investida de um lugar de *fala autorizada*. Depois deste cargo, ela exerceu por várias vezes a direção da Escola Normal Primária local junto às atividades de docência e de paraninfa dos “professorandos” e, especialmente, das “professorandas”.

Autora de estudos e discursos na área do ensino público e do civismo, ela estabeleceu circuitos entre a escola e a imprensa, onde iniciou e praticou a sua escrita literária. Segundo o levantamento realizado por Fontes (2008), das publicações feitas por mulheres na imprensa de Ponta Grossa, com exceção de Anita Philipovsky¹⁸ – na época já consagrada – de Helena Kolody¹⁹ e de Emília Dantas, todas as demais escritoras, em sua maioria professoras, assinavam seus artigos com pseudônimos, como Branca de Neve, Cinderela, Ranzinza, Chiffon, Brasileira, Mike, Flor de Lótus, Muriel, Espanholita, Satanela, Tia Bilu ou então com as iniciais: GIP, LPM, CL (FONTES, 2008, p.4). Ainda não se sabe se ou quais destes artifícios de publicação foram usados por Emília Dantas, tampouco sobre a sua produção espalhada pela imprensa.

O que conseguimos reunir através de indícios esparsos é que Emília Dantas

¹⁷ Entre eles: Manoel Ribas, Governador do Estado; Dr. Gaspar Veloso, Diretor Geral da Instituição Pública do Paraná; Albary Guimarães, Prefeito Municipal; D. Antonio Mazzaroto, Bispo Diocesano de Ponta Grossa; Dr. Lauro Fabrício de Mello, Promotor Público da Comarca; Cel. Adolphito Guimarães, Delegado de Polícia; Dr. Ângelo Lopes, Diretor de Obras Públicas do Estado; João Rodrigues, Diretor de Ensino do Município; Dr. Raul Machado que fiscalizou a construção do edifício escolar, etc. Os presentes visitaram as dependências do novo Grupo Escolar e em seguida o governador e a comitiva foram almoçar no Hotel Franze (BATISTA, 2006, p. 3).

¹⁸ Anita Philipovsky nasceu em Ponta Grossa em 1886. Estudou línguas, literatura, artes e música em casa, com professores europeus contratados por seu pai. Publicou contos, crônicas, poesia e crítica literária em numerosos jornais, sobretudo, nas duas primeiras décadas do século XX. Após o pai falecer, recolheu-se nos muros da fazenda e destruiu a sua obra. Faleceu em 1967. O resgate da obra publicada pela autora na imprensa foi realizado por Santos (2002).

¹⁹ Nos anos 1930, Helena Kolody coordenou uma página feminina no jornal *Diário dos Campos*, que dizia espelhar “palida e modestamente, a alma pulchra [sic] da MULHER PONTAGROSSENSE”, sendo que algumas matérias saíam em nome do *Centro de Cultura Feminina* (FONTES, 2008, p. 4).

escreveu poemas, ensaios, contos e “esteve presente nos principais jornais e revistas editados no Paraná e era um nome muito respeitado nos círculos culturais do estado” (OLIVEIRA, 2002, p. 173) antes de adquirir o sobrenome do marido. Conforme noticiado nos jornais, ela foi a palestrante que abriu a “Semana da Criança” realizada em Ponta Grossa em março de 1942 sob o patrocínio da Associação de Puericultura e da Prefeitura Municipal, além de ter pronunciado conferências pela Rádio PRJ-2 em diversas ocasiões, ao lado de intelectuais de renome no estado:

No palácio municipal a srta. Emília Dantas, diretora da Escola de Professores e brilhante intelectual patricia, pronunciou sugestiva conferencia sobre o 24 de maio, seguindo-se com a palavra o dr. Walfrido Piloto, cuja solida cultura é conhecida de todos. Sua oração, como a anterior, também alusiva a data, foi muito aplaudida. [...] E, assim, num ambiente de franco patriotismo, em meio as mais expressivas manifestações de brasilidade, para o que muito contribuiu a boa vontade do cel. Tristão de Alencar Araripe, comandante do Regimento aqui aquartelado, foi comemorado, em nossa cidade, o feito glorioso de nossas armas na campanha do Paraguai (OLIVEIRA, 2002, p. 172).

Sua inserção e reconhecimento como “brilhante intelectual” convidada para falar para grandes plateias de ouvintes, evidencia a proximidade que estabeleceu com instituições como o Exército e o Governo municipal e estadual, atrelada ao capital social herdado de sua família e a própria posição que conquistou na Escola Normal. O caráter cívico de suas falas, que, inclusive, atravessa a sua escrita ficcional, parece ter um peso significativo na construção desse lugar de fala, permitindo que ela acionasse seus conhecimentos literários em discursos direcionados à comunidade local, destacando-se aí a comunidade de mulheres de elite. Em setembro de 1945, o jornal *O Dia* publicou uma de suas falas na rádio de Ponta Grossa, denominada “A mulher e o alistamento”, em que ela fervorosamente conclamava as mulheres da cidade ao voto e à cidadania, defendendo sua agência pública:

É lamentável que se verifique que, quase as vésperas de encerrar-se o alistamento, poucas são as mulheres de Ponta Grossa que se capacitaram para comparecer às urnas e ali cumprir dever de brasileiras. Mulher de minha terra que constitues uma parcela da célula viva e palpitante de entusiasmo que é o Brasil – venho hoje falar-te. [...] é a pátria que conclama, neste momento, todos os cidadãos dignos de servi-la, e a mulher não lhe pode faltar. Não há governo popular que possa subsistir onde os cidadãos, em quem de fato reside a plenitude da cidadania, desconheçam os seus deveres cívicos ou sejam incapazes de cumpri-los – E o civismo não só diz direito ao homem mas também a mulher. Cabe à ela o dever de comparecer às urnas e ali mostrar que o Brasil não está em fase de decadência ou desintegração. Que aqui a mulher ocupa o verdadeiro lugar que merece dentro do desenvolvimento harmônico de uma pátria nova e produtiva que anseia por mais altos destinos. [...] E tú, mulher de Ponta Grossa,

não irés dar a triste impressão de que estás desligadas dos problemas nacionais e de que te não importas com os destinos da nação. [...] Alista-te, defende, com teu voto, o patrimônio da liberdade que herdaste dos nossos antepassados. Acostuma-te a cultivar o interesse pelos assuntos públicos, a retidão dos motivos com que deve agir o cidadão, o espírito de cooperação para o bem comum, o juízo certo no estudo das situações da vida pública e a iniciativa em aplicar a tais situações os meios adequados de sua solução (DANTAS, 1945, p. 3).

A escritora defendia a ascensão pública das mulheres através do argumento do aumento do coeficiente eleitoral do estado, representando essa participação como proveitosa para que elas tomassem parte mais ativa na política nacional. O texto indica uma profunda percepção das condições sociais de atuação das mulheres no campo do debate intelectual e político: ela jogava com a suposta falta de juízo da mulher em assuntos públicos, combatendo as imagens de que essa seria uma postura natural. Ressaltando que as características modernas e de participação coletiva podem ser ensinadas/aprendidas e, mais do que isso, despertadas em cada uma, Emília previa com argumentos bem encadeados possíveis críticas à sua tomada de posição. Suas palavras eram de combate à velha representação da mulher presa ao ambiente doméstico, ou antes disso, de defesa de uma mulher moderna que estava se construindo no contexto do fim da 2ª guerra mundial.

Ao aconselhar suas colegas pelo alistamento e iniciativa, insistia que a contribuição da mulher era indispensável para a evolução da sociedade brasileira. Essa ideia, em tons sutis, apresentava novas possibilidades de entendimento sobre a decadência: entre outros elementos, apontava que uma sociedade que não considera as mulheres da sua pátria enquanto cidadãs poderia significar uma sociedade que tende a ser decadente. O recurso utilizado para mobilizar essas categorias dialogava com as representações tradicionais da mulher, uma vez que apelava para os seus sentimentos de tristeza, bondade e mesmo renúncia diante da guerra que assistiram nos últimos anos, esperando o retorno dos homens que foram lutar na Europa. Em certo sentido, dizia Emília, as mulheres deviam sua participação na esfera pública aos soldados que se sacrificaram por um ideal: “oh tú que viste, agoniada, o sacrifício de nossos bravos, lembra-te que chegou a tua vez de cumprir o dever de brasileira” (DANTAS, 1945, p. 3). A autora exprime, nos textos dessa época, expressões de uma experiência geracional, bastante marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela disseminação de imagens de transição referentes ao feminino.

Na segunda metade da década de 1940, Emília Dantas se casou com Odilon Lustosa Ribas, pertencente a uma família tradicional dos Campos Gerais, cujos antepassados figuram entre os sesmeiros e tropeiros fundadores de Ponta Grossa, que atuavam como proprietários de terras e empresas na região. O acontecimento desencadeou um processo de (re)nomeação, já que foi como Emília Dantas Ribas que a nossa personagem passou a ser publicada a partir de então. É este nome que figura na capa do romance “A Primavera Voltará”, texto que ocupa um lugar de destaque em sua trajetória, já que foi a partir dele que passou a ser reconhecida como romancista. Como já mencionamos, a autora recebeu um prêmio em 1949 no concurso do *Centro de Letras do Paraná*, ao qual se seguiu a sua eleição como sócia deste *Centro*, como também da *Academia de Letras José de Alencar* (também localizada em Curitiba), ambos no segundo semestre do ano de 1950.

Como literata, reunindo suas experiências anteriores que se estendiam da escola à rádio, dos círculos de elite às rodas de mulheres, Emília empregou uma série de estratégias na escrita e na divulgação do seu livro. Entre elas, podemos destacar como ela mobilizou e fez usos de personagens e de categorias narrativas que já eram apreciadas nesses mesmos círculos. “A Primavera Voltará”, por esse mesmo motivo, deu lugar a uma escrita multifacetada, que não pareceu romper com os “limites permitidos” às mulheres bem quistas naquela sociedade, mas que, nem por isso, deixou de apresentar críticas e colocações sociais ao estado circunstancial das mulheres dos Campos Gerais, ao passo que sua autora experimentou lampejos de liberdade constitutivos das estéticas da existência, transbordando-se em “espaços que se abrem a partir da linguagem e da escrita como prática de relação renovada de si para consigo e também para com o outro” (RAGO, 2013, p. 30).

Dando continuidade à análise, levantaremos, a seguir, um conjunto de elementos literários intrínsecos ao romance, a fim de compreender a maneira pela qual Emília se constitui discursivamente como sujeito nesse texto, dando voz a uma personagem central na qual orbitam uma série de mulheres com vozes próprias.

4. “A Primavera Voltará” e as mulheres

“A Primavera Voltará” tem 227 páginas. O exemplar que tenho em mãos se encontra amarelado e desgastado pelo tempo. Estruturada em 12 capítulos numerados com algarismos romanos, a narrativa é conduzida em todos eles pela protagonista, em primeira pessoa. A personagem-narradora se chama Vanira e, assim como sua criadora, representa uma professora nos Campos Gerais do Paraná.

O primeiro capítulo retrata Vanira como uma mulher solitária, resignada, cansada e mesmo perturbada, que vive na mesma “casa grande” da infância, uma casa que se encontra esvaziada desde que o pai da família faleceu e seus irmãos, pouco a pouco, partiram para a vida adulta. Como a personagem não se casou, o romance faz emergir um lugar habitado, basicamente, por mulheres: Vanira e suas amigas, colegas de profissão, a empregada Rosália e a mãe (Dona Aninha) aleijada, que “morta-viva, dormia na cadeira de rodas”. Esse cenário corresponde ao momento presente do texto, ou seja, de onde a personagem-narradora parte, à beira de sua escrivaninha, estabelecendo uma relação ambígua de temporalidade perante o leitor/leitora.

Assim como em diversas obras analisadas por Margareth Rago (p. 30), a autora opera recortes do passado e de experiências que valoriza ou silencia em relação às mulheres retratadas, abrindo possibilidades de subjetivação e de existência para elas, isto é, apresenta personagens e situações a partir dos quais se pode perscrutar “a dimensão narrativa de construção do eu na objetificação da experiência” (RAGO, p. 30). Vanira evoca imagens de passado, sob a ótica subjetiva dela própria, seja porque as vivenciou em carne e osso ou porque as imaginou através de histórias contadas por pessoas próximas dela. O relato como um todo é baseado naquilo que a personagem chama de um “desfile de visões esmaecidas que marcham em procissão” (RIBAS, 1949, p. 88) que são constituídas, fundamentalmente, a partir de lembranças de Vanira-criança, de Vanira-adolescente, de Vanira-adulta e de Vanira-envelhecida, em suas relações (mutáveis) com o mundo, consigo mesma e com os outros personagens.

A temporalidade do romance, portanto, não é linear: pautado num tempo psicológico, alia-se ao fluxo de consciência da voz narrativa. Daí a dificuldade de estipular, em alguns momentos do texto, a qual das épocas descritas ela está se referindo. Tanto que, é somente nos últimos capítulos, fruto da estratégia narrativa de suspense empregada, que

conseguimos compreender que o momento mais contemporâneo da narrativa (o lugar de fala da narradora) trata-se da primeira metade da década de 1940, devido às referências à Segunda Guerra Mundial.

Toda a feitura do livro é desembocada pela leitura de uma carta. A epístola – recebida de um ex-aluno saudoso dos tempos de escola, agradecendo-lhe por sua dedicação – faz emergir em Vanira questionamentos, sentimentos, fantasmas e reflexões sobre a sua existência:

Não sei como pode uma carta exercer em nós uma influência tão grande e comover-nos tanto. Mas hoje foi assim [...] As palavras daquela carta, por essa estranha sensação que me acompanha desde ontem, entraram-me profundamente no coração (RIBAS, 1949, p. 13-14).

Com esse gatilho, a narradora, em certo sentido, expõe que nas condições de formação da escritora e do desejo de escrever, subjaz o processo de formação de uma leitora (FONTES, 2008, p. 1). Essa passagem também veicula o ideal de “escrita de ressurreição”, que irá definir a personagem no fim do livro: ela escreve para existir, para sair do exílio, para, através da escrita, exorcizar um passado e promover um futuro. Vanira se agarra na escrita como uma âncora, um meio para agir no mundo:

Escrever é dar a alma no momento da emoção, pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha; os meus escritos permanecem inviolados. Também não quero lê-los; talvez um dia eu os traga a luz [...] O dia avança. A carta de Eduardo continua na minha frente. Rosália veio por várias vezes saber se preciso de alguma coisa. – Estou ocupada, Rosália. Preciso ainda escrever muito. Tomei uma refeição ligeira e já não quero nada. A única realidade esmagadora do momento era não interromper a marcha das recordações do passado (RIBAS, 1949, p. 178).

Ela fala sobre um silêncio a que se sentia impelida, característica que Leite (2005) já percebeu em diversas poesias do início do século, e que constitui também assunto da prosa. Este elemento está relacionado, neste romance, a uma condição de gênero: o fardo que significava ser uma “solteirona” naquela sociedade. Quando jovem, Vanira se apaixonou por um homem desconhecido, chamado Ricardo, durante uma viagem que fez à praia junto

com as colegas professoras. Este homem irá agonizá-la, a um só tempo, como seu grande amor e sua tragédia vital: depois de se apaixonar e manter com ele um relacionamento, bastante comportado e cristão, cheio de epístolas de amor, a personagem descobre que ele era casado (com Sandra). O sofrimento por não saber se foi e/ou se será um dia amada por ele, soma-se com o estigma do lugar de “amante”, reforçando a imagem da ameaça moral que a solteirice representava naquela sociedade.

Emília Dantas Ribas opera neste triângulo amoroso uma inversão interessante: se, por um lado, adota a dicotomia romântica dos arquétipos femininos tradicionais, na qual uma é o anjo, a mulher passiva e dócil – “Mas vou seguindo com a corrente e ela arrastasse, dominadora” (RIBAS, 1949, p. 63) – a outra, é o monstro, a mulher que rechaça o passivo – “Na vingança silenciosa, ela venceu. Destruiu tudo de um golpe” (RIBAS, 1949, p. 68) –, por outro lado institui a personagem de Sandra, a esposa, como a antagonista da história. Grávida, sabendo das paixões do marido, vinga-se dele tomando um veneno, que aniquila ao mesmo tempo, consigo mesma, com o filho (uma prática de aborto) e com o casamento: a morte desse bebê como fruto da maldade representa o extremo oposto do imaginário cristão de *mãe sacrificial*, projetando a ideia de que Vanira, como professora, era muito mais mãe do que Sandra²⁰. Essa questão é reiterada na própria relação que a mocinha, amante que foi enganada, estabelece com Ricardo depois do acontecido: com a perda, ele adocece mentalmente e acaba louco, interno num asilo. Vanira, enquanto polo de bondade e sacrifício da narrativa, continua doando seu amor em visitas ao homem-enfermo que é a causa de suas principais angústias.

A página que abre “A Primavera Voltará”, como já apontamos, demarcava, em paratexto, o ideal de amortização dos desejos e dos sonhos em prol da humanidade. A defesa explícita de um modelo de mulher que esquece de si mesma, faz-se presente em várias camadas do texto. Percebe-se ao longo da narrativa, a afirmação de um tipo muito específico de *agência feminina*, pautada na virtude, na coragem, na benevolência e no

²⁰ Veja, por exemplo, este trecho: “Eu não sabia, realmente, o que era ser mãe; devia ser verdade; mas eu apenas não concebera um filho, não sentira nas entranhas o grito faminto de vida explodindo na ânsia da liberdade e da luz; meu sangue não circulava em outras veias, mas minha alma, essa sim, vivera a maternidade alheia, sofrera a dor, a incompreensão, batera-se arduamente nas caminhadas de mãe que se dá inteiramente aos filhos e que os perde irrevogavelmente sem qualquer compensação” (RIBAS, 1949, p. 48).

sofrimento, “o mestre que nos ensina as maiores lições” (RIBAS, 1949, p. 73), como geradores de uma força, quem sabe até de um poder, partilhada entre as personagens mulheres.

No universo de Vanira, a maioria das mulheres é envolvida em algum tipo de trabalho social – médicas, professoras, caritas – e praticam muita oração. Estas mulheres ficcionais atentavam para a necessidade da mobilização e do interesse por parte das mulheres brasileiras, no enfrentamento de epidemias; nas defesas da nacionalidade perante o contexto da Segunda Guerra Mundial; nos serviços de saúde, educação e abrigo públicos. De acordo com Martins (2016), esses temas se revestiam de muita importância nos anos 1930 e 1940, quando, motivadas pela religião e pelo humanitarismo, bem como pelo conservadorismo social e político, as mulheres de elite no Brasil buscaram modernizar e implementar a atuação feminina no espaço público por meio da assistência social, que unia conhecimentos profissionais à experiência acumulada como mães e filhas no cuidado de seus familiares:

O terreno do que então se chamava de ação social era imenso, abrangendo as velhas práticas da caridade cristã de atenção aos mais pobres e necessitados, passando pelas instituições de saúde pública, de educação sanitária, de formação para mulheres trabalhadoras, de educação para crianças e adolescentes e a atenção à maternidade e a infância. [...] o trabalho voluntário das associações de caridade e de filantropia, [foi um] terreno no qual se esperava socialmente que as mulheres trouxessem sua experiência no âmbito privado e pudessem dar a sua contribuição social. Este era um tema caro ao feminismo difundido por mulheres como Loschi, Mesquita [...] e Bertha Lutz [...] cuja problematização vinha crescentemente chamando a atenção de médicos, juristas, advogados, religiosos e mesmo políticos preocupados com a extensão dos problemas sociais que afetavam parcelas significativas da população brasileira, reunidas sob a rubrica dos “pobres” (MARTINS, 2016, p. 2).

A construção da personagem Belina, a amiga de infância de Vanira, é sintomática desse tipo de visão de mundo: ela, que era de família pobre, ergue-se no romance, através da educação pública e, formando-se médica, opta por não atuar como médica mundana, mas sim como uma samaritana: atendendo gratuitamente e fora de horário enfermos da epidemia de tifo (os filhos dos vizinhos), e, depois, trabalhando no asilo, no qual ocupa o cargo de Diretoria. Esta ocupação aparece com uma carga profunda de responsabilidade social. A atuação médica se interliga às fortes imagens de guerra e de morte invocadas no livro, especialmente pelas lembranças da Guerra da Lapa, vivenciada no fim do século XIX

pelos pais da personagem-narradora²¹.

No décimo capítulo, Belina fala da importância da sua atuação pública, enquanto mostra os pavimentos do asilo em que trabalha, descrevendo diversos pacientes que precisavam dela e que estavam sob o seu cuidado e observação:

– Você não sabe como é delicioso viver nesta casa, a casa de todos. Essas crianças são como que o complemento da minha vida. Aí adiante está o pavilhão dos velhos, dos tristes, dos abandonados. Entre a infância em desamparo e a velhice no abandono, é que tenho vivido ultimamente. E me sinto feliz como nunca [...] tenho sido útil, tenho vivido como devia viver uma mulher que pode prestar serviços à humanidade (RIBAS, 1949, p. 170).

Nesta e em outras passagens, a autora traz para o texto literário uma defesa do trabalho social feminino como uma atividade na qual as mulheres encontram satisfação moral e grande utilidade social. A metáfora da “maternidade republicana” em voga naquele período valorizava o papel das mulheres educadas e unidas como civilizadoras e responsáveis pela nação moderna, pela formulação das políticas sociais. Nestes projetos de agência pública, mesclavam-se valores conservadores de classe e de gênero e ações de assistência e amparo aos necessitados: a forma como idosos, crianças, abandonados e dementes foram citados ao longo do texto é herdeira de um vocabulário e de uma retórica cristã de “mundo dos cuidados”, tradicionalmente relacionado à mulher (e a uma extensão da família), que reforçavam lugares sociais generizados.

No esteio desse vocabulário, Emília se apropria de uma série de códigos do imaginário romântico para mobilizar um discurso literário próprio aos seus anseios. Dentro dos esquemas românticos, constrói outras vozes, principalmente por meio dos

²¹ O Capítulo IV, que é o capítulo mais longo do livro, narra em detalhes episódios da Revolução Federalista enfrentados no Paraná em 1893 pela geração dos pais da personagem-narradora, que apresentam várias aproximações com os pais da própria Emília. A narradora promove um romance histórico e lança a sua própria interpretação da história. Atente-se ao seguinte trecho: “Os rebeldes tinham o quartel instalado no alto do cemitério e dominavam a cidade; os mortos, sacudidos por certo no seu sono calmo, olhavam a hedionez daquela tragédia pelos buracos das caveiras manchadas de sangue [...] Cadáveres enchiam os quintais, as ruas, e o sangue misturado com crânios esfacelados manchava as paredes brancas das casas semi destruídas. [...] Começou então a deserção nas tropas e 6 de fevereiro troou a artilharia inimiga para o assalto as posições legais. [...] Depois da dureza daquele combate, o fogo como que cessou dos dois lados. Montões de ruínas. [...] Terminado o combate, Aninha e D. Augusta abraçaram-se comovidas” (RIBAS, 1949, p. 69-70).

personagens secundários, a maioria deles sujeitos mulheres, a quem permite movimentações “mais corajosas” e críticas, ou menos veladas, como é o caso da personagem Florinha, que ganha à cena ao deixar o marido despótico que lhe maltratava. Apresentando as dificuldades em se conciliar o trabalho fora de casa (como professora) com o casamento, aponta-se para os hábitos brutais e para a falta de inteligência ou mesmo de humanidade de maridos que mandam e destratam sistematicamente. Florinha, diante desse cenário, escolhe continuar com a profissão e, ao deixar o marido, conquista certa liberdade. Dona Sinhaca, a terceira professora do círculo de amigas retratado no livro, aprovando esta ação de “divórcio”, usa-a, inclusive, como exemplo para aconselhar outras mulheres do grupo.

Dona Sinhaca representa uma mulher mais velha e viúva. Seu modo próprio de expressão, menos contido que das outras moças, é trazido à tona por meio de conselhos, fuxicos e comentários ácidos, que constroem a personagem como muito significativa, no sentido de uma estratégia narrativa, para lançar questionamentos em momentos chave do livro. Ela é uma agente que assume a posição de uma mulher experiente, tática, que se mostra capaz de opinar de forma menos velada sobre a sociedade do seu tempo, como nas ocasiões em que reclama que as professoras eram mal pagas pelo governo e precisavam ser mais valorizadas pela população. Esses momentos da narrativa servem como lócus de expansão do uso da ironia, que embora presente no decorrer dos capítulos, costuma ser muito sutil, principalmente nas falas da personagem principal.

Sondamos uma crítica em “A Primavera Voltará” à instituição social do casamento. Do ponto de vista dessas mulheres, ele foi representado a partir de experiências de fracasso, permeadas por traição, violência, mentira, desentendimento e falta de união, com peso a constatações de hábitos masculinos condenáveis, relacionados às linguagens e hierarquias da sociedade patriarcalista e campeira da primeira metade do século passado. Os homens do romance servem de mote para julgamentos morais das personagens, situação que não recebe os mesmos efeitos quando o objeto das conversas são seus filhos, pacientes ou alunos: o papel da mãe que sacrifica tudo pelo filho, mesmo quando a situação seria passível de questionamento, prevalece.

Essas vozes desconcertantes não reúnem de uma só vez características radicais, mas

não deixam de apresentar, cada qual a seu modo, uma ou outra faceta ligada a representação de mulher moderna da época. Isso começa pelo próprio modo como as professoras se encontram: agem como interlocutoras, ajudando umas às outras, entre as esferas da conformação e da superação. Ocorre então uma conciliação entre valores católicos e patrióticos, padrões de feminilidade burgueses, e movimentos de reavaliação e apropriação desses mesmos valores em usos inesperados. Interpretar atualmente esses lances do romance como meramente introspectivos, bucólicos ou moralizantes seria empobrecê-los. Foram essas características, muito provavelmente, que permitiram à autora realizar e veicular uma visão tão atenta do mundo social em que vivia e, ao mesmo tempo, que fizeram com que ela fosse recebida como representante das “letras femininas”, já que assuntos importantes do livro (como o lugar da mulher moderna na nação) permaneceram invisibilizados por seus leitores contemporâneos.

5. Considerações finais

Emília Dantas Ribas (1907-1978) se notabilizou como uma intelectual polígrafa, cujas práticas se situavam num encontro de ideias de cultura, moral, literatura e nacionalidade, costuradas de forma híbrida. **Ela utilizou suas redes sociais e uma gama de estratégias narrativas para se inserir no espaço da cultura escrita.** Foi (re)conhecida pelos pares de seu tempo, ocupando posições de prestígio e se esforçando por preservar uma reputação pública de professora e senhora cristã “bem comportada”, inserindo salmos, fazendo referências à doutrina católica e exortando deveres cívicos da mulher no próprio trabalho de escrita, enquanto promovia práticas de observação e de crítica social. Dialogando com Márcia Leite (2005), pode-se dizer que:

incorporou um modelo de mulher proposto pela sociedade que se aburguesava e pensou um lugar social específico para ela: na família e na sociedade, trabalhando, produzindo e lutando engajada a favor da educação feminina, dos bons costumes e da propagação da religião e do civismo [...] [e que] cotidianamente, as mulheres assumiam estereótipos de uma tradição masculina, como meios de sobrevivência, para colocar algo de sua vocação para fora (LEITE, 2005, p. 233).

As suas práticas de escrita pedagógica e literária são reveladoras de paradoxos que acometeram, cada qual a seu modo, diversas escritoras brasileiras do século passado, de

que já falava Ivya Alves (1998): paradoxos entre a ambição de ser lida e de participar do mundo de debates intelectuais e ações sociais, e o respeito a códigos e convenções conservadores, sobretudo católicos, que as faziam se auto-limitar em seus projetos autorais. De todo modo, entre as facetas do conservadorismo, reside o fato de que a própria formação católica, com toda a sua contenção, foi muitas vezes a porta de entrada das mulheres às leituras e mesmo uma via de acesso à escrita.

Em “A Primavera Voltará”, a personagem-narradora central e seu núcleo encarnam um círculo de professoras atuantes no interior do Paraná, agindo mediante espaços e ofícios de saúde, educação e abrigo, tais como a escola e o asilo, que, em diversas camadas, se relacionaram à uma representação da mulher moderna e à flexibilização dos padrões de gênero vigentes em meados do século passado. Cabe notar, ainda, que essa autora produziu um romance sobre professoras a partir de um modelo de sacrifício, entretanto, esse sacrifício não parece ser um fim, mas o preço da sua escolha profissional, da sua própria agência no mundo.

A trajetória e a obra de Emília Dantas Ribas são, sem dúvida, instigantes para refletirmos sobre toda uma produção escrita que ficou “de fora” de instituições letradas como o *Centro Cultural Euclides da Cunha* pelos mesmos motivos que a levaram a sofrer processos de esquecimento e de eclipse ao longo do tempo. Dos anos 1950 – momento de sucesso do romance e a consequente entrada e atuação da escritora no *Centro de Letras do Paraná* – até 1971, quando ela foi nomeada titular da cadeira n. 30 da *Academia Feminina de Letras do Paraná*, suas atividades literárias encontram-se numa espécie de limbo. Ela seria lembrada, depois disso, muito mais como uma mulher que “dedicou a maior parte de sua existência ao ensino de várias gerações de jovens, tanto em Ponta Grossa quanto na capital paranaense (...) projetando-se como uma das melhores educadoras de seu tempo” (OLIVEIRA, 2002, p. 173), do que pela sua literatura. Em 1991, por exemplo, a Câmara Municipal de Ponta Grossa instituiu o *Mérito Educacional Emília Dantas Ribas*, destinado a premiar a contribuição de destaque educacional de pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado serviços no setor do ensino local. Ainda hoje o prêmio acontece uma vez por ano, em sessão solene.

O processo de eclipse que essa personagem e a sua obra sofreram ao longo dos

anos começa a ser explicado com a recepção do seu romance, e com a formação de uma memória histórica literária que reproduziu apenas uma das características de sua múltipla trajetória: a educadora, em detrimento da escritora, quando ambas alimentavam-se reciprocamente. A partir da alusão à escrita e da alegoria da “mãe sacrificial” no seio de uma rede de personagens mobilizadas, o romance publicado em 1949 representa um espaço privilegiado para pensar as facetas das agentes que, como Emília, identificavam-se, a um só tempo, com um conservadorismo católico que reforçava marcadores tradicionais de gênero e com a defesa da inserção e do protagonismo das mulheres – incluindo-se das escritoras – na vida pública nacional.

Semelhante ao que Margareth Rago (2013) percebe nas mulheres militantes que caracterizam a chamada segunda onda do feminismo, Emília Dantas Ribas partilhou com outras mulheres (ficcionalis ou não) o horizonte de uma “comunidade imaginada” de mulheres que, entre os anos 1930 e 1950 desenvolveram potencial de inventar e redesenhar espaços pessoais, subjetivos e coletivos, conferindo centralidade significativa à sua ocupação profissional e às atividades de civismo. Diante do que foi apresentado, pretendemos continuar a pesquisa sobre as vidas e as obras dessa escritora, buscando enfocar outros elementos do romance e do seu olhar singular sobre aquele tempo e espaço também a partir dos outros gêneros textuais que produziu. Acreditamos que esses temas podem servir, ainda, para se investigar toda uma rede de mulheres, sobretudo professoras, que participavam de eventos, escreviam e debatiam literatura, história e nacionalismo e que buscaram se fortalecer mutuamente (mobilizando estratégias sociais e discursivas) a partir de rotas singulares de “pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha” (RIBAS, 1949, p. 178). Para, enfim, serem lidas e ouvidas e mesmo criarem o seu público.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivia. Escritoras do século XIX e a exclusão do cânone literário. In: PASSOS, E.; ALVES, I.; MACÊDO, M. (Orgs.) **Metamorfoses: Gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: UFBA, 1998.
- AS PRIMEIRAS euclidianas. **Tapejara**, Ponta Grossa, n.19, 1957, p. 20.
- AUGUSTO, José. Crônicas esparsas. **O Dia**, Curitiba, 23 mai. 1950, p. 5.
- BATISTA, Maristela Iurk. Colégio Estadual Prof. Júlio Teodorico: 70 anos educando gerações. **Anais... VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, Campinas: UNICAMP, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUFREM, Leilah Santiago. A Editora Guairá: contribuições ao debate. **Anais... História da Literatura 1890/1990**. 03-15 julho, 1995.
- DALCASTAGNÊ, Regina. A personagem no romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, jul.-dez. 2005.
- FONTES, Luísa C. dos Santos. Helena Kolody: reminiscências de leitura e escola. **Anais... Fazendo Gênero VIII: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.
- GUEBERT, Caroline Aparecida. **Da Intelectualidade Princesina, o Coração do Brasil**: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX). Dissertação (História) - UFPR: Curitiba, 2018.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: Memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história do silêncio. **Delaware Review of Latin American Studies**, vol. 17, n. 2, nov. 2016.
- MOI, Toril. **Teoria literária feminista**. Madri: Cátedra, 1988.
- MONTALVÃO, Eloy de. Gravetos e Fagulhas: “A Primavera Voltará”. **O Dia**, 20 abr. 1951, p. 5.
- NOTÍCIAS da Imprensa sobre “A Primavera Voltará”. **O Dia**, Curitiba, 20 jan. 1950, p. 4.
- OLIVEIRA, Josefrel do Cercal. **Educadores Ponta-Grossenses (1850-1950)**. Ponta Grossa: UEPG, 2002.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- RIBAS, Emília Dantas. **A Primavera Voltará**. Curitiba: Editora Guairá, 1949.
- SANTOS, Luisa Cristina. **Anita Philipovsky**: a princesa dos campos. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.
- SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. IN: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: Vovas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”**: O Centro Paranaense Feminino de Cultura. Dissertação (Mestrado em História) - UFPR: Curitiba, 2011.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História Questões e Debates**, n. 34, jan.-jul 2011.
- WANKE, Eno Theodoro. **Faris Michaele, o Tapejara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Plaque, 1999.
- ZOLIN, Lucia Osana. A Literatura Escrita por Mulheres no Paraná: Tradição e Ruptura. **Gláuks**, v. 12 n. 2, 2012.
- ZOMER, Lorena. As publicações de Leonor Castelhana entre os anos de 1924-1969: a conquista de um espaço para si. **Revista Ártemis**, v. 15, n. 1, jan.-jul. 2013.

MULHERES E CHARGES POLÍTICAS: A SUBVERSÃO PELO HUMOR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS²²

Giovanna Carrozzino Werneck²³

Artigo recebido em: 29/05/2018

Artigo aceito em: 25/06/2018

RESUMO:

Objetiva-se analisar e dar visibilidade a mulheres que produzem (ou produziram) charges políticas no Brasil, discutindo aspectos relativos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e aos estudos de gênero. Na primeira seção, são apresentados conceitos e características da charge como um gênero textual permeado por aspectos políticos, críticos e humorísticos. Na segunda seção, optou-se pela apresentação analítica e descritiva, nos limites deste artigo, do trabalho de três cartunistas brasileiras e suas biografias: Nair de Teffé, Patrícia Galvão (Pagu) e Hilde Weber. Em seguida, discute-se a produção atual de charges por mulheres no Brasil e o trabalho de coletivos que trabalham em prol da visibilização dessas obras. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE:

Charge; Mulheres; Gênero; Humor

ABSTRACT:

The objective is to analyze and give visibility to women who produce (or produce) political cartoons in Brazil, discussing aspects related to the social roles attributed to men and women and to gender studies. In the first section, concepts and features of the cartoon are presented as a textual gender permeated by political, critical and humorous aspects. In the second section, we opted for the analytical and descriptive presentation, within the limits of this article, of the work of three Brazilian cartoonists and their biographies: Nair de Teffé, Patrícia Galvão (Pagu) and Hilde Weber. Next, we discuss the current production of cartoons by women in Brazil and the work of collectives who work for the visibility of these works. The methodology used is bibliographical and documentary research.

KEYWORDS:

Cartoons; Women; Gender; Humor

* * *

1. Introdução

²² Artigo apresentado como trabalho final na disciplina “Mulher, feminismo e gênero na história da população brasileira”, ministrada em 2017 pela Professora Doutora Maria Beatriz Nader, no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo.

²³ Mestra em Letras pelo Instituto Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, <http://lattes.cnpq.br/0597493297828524>.

Ao longo da historiografia oficial no Brasil, as mulheres estiveram circunscritas a espaços de invisibilidade e alijadas de uma subjetividade política. No universo das histórias em quadrinhos, ainda é predominante o discurso de que tais textos são feitos por homens e para homens, sendo as mulheres representadas pelo olhar masculino.

Dentro dessa perspectiva, os quadrinhos sempre foram um espaço de representações do mundo social²⁴. Assim, todos os elementos que compõem os quadrinhos podem ser compreendidos como uma (re)apropriação e ressignificação de conceitos, valores e comportamentos situados sócio-historicamente, de forma a ratificá-los pela naturalização ou subvertê-los. Nesse campo de criação, o cartunista é atravessado por relações patriarcais que o levam a transitar por estruturas conhecidas e naturalizadas, ou deparar com ideias e concepções que coloquem em xeque antigos posicionamentos com os quais está habituado. Ao mesmo tempo, há o produtor da indústria cultural²⁵ capaz de estabelecer regras/normas de homogeneização dos quadrinhos para ter uma maior aceitação do produto em diferentes mercados. Segundo Gombrich (2012), a adequação da arte dos quadrinhos à indústria cultural tanto garantiu os meios para a sua sobrevivência, difusão e afirmação como arte, quanto consignou a crítica proferida pelo cartunista às vicissitudes das relações com a empresa que contrata o seu trabalho.

Em se tratando da representação do feminino nos quadrinhos, tal gênero, quando aparece em cena aliando idealizações ou caricaturas do que roteiristas e desenhistas, na maioria homens, imaginam das mulheres tendo em vista conceitos tradicionais do que vem a ser o feminino, sob uma perspectiva biologizante e natural. Ao mesmo tempo, são invisibilizadas as produções femininas, isto é, quadrinhos criados por mulheres e

²⁴ Chartier (1988) enfatiza o caráter historicamente determinante do tempo e do espaço na elaboração de representação pelos sujeitos, além da mobilidade na recepção e leitura de um objeto. Considera que a atividade representativa está pautada em interesses diferenciados, produzindo estratégias de ação e delineando práticas e discursos. Representar significa, portanto, criar ou conferir sentido em uma dinâmica de presença ou ausência do objeto, momento em que a dimensão sócio-histórica, tanto do sujeito quanto do objeto, é exposta.

²⁵ O conceito de “indústria cultural” foi exposto por Adorno e Horkheimer no livro “Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos”. De acordo com os autores, a indústria cultural se assemelha a uma indústria quando destaca a estandardização de determinado objeto cultural e quando diz respeito à racionalização das técnicas de distribuição. Sendo assim, o conceito busca identificar a forma como a arte se submete à condição de mercadoria (DUARTE, 2003).

questionadores dos papéis sociais²⁶, que subvertem a ordem vigente ao se colocarem em espaços de enunciação predominantemente masculinos, porém não com a mesma valorização e visibilidade. Portanto, a indústria cultural prioriza a imagem da mulher tendo o homem como o dono do olhar e da representação²⁷ da mulher de acordo com os papéis sociais. Sendo assim, “[...] as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2017, p. 17).

No presente artigo, procuramos abordar a produção feminina de charges, enfatizando o seu caráter de contestação política e de crítica a fatos públicos noticiados pela mídia, e a persistência da invisibilidade ou pouca atuação de mulheres, o que dificulta a enunciação da perspectiva delas sobre fatos do cotidiano político com viés sarcástico, irônico e subversivo, característico das charges.

2. As charges e o humor político

O termo arte sequencial foi cunhado por Will Eisner em seu livro “Quadrinhos e Arte Sequencial” (2010) e se refere à modalidade artística que utiliza o encadeamento de imagens em sequência para contar uma história ou transmitir uma informação graficamente. Um exemplo de arte sequencial são os quadrinhos, que abordam inúmeros gêneros, tais como as charges, os cartuns, as tiras cômicas, as tiras cômicas seriadas, as tiras seriadas e os vários modos de produção em quadrinhos.

Ramos (2007) pesquisou diferentes formas de produções ligadas aos quadrinhos, de forma a entender como funciona cada gênero dentro de um contexto sociolinguístico interacional e constatou que existem elementos comuns aos gêneros estudados, dentre os quais são destacados três: predominância da sequência ou tipo textual narrativo, representada em um ou mais quadros; o uso de linguagem gráfica, como os balões, a divisão

²⁶ Segundo Nader (2002), papel social refere-se ao conjunto de ações e atribuições que são exigidas de homens e mulheres em uma dada sociedade e momento histórico. “A sociedade espera que cada sexo cumpra as atribuições pertinentes ao seu papel social e, por isso, delimita espaços de atuação do homem e da mulher, construindo dessa delimitação espacial, a identidade sexual de cada um. Na realidade, a sociedade atribui papéis distintos para o homem e a mulher e isso cria os campos de atuação de cada sexo, ou seja, o papel social feminino e o papel social masculino” (NADER, 2002, p. 463).

²⁷ Para Chartier (1988, p. 17): “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

em vinhetas, a presença de linhas cinéticas e onomatopeias; e o fato do rótulo, o suporte e o veículo de publicação constituírem elementos agregadores de informações ao leitor, de modo a orientar a percepção do gênero em questão.

Quadrinhos ou histórias em quadrinhos seria um grande rótulo que agregaria diferentes gêneros comuns. Há um diálogo possível entre essa leitura e a noção de hipergênero conceituada por Maingueneau. Um grande rótulo, denominado história em quadrinhos, ou somente, quadrinhos, une diferentes características comuns e engloba uma diversidade de gêneros afins. Rotulados de diferentes maneiras, utilizam a linguagem dos quadrinhos para compor um texto narrativo dentro de um contexto sociolinguístico interacional (RAMOS, 2007, p. 361-362).

De acordo com Romualdo (2000), o termo charge é proveniente do francês "*charger*" e significa "carregar", "exagerar". Os textos desse gênero têm como objetivo a crítica humorística de um fato ou acontecimento específico ou geral de natureza política ou social. Assim, somente os que conhecem a realidade retratada na charge conseguem construir sentidos para ela. Por conseguinte, enfatizamos a importância de mulheres produzirem charges que retratam a realidade vivida por elas e registram seus testemunhos.

Toda a charge retrata assuntos atualizados, reais, temas que estão sendo debatidos naquele momento na sociedade, por isso prendem-se ao tempo, ou seja, é um texto temporal e sua interpretação depende, muitas vezes, de relações intertextuais. Exige-se que o leitor esteja inteirado com o que se passa no mundo a sua volta e faça inferências para realizar a leitura do texto chárigo ou, ainda, busque complementar a leitura deste texto com a leitura de outros textos (TEIXEIRA, 2010, p. 97).

Flôres (2002) apresenta a charge como um desenho de caráter crítico exagerado, que se refere a uma situação específica no âmbito social, cultural ou político. A partir dela, sentidos a respeito dela própria e do contexto de produção, de espaços, tempos e sujeitos históricos podem ser historicizados.

O conteúdo da charge desnuda a reação ao *status quo*: a aquiescência, a conivência, o conflito, o choque, a rejeição, a oposição, o contraditório, os conflitos sociais. Contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder. Sua temática, em geral, versa sobre o cotidiano – questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem. Essas questões focalizam os universos de referência do público, expondo testemunhos, registrando complexidades, apontando falhas, satirizando pontos de vista, desvelando motivações ocultas, introduzindo questionamentos (FLÔRES, 2002, p. 11).

Nesse sentido, a subversão pelo humor e a intenção de produzir não só o riso estão presentes nas charges. Miani (2005) na perspectiva de analisar o humor político e

transgressor chargístico, afirma que:

[...] é pelo humor que a charge ganha ares de transgressão ao estabelecer uma contradição entre o personagem e a situação que é retratada, pois a ilustração apresenta uma (im)possibilidade do fato [...] e jamais se configura como uma mera reprodução das circunstâncias do ocorrido; sendo assim o humor funciona como uma forma consistente de crítica social e política (MIANI, 2005, p.27).

Os desenhistas, por meio da linguagem e dimensão verbo-visual²⁸, buscam registrar e testemunhar a história política e social do país, pretendendo alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão. A charge é, declaradamente, uma crítica político-social em que o cartunista, com toda sua expressividade gráfica, explora sua visão sobre determinadas situações cotidianas relacionadas ao contexto político e social.

Segundo Teixeira (2005), a charge busca a apreensão do real resumindo situações políticas e sociais que a sociedade vive como problemas e os recria com os recursos gráficos que lhe são próprios. Conforme o mesmo autor a charge tem uma carga de agressividade em sua essência, importante na interlocução com o leitor, já que desperta e potencializa a sua própria agressividade, possibilitando o despertar de uma consciência crítica. Para ele, “[...] a agressividade da charge é o aditivo, o subsídio, o complemento da opinião prévia do leitor, que se expressa para e por ele, num tom acima dos limites da palavra” (TEIXEIRA, 2005, p. 73).

Assim, a charge é política, nunca neutra; toma partido e potencializa seu humor e sua crítica. A charge “carrega” consigo a intenção do chargista, ou seja, implica um engajamento, uma atuação de forma crítica em uma situação de ordem social e política, buscando a sua transformação. De acordo com Cagnin (1975), cabe à charge expor uma ideia, dissertar sobre um tema e, ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento, a preocupação não é com o fato em si, mas com o conceito e representação que se faz dele,

²⁸ A dimensão verbo-visual dos quadrinhos pode ser conceituada como: “A dimensão em que tanto a linguagem verbal como a visual desempenham papel constitutivo na produção de sentidos, de efeitos de sentido, não podendo ser separadas, sob pena de amputarmos uma parte do plano de expressão e, conseqüentemente, a compreensão das formas de produção de sentido desse enunciado, uma vez que ele se dá a ver/ler simultaneamente” (BRAIT, 2013, p. 44).

ou, mais comumente, com a crítica, a denúncia do fato, procurando levar o leitor a um processo de mobilização e reflexão.

A charge está relacionada à caricatura²⁹, que surgiu no Brasil no século XIX e é conceituada como “[...] uma imagem em que se carregam os traços mais evidentes e destacados de um fato ou pessoa, principalmente, os seus defeitos, com a finalidade de levar ao riso” (MIANI, 2012, p. 38). A charge, portanto, pode ser compreendida como uma representação humorística de caráter político e satírico, herdeira da caricatura, pois ambas apresentam o mesmo significado e função.

A charge pode ser considerada uma expressão singular da crítica política. Seu pertencimento à tradição imagética própria da arte caricatural lhe confere uma dupla particularidade, uma decorrente de seu objetivo de síntese e, outra, das implicações desse intuito sobre a maneira como o artista se vale dos elementos constitutivos da linguagem dessa tradição imagética para a enunciação de sua crítica (ROMERO, 2015, p. 41-42).

É na charge, portanto, que o artista vale-se do humor, da crítica, da subversão e da agressividade, tendo em vista uma intenção política ao expressar sua opinião em busca de uma atitude responsiva do leitor.³⁰ O universo da charge e sua potência de transformação encontra-se, nesse sentido, distante das mulheres e do papel social a elas imposto por uma sociedade patriarcal, que impõe o silêncio, a passividade, a submissão, a docilidade, circunscritos ao ambiente privado. Conforme assevera Nader (2006):

Por longos séculos, a sociedade brasileira considerou as mulheres fracas e passivas e, por isso, não lhes permitiu participar da vida pública além de reputar inconcebível às mulheres o direito de participar de discussões políticas e realizar atividades profissionais (NADER, 2006, p. 243).

Na próxima seção, será realizada uma explanação sobre algumas mulheres, principalmente, Nair de Teffé, Patrícia Galvão, Hilde Weber, dentre outras, que buscaram - e ainda buscam - a subversão de uma ordem patriarcal instituída através da criação de charges e da apropriação de espaços públicos pela enunciação de discursos humorísticos

²⁹ Para Gombrich (2012), a arte caricatural é considerada “uma das mais temidas armas sociais” devido ao seu forte impacto na esfera pública.

³⁰ Ocorre uma atitude responsiva quando “[...] o ouvinte ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa, simultaneamente, em relação a ele, uma ativa posição responsiva; concorda ou discorda dele (totalmente ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo etc.” (BAKHTIN, 2003, p. 271).

produzidos por elas mesmas como armas sociais de forte impacto, com interesses específicos, sem a neutralidade ou passividade impostas às mulheres.

3. Mulheres: entre a submissão e a subversão pela charge

A trajetória de vida das mulheres na história dos quadrinhos pode fornecer pistas que nos ajudam a identificar as articulações entre seus posicionamentos pessoais e coletivos. Nesse sentido, essas histórias de vida transformam-se em recursos metodológicos para conhecer os universos sociais, culturais e políticos de uma determinada época e sociedade, possibilitando determinar as aproximações e distanciamentos das atitudes masculinas e femininas para a “[...] manutenção da ordem de diferenças hierárquicas sociais que passam a ser elementos básicos na formação da vida de cada homem e de cada mulher” (NADER, 2014, p. 12).

O historiador Jacques Le Goff, ao lançar a biografia de São Luís (1214-1270), retoma as potencialidades das biografias ao mencionar que as trajetórias de vida são indispensáveis na análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos. Nesse sentido, narrar a trajetória de vida de mulheres invisibilizadas pela nossa história, constitui-se em um desafio, pois durante séculos as histórias das mulheres não foram contadas por elas mesmas, mas sim por homens, que também priorizaram as narrativas de fatos envolvendo o espaço público destinado exclusivamente a eles.

Os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto da intervenção do poder e do campo dos verdadeiros valores. O século XIX, claramente, distinguiu as esferas pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares [...] (PERROT, 1989, p. 10).

Nesse sentido, ao confinar as mulheres no espaço privado, no âmbito das atividades domésticas, onde ela exercia unicamente as funções de mãe e esposa adquiridas pelo casamento, a presença feminina no espaço público e sua inserção na vida política se constituíam como uma ameaça à condição do “ser mulher”, que implicava a submissão, a aceitação e a passividade como normas sociais travestidas de caráter natural proveniente

das diferenças sexuais (PERROT, 1989). Em oposição ao comportamento feminino que visava à garantia da honra e à manutenção da imagem de moça de família e boa esposa e mãe – que, atualmente, corresponde à imagem da mulher como “bela, recatada e do lar” –, encontra-se a masculinidade hegemônica da época pautada na razão, na agressividade, na coragem e na suposta capacidade para uma maior participação na vida política e profissional.

O imaginário que se desenvolvia na sociedade identificava a esfera privado-doméstica como o refúgio moral da esfera público-política, amoral e perigosa, e as mulheres puras como neutralizadoras das aspirações destruidoras desse mundo público. Por isso, se a mulher convivesse com a esfera público-política, seria corrompida pela familiaridade com a força e a violência, característica masculina da esfera pública, sujeitando-se, assim, a perder as qualidades de pureza e ingenuidade tão características da esfera privado-doméstico (NADER, 2001, p. 130).

Nesse contexto do final do século XIX, surge a primeira cartunista no Brasil, Nair de Teffé, nascida em 1886, no Rio de Janeiro. Em 1906, iniciou sua carreira de caricaturista publicando trabalhos em revistas com notícias do cotidiano da classe média. De acordo com Nogueira (2011), Nair utilizava o pseudônimo³¹ Rian (seu nome ao contrário ou “nada” em francês) na assinatura de seus desenhos (Figuras 1, 2 e 3) publicados até 1958, os quais ridicularizaram homens de relevância política pela transformação de suas características em traços risíveis. Sendo assim, Nair utilizava as caricaturas para, através do riso, desqualificar oponentes políticos dos jornais onde trabalhava, colocando-os em uma situação desconcertante ao submetê-los à mordaz humilhação (ROMERO, 2015).

Figura 1 – Caricatura de Carlos Lacerda

³¹ Também na literatura, o uso de pseudônimos foi um recurso utilizado por mulheres a fim de não romperem com a ordem instituída que lhe confinava aos domínios do privado e da família: “Poderíamos lembrar inúmeros casos que testemunham as dificuldades e as tentativas das mulheres ao longo da história para serem consideradas escritoras [...] Muitas fizeram uso de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública. Muitas filhas, mães, esposas ou amantes escreveram à sombra de grandes homens e se deixaram sufocar por essa sombra. As relações familiares, hierarquizadas e funcionais não incentivavam o surgimento de um ou outro escritor na família, principalmente se a concorrência vinha de uma mulher” (AGUIAR, 1997, p. 87).



Fonte: TEFFÉ, s/d

Figura 2 – Caricatura de Rui Barbosa



Fonte: TEFFÉ, s/d

Figura 3 – Caricatura de Fidel Castro



Fonte: TEFFÉ, s/d

A utilização de pseudônimos pelas mulheres em trabalhos artísticos pode contribuir para aquilo que Perrot (2017) chama de silêncio das fontes, relacionado à invisibilidade das mulheres na historiografia: “Porque pouco são vistas, pouco se fala delas [...] As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais [...] Um silêncio consubstancial à noção de honra” (PERROT, 2017, p. 17).

Sobre o pioneirismo de Nair de Teffé na produção de caricaturas e charges, Nogueira (2011) pontua a ocupação de um espaço tipicamente masculino devido ao protagonismo e subversão do papel social destinado às mulheres³²:

[...] as mulheres da elite aprendiam desenho, pintura e música muito mais com o objetivo de se mostrarem prendadas para seus futuros maridos do que necessariamente para exercerem, profissionalmente, um ofício. Rian transformou uma brincadeira de criança, uma travessura de salão, em uma arte conhecida (NOGUEIRA, 2011, p. 14).

Outra mulher que se destacou no universo artístico nas primeiras décadas do século XX foi Patrícia Galvão, a Pagu. Nascida em 1910, Pagu trabalhou como desenhista (produziu charges, quadrinhos, ilustrações), romancista, poetisa e foi ativista política. Aos 18 anos, envolveu-se com o Movimento Modernista³³, que se iniciou nos anos 20 e se prolongou até os anos 40, tendo como marco a Semana de Arte Moderna, em 1922. Publicou narrativas em quadrinhos no jornal O Homem do Povo, que circulou de março a abril de 1931 e apresentava aproximações com o marxismo. Em seus quadrinhos e charges (Figura 4), Pagu satirizava de forma cômica e agressiva os costumes e valores das mulheres paulistas da classe média na época, bem como a repressão sexual por parte da Igreja Católica (EUGÊNIO, 2017).

Pagu trouxe dois tipos de representações: a da esposa cordata e obediente, que recebe em casa a sobrinha pobre, uma jovem contestadora e fora dos padrões

³² “No Brasil, devido à cultura fortemente influenciada por uma lógica patriarcal, observa-se uma hierarquia entre os sexos na qual o papel social masculino sempre esteve ligado a atividades públicas e políticas, garantindo ao homem o protagonismo social, ao passo que as atividades femininas, tradicionalmente, estiveram ligadas a atividades reprodutoras. Assim, o lugar da mulher na família esteve sempre muito ligado ao cuidado da casa, do marido e dos filhos, ao passo que o homem, de maneira geral, era responsável pelas atividades de provimento e proteção dos membros de sua família, seja ela a família extensa colonial, seja a nuclear, que surgiu a partir do desenvolvimento da burguesia urbana no Brasil do século XIX” (NADER; MORGANTE; SILVEIRA; FERRARI, 2016, p. 263).

³³ “O Modernismo propunha uma mudança estética nas artes e na literatura como uma forma de romper com a tradição colonialista e oligárquica do país. Buscava-se na cultura popular a identidade nacional. Para os modernistas era necessário valorizar a multiplicidade étnico-cultural do país [...] a língua falada, uma escrita mais simples e ligada a uma tradição nacionalista” (NOGUEIRA, 2017, p. 3)

convencionais, como era a própria Pagu [...] Os quadrinhos de Pagu, assim como seus romances e escritos, trazem uma parte de sua vivência. Ela também denuncia a violência das mulheres de seu tempo, que são censuradas, agredidas e submetidas a humilhações quando se comportam fora dos padrões impostos pela sociedade (NOGUEIRA, 2017, p. 4-5).

Figura 4 – Charge de Pagu



Fonte: PAGU, 1931

Pagu sofreu críticas da sociedade da época, a qual não aceitava sua postura de mulher que se distanciava dos modelos de feminilidade da época ao transitar pelo espaço público como militante política e ao expor suas opiniões e críticas relacionadas à opressão das mulheres em seus trabalhos. Ao mesmo tempo, criticou severamente o “feminismo burguês” ou “feminismo ingênuo”, centralizado no direito ao voto³⁴ para as mulheres cultas, pois acreditava que ele não atentava para a necessidade de modificação da estrutura social mais ampla, que abrangesse todas as mulheres e não apenas uma minoria elitizada e culta. Maria Lacerda de Moura, uma das maiores líderes feministas no Brasil, apresentava posicionamento semelhante ao de Pagu ao discordar “[...] da prioridade dada à luta pelo direito de voto, considerando que esse beneficiaria, principalmente, as mulheres dos segmentos médios sem provocar maiores alterações na estrutura social do país” (SOIHET, 2016, p. 222). Tendo em vista a história de vida de Patrícia Galvão, não podemos deixar de

³⁴ “O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas ‘ondas’. O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e estaria centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’” (PEDRO, 2005, p. 79).

destacar o romance proletário *Parque Industrial*, escrito em 1933, sob o pseudônimo de Mara Lobo. Nele, o sujeito/personagem universal masculino deixa de ser o único a frequentar as fábricas, a participar de assembleias, a fazer greves e a executar ações antes relacionadas somente ao papel social masculino. Sobre a visão e construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras, oscilando entre o papel de figuras passivas, frágeis e submissas, Rago (2017), em seu texto sobre trabalho feminino e sexualidade evidencia a necessidade da historiografia se debruçar sobre a percepção que essas mulheres tinham de sua condição social e sexual. Nesse sentido, a autora avalia a obra de Pagu como pioneira nesse percurso:

Pagu, Patrícia Galvão, ou ainda Mara Lobo, escritora, feminista e comunista dos anos 30, foi uma das poucas mulheres a descrever no romance *Parque Industrial*, a difícil vida das operárias de seu tempo, as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus-tratos de patrões e, sobretudo, o contínuo assédio sexual (RAGO, 2017, p. 578).

Pagu é conhecida pelo seu ativismo, poesia, romances, porém a Pagu quadrinista, produtora de charges, vem aos poucos despertando o interesse do meio acadêmico e de mulheres quadrinistas que utilizam tal forma de expressão para se manifestarem politicamente nos espaços públicos pelas vias do humor, da sátira e da ironia.

Outra chargista, contemporânea de Pagu, foi Hilde Weber. Nascida na Alemanha, em 1913, Hilde veio para o Brasil aos 20 anos, após a Primeira Guerra Mundial. Trabalhou em diversos jornais e revistas de 1933 até o final da década de 80, retratando momentos e figuras históricas do Brasil em quase meio século. Um desses episódios foi durante a Copa do Mundo de 1950, quando o governo encontrava-se envolvido em escândalos de corrupção, mas o povo se mostrava preocupado apenas com o desempenho da seleção brasileira nos jogos (Figura 5).

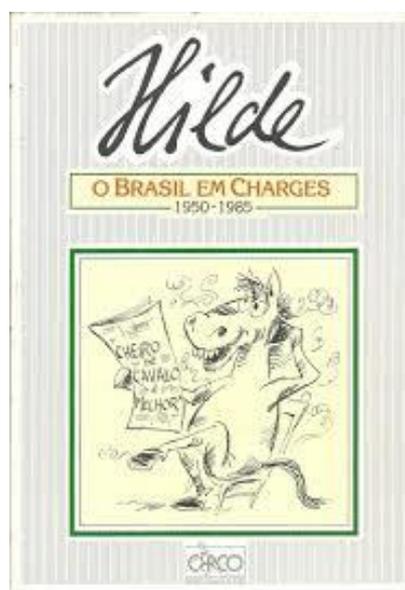
Figura 5 – Charge produzida por Hilde, 1950



Fonte: HILDE, 1986

Em 1986 foi lançada a única coletânea de seus trabalhos: *O Brasil em Charges*. 1950-1985 (Figura 6). Nessa obra, a vasta produção de Hilde é apresentada de forma limitada, tendo em vista o período de 35 anos em que atuou como chargista e ilustradora.

Figura 6 – Capa da coletânea com charges de Hilde



Fonte: Registro da autora, 2017

No prefácio do livro, escrito por Fernando Pedreira e intitulado “O Brasil nas Charges de Hilde”, além da citação de dados biográficos de Hilde, fica evidente a

comparação de seus traços com os de homens chargistas (Chico Caruso e Millôr Fernandes), bem como o enaltecimento de características da “natureza” masculina. A ela são também associados discursos que ratificam uma identidade masculina e uma feminina baseadas na construção de desigualdades binárias de diferenças pretensamente naturais, relacionadas ao gênero³⁵. Assim, Pedreira (1986) pontua:

O traço de Hilde é leve e forte, o seu estilo é surpreendentemente, constante e fiel a si mesmo. Não parece haver inquietação, pesquisa formal e, ainda menos, a deliberada versatilidade criadora de um Chico Caruso ou do mestre Millôr Fernandes. A personalidade de Hilde é estável. Tranquila, firme como um barco seguro de sua rota (PEDREIRA, 1986, p. 5).

No trecho, percebe-se o processo de inferiorização de Hilde, ao compará-la com Chico Caruso e Millôr Fernandes, como se um suposto estilo masculino para o desenho de charges fosse o modelo a ser seguido por ela, a fim de ter o seu trabalho equiparado ao deles. Para tanto, Chico Caruso é associado a uma “versatilidade criadora”; Millôr é o “mestre” e Hilde apresenta-se com uma personalidade “estável, tranquila e firme”, ratificando-se um sistema de poder que contribui para hierarquizar relações dualistas e desqualificar um dos pares, no caso, o feminino.

Relações de poder ou juízos de valor demonstram características apresentadas como naturais e, portanto, irremediáveis, observáveis no comportamento como as ‘qualidades’ ou os ‘defeitos’ femininos considerados como marcados sexualmente. A ‘natureza’ feminina é apresentada desde sempre como uma evidência dada (COLLING, 2014, p. 44).

Hilde Weber encontrou nas charges políticas um meio de expressar sua opinião sobre os fatos do cotidiano de cada época, ao mesmo tempo, que lhe permitiu transitar por espaços não convenientes ou inadequados para mulheres na época. Em entrevista ao *Jornal Mulherio* (1987), intitulada “Nos Traços de Hilde, a Vida Política do Brasil”, ela conta que o fato de ser chargista mulher nunca foi um empecilho para a realização de seu trabalho: “Ao contrário³⁶, só ajudou. Muitas vezes, enquanto os jornalistas eram impedidos de circular nas plenárias da Câmara e do Senado, ainda na velha capital, eu não era

³⁵ Gênero “[...] é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

³⁶ Chama a atenção Hilde iniciar sua fala com a expressão “ao contrário”, sugerindo uma pergunta prévia feita pelo repórter a respeito da dificuldade de ser uma mulher chargista, o que representava uma subversão do papel social destinado às mulheres.

molestada: simplesmente, sentava ao lado dos políticos e os desenhava. Na mesma entrevista, Hilde se define como uma mulher “não-combativa”, “pouca ambiciosa” e “fã incondicional da estabilidade”. Assim como ela conseguia ocupar espaços proibidos às mulheres, procurando passar despercebida a ponto de sentar-se ao lado de políticos e desenhá-los, era preciso também, mostrar-se como uma mulher que não oferecia perigo ao *status quo*, ao poder masculino, ao patriarcado, ao se definir com expressões que denotam passividade e submissão. Como explicita Saffioti (1999, p. 86): “As mulheres lidam, via de regra, muito bem com micropoderes [...] e acreditam-se incapazes de se moverem no seio da macropolítica”.

4. Mulheres e charges políticas na atualidade

Nos dias atuais, o universo das charges e da política ainda é, essencialmente, masculino e as mulheres continuam lutando na conquista desse espaço ao buscarem outras formas de divulgação das produções femininas.

O coletivo de mulheres Lady’s Comics desde 2010 promove encontros, oficinas e debates que promovem a visibilidade de mulheres quadrinistas. O coletivo tem uma página no Facebook³⁸ e um sítio virtual³⁹ onde são divulgados eventos, quadrinhos, reportagens e entrevistas com a participação feminina. O Lady’s Comics já organizou eventos nacionais por meio de financiamento coletivo e produziu um banco *online* de quadrinhos produzidos por mulheres, objetivando “[...] criar material e memória que se aprofundem na questão de gênero nos quadrinhos, bem como a representação feminina e o atual mercado para as mulheres que trabalham na área”⁴⁰.

A página do Facebook Políticas⁴¹ é uma iniciativa de três mulheres para reunir e divulgar charges, cartuns e tiras feitas por mulheres. Na página, podem ser encontrados o

³⁷ Disponível em: <http://ladyscomics.com.br/achados-e-perdidos-mulherio-com-hilde-weber>. Acesso em: 10 dez. 2017.

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/ladyscomics/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

³⁹ Disponível em: <http://ladyscomics.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁴⁰ Disponível em: <http://blogueirasfeinistas.com/2016/07/mulheres-e-quadrinhos-2o-encontro-ladys-comics/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁴¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/politicashq/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

nome, uma pequena biografia, amostra do trabalho, e o contato de mulheres invisibilizadas pela mídia tradicional, como LoveLove6 (DF) (Figura 7), Aline Lemos (MG) (Figura 8), , Mariza Dias Costa (SP) (Figura 9), Lila Cruz (BA) (Figura 10), Maíra Colares (RS) (Figura 11), dentre outras mulheres que buscam nas charges e outros quadrinhos a liberdade para se expressarem sobre assuntos políticos pelo humor, ironia, agressividade (características que subvertem o ideal de feminilidade e o papel social destinado às mulheres em nossa sociedade), e ocuparem espaços públicos socialmente determinados como masculinos. Na história da página, encontra-se o texto:

Onde estão as mulheres que fazem quadrinhos sobre política no Brasil? Para responder a essa pergunta criamos o projeto Políticas que tem como objetivo oferecer um espaço para que as quadrinistas publiquem cartuns, charges e tiras. Mulheres sempre desenharam quadrinhos políticos, mas não alcançaram o mesmo espaço e reconhecimento de artistas que foram consagrados na imprensa. Basta abrir o jornal e ver quantas mulheres têm suas reflexões e opiniões publicadas. Se os recursos usados por homens e mulheres são os mesmos na hora de desenhar, por que mulheres não produziriam charges políticas em mesma quantidade que os homens? Portanto, não só existem leitoras de quadrinhos, como artistas incríveis prontas para serem descobertas! Basta saber onde olhar. Mina, aceitamos trabalhos! Envie sua charge, cartum ou tira para politicashq@gmail.com. (Disponível em: https://www.facebook.com/pg/politicashq/about/?ref=page_internal. Acesso em 15 dez. 2017).

Figura 7 – Charge de LoveLove6

PEC 181

PELO MENOS VOCÊ TERÁ
MAIS TEMPO PARA CUIDAR
DO BEBÊ E DA SUA
DEPRESSÃO PÓS-PARTO!



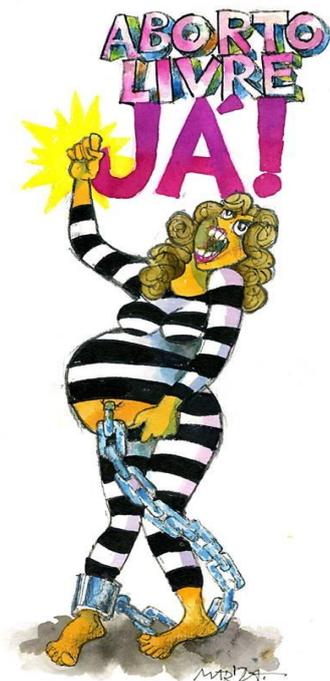
Fonte: LOVELOVE6, acesso em 2017

Figura 8 – Charge de Aline Lemos



Fonte: ALINE LEMOS, acesso em 2017

Figura 9 – Charge de Mariza Dias Costa



Fonte: MARIZA DIAS COSTA, acesso em 2017

Figura 10 – Charge de Lila Cruz



Fonte: LILA CRUZ, acesso em 2017

Figura 11 – Charge de Máira Colares



Fonte: MAÍRA COLARES, acesso em 2017

Em reportagem para o sítio virtual Minas Nerd, do dia 18/12/2017, intitulada “Políticas: mulheres que fazem cartuns, charges e muito mais”⁴², são entrevistadas as quadrinistas Thaís Gualberto, Aline Zouvi e Carolina Ito (criadoras da página Políticas), e a pesquisadora de quadrinhos Dani Marino⁴³. Tendo em vista a escassez de material acadêmico sobre o assunto, pontuaremos as falas que consideramos relevantes diante do que foi exposto neste artigo e considerando as vivências e opiniões daquelas que militam em prol da superação dos estereótipos de gênero e da maior visibilidade de mulheres produtoras de obras de caráter político e humorístico no Brasil.

Os quadrinhos de política são considerados um ambiente mais direto, fulminante, seco, crítico, características ‘não femininas’ e por isso tendem a achar que as mulheres não têm ‘tino’, ‘talento’ para abordar assuntos políticos. Mas visitando algumas páginas na internet você vê essa teoria cair terra abaixo, com várias produções ácidas e certeiras no momento de se opor a questões da política e da sociedade. Aparentemente, essa é uma das últimas barreiras que precisamos derrubar: que mulheres não fazem, não se interessam ou não são capazes de fazer charges, cartuns e quadrinhos com teor político (THAÍS GUALBERTO).

Creio que seja a mesma dificuldade com relação a qualquer outro tipo de publicação, científica ou artística, feita por mulheres. Como você disse na primeira pergunta, há este estereótipo da mulher que só faz quadrinho autobiográfico, fofo, sentimental. Toda mulher pode fazer quadrinho autobiográfico, fofo, sentimental se quiser, e podem ser quadrinhos incríveis. Mas já estamos cansadas de bater na tecla de que mulher pode fazer qualquer

⁴² Disponível em: <http://minasnerds.com.br/2017/12/18/politicas-mulheres-que-fazem-cartuns-charges-e-muito-mais/>. Acesso em: 19 dez. 2017.

⁴³ Dani Marino é pesquisadora de quadrinhos, integrante do Observatório de Quadrinhos da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo e da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS). Disponível em: <http://www.iluminerds.com.br/author/dani-marino/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

tipo de quadrinho, inclusive o político. Creio ser mais produtivo mostrar o trabalho de mulheres cartunistas, contribuir com a visibilidade do trabalho delas (ALINE ZOUVI).

O Alan Moore tem um texto publicado na revista *The Daredevils*, de 1982, que traz uma reflexão interessante. Conheci o ensaio lendo a revista argentina *Clitoris*. Ele traz um depoimento que diz que as mulheres não são incentivadas a serem irreverentes, sarcásticas, engraçadas, padrões associados ao trabalho de um cartunista político. O padrão é incentivar a docilidade, o silêncio, desde a infância. Embora muitas mulheres tenham se dedicado aos quadrinhos políticos, ainda são minoria. Com a desconstrução estrutural do machismo, o que vai influenciar a performance de gênero, talvez possamos pensar em uma situação igualitária (CAROL ITO).

É mais difícil para algumas pessoas aceitar mulheres que se pronunciem com assertividade, que apresentem um pensamento crítico que muitas vezes pode se chocar com o de outras pessoas, principalmente os homens. Como muitos desses trabalhos trazem temáticas feministas, a rejeição acaba aumentando, porque ainda há muito machismo no meio e não é agradável quando catucam o nosso calo, né? (THAÍS GUALBERTO).

5. Conclusão

Empreender uma análise histórica e política de charges produzidas por mulheres significa conceber tais trabalhos como atos de fala que perpassam a ordem do público e cujo pronunciamento se realiza no âmbito das interações que a charge estabelece com outros atos de fala enunciados, providos de sentidos construídos por um dado momento histórico e carregado de valores, normas, costumes associados aos papéis sociais de homens e mulheres. Essa relação se constitui em meio a lugares institucionais situados em diferentes níveis hierárquicos entre o masculino e o feminino, que especificam a autoridade de que tais atos de fala se revestem, tendo em vista o contexto sócio-histórico. Sendo assim, produzir charges implica – para as mulheres - ocupar espaços, apropriar-se de discursos proibidos e silenciados, subverter a ordem instituída, criar tensionamentos pelo humor e pela crítica com certa liberdade e autonomia, necessários para potencializar transformações no tecido social.

Sendo assim, no atual contexto histórico brasileiro, em que direitos já conquistados pelas mulheres encontram-se ameaçados; o feminismo como movimento social é tratado de forma pejorativa e discriminatória, objetivando despotencializá-lo; o Brasil apresenta a quinta maior taxa de feminicídio no mundo; e quando nas escolas os professores podem ser criminalizados por discutirem questões de gênero e desenvolverem projetos de

enfrentamento às violências contra as mulheres devido ao Programa Escola sem Partido⁴⁴, fomentar a produção de charges políticas por mulheres é, antes de tudo, resistir à onda conservadora que assola o país e traz consigo a possibilidade de levar a nós, mulheres, às restrições do confinamento ao ambiente privado e do silenciamento de nossos discursos, desejos e corpos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRAIT, Beth. Olhar e ver: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Revista Bakhtiniana**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-66, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v8n2/04.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- CAGNIN, Antônio Luiz. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados: Editora UFGD, 2014, p. 43-100.
- DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 85-94.
- DUARTE, Rodrigo. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: W.M.F. Martins Fontes, 2010.
- EUGÊNIO, Jessica Daminelli. **Elas fazem HQ! Mulheres brasileiras no campo das histórias em quadrinhos independentes**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- FLÔRES, Onici. **A leitura da charge**. Canôas: Editora Ulbra, 2002.

⁴⁴ De acordo com Frigotto (2017), as teses do Programa Escola sem Partido fomentadas pela classe dominante, disseminam-se por meio de estratégias discursivas fascistas no processo de um renovado culto ao capital, no ataque aos trabalhadores do setor público, principalmente os da educação e saúde, nos posicionamentos de intolerância e ódio aos movimentos sociais e à diversidade, e na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana, indispensáveis para o processo de emancipação da classe trabalhadora.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem Partido”**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Políticas Públicas, 2017, p. 17-34.

GOMBRICH, Ernest Hans. **Os usos das imagens**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HILDE. **O Brasil em charges**. 1950-1985. São Paulo: Circo Editorial, 1986.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 90: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista**. 2005. 205 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

_____. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-48, 2012.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

_____. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**. Revista de História da UFES. Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

_____. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura; _____. FRANCO, Sebastião Pimentel. **História, mulher e poder**. Vitória: Edufes, PPGHis, 2006, p. 235-252.

_____. Gênero e sexualidade. In: _____. RANGEL, Livia de Azevedo Silveira (Orgs.). **Mulher e gênero em debate**. Representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014, p. 11-19.

_____. MORGANTE, Mirela Marin; SILVEIRA, Luciana; FERRARI, Alex Silva. A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão e enfrentamento do problema. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). **A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa**. Vitória: EDUFES, 2016, p. 259-282.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. **Rian: caricatura e pioneirismo feminino no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312664266_ARQUIVO_RIANE_OPIONEIRISMOFEMININONACARICATURA.pdf. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Pagu: política e pioneirismo nas histórias em quadrinhos nos anos de 1930**. XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia. 2017. Universidade de Brasília, Brasília/Distrito Federal. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502671728_ARQUIVO_PAGU_ANPUH_CORRIGIDO.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

PEDREIRA, Fernando. O Brasil nas charges de Hilde. In: HILDE. **O Brasil em charges**. 1950-1985. São Paulo: Circo Editorial, 1986, p. 4-5.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, 1989.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 578-606.

RAMOS, Paulo. **Tiras cômicas e piadas**: duas leituras, um efeito de humor. 2007. 424 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Histórias em quadrinhos: gênero ou hipergênero? **Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 38, n. 3, p. 355-367, 2009.

ROMERO, Marcelo. **O governo Fernando Henrique Cardoso na charge de Angeli: os tons e contornos da crítica política no traço do artista**. 2015. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2015.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo. Paraná: Eduem, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, 1999, p. 82-91. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009. Acesso em: 12 dez. 2017.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 218-237.

TEIXEIRA, Cristhiano dos Santos. **Nas entrelinhas da charge**. Impressões das experiências imaginárias na obra de Henfil (1964-1985). 2016. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Maria Cláudia. **O gênero jornalístico charge no letramento escolar**. Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. v. 12. n. 19. p. 89-107, 2010.

REFERÊNCIAS DAS FIGURAS

Figuras 1, 2 e 3

TEFFÉ, Nair de. Nair de Teffé, a primeira caricaturista do Brasil. **Jornal Mulier**, n. 113, 2013. Disponível em: <http://jornalmulier.com.br/nair-de-teffe-a-primeira-caricaturista-do-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Figura 4

PAGU. **O Homem do povo**. São Paulo, 28 de março de 1931, n. 2, p. 1.

Figura 5

HILDE. **O Brasil em charges**. 1950-1985. São Paulo: Circo Editorial, 1986.

Figura 6

Registro da autora

Figura 7

LOVELOVE6. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/politicashq/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Figura 8

ALINE LEMOS. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/politicashq/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Figura 9

MARIZA DIAS COSTA. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/politicashq/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Figura 10

LILA CRUZ. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/politicashq/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Figura 11

MAÍRA COLARES. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/politicashq/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VENHA, VENHA O VOTO FEMININO: EMBATES TRAVADOS NA IMPRENSA PERIÓDICA OITOCENTISTA NO RIO DE JANEIRO

Cristiane Ribeiro⁴⁵

Artigo recebido em: 24/05/2018

Artigo aceito em: 03/07/2018

RESUMO:

Neste artigo, propomos uma análise da discussão sobre o voto feminino travado no Império do Brasil, circulando nos impressos diários da corte a partir da segunda metade do século XIX. Nossos objetivos serão, por um lado, o de compreender como os jornais diários vinham abordando tal discussão, atentando-nos num estudo sob a perspectiva das relações de gênero e de poder imbricados nos jornais. Do mesmo modo, problematizamos a inserção da reivindicação feminina pela participação política, presente em meios de grande circulação, que por muito tempo permaneceu marginalizada em estudos históricos durante o Oitocentos.

PALAVRAS-CHAVE:

Voto feminino; Imprensa Oitocentista; Relações de Gênero.

ABSTRACT:

In this article, we propose an analysis of the discussion about the female vote held in the Brazilian Empire, circulating in the daily court papers from the second half of the nineteenth century. Our objectives will be, on the one hand, to understand how the daily newspapers were approaching such a discussion, considering a study from the perspective of gender relations and power imbricated in the newspapers. In the same way, we problematize the insertion of the female claim by the political participation, present in means of great circulation that for a long time remained marginalized in historical studies during the Eighth.

KEYWORDS:

Female vote; Eighteenth Press; Gender Relationships.

* * *

INTRODUÇÃO

⁴⁵ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa: *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*. Integrante do Núcleo em Estudos de História Social da Política (NEHSP-UFJF). Bolsista CAPES. CV: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K8170351Z0>

Os estudos das relações de gênero que se estabeleceram hoje na Academia, enveredaram-se sobre temáticas diversas, abordando desde as desigualdades e hierarquias presentes no decorrer dos séculos e suas ressignificações, até a constituição do sujeito e de suas identidades, a partir de uma ideia de performatividade. (BUTLER, 1989)

A consolidação do campo em estudos de gênero se deu concomitante e possui relação direta com o movimento feminista, compreendido entre as décadas de 1960 e 1980. A partir de então, devido a entrada significativa de mulheres nas universidades, começa-se a questionar o sujeito humano universal sob uma epistemologia feminista. Na História, em especial, historiadores e historiadoras buscaram dar significação a atuação feminina nos processos históricos, colocando-as como sujeitos.

De acordo com a historiadora americana Joan Wallach Scott, o gênero é uma importante categoria para a análise histórica, constituída através das relações sociais que se fundam na diferença e com principal atenção para os sistemas de significação, isto é, as maneiras como a sociedade representam o gênero com o passar dos séculos, numa completa teia de relações e poder imbricados. (SCOTT, 1995)

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, a inclusão das mulheres nos estudos históricos, implicou num questionamento dos principais paradigmas já existentes, legitimados e estabelecidos na disciplina. Para a autora, vão ser os estudos feministas a propor uma redefinição dos projetos ligados a subjetividade, devido, principalmente, as novas abordagens históricas e filosóficas. (DIAS, 1992)

Mediante as transformações que tiveram início na década de 1960 e passaram por processos de transformações no decorrer das décadas posteriores, a História, tem hoje, se preocupado em buscar trazer à tona acontecimentos até então desconhecidos, colocando as mulheres no centro de suas pesquisas. O presente trabalho, buscará abordar uma discussão, o voto feminino no Império Brasileiro, até então pouco trabalhada ou discutida sob a perspectiva das relações de gênero, valendo-nos da imprensa periódica que circulou na Corte. Para tanto, devemos ter em mente algumas problematizações que contribuam para que tenhamos o compromisso de não fazer uma escrita da história homogeneizante.

Sabemos que durante toda a história da humanidade, desigualdades estruturais foram se perpetuando por questões ligadas a gênero, raça e classe. As reivindicações femininas por participação que tiveram início no século XVIII com a Revolução Francesa⁴⁶ e os ideias de fraternidade, liberdade e igualdade, foram encabeçadas por mulheres letradas e com forte interferência das ideias iluministas que vinham sendo disseminadas por todo o mundo. À medida que as décadas foram avançando, novas ideias e reivindicações vieram a ser incorporadas e resignificadas pelas gerações futuras de mulheres, essas, também, imersas num meio letrado e de forte influência intelectual.

Por que colocamos isso? Antes de iniciarmos é fundamental que tenhamos pleno entendimento do contexto a ser analisado. Durante o Oitocentos no Brasil, foram poucos sujeitos que tiveram oportunidades de instruírem-se, em meados do século estudos apontam apenas 15 % do total da população, ou seja, deve ser destacado não apenas uma desigualdade de gênero nesse período, mas, também, de raça e classe. Imerso nisso, diversas mulheres mal sabiam assinar seus nomes e, outras, estiveram presas às amarras da escravidão, não se encaixando nas reivindicações pela aquisição do direito ao voto, que abarcavam apenas senhoras letradas.

Flávia Biroli nos aponta que a dualidade entre público e privado, sendo o primeiro reservado ao masculino e o segundo ao feminino, constitui papéis e produz o gênero, mas não o faz da mesma forma para todas, reproduzindo hierarquias (BIROLI; MIGUEL, 2018). Diante dessa dualidade, que esteve presente durante todo o século XIX, as mulheres tinham poucas oportunidades para além do âmbito doméstico de suas casas, mulheres estas que se encaixavam em uma burguesia aristocrática ou emergente e que, buscavam instrução e inserção no mundo do trabalho e até mesmo na política, apesar dos embates presentes, inclusive nos próprios meios femininos.

Nosso trabalho buscará abordar a discussão do voto feminino presente nos periódicos redigidos por homens e de circulação diária, propiciando um levantamento de como tal discussão esteve sendo abordada, colocando-a como mais do que presente, mas

⁴⁶ Exemplos se deram nas atuações de Olympe de Gouges, revolucionária que escreve em 1791 a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, na qual reivindica os direitos como cidadão para as mulheres, contrapondo-se a *Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão*; e Madame de Stael, uma literata de trajetória significativa na França e que se tornou inimiga pessoal de Napoleão, necessitando banir-se do país por alguns anos.

comentada e apropriada por públicos distintos. Ao levantarmos isso, estamos inserindo um estudo que muito tempo permaneceu marginalizado na historiografia, que se ateve apenas com o findar do século XIX e o surgimento do movimento sufragista no Brasil a partir das primeiras décadas do século XX. Utilizamos como fontes os jornais: *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Ilustração brasileira* e *Diário de Notícias*, todos de circulação diária e renome na Corte carioca ao período delimitado em nossa análise.

1- A IMPRENSA DIÁRIA DO XIX

Os impressos obtiveram trajetória significativa na história de toda a humanidade e têm sido fontes de grande valia para os (as) historiadores (as). Através deles, é possível apreendermos sobre as relações sociais e culturais e as distintas hierarquias de poder que competem a questões de gênero, classe e raça, resultando em desigualdades em seus diversos contextos de escrita.

Segundo o historiador americano Robert Darton, a história dos impressos se insere numa história social e cultural e, tem por finalidade, compreender como a palavra impressa afeta o pensamento e o comportamento da humanidade em seus contextos de circulação, levando a apropriações de públicos leitores (as) diversos. (DARTON, 2010, p.122). No século XIX do Brasil deve ser destacado que parte majoritária de sua população era analfabeta, ou seja, eram poucos que tinham acesso à leitura de periódicos.

A imprensa surge apenas em 1808 no Brasil, devido a vinda da família real portuguesa e a instalação da Imprensa Régia. O primeiro periódico a circular foi *A Gazeta do Rio de Janeiro* e possuía como intuito apenas a divulgação de informações oficiais do Poder Real. Até este momento não se tinha uma liberdade de opinião, que só foi alçada em 1821, com o decreto de 02 de março. Posterior a ele, alguns anos depois, apareceram diversos jornais de iniciativa privada que trouxeram como pauta, inicialmente, os debates realizados no âmbito político do Império, vindo a fomentar distintas disputas de projetos políticos de Nação.

O periodismo que surgia, tinha por pretensão marcar uma hierarquia de poder

político na Corte. Entretanto, segundo Marco Morel:

A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (MOREL, 2008, p.25)

A circulação de palavras não se dava apenas pelos impressos, mas também pela troca de experiências e conversas entre sujeitos, que estavam atentos aos acontecimentos sociais e políticos que vinham acontecendo na sociedade. Com o passar das décadas, foram ocorrendo mudanças e surgindo novos espaços que viriam a fomentar comunicação de ideias e opiniões, um exemplo que se deu esteve relacionado as leituras públicas feitas em saraus, bibliotecas, teatros e cafés, que contribuíram para que analfabetos pudessem se apropriar das ideias através da palavra falada.

Os conteúdos publicados nos periódicos dependiam muito de quem os escreviam e dos seus interesses, mais tarde, dirá respeito, especialmente, a seu público leitor, que variava de jornal para jornal. (SILVA; FRANCO, 2010). Nas páginas impressas oitocentistas é possível veicular distintas opiniões e disputas de poderes, na qual o gênero mostra-se, cada vez mais marginal, permanecendo assim por todo o século.

Através da imprensa foi possível tornar público notícias, sejam políticas, econômicas e /ou religiosas. Uma sociedade escravocrata, patriarcal e majoritariamente analfabeta, não era de se estranhar que, em seu início, essa imprensa que surgia estivesse nas mãos dos poucos que detinham grande poder sobre os conteúdos que viriam a ser publicados:

Para esses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que, a pouco e pouco, se firma e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência. (SODRÉ, 1966, p.209).

Aos poucos, essa imprensa começa a adentrar na casa de diversos leitores e algumas poucas leitoras. Surgem, com o passar das décadas, uma infinidade de periódicos com os mais diversos assuntos desde políticos, notícias do cotidiano da corte, da família real, movimento escravista, entretenimento, folhetins, romances, sendo estes últimos

relacionado a literatura, que penetrava na imprensa e vinha ganhando grandes proporções, tornando pública a aparição de literatos como Machado de Assis, José de Alencar, Gonçalves Dias, Aluísio Azevedo, Castro Alves e algumas poucas mulheres, como foi o caso de Nísia Floresta, Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Ignez Sabino.

É importante salientarmos que a imprensa do XIX foi lócus de presença majoritariamente masculina, que detinham grande poder sobre os interesses no conteúdo a ser divulgado. Tudo o que veio a ser escrito e publicado nos jornais de grande circulação era construído a partir de uma dominação masculina. Como enfatizado na introdução, a dicotomia entre público e privado estava posta e legitimada através de práticas cotidianas diversas.

Entretanto, aqui cabe destacar que essa dicotomia pode ser aplicada mais corretamente a mulheres de famílias burguesas que tinham uma moralidade a defender. Outras, como libertas, escravizadas e comerciantes, já vinham se fazendo presentes nos espaços públicos há tempos, na maioria das vezes, trabalhando e constituindo estratégias de sobrevivência naquele meio. Ou seja, a restrição que apontamos relaciona-se aquelas mulheres brancas, letradas e de “boa índole” que eram educadas apenas para serem esposas e mães. (HAHNER, 2016)

As transformações sociais urbanas e culturais pela qual o Império vai passar, a partir de meados do século, com o intuito de modernizar e urbanizar o Rio de Janeiro, como calçamento das ruas, paquetes, telégrafos, iluminação, comércio, indústrias, abastecimento de água e movimento bancário, refletiu e apareceu noticiado nos jornais, interferindo muito na presença e nas sociabilidades de mulheres, um exemplo é o surgimento do primeiro jornal estritamente feminino, feito por e para mulheres, em 1852, o *Jornal das Senhoras*, sob redação da argentina Juana Paula Manso de Noronha. “A imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere às transformações da época.” (SODRÉ, 1966, p.214)

Mulheres instruídas, apesar de poucas, tornam-se leitoras de jornais, levando-as à distintas apropriações do conteúdo escrito. “O público feminino era incentivado a comprar através de anúncios de jornais.” (FERREIRA, 2005, p.07). Tudo que era divulgado pela imprensa vinha a gerar reverberações, o que possivelmente, levou diversas mulheres a se

empreitarem na criação de periódicos femininos, que tinham, inicialmente, a tarefa de propagar a emancipação feminina na busca por uma educação igualitária com os homens.

Em meados do século, após o surgimento do *Jornal das Senhoras* em 1852, várias outras também se empreitaram na redação de periódicos, exemplos estes: *Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *O Domingo* (1873), *Echo das Damas* (1879) e *A Família* (1888). Tais periódicos, possivelmente, foram responsáveis em tornar mulheres não apenas leitoras, mas, agora também, escritoras, trazendo propósitos de mudanças em suas vidas. "Os costumes custaram a ceder a novos hábitos e a transição da condição feminina no século XIX foi lenta, sutil e gradual." (VERONA, 2007, p.40). Os jornais femininos que emergem apareceram como um contrapondo a imprensa periódica tradicional e diária, apesar de ter permanecido marginalizada, não afetando a ordem vigente.

Os principais jornais diários durante o XIX que obtiveram grande circulação, adentrando em um maior número de leitores (as), foram: *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Diário de Notícias e Correio Mercantil*, que contaram com inúmeras impressões e se perpetuaram por algumas décadas consecutivas.

O *Jornal do Comércio* foi fundado pelo francês Pierre Plancher e circulou pela primeira vez a partir de outubro de 1827, tendo edições ininterruptas durante todo o século. Em seu surgimento, "teoricamente, o periódico se colocava afastado das questões políticas, mas com o tempo ficou evidente que aquele homem das letras [...] não ficaria satisfeito veiculando apenas notícias mercantis." (FUTATA, 2008, p.67) O periódico passou pela mão de diversos redatores: Junius Villeneuve, Francisco Antônio Picot, além de diversos colaboradores como Joaquim Manuel de Macedo, Justiniano José da Rocha e Joaquim Nabuco. Por ter sido um periódico de circulação diária até o fim do Império, o mesmo obteve renome e foi responsável por formar opiniões públicas sobre distintos assuntos.

O *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* também foram periódicos de circulação diária de grande importância na Corte carioca. O primeiro, durou 57 anos e o segundo por quase 20 anos. A importância de ambos, relaciona-se ao fato de terem sido, junto com o *Jornal do Comércio*, os principais jornais que vão estar sendo impressos diariamente no Rio de Janeiro, trazendo propósitos, notícias e ideias diversas. Em todos os três, apareceram escritos, em especial nos Folhetins, direcionados para o público leitor

feminino, na qual era presente traduções de romances franceses de grandes literários a época, como já demonstrado.

O *Diário de Notícias* surgiu apenas em 1870 e funcionou até 1872. O jornal teve como redator o seu proprietário, A. Clímaco dos Reis, circulando, também, diariamente na Corte durante os anos em que foi impresso, com uma tiragem de 6.000 exemplares. Esse periódico, apesar dos poucos anos de sua circulação, é significativo ao abordar a emancipação feminina em suas publicações de artigos e folhetins. Em sua primeira edição, apareceu que anúncios e escritos literários seriam feitos a partir do pagamento de 80 rs a linha, além de deixar claro seus propósitos de divulgar escritos literários e notícias que fossem interesses da população letrada. Ou seja, as publicações localizadas que concernem a aquisição de direitos para as mulheres, foram aceitas pelo seu redator como um assunto de importância significativa para quem vinha lendo o seu jornal.

O conteúdo publicado nessa imprensa diária da corte, abarcava desde questões políticas, econômicas, internacionais até religiosas, literárias, ofertas e buscas de serviços, traduções de romances, saídas e entradas em portos brasileiros, falecimentos, vendas e aluguéis de escravos. Além do mais, todos os seus redatores, homens e brancos, detinham grandes responsabilidades e poder no conteúdo que estava sendo colocado em circulação, corroborando fortemente para desigualdades.

Sobre a presença feminina, pouco ou nada se deu. Os casos que se deram estiveram relacionados à oferta de serviços como de professoras, musicistas ou parteiras e a publicação de alguns folhetins e artigos, como buscaremos mostrar. Era muito comum que mulheres utilizassem do anonimato e isso se relaciona a uma busca por legitimação e aceitação de seus escritos do âmbito da imprensa, devido a esse espaço ter sido, durante décadas, reservado apenas ao masculino e a propagação de suas ideias.

2- O VOTO FEMININO COMO DISCUSSÃO NOS IMPRESSOS OITOCENTISTAS

As discussões historiográficas sobre o direito de voto para as mulheres no Brasil,

em sua maioria, têm-se concentrado no final do século XIX e início do XX, no qual abordam o surgimento de um movimento sufragista mais organizado a partir de 1920 contando com figuras como Bertha Lutz e Leoninda Daltro. Entretanto, um pouco antes, ainda em meados do século XIX, encontramos, também, a presença deste debate circulando na imprensa periódica diária da corte, permanecendo ainda pouco estudada. Esta imprensa, durante todo o século XIX, teve papel fundamental na disseminação e circulação de ideias, propiciando distintos debates e levando a apropriações mútuas e diferenciadas, como já trabalhado.

Aquela estritamente feminina que surge em meados do século, mais propriamente no ano de 1852 com o *Jornal das Senhoras*, conduziu incentivos para que outras mulheres viessem a escrever para os jornais que circularam ao contexto. Tal jornal trouxe consigo uma defesa incondicional da emancipação feminina, buscando, inicialmente, o direito educacional como meio de alcançar igualdade. De acordo com Zahidé L. Muzart:

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufragismo foi o mote de luta do feminismo, como todos sabem, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. Sobre tal assunto, há um número muito grande de textos, de manifestos no mundo ocidental em geral, e no Brasil não foi tão diferente, embora de modo menos acentuado. (MUZART, 2003, p.225)

De acordo com os apontamentos de Zahidé e com uma revisão bibliográfica feita sobre o tema, foi-nos possível perceber que os trabalhos publicados até o momento se atentaram com a reivindicação feminina pelo direito ao voto, apenas a partir da década de 1880 e o início do século XX. O período compreendido entre 1850 até 1880, especialmente, devido ao surgimento dos jornais estritamente femininos, esse debate sobre o direito ao voto é totalmente desconhecido na historiografia.

Entretanto, ao fazermos uma pesquisa nos impressos tradicionais e diários que estavam circulando a partir de 1850, percebemos que a discussão sobre o direito ao voto para as mulheres esteve sim sendo debatida naqueles escritos, seja de forma favorável ou contrária, como buscaremos demonstrar, entretanto pouco ou nada foram trabalhadas em

pesquisas.

Já a imprensa feminina que surge, não veio a defender abertamente a conquista pelo direito ao voto para as mulheres, algumas redatoras acreditaram que fosse uma pauta para as mulheres modernas e que, não cabia a elas reivindicarem por isso naquele momento. (OLIVEIRA, 2009) A principal reivindicação permaneceu, por alguns anos, apenas pelo direito a educação.

A imprensa e a política, por um longo período, foram espaços de imposição de poder e hierarquias, no qual apenas homens se faziam majoritariamente presentes. Apesar dos diversos avanços ocorridos desde então, a política tem permanecido como lócus masculino. De acordo com Flávia Biroli: “Em 2017, o Brasil ocupava a 154^o posição no ranking global feito pela Inter-Parliamentary Union (IPU), com 10,7% de mulheres na câmara dos deputados e 14,8% no senado federal.” (BIROLI, 2018, p.176)

No ano de 1865, o *Correio Mercantil e Instrutivo, Político e Universal* publicou a seguinte notícia:

Pelas linhas seguintes, extraídas de uma folha de Nova York, vê-se que os direitos da mulher continuam a ser vivamente defendidos nos Estados Unidos. [...] Eis ainda uma dama. Mad. Antoinette Brown Blackwell, que aspira ao título de benemérita do seu sexo. Anteontem à noite fez esta senhora em Cliton-Hall uma leitura sobre os direitos da mulher. Apesar da veemência de tempo, via-se ali uma multidão composta de pessoas bem vestidas e educadas, Mme. Brown Blackwell declarou que perante a lei humana a mulher não devia ser inferior ao homem, posto que, ela o reconhece, toda a superioridade feminina seja excedida no sexo barbado por qualidades idênticas. Pede que as leis sejam iguais para todos e se admitam as mulheres aos mesmos direitos e funções que os homens. [...] Neste país, uma mulher pode ser advogado, ministro do evangelho, médico, poeta literato, artista, porém recusasse-lhe o direito de ser homem de negócios e a prática do governo. Nada mais. Em uma palavra, as mulheres são próprias para os mais altos empregos. [...].(Correio Mercantil e Instrutivo do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1865).

Tal jornal teve grande prestígio à época, reverberando discussões naquele meio. Diante da publicação, podemos afirmar que a bandeira de defesa do voto feminino estava circulando em um nível internacional e chegando por meios impressos no Brasil, presente em círculos de senhoras letradas e de classes aristocráticas, como transparece no escrito. A partir de 1865, vários escritos eclodem nos jornais, sendo as mulheres objeto central: “Há

sim outra escola mais elevada, nobre e divina que adeja e impera nas mais puras regiões, as dos direitos da mulher! Direitos da Mulher! É a senha, base do novo evangelho, possuindo uma igreja, ritual e sacerdotes, lei canônica e culto.”⁴⁷

Alguns anos depois, em 1868, é publicado no Rio de Janeiro uma obra em que sua autora reivindicava abertamente a representação política da mulher, não apenas votando, mas também, podendo ser votada na Monarquia do Brasil. A sua venda apareceu noticiada em diversos jornais. No *Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal* no dia 20 de março de 1868 é descrita:

Publicação: Acaba de ser publicado um opúsculo sobre o título: *Tratado sobre emancipação política da mulher e direito de votar*. O título dá inteira ideia do assunto, que é tratado em linguagem boa e fácil, e o livro estudo e aplicação da parte de sua autora. Assina-se esta com as iniciais A.R.T.S. É sem dúvida a modéstia quem a faz proceder assim, pois que o seu trabalho é recomendável por mais de um título. (*Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1868).

Ao que tudo indica a obra foi posta para venda no início do ano, entre fevereiro e março de 1868. Os dados do anúncio nos confirmam uma autoria feminina, “parte da sua autora” e levanta-nos que a mesma havia estudado o tema e o resultado estava presente no conteúdo do livro que estava sendo vendido.

No mesmo dia, em 20 de março de 1868, o *Jornal do Comércio* também noticiou a venda:

Saiu a luz e acha-se a venda em Casa de Laemmert, 77 rua da quitanda, tipografia Paula Brito, 10 rua do Sacramento, B.L. Garnier, 69 rua do ouvidor, e em casa da autora, rua sete de setembro n. 223, 1 andar. TRATADO SOBRE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR. Esta obra se recomenda a todos os pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil, 1 volume 2\$000

A publicação deixava claro o público que a mesma estava sendo direcionada: “pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil”, ou seja, apenas mulheres e homens instruídos estariam aptos para a leitura do conteúdo ali presente.

A obra anunciada no *Correio Mercantil* e no *Jornal do Comércio*, não pode ser vista como um caso isolado dessa discussão durante o contexto. A mesma, inclusive, veio a gerar reverberações. Dois dias após a publicação dos anúncios, em 22 de março do mesmo

⁴⁷ *Correio Mercantil e Instructivo do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N. 276, 07 outubro 1867.

ano, um Folhetim do *Jornal do Comércio*, intitulado: *Será Sêrio?*⁴⁸ comentou sobre o conteúdo do *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*.

[...]. É tempo de se pôr termo a estas injustiças, e eu proponho que para principiar se dê uma remuneração condigna à autora do tratado que acaba de publicar sobre a emancipação política da mulher e seu direito de votar. O melhor prêmio que podia dar, quanto a mim, seria algum dos empregos que ela reclama para o seu sexo. [...]. Quanto ao direito de votar sou de opinião que se conceda sem demora às mulheres, do que se tirará ao menos a vantagem de não termos tantos deputados feios. [...], depois que a mulher tiver por aspiração mais sobre ter amanuense n'uma secretaria do assentar o seu trono no lar doméstico, não receberei mais cartas como essa que acabam de entregar-me.

O autor, que não assinou seu nome, ao que tudo indica, fez uma leitura rápida da obra, dois dias após sua primeira aparição de venda nos jornais. Inicialmente, o mesmo levantou a necessidade de dar fim a desigualdade de gênero que estava imersa naquela sociedade, entretanto, com certos cuidados, o âmbito doméstico ainda permaneceria local de presença apenas de mulheres. Sobre o direito ao voto, a sua justificativa é apenas com o sentido de “embelezar a política”, ou seja, não se relaciona a uma real capacidade das mulheres para com questões políticas.

A autoria da obra foi publicada sob anonimato, A.R.T.S., fato dado, possivelmente, por ter sido uma prática comum ao contexto, uma vez que, nos anúncios de venda era descrito sua residência de morada, como um lugar em que o livro também poderia vir a ser adquirido em “Rua Sete de Setembro, n.223/1ºandar”. A.R.T.S., na verdade, era as iniciais de Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma estrangeira húngara que vinha residindo no Brasil desde os seus sete anos de idade e que elaborou propostas de mudanças para aquele sistema desigual em que esteve imersa, sendo as mulheres excluídas de qualquer participação política.⁴⁹ Através de sua obra, que circulou no âmbito público do Império, a partir de 1868, podemos perceber que o debate vinha sendo travado e reivindicado por mulheres comuns, uma vez que o seu nome é totalmente desconhecido

⁴⁸ Folhetim publicado pelo *Jornal do Comércio* em 22 de março de 1868, logo após a publicação da obra no Rio de Janeiro.

⁴⁹ Para saber mais sobre a autora, Anna Rosa Termacsics dos Santos, ver mais em um artigo publicado em: RIBEIRO, Cristiane de Paula. A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro. *Revista Ars Historica*, ISSN 2178-244X, n°15, Jul/Dez 2017, p. 315-333.

nos círculos literários femininos de sua época.

Ao localizarmos essa discussão travada, inicialmente, em dois jornais de circulação diária e depois se ampliando para outros no ano de 1868, percebemos que, ao que tudo indica, a mesma adentrou em um grande número de leitores e leitoras, gerando incômodos como também conseguindo adeptas à causa. Tal fato demonstra-nos uma comunicação propiciada entre a autora e o público que queria alcançar. Não sabemos a real recepção da obra em sua época, nem mesmo o número de cópias que foram produzidas, contudo, ao ser posta para venda em tais jornais percebemos que o debate travado nela, reivindicação pelo direito ao voto, estava sendo divulgado e, quem sabe, dando início as maiores reverberações que surgiriam com o findar do século.

A partir da década de 1870, tornou-se prática mais comum que os jornais abordassem o sufrágio feminino em suas publicações, noticiando, em especial, acontecimentos de outros países: “As mulheres de Indianópolis (Estados Unidos) requereram o direito de votar.”⁵⁰ Ao contexto, o país norte americano já vinha contando com o debate mais abertamente, tendo mulheres criando associações e organizando convenções em prol do direito ao voto, fato que pode ter gerado grandes interferências no caso brasileiro.

De acordo com Ângela Davis, no mesmo contexto nos Estados Unidos, as mulheres brancas e de classe média já vinham se organizando e participando de eventos, colocando em discussão a participação política feminina. Tal fato se deu devido às suas experiências compartilhadas no movimento abolicionista americano, na qual muitas se empenharam na causa acompanhando seus maridos e, viram ali, uma oportunidade de reivindicarem seus direitos. (DAVIS, 2016). Por lá os impressos também contribuíram em toda a movimentação e vinham sendo os responsáveis pela comunicação na busca de apoiadores e apoiadoras.

O *Diário de Notícias*, dentre todos os periódicos aqui, foi o que mais encontramos publicações que abordaram a busca feminina por direitos, inclusive o de voto. Além das notícias e acontecimentos de países europeus e dos Estados Unidos, nas quais o sufrágio

⁵⁰ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. N.04, 05 agosto 1870.

feminino e a entrada das mulheres nas universidades aparecem como grandes avanços e como destaque do jornal. Uma dessas publicações chamou nossa atenção:

Mais uma vez a inteligente autora do livro *Emancipação das Mulheres*, dá as nossas leitoras o seguinte artiguinho: 'A sujeição da mulher, com sua ignorância é o dragão que corrói nas raízes do Brasil: é o símbolo da corrupção que corrói a felicidade e o progresso do gênero humano. Com a elevada educação nas universidades que se devia dar as mulheres haviam se acabar as guerras, o resto abominável dos séculos bárbaros; porque a força moral há de substituir a força bruta, e os tribunais e as universidades decidirão as dúvidas das nações como dos indivíduos; acabarão as moléstias e os crimes, porque criarão seus filhos fisicamente, como moralmente melhor. Acabará a pobreza porque aparecerão milhares de novas indústrias e descobertas, porque o espírito não tem sexo. Inumeráveis talentos que gemem fechados em quatro paredes, debaixo de um bruto despotismo, podiam ser ganhos para a sociedade. Se se concedesse as mulheres privilégios políticos, ela, como anjo de paz e de amor, havia de conciliar os partidos e as nações. Na legislação se havia de sentir logo sua doce influência, porque precisamos tanto de misericórdia como de justiça. Quando ela se vê defeituosa em todos os países é pôr a lacuna do segundo elemento que é um desvio da natureza. (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1870).

O escrito transcrito, como se percebe, é da mesma autoria da obra posta para venda em 1868 pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Correio Mercantil*, citada por nós anteriormente, o *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. A autora não apenas se contentou em escrever uma obra, mas, vinha pondo seus questionamentos em periódicos, no qual todos tinham a defesa da extensão dos direitos políticos para as mulheres e uma igualdade de fato com os homens⁵¹.

De acordo com a concepção da autora, a sujeição em que as mulheres se encontravam era um mal abominável para a humanidade, que incapacitava o progresso de todo o gênero humano. Segundo ela: “se concedesse as mulheres privilégios políticos, ela, como anjo de paz e de amor, havia de conciliar os partidos e as nações”, ou seja, as mulheres seriam capazes de contribuir na política e trazer melhoras por todo o mundo. Ela ainda deixa claro sua reivindicação pela ampliação do pleito político para as mulheres e, ao que tudo indica, não foi uma mulher que teve medo de expressar suas ideias e muito menos se esconder, uma vez que seu endereço residencial foi anunciado nos jornais.

Por outro lado, o que se sobressaía na imprensa eram os discursos contrários à aquisição desses direitos tão reivindicados, sobretudo, o direito ao voto. O que nos aguça

⁵¹ Localizamos diversos artigos sob a autoria Anna Rosa Termacsics dos Santos publicados no *Diário de Notícias*, em distintas edições do mês de outubro de 1870.

a pensar a inserção de mulheres como a autora da obra anunciada nos jornais, naquela sociedade em que o gênero feminino e a política eram incompatíveis. Era inimaginável mudar a ordem e ampliar o pleito eleitoral para as mulheres e, políticos vinham proferindo isso em seus discursos parlamentares. Uma Câmara dos Deputados e de Senadores composta por homens brancos e grandes proprietários eram responsáveis por discutir questões que se referiam as mulheres, numa grande relação de poder em que elas não tinham minimamente o direito a opinar.

Em 1870, o *Diário do Rio de Janeiro* transcreveu uma reunião do Senado. O discurso do senador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello sobre as propostas de reformas eleitorais, que vinham sendo debatidas nas sessões políticas, chamou nossa atenção, em especial, sobre os seus questionamentos:

O nobre senador pelo Ceará, e depois o nobre senador pela Bahia pedem que se faça a reforma eleitoral: mas em que sentido? Quererão o voto público e secreto? Quererão a representação somente das maiorias, como é atualmente o nosso sistema, ou que pela eleição também sejam representadas as minorias? Quererão dar o sufrágio ao belo sexo, quando tiver certas condições de renda? Quererão outras condições mais da reforma eleitoral? Nada dizem, mas só: venham as reformas! [...].Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1870).

Através do discurso enunciado, podemos perceber uma não aceitação ao voto feminino, colocado como um impedimento nas palavras do senador. Opinião como a dele eram as mais comuns ao período, sobressaindo nos discursos políticos, impressos e religiosos da época. A política era tida como incompatível ao “belo sexo” e como lugar de poder e presença apenas de homens. Questões de gênero que nos ajudam a compreender as relações desiguais imbricadas no meio social como processos hierarquizados e legitimados historicamente.

Outros periódicos, nesse mesmo período, optaram por abordar a discussão sobre o voto feminino numa perspectiva estética, ou seja, mulheres como aquelas que iriam fornecer melhorias, relacionadas a suas características físicas e estereótipos que envolviam a construção do gênero feminino como “belo sexo”. Em 1877, a revista *Ilustração Brasileira* assim publicou: “Venha, venha o voto feminino, eu o desejo, não somente por que é ideia

de publicistas notáveis, mas porque é um elemento estético nas eleições, onde não há estética.”⁵²

Segundo a revista, a participação feminina não se daria a partir da real capacidade das mulheres em igualdade com os homens, mas sim, pelas construções de gênero a que estavam impostas. Comparações entre mulheres e beleza, ou estereótipos como frágeis, doces, calmas, vulneráveis, permeavam os escritos impressos que circularam, legitimando, em suma, a incapacidade para questões que englobassem o público e a política. A presença das mulheres na política era tida como um modo de melhoramento e distração para os homens, que conviviam em seus meios apenas com outros homens, as mulheres políticas agradariam a todos.

A justificativa estética abordada na *Revista Ilustrada* pode ser comparada com o Folhetim de 1868 do *Jornal do Comércio*, transcrito anteriormente. Em ambos a extensão dos direitos políticos para as mulheres não era vista a partir de uma real capacidade e, sim, com outra contribuição, que recai diretamente nas construções hierárquicas de gênero nas quais as mulheres servem apenas para serem belas e doces.

A medida que o fim do século fosse avançando, sobretudo a partir de 1880, os discursos que envolviam aquisição de direitos políticos para mulheres foram aumentando, tanto favoráveis como contrários, fato que, possivelmente, faz referência a uma maior mobilização republicana no país, contando com a participação de mulheres que em seus discursos propunham um novo modelo de governo, no qual teríamos uma melhor representação política. Fato que sabemos que não aconteceu de fato.

Em 1886, alguns anos antes da Proclamação da república, *O Paiz* publicou um questionamento que vai estar presente em todas as mobilizações femininas que se procedem, levando ao movimento sufragista no início do século XX, mas propriamente a partir da década de 1920, a pergunta do jornal era: “Devem as mulheres votarem nas eleições de caráter político? Esta questão, que já é velha no velho mundo e nos EUA deve agora preocupar os nossos legisladores visto que tanto se fala em reformas na reforma

⁵² *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro. N.19, 01 abril 1877.

eleitoral.”⁵³

4- CONCLUSÃO

Sabemos que o direito ao voto feminino foi alçado apenas em 24 de fevereiro de 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas. O decreto 21076 foi uma grande conquista para as mulheres, como resultado de demandas e lutas históricas que vinham se delongando desde os séculos passados, na qual diversas estiveram presentes e permanecem no anonimato histórico.

Todo o movimento que acarretou na conquista do voto feminino, contou com a presença de diversas mulheres pelo país, colocando seus anseios desde nos impressos do século XIX até as falas em programas de rádios no século XX. Entretanto, uma questão central deve ser destacada, a participação foi majoritariamente de mulheres brancas e de classe média, outras como negras e pobres não tinham a mesma condição de estarem reivindicando e se fazendo presente nesses espaços, por questões de marginalidade e relacionado a uma necessidade de sobrevivência, fatos que se relacionam as intersecções de raça, classe, etnia e a impossibilidade de explicarmos a vulnerabilidade apenas a partir do gênero. (BIROLI, 2018)

Durante o século XIX, as reivindicações dessas mulheres ocorreram prioritariamente através dos impressos, que como demonstrado ao correr de nosso trabalho, obtiveram grande importância na comunicação de ideias e nas suas apropriações. Ao fazermos aqui uma pequena trajetória sobre o aumento da aparição dessa discussão, o direito ao voto para mulheres, percebemos um aumento gradual nas suas reivindicações e que, principalmente, a partir de 1880 eclodem e têm maior visibilidade.

Entretanto, uma coisa é certa, mulheres já vinham reivindicando uma inserção no nacional, buscando o direito ao voto e a serem eleitas, desde meados do século, como comprovado através de anúncios, publicações e da obra aqui descrita. Entretanto, a conquista só se deu em 1932, o que não deslegitima toda a movimentação anterior. Por

⁵³ *O País*. Rio de Janeiro. N.212, 02 agosto 1886.

muito tempo, a historiografia não se preocupou em trazer os acontecimentos desse período, acreditando que só foram ter início com o movimento republicano em finais do Oitocentos. Uma questão inédita e com capacidade de entendimento sob a perspectiva das relações de gênero que nos permitem compreender um momento histórico de grande valia para o Brasil.

REFERÊNCIAS:

Fontes:

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal. Rio de Janeiro. Tipografia do Correio Mercantil DEF. J. Dos Santos Rodrigues & Cia. 1850-1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Diário de Notícias. Rio de Janeiro. Tipografia Progresso. 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tipografia do Diário do Rio de Janeiro. 1850-1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1850-1886. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Paiz. Rio de Janeiro. Tipografia Imparcial. 1860-1880. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Revista Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro. 1854 – 1855; 1876-1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Bibliografia:

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, **Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano**. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. Gênero - **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 91-97, dez. 2005.

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. **Imprensa e educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Comércio no final do Primeiro Reinado (1827-1832)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2008.

HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) **Nova História das Mulheres no Brasil**, 1º edição, São Paulo: Contexto, 2016.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luisa; DE LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres
Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. 11(1): 336, jan-jun/2003.
- OLIVEIRA, Karine da Rocha, **Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX** através das páginas do Jornal A Família. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. **A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro**. Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, n°15, Jul/Dez 2017, p. 315-333.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, pp.71-99.
- SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara, Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa. **Revista História em Reflexão**. Vol. 4, n. 8. UFGD - Dourados jul/dez 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Est.

A COZINHA DAS MULHERES: DE ESPAÇO DE DOMESTICAÇÃO AO DE EMPODERAMENTO A PARTIR DE SABERES E FAZERES CULINÁRIOS

Jamile Wayne Ferreira⁵⁴
Lara Steigleder Wayne²

Artigo recebido em: 28/05/2018

Artigo aceito em: 25/06/2018

RESUMO:

A cozinha sempre foi um espaço feminino. As mulheres, historicamente, foram condicionadas às tarefas domésticas e dominar a culinária era uma delas. Atualmente, os contornos dos fazeres e saberes na cozinha estão atravessados por uma glamourização e profissionalização da culinária, que se deu a partir da atuação masculina. Dominar a “chave” do sistema alimentar, da transformação do alimento, é uma ferramenta de poder que, embora invisibilizado quando em mãos femininas, são saberes e fazeres empíricos das mulheres. Este artigo analisa, a partir da relação com a cozinha de mulheres acolhidas em uma Ocupação em Porto Alegre/RS, o poder e o conhecimento cotidiano das guardiãs de uma cozinha minusculizada pela geração da gourmetização.

PALAVRAS-CHAVE:

Cozinha; Poder; Mulheres; Saberes

ABSTRACT:

The kitchen has always been a female space. Women, historically, were conditioned the housework and culinary was one of them. Currently, the shape of knowledge and know-how in the kitchen were crossed by a glamorization and professionalization of the cuisine, which was based on the male performance. Dominate the “key” of food system, the transformation of food, is a power tool that, while invisible in the women’s hands, is the knowledge and empirical practice of women. This article intends to analyze, from the relationship with the kitchen of sheltered women of a Occupation in Porto Alegre/RS, the power and know daily of the guardian of a kitchen diminished for the generation of glamorization.

KEYWORDS:

Kitchen; Power; Women; Knowledge

* * *

⁵⁴ Graduação em Gastronomia e discente com matrícula especial em Antropologia, UFRGS. <http://lattes.cnpq.br/1806924597072475>

² Discente em Psicologia, UFCSPA. <http://lattes.cnpq.br/7387421413679723>

INTRODUÇÃO

O espaço de comando das cozinhas está normalmente relacionado à construção de gênero, onde as práticas relativas ao ato de cozinhar são ora invisíveis, no caso da cozinha doméstica, ora superestimada, no caso da “alta gastronomia”. A questão é quem está no comando de cada uma dessas divisões e como se movimentam os saberes culinários nesse espaço. Segundo Ruth Benedict, “a resposta condicionada é tão automática quanto à organicamente determinada, e as respostas culturalmente condicionadas constituem a maior parte da nossa enorme bagagem de comportamento automático” (BENEDICT, 2013, p.22). Da seleção, passando pela preparação até o momento de comer, os diferentes momentos da culinária estão carregados de significados, transmissões de saberes e de tradições culturais.

Historicamente, essas tarefas foram responsabilidade das mulheres e relativizar e colocar em questão essa visão, requer criar espaços de discussão sobre as práticas e as representações alimentares e identidades de gênero (Del Campo, M. L., Navarro A., 2012). É importante deixar claro a amplitude do tema alimentação, que ganha configurações e modelos diferentes, já que é uma temática que trata de natureza e práticas culturais. Mesmo tendo a compreensão de que a cozinha não é um ambiente naturalmente feminino, o presente trabalho aborda as questões do preparo de alimentos por mãos femininas em uma realidade ocidentalizada. Esta perspectiva considera que o espaço da cozinha acabou, ao longo do tempo, sujeitado ao gênero feminino, sendo normalmente as mulheres as guardiãs da sapiência culinária. Para as mulheres, em determinados contextos históricos, cozinhar é uma resposta à condição que lhes foi imposta e fazer culinária de maneira quase automática não expressa falta de consciência neste saber, mas ao contrário, um profundo saber-fazer, que não lhes é dado por sua condição biológica, mas cultural.

O objetivo da pesquisa apresentada neste artigo foi compreender as “chaves” de poder na cozinha e tornar visível a sabedoria feminina neste espaço, reconhecendo a construção histórica de domínio feminino frente às técnicas e artes culinárias. Para isso, são discutidas diferentes interpretações sobre o que é culinária, gastronomia e alta-gastronomia, conceitos presentes nas discussões acerca do comando de um espaço que foi historicamente das mulheres e, atualmente, é apropriado por homens: a cozinha. Para a

compreensão da construção dessas “chaves” de poder, considerou-se a contribuição da psicologia, uma vez que essas “chaves” estão também relacionadas às representações individuais e sociais relativas a esses saberes e poderes e às formas de subjetivação no espaço da cozinha.

Para isso é preciso entender a trajetória das mulheres na cozinha doméstica e este espaço como acumulação de saber, compreendendo os significados da alimentação em uma perspectiva de gênero, da cozinha à mesa. Através de entrevistas e observações realizadas em uma Ocupação para mulheres vítimas de violência em Porto Alegre/RS foi possível analisar como se dá a significação e ressignificação do ato de cozinhar e as relações neste espaço de convivência. A partir de entrevistas que tratavam da relação de algumas mulheres acolhidas com a cozinha, foram traçadas oficinas de culinária que traziam o conhecimento das participantes como método de ensino, possibilitando que o saber-fazer de cada uma na cozinha emergisse e contrapondo o domínio culinário delas com as técnicas eurocentradas utilizadas na gastronomia moderna.

2. COZINHA, ACUMULAÇÃO DE SABER E A TRAJETÓRIA FEMININA

A desvalorização do trabalho doméstico foi consequência da transição da economia de subsistência para o capitalismo: “No novo regime monetário somente a produção para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor” (FEDERICI, 2017, p.145). Assim, tanto o trabalho doméstico quanto sua força na acumulação do capital tornaram-se invisíveis e ganharam discursos de naturalização. Cozinhar tornou-se “tarefa feminina” e domesticar as mulheres uma maneira patriarcal de acumular capital. De acordo com Gayle Rubin:

É preciso cozinhar os alimentos, lavar as roupas, arrumar as camas, cortar a lenha. O trabalho doméstico, portanto, é um elemento chave do processo de reprodução da força de trabalho que as mulheres são articuladas no nexo da mais-valia, que é condição *sine qua non* do capitalismo (RUBIN, 2017, p.14).

Segundo Silvia Federici (2017), a família surgiu no período de acumulação primitiva como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres. As mulheres, então, passaram por um processo de domesticação e

tudo que era produzido na esfera doméstica, apesar de essencial para acumulação de capital, não era valorizado e reconhecido como trabalho produtivo. Segundo a autora:

(...) se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de “trabalho doméstico” ou de “tarefas de dona de casa”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como produtivo (FEDERICI, 2017, p.183).

A dimensão histórica da constituição da família como uma entidade a serviço do capital é importante, uma vez que o entendimento de gênero necessita da compreensão do encontro entre processos sociais e corporais. Há uma ordem social instituída e essas capacidades corporais e as práticas que as realizam constituem um campo corporal em que algo social acontece (CONNEL; PEARSE, 2015). Entre esses acontecimentos está a categorização de “homem” e “mulher” e entre todas as definições sociais dessas categorias, há os espaços que ocupam. O lugar da mulher foi reivindicado por um ditado inglês, interpretado por Connel e Pearse (2015), que diz: *Barefoot and pregnant, in the kitchen* (*Descalça, grávida e na cozinha*). Faz referência a ausência de sapatos, já que as mulheres deveriam estar em casa, à gravidez e o papel de procriadora e à cozinha por ser um lugar ocupado pelas mulheres na divisão sexual do trabalho, principalmente nas culturas ocidentais e ocidentalizadas.

A partir deste processo capitalista de domesticação das mulheres, a cozinha tornou-se um lugar majoritariamente ocupado por elas. Nesse espaço feminino, a culinária acontecia por comando e/ou mãos de mulheres. Saba Mahmood (2005) sugere que pensemos na agência não como um sinônimo de resistência em relações de dominação, mas sim, como uma capacidade para a ação criada e procriada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas.

As mulheres na cozinha são vistas como “não profissionais”, pois seus saberes e fazeres são culturalmente condicionados, são naturalizados e explicados por um viés biológico, construído ao longo do tempo a partir de condicionantes econômicos e sociais. A gastronomia exige técnicas clássicas europeias e os que não seguem esse padrão, como é o caso da cozinha doméstica, são vistos como desajustados no campo culinário. Na maioria das culturas, e através do tempo, as mulheres são associadas à cozinha doméstica diária, enquanto nas sociedades em que aparece uma cozinha diferenciada, o papel do cozinheiro

é masculino (MENNEL, 1985).

Jesús Contreras e Mabel Garcia (2011) abordam a dimensão psicológica do cozinhar chamando a atenção para o significado do preparo da alimentação cotidiana, onde a cozinha é menos ingrata que os outros trabalhos, nos processos de subjetivação. No entanto, isso não acontece por um reconhecimento verbal, mas pela possibilidade de satisfazer certas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais por meio da alimentação. Cabe ressaltar que, mesmo não se tratando de um lugar de prestígio verbal, a cozinha cotidiana recebe reconhecimento por olhares, sussurros e domínio de receitas.

As práticas alimentares estão em um constante dinamismo entre o passado e o presente, a tradição e a inovação. O passado está acompanhado das tradições que atendem as necessidades de um presente que proporciona um sentimento ao momento vivido, o qual é adequado à circunstância e está relacionado a um sistema de valores, de recordações, de reconhecimentos e de pertenças. As formas de sentir e de perceber o mundo podem ser consideradas representações individualmente construídas sobre o próprio mundo. Entretanto, Moscovici (1978) entende que as construções de representações são tanto individuais quanto coletivas. Portanto, são fundamentais para a construção de conhecimentos e entendimentos do mundo, sendo, também, uma forma de comunicação e de pertencimento dentro dele (De Castro Crusoé N., 2004).

Essas construções de pertencimento ao mundo social perpassam a história da culinária, pois são atividades que despertam sentimentos e memórias nas pessoas. Cada prática do “fazer comer” é marcada pela história de cada um, pelos sentimentos evocados, pelos cheiros, pelos rituais, pelo tempo e pelos espaços. Como traz Certeau (1994):

Mientras que una de entre nosotras conserve sus conocimientos alimenticios, mientras que, de mano en mano, y de generación en generación, se transmitan las recetas de su tierna paciencia, subsistirá una memoria fragmentaria y tenaz de su vida misma. La ritualización refinada de acciones elementales se me ha vuelto más preciosa que la persistencia de las hablas y los textos, porque las técnicas del cuerpo están mejor protegidas de la superficialidad de las modas, porque ahí está en juego una fidelidad material más profunda y más pesada, una manera de estar-en-el-mundo y de hacer aquí su morada (CERTEAU, 1994, p. 157).

Para Arnaiz (2009), as práticas alimentares contemporâneas são resultados de mudanças ocorridas na administração do tempo e das reestruturações de valores, papéis e nas formas de socialização. Ademais, a responsabilidade de satisfazer necessidades através

da culinária também abarca a satisfação das relações sociais, reciprocidade, cuidado e comunicação. A cozinha torna-se, então, um ambiente dúbio no que diz respeito ao que representa e significa para as mulheres, constituindo-se também como um espaço de agência feminina e acumulação de conhecimento no que diz respeito à arte culinária.

2.1 O ESPAÇO DA COZINHA E A QUESTÃO DE GÊNERO

A cozinha, antes tão presente em discursos que a destinava às mulheres, em certo momento histórico passou a ser “lugar de homem” também. Contudo, o lugar do homem na cozinha tem estado muito distante do lugar da mulher, ressignificando o ato de cozinhar quando ganha valor de mercado e é visto como trabalho.

No que diz respeito aos conhecimentos teóricos e práticos, a culinária doméstica apresenta uma infinidade deles. Entretanto, enquanto a gastronomia é eurocentrada e compreende a prática como se houvesse um fundo universal culinário, com base em técnicas europeias, os conhecimentos da culinária são basicamente empíricos. Quanto mais próximos do campo culinário de conhecimentos, mais lidamos com o espaço feminino; quando o termo é “gastronomia” o espaço é dominado por homens. Esta explicação não reduz a cozinha doméstica a um conhecimento menos reflexivo, mas, sim, torna explícitos conhecimentos tão enraizados e aprofundados que, juntamente com o esforço histórico de “minusculizar” as mulheres, parecem, a olhos menos treinados, invisíveis.

O abismo nesse território não está presente simplesmente na esfera doméstica ou profissional, é também um abismo de gênero. Os homens têm uma participação ínfima na cozinha doméstica e as mulheres ocupam um espaço desigual na cozinha profissional, onde quanto mais “alto” é o fazer culinário, o que chamam de “alta gastronomia”, menos mulheres estão no comando. Nesse sentido, reconhecer o poder e o conhecimento empírico das mulheres no que diz respeito ao cozinhar é questionar o que é visto como superior nas produções culinárias. São técnicas mais afinadas e melhor domínio de sabores ou apenas uma eficácia simbólica por parte dos homens?

Partindo para uma análise dos fazeres femininos na cozinha, desenvolvemos a

hipótese de que são uma ferramenta de poder que, embora não sejam as mulheres a maioria à frente dos restaurantes mais valorizados, são elas que detêm este conhecimento. São elas, também, que estão presentes nos discursos dos Chefs - palavra que só existe no gênero masculino - quando afloram suas memórias de cozinha. Janine Collaço (2009) chama atenção para esse discurso paradoxal:

Ao longo das entrevistas, foi notório entrever nas memórias dos interlocutores uma presença subjacente das mãos femininas como instrumento de consolidação de uma “culinária italiana” e sua fundamental articulação ao universo familiar. No entanto, essa associação desaparece quase que integralmente quando o assunto é a cozinha do restaurante (COLLAÇO, 2009, p. 134).

Ainda, segundo a autora, mesmo as mulheres estando presentes no conceito do restaurante, nas memórias e nas receitas servidas, a brigada de cozinha é masculina. Segundo Janine Collaço (2009) a participação do trabalho feminino nas cozinhas profissionais é inegável e contundente, mas ainda é vista como um “mero auxílio” aos senhores sacerdotes dos altos toques (chapéus de chef), uma vez que os mitos fundadores da gastronomia ocidental ainda valorizam as trajetórias masculinas, que não se deixam “contaminar pelo mundo doméstico”.

A diferenciação do lugar onde eram (e ainda são) colocadas as atividades culinárias de acordo com o gênero fica clara neste trecho de uma publicação do Jornal do Comércio citado por Joana Maria Pedro (2017), cujo título é “A mulher”:

A mulher que foi perdição para o pai Adão, para Sansão a morte, e para Salomão uma vingança, é, praia o médico, um corpo; para o juiz uma ré; para o pintor, um modelo; para o poeta, uma flor; para o militar uma, camarada; para o padre, uma tentação; para o enfermo, uma enfermeira; para o são, uma enfermidade; para o republicano, uma cidadã; para o romântico, uma diva; para o versátil, um brinquedo; para o gastrônomo, uma cozinheira; para o menino, um consolo; para o noivo, um desejo; para o marido, uma carga; para o viúvo, um descanso; para o pobre, uma calamidade; para o rico, uma ameaça; para o jovem, um pesadelo; para o velho, um inimigo; para o homem, um estorvo; para o diabo, um agente; para o mundo, uma força; e, para o tipógrafo(...) uma página (Jornal do Comércio, Desterro, 1981).

Desta maneira, o homem na cozinha ganha significados muito distantes da mulher, para ele tem-se uma História com “h” maiúsculo. A cozinha, no trajeto masculino, ganha registros. Para as mulheres, o espaço de cozinhar foi condicionado, tornando-se um saber experienciado por mulheres e ganhando contornos naturais, mas não profissionais.

As mulheres foram condicionadas a cozinha doméstica, ao cozinhar e a administração intensa que isso requer. Segundo Câmara Cascudo (2004) a culinária é uma ocupação fundamental, mas obscura e confusa dentro do organismo social. A confusão se dá na ambiguidade do ato de cozinhar, que carrega o fardo de nutrir e manter vivo o indivíduo, mas que lhes permite transformar a natureza e dominar a fome e todos os seus significados, que são complexos demais para caber aqui. No caso das mulheres, a confusão se torna maior quando cozinhar é uma obrigação feminina na sociedade patriarcal e elas lidam com a liberdade e a opressão de lidar com o fazer-alimentar.

Para Roy Wagner (2010) a ambiguidade da cultura, e também da carga, coincide com o poder que tal conceito tem nas mãos de seus intérpretes, os quais empregam os pontos de analogia para manejar e controlar os aspectos paradoxais. Assim, desenvolve o conceito de “carga cultural” que dá significados diferentes para processos semelhantes, como é o caso da cozinha cotidiana e da cozinha profissional.

Carol Adams (2018) chama atenção para o processo de desmembrar o significado do trabalho no caso da montadora de carros Ford, onde a produção em massa introduziu a produtividade sem o significado de ser produtivo. Nessa linha de raciocínio, pode-se pensar que a “carga” da cozinha cotidiana é diferente da cozinha profissional, pois a segunda trabalha com hierarquia e brigadas. No entanto, é essa ode à produtividade e fragmentação da cozinha que ganha reconhecimento na sociedade capitalista.

A relação feminina neste espaço, a cozinha, tem um caminho próprio e condicionado ao gênero. Bee Wilson (2017, p 118) usa “favoritismo alimentar” para expressar a ideia de que meninos e meninas merecem comidas diferentes e em quantidades diferentes. Por isso, segundo a autora, a esfera da alimentação pode ser para as meninas um lugar diferente do que é para os meninos.

Assim, de acordo com a cultura em que vivemos, devemos escolher a comida adequada para o nosso sexo. Isso não só influencia meninos e meninas a se alimentarem de formas que não são adequadas a seus corpos, mas lhes dão percepções totalmente distintas na forma com que lidam com a alimentação. Ser do sexo masculino significa liberdade e comer com uma noção de condescendência (WILSON, 2017), enquanto que esperasse do sexo feminino comedimento, delicadeza e restrições. Isto porque

historicamente, o ato de comer para os homens foi marcado por privilégios. Pierre Bourdieu (1979) afirma que o normal na dieta da classe operária francesa de 1970 era abundância para os homens e restrição para as mulheres.

O “cozinhar” termina no ato de comer, pois cada indivíduo comerá da sua maneira, sua experiência à mesa será única. Onde começa o “cozinhar”? Se terminar na experiência individual de comer, começa ali também. Comendo aprendemos a transformar e selecionar o que nos é oferecido, aprendemos sobre gosto, texturas, combinações e estabelecemos nossa relação com a comida. Desta forma, a (o) cozinheira (o) tem na sua trajetória de comensal sua identidade formadora, pois segundo Raul Lody:

Há uma impressão digital intransferível, personalizada na manipulação, no oferecimento e no consumo da comida. São os ingredientes que chegam da íntima relação de produto e corpo, pele, emoção, energia, sentimentos, transmitindo-se no toque humano, fundamental, autoral, doador dos mais íntimos e personalizados gostos (LODY, 2008, p. 77).

Para Maria Eunice Maciel (2004): “Assim, pode-se pensar a cozinha (e a culinária) como um vetor de comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido” (MACIEL, 2004, p. 26). A Cozinha das Mulheres, com letras maiúsculas, passa a ser um espaço experienciado por elas, onde o ponto em comum é este: o condicionamento. É a reivindicação de um espaço que está sendo ocupado por homens, ganhando novos contextos e invisibilizando sua construção.

Se foram as mulheres as responsáveis por transformar o alimento, servir e elaborar os fazeres culinários, são elas que detêm os saberes, e isso não é qualquer coisa. Para Lévi-Strauss (1964) a cozinha em uma dada sociedade constitui uma língua na qual cada cultura traduz inconscientemente sua própria estrutura. Assim, estar no comando de uma cozinha, mesmo que doméstica e socialmente invisível, é ter o poder de mexer com as estruturas. A agência das mulheres, desta forma, está no poder de transformar e não romper com as estruturas. As mãos femininas carregam, historicamente, o poder de temperar ou destemperar a alimentação. A cozinha está, por questões culturais, em algum lugar profundo na construção das mulheres, como nos versos de Cora Coralina:

Vive dentro de mim a mulher cozinheira;/Pimenta e cebola;/ Quitute bem feito;/ Panela de barro;/Taipa de lenha;/Cozinha antiga;/toda pretinha. Bem

cacheada de picumã;/ Pedra pontuda;/Cumbuco de coco; Pisando alho-sal (CORALINA, 1983, v.11 a 20).

Através da culinária as mulheres dominaram a estrutura alimentar doméstica e, o que muitas vezes foi ferramenta opressora, envolvendo questões de gênero, classe e raça, pode tomar contornos de poder. Silvia Federici (2017) aponta para o significado íntimo e ameaçador que pode ser “comer a comida de alguém”:

Podemos interpretar não só uma preocupação com o declínio da população, mas também o medo que as classes abastadas tinham de seus subordinados, particularmente das mulheres de classe baixa, que, como criadas, mendigas ou curandeiras, tinham muitas oportunidades para entrar na casa dos empregadores e causar-lhes danos (FEDERICI, 2017, p. 170).

A cozinheira, assim, poderia estar sob controle, mas o cozinhar não. Cozinhar para alguém é estar dentro do coração da casa e ser responsável por comandar, através da comida, a estrutura motor desta casa. Por isso, é comum encontrar a função de cozinheira sendo descrita como poderosa, apesar da pouca valorização social, como no trecho do Diário de Bitita de Maria Carolina de Jesus:

Uma boa cozinheira ganhava trinta mil-réis por mês. Quando vencia o mês e a cozinheira recebia, ela tinha a impressão de ser uma heroína. Enaltecia a si mesma dizendo: Eu sou forte! Não é qualquer uma que aguenta cozinhar para o doutor Souza (JESUS, 2014, p. 37).

Cozinhar, sob uma perspectiva histórica de naturalização deste fazer, foi uma consequência de nascer mulher. Para Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2015):

A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoas somos, como consequência de sermos mulheres ou homens. Essas ideias não nos são apresentadas quando bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 38).

Ou seja, nenhuma mulher nasce cozinheira, torna-se. Nenhum homem nasce cozinheiro, torna-se. É esse tornar-se que é tão diferente para um e para o outro.

2.2 SABER-FAZER: AS PRÁTICAS ALIMENTARES E A RESSIGNIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

As práticas alimentares contemporâneas resultam de mudanças ocorridas na administração do tempo e das reestruturações de valores, papéis e das formas de

socialização. Ademais, a responsabilidade de satisfazer necessidades também abarca a satisfação das relações sociais, como identidade, reciprocidade, cuidado e comunicação (Gracia Arnaiz, M., 2009). A cozinha torna-se, então, um ambiente dúbio no que diz respeito ao que representa e significa, constituindo-se também como um espaço de agência, tanto feminina quanto masculina, e de acumulação de conhecimento da arte culinária.

São fazeres que estão em um constante dinamismo entre o passado e o presente, a tradição e a inovação. O passado está acompanhado das tradições, as quais atendem necessidades de um presente que quer proporcionar um sentimento ao momento, adequando-se um ao outro. Pode-se dizer que esse sentimento aparece na forma de representações que fazem parte de um sistema de valores, recordações, reconhecimentos e pertencimentos. Entretanto Moscovici (1978) entende que a construção de representações é tanto individual quanto coletiva. Portanto, são fundamentais para a construção de conhecimentos e entendimentos do mundo, sendo, também, uma forma de comunicação e de pertencimento dentro dele (De Castro Crusó N., 2004).

Michel De Certeau (1994) em “A invenção do cotidiano II” contextualiza as “artes de fazer”, as quais seriam alterações dos objetos e dos códigos sociais para estabelecer uma (re) apropriação do espaço e uma abertura para novas significações dessas práticas, as artes de fazer. Estabelecendo uma relação entre a construção de representações e as construções de pertencimento ao mundo social, percebe-se que, então, elas são perpassadas pela história da culinária, pois são atividades que despertam sentimentos e memórias nas pessoas. Cada prática do “fazer comer” é marcada pela história de cada um, pelos sentimentos evocados, pelos cheiros, pelos rituais, pelo tempo e pelos espaços. Como afirma Certeau (1994):

Mientras que una de entre nosotras conserve sus conocimientos alimenticios, mientras que, de mano en mano, y de generación en generación, se transmitan las recetas de su tierna paciencia, subsistirá una memoria fragmentaria y tenaz de su vida misma. La ritualización refinada de acciones elementales se me ha vuelto más preciosa que la persistencia de las hablas y los textos, porque las técnicas del cuerpo están mejor protegidas de la superficialidad de las modas, porque ahí está en juego una fidelidad material más profunda y más pesada, una manera de estar-en-el-mundo y de hacer aquí su morada (Certeau, 1994, p. 157)

As artes de fazer são desenvolvidas, principalmente, no espaço privado, pois é, segundo Certeau, um lugar que protege dos olhares estranhos, possibilitando que o

sujeito sinta-se seguro para demonstrar a sua personalidade, suas angústias, suas ambições e seus sentimentos como um todo. É um espaço que, além da garantia da proteção, é único, contendo os objetos, os cheiros e as lembranças de cada um. A cozinha é uma parte desse espaço privado, uma vez que é um lugar que proporciona a abertura para que o sujeito possa ressignificar tanto receitas quanto os sentimentos evocados por elas e esse ritual de modo geral. Assim, na cozinha cada um realiza a sua própria “arte de fazer”.

No âmbito da psicologia, é possível relacionar a realização da sua própria “arte de fazer” no contexto da cozinha com a psicoterapia, mais precisamente com a psicoterapia existencial. Esse tipo de psicoterapia é fundamentado nas interpretações do indivíduo desenvolvidas a partir de uma elaboração do seu “estar no mundo” e “ser no mundo com o outro” (Lessa e Novas de Sá, 2006). Nessa abordagem, o papel do psicoterapeuta é justamente estimular esse sujeito a questionar suas representações de mundo e o papel delas em suas vidas.

O objetivo da psicoterapia não é enquadrar o paciente em padrões morais ou em modelos teóricos, mas buscar compreender as possibilidades singulares de existir de cada um, tal como ele as experimenta em suas relações com as pessoas e coisas que lhe vêm ao encontro no mundo (Lessa e Novas de Sá, 2006, p. 394).

Nesse sentido, Contreras e Garcia (2011) abordam a dimensão psicológica do cozinhar chamando a atenção para o significado do preparo da alimentação cotidiana nos processos de subjetivação. No entanto, isso não acontece por um reconhecimento verbal, mas pela possibilidade de satisfazer certas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais por meio da alimentação. Cabe ressaltar que, mesmo não se tratando de um lugar de prestígio verbal, a cozinha cotidiana recebe reconhecimento por olhares, sussurros e domínio de receitas.

A cozinha pode ser considerada, assim, um espaço bastante singular para a psicoterapia, pois é possível criar significados a partir da prática culinária, como o cheiro da comida, que muitas vezes remete a sentimentos agradáveis, às vezes saudosos e, por causa do valor sentimental atribuído, talvez até melancólicos. Entretanto, também pode ser um espaço que possa levar o indivíduo a ressignificar momentos de sua vida, pois é um espaço que possibilita o desenvolvimento de relações tanto sociais quanto emocionais, na medida em que as práticas culinárias podem ser ajustadas de acordo com o dinamismo do

contexto em que o indivíduo se encontra. Dessa forma, as transformações tanto na esfera privada quanto na pública são muito importantes para a formação e a ressignificação da eterna formação psíquica do indivíduo.

3. GUARDIÃS DA COZINHA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA PRÁTICA CULINÁRIA

Esta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas, aulas de culinária e observação dos fazeres culinários em uma Ocupação de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica. Esta Ocupação funciona há dois anos na cidade de Porto Alegre e supre o descaso do governo local na proteção de mulheres que precisam sair de uma situação de agressão. A Ocupação funciona no centro da cidade, abriga e atende mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, e é coordenada por mulheres de um movimento feminista.

Dentro da Ocupação, além do abrigo, é oferecida uma rede de apoio. Dentro desta rede funcionam, entre outras coisas, atendimentos psicológicos, médicos e oficinas. As oficinas de culinária foram pensadas para que as acolhidas que tivessem interesse em cozinhar pudessem começar ou retomar esta atividade. No entanto, a maioria demonstrou interesse pela cozinha e, a partir de entrevistas que possibilitou conhecer sua história de vida, desenvolvemos uma metodologia que buscasse no conhecimento delas a centralidade dos encontros.

O objetivo das entrevistas e oficinas culinárias foi estabelecer a relação de cada acolhida com a cozinha, traçar as chaves de poder que o ato de cozinhar possibilitava a elas e observar o conhecimento que elas tinham diante da ciência e arte da culinária, comparando com as normas eurocentristas da gastronomia. O projeto foi intitulado *As Guardiãs da Cozinha*”. Assim, nos deparamos com a falta de estima que tinham dos fazeres e saberes que carregavam e a transformação quando, ao longo dos encontros, percebiam que tinham conhecimentos de domínio culinário semelhantes, ou maiores, aos de uma cozinha profissional.

Em relação às oficinas, elas foram pensadas com o objetivo de resgatar as memórias culinárias das acolhidas. Entretanto, ao longo dos encontros, problematizou-se a trajetória da cozinha nas sociedades ocidentalizadas, ao perceberem que diversos conhecimentos e domínios de técnicas culinárias são invisibilizados pela construção eurocêntrica do cenário gastronômico. Mais do que isso, se percebeu o potencial terapêutico deste espaço. A cozinha mostrou-se, no decorrer dos encontros, um lugar de troca, de agência e de afeto.

A maioria das entrevistadas pediu que as oficinas lhes ensinassem a “linguagem da cozinha”. A linguagem da cozinha, neste caso, é a linguagem eurocêntrica da cozinha profissional. Assim, a linguagem é o hiato entre culinária e gastronomia e isso ficou claro durante as aulas, onde a técnica era dominada pelas cozinheiras, mas a linguagem era desconhecida e dificultava o aprendizado. Um exemplo disso é o ovo *poché*, que estava presente no cotidiano delas e todas sabiam executar, mas não reconheciam por este nome. Desta maneira, a gastronomia, mesmo não sendo um saber oposto à culinária, acaba invisibilizando o saber-fazer da cozinha doméstica.

No que diz respeito à responsabilidade pela alimentação cotidiana, a cozinha é menos ingrata que outros trabalhos (Contreras; Gracia, ano), isso não se dá por um reconhecimento social ou mesmo do grupo, mas por cozinhar desencadear certas sensações através da possibilidade de satisfazer certas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais. Através das entrevistas que precederam as oficinas, foi possível registrar semelhanças no que diz respeito aos significados do cozinhar para as acolhidas.

Cozinhar requer uma motivação afetiva, cozinhar para si parece não ter sentido. Ao longo das entrevistas expressões como “comer qualquer coisa”, “comer porcarias” e “nem como” apareceram na maioria das entrevistas quando a pergunta era: o que você cozinha quando está sozinha? Segundo Contreras (2011), a obrigação de comer conduz a um processo de ‘fisiologização’ e ‘desritualização’ das refeições. Assim, cozinhar para si faz com que as motivações afetivas desapareçam.

Como uma das acolhidas mencionou “a cozinha é o coração da casa, é onde tudo acontece”. A seguir serão descritos cinco casos distintos de relação com a cozinha. Para a segurança e resguardo das acolhidas, seus nomes não serão citados.

A primeira cozinheira tem 27 anos, não tem filhos e está desempregada. Ela tem uma relação conflituosa com a cozinha. Ama cozinhar, mas tenta fugir disso. No entanto, é o reconhecimento da boa comida que faz que a deixa feliz. Ela estava em um processo depressivo, quase não saía do quarto, mas nos dias de aula estava sempre lá. Demonstrou uma memória afetiva muito presente nos fazeres culinários, mas estava sempre inquieta e queria aprender mais. Relacionou o cozinhar com magia e disse que “a magia se perdia quando a cozinha não era pensada pro outro”. Tinha sempre um repertório de assuntos culinários muito abrangentes. Suas receitas vinham da mãe e da avó, o que demonstra a presença feminina em suas memórias culinárias.

Com base na experiência dessa cozinheira aquele espaço oferecido acabou se transformando num espaço psicoterapêutico para ela, pois, por mais que gostasse de cozinhar, tinha um bloqueio com a cozinha em função de problemas do passado envolvendo esse fazer. Entretanto, durante as aulas pode-se observar que ela foi criando novas representações sobre as práticas culinárias e aos poucos esse bloqueio foi se desvanecendo.

A segunda cozinheira tem 32 anos, quatro filhos e trabalhava com educação infantil, por medidas protetivas teve que deixar o emprego. Ela começou a gostar de cozinhar na Ocupação. Apesar do grande conhecimento que tinha de culinária, não gostava muito de cozinhar. Na organização da Ocupação tinha seus dias de cozinhar e sempre escutava elogios. Foi através do reconhecimento da “cozinheira que morava dentro dela” que sua autoestima melhorou e, naquelas ocasiões, fazia até marmitas para vender fora. Nota-se que a culinária transpassa a representatividade pessoal quando relatou que gostava de cozinhar porque gostava que os outros gostassem da sua comida e a elogiasse. Ela não frequentou o começo das oficinas, mas passou a ir depois de um evento de resistência - fase que a Ocupação estava passando. A cozinha, antes nada animadora para ela, passou a ser o espaço no qual ela depositava todas as esperanças de retomar sua vida.

Outro relato importante de assinalar da segunda cozinheira foi: “Cozinhar agora é uma terapia, porque não posso sair da casa. Então eu ficava o dia inteiro em casa, não tinha o que eu fazer, então, eu comecei a inventar coisas na cozinha. Comecei a fazer bolo e

agora to fazendo comidas para vender.” Esse sentimento complementa a experiência terapêutica vivida pela primeira cozinheira.

A terceira cozinheira tem 47 anos, três filhos e é diarista. Ela foi a única a relacionar a cozinha com lugar de prisão. No entanto, nas observações, esteve no comando da cozinha da casa diversas vezes. Dominava muito bem a arte culinária, cozinhando instintivamente, mas sempre que questionada era enfática: “Não gosto de cozinha”. Carrega consigo memórias da mãe e da avó, juntamente com a visão de que cozinha é “necessidade” e “prisão”.

A quarta cozinheira tem 32 anos, não tem filhos e estava desempregada, no decorrer do curso ela conseguiu emprego em um restaurante. Ela é uma herdeira da cozinha de sua mãe. Todas as vezes que faz alguma receita ou gesto culinário lembra que foi com a mãe que aprendeu. Na rua, onde morou por algum tempo, ressignificou este espaço. Neste lugar a cozinha tinha uma dinâmica diferente e não tinha limites espaciais, mas acontecia. Ela domina a cozinha e enxerga como um lugar de liberdade, definindo-a com a palavra saudade.

A quinta cozinheira tem 20 anos, três filhos e está desempregada. Também enxerga a cozinha como um lugar de liberdade, mas, ao lhe perguntar se gostava de cozinhar, respondeu: “Gostar de cozinhar eu até que gosto, mas eu gosto de ter a minha privacidade. Não gosto de cozinhar aqui porque ficam muito em cima de mim, ficam fazendo palpite. Em casa costumava cozinhar”.

O único espaço privado que as mulheres tinham na Ocupação eram seus quartos, ainda que alguns divididos com outras mulheres. Ao ouvir seus relatos, pode-se perceber que ao vir para a Ocupação houve um grande impacto nas suas rotinas diárias em função das mudanças nos modos de viver e de agir. Muitas diziam que não gostavam de cozinhar com outras pessoas na cozinha, pois algumas davam opiniões a respeito do modo de preparo utilizado. Além disso, a cozinha era voltada para a entrada da casa, então havia muito fluxo de pessoas passando pelo local, o que causava desconforto em algumas cozinheiras.

Michel de Certeau (1994) desenvolve a ideia de que o espaço privado é inicialmente um espaço doméstico, sendo um lugar destinado às “artes do fazer”, as quais modificam os signos pessoais e provocam uma (re) apropriação do espaço, conforme o jeito de cada um. Nesse espaço privado, qualquer visitante é um intruso a não ser que tenha sido convidado a entrar. Trazendo esse conceito para o contexto da Ocupação, pode-se entender melhor o que essas mulheres sentiam ao não terem espaços privados e as práticas utilizadas nos mesmos, podendo ocasionar um sentimento de não pertencimento e, por ser uma casa de passagem, uma vivência temporária na casa.

Quando a pergunta era se elas se consideravam cozinheiras, todas respondiam que sim, mas ao serem questionadas se notavam que eram guardiãs de receitas e técnicas elas não se identificavam. A palavra guardiãs e técnicas pareciam assustá-las, por isso logo diziam que não. Depois da resposta, dando como exemplo o preparo de feijão, falávamos como elas dominavam técnicas e transmitiam conhecimento através de receitas e suas perspectivas mudavam, conseguiam reconhecer seus papéis sociais a partir dos seus fazeres culinários. Segundo José Bernardo Toro (2007), o saber social é o conjunto de conhecimentos, práticas, aptidões, destrezas, procedimentos, valores, símbolos, ritos e sentimentos que uma sociedade julga válidos para sobreviver, conviver e projetar-se e transcender-se qualidade de produto cultural. Desta maneira o saber social é produzido, acumulado, transferido, difundido e passível de transformar-se, decompor-se e extraviar-se, enxergar o saber que carregamos é uma ferramenta para não deixar extraviar este saber.

A partir dos cinco relatos destacados, entende-se que alimentação não é uma atividade simplesmente biológica e instintiva, é uma forma de identificação e de construção de representações sobre si e sobre sua relação com os outros. Abrange mais do que fazer uma receita, pois o espaço da cozinha é aonde os saberes e as práticas alimentares, os cheiros, as lembranças e os costumes são reconhecidos e repassados de geração a geração. Por causa dessas representações e memórias, a cozinha pode desencadear diferentes respostas e sentimentos em relação a essas práticas. Como traz Mintz (2003) em seu livro “Sabor a comida, sabor a liberdade”:

Los alimentos que se comen tienen historias asociadas con el pasado de quienes los comen; las técnicas empleadas para encontrar, procesar, preparar, servir y consumir esos alimentos varían culturalmente y tienen sus propias historias. Y nunca son comidos simplemente; su consumo está condicionado por el

significado. Estos significados son simbólicos y se los comunica simbólicamente; también tienen sus historias (Mintz, S., 2003, p. 28).

Percebe-se a relação íntima que as mulheres da Ocupação estabelecem com esse espaço: a cozinha. Nela construíram significados, interesses, motivações e valores. Houve momentos, inclusive, de conflitos a respeito da dominação da cozinha, comandar a cozinha era ter poder sobre a estrutura alimentar da casa e, mesmo as que não gostavam de cozinha, mostravam interesse neste lugar. Essas construções podem ser percebidas nas representações criadas concomitantemente com o desenvolvimento das práticas culinárias em cada uma delas. Logo, há um entendimento de um sujeito ativo em relação a essas vivências, que criam e compartilham significados. (Del Campo, M. L., Navarro A., 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guardar os saberes e fazeres construídos nas cozinhas faz parte do desenvolvimento do tornar-se mulher. Seja qual for a relação da mulher com este espaço, ele fez parte da sua construção de gênero. As ferramentas utilizadas em cada caso para lidar com a conotação de opressão dada a este espaço e como algumas conseguiram transformar essa opressão em poder foi o que se pretendeu compreender neste estudo. É perceptível pelos relatos apresentados como o trajeto de opressão e/ou liberdade na cozinha está, para a história das mulheres, relacionado com a capacidade de dominar e controlar um espaço a elas condicionado.

A partir das entrevistas e das observações, pode-se analisar o valor simbólico e associativo das narrativas, em função do sentido emocional que as participantes atribuíam às suas vidas, permitindo estabelecer relações entre essas representações e o momento atual vivido por essas mulheres. Ao analisar, pode-se relacionar a culinária com a psicoterapia, pois a cozinha foi um espaço que permitiu laços mais fortes e desabafos sobre as inquietudes das suas vidas. Além de se distraírem das conturbações do cotidiano, iam conversando durante as aulas e acabavam criando novos significados, no caso, coletivos, às práticas culinárias.

Não há conclusões sobre se a cozinha doméstica é diminuída por ser um espaço historicamente feminino ou se tornou-se feminino pelo fato de cozinhar não ter sido uma tarefa valorizada na sociedade patriarcal. No entanto, é indiscutível que colocar as mulheres

na cozinha foi uma ferramenta patriarcal para domesticá-las e que, depois da presença masculina neste espaço, ganhou outros significados. O processo de glamourização da culinária parece intimidar as cozinheiras estudadas, pois percebem a inferiorização da cozinha doméstica no âmbito social. Não que algum dia tenha sido valorizada, mas agora ganha um comparativo direto: alta gastronomia x cozinha doméstica ou chef x cozinheira.

Apesar dessa percepção, todas as participantes, no decorrer dos encontros, perceberam sua sabedoria culinária e mostraram avanços a partir da desmistificação da gastronomia, o que resultou na melhora da autoestima delas e maior confiança dentro deste espaço, um resgate ao poder. A partir dos casos observados é possível concluir que, apreciando ou não o ato de cozinhar, as cozinheiras daquela Ocupação o dominam e conseguem, na sua maioria, transformar este espaço historicamente opressor em um lugar de comando e poder. Isto porque a cozinha é um espaço cheio de significados e cozinhar envolve, além de técnicas, uma doação pessoal, intransferível e incontrolável. E é nesta esfera de liberdade que se encontra a chave de poder no comando de uma cozinha doméstica.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol. **A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.
- ARNAIZ, Mabel Gracia. **¿Qué hay hoy para comer?: Alimentación cotidiana, trabajo doméstico y relaciones de gênero**. Caderno Espaço Feminino | v. 21 | n. 1 | Jan./Jul. 2009.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Ed. de Minuit, 1979.
- BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anthelme. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPO, María Lis del; NAVARRO, Alicia. **El significado de la cocina em mujeres de clase media de córdoba, argentina. Una aproximación desde la teoría de las representaciones sociales**. Perspectivas en Nutrición Humana. Vol. 14, N° 2, julio-diciembre de 2012, p. 113-124.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.
- CERTEAU, Michel, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. **La invención de lo cotidiano 2: habitar, cocinar**. Universidad Iberoamericana, 1999.
- COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Saberes e Memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, 2009.

- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.
- CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, Sociedade e Cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- CORALINA, Cora. **Todas as vidas**. In; **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global Editora, 1983.
- CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. **A teoria das representações em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação**. Aprender - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação Vitória da Conquista Ano II n. 2 p. 105-114, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.
- DEMOZZI, Sabrina Fernanda. **Cozinha do cotidiano e cozinha profissional: representações, significados e possibilidades de entrelaçamentos**. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. Editora UFPR: 2011.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi-SP, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le Cru et le Cuit: mythologiques I**. Paris: Plon, 1964.
- LESSA, Jadir, NOVAS DE SÁ, Roberto. **A relação psicoterapêutica na abordagem fenomenológico-existencial**. Análise Psicológica, 3(24), p. 393 – 397, 2006.
- MAHMOOD, Saba. **The politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminism Subject**. Princeton: Princeton University Press, 2005
- MINSTZ, Sidney W. **Sabor a comida, sabor a liberdade. Incursiones en la comida, la cultura y el pasado**. México: Ediciones de la Reina Roja, 2003.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PEDRO, Joana Maria. **História das Mulheres no Brasil: Mulheres do Sul**. São Paulo: Contexto, 2017.
- MENNELL, Stephen. **All Manners of Food: eating and taste in England and France from the middle ages to the present**. London: Brasil Blackwell, 1985.
- TORO, José Bernardo. **As sete aprendizagens para a educação na convivência social**. Disponível em: <http://kakamaia.wordpress.com/2007/08/16/as-7-aprendizagens-basicas-para-a-educacao-naconvivencia-social-capitulo-ii>, 2007
- WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- WILSON, Bee. **Como aprendemos a comer: por que a alimentação dá tão errado pra tanta gente e como fazer escolhas melhores**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS.

Bruna Araújo de Melo Ferreira⁵⁵
Ialy Virgínia de Melo Baía⁵⁶

Artigo recebido em: 28/05/2018
Artigo aceito em: 15/08/2018

RESUMO:

Este trabalho estuda o sistema prisional de uma maneira histórica, compreendendo a mulher como vítima da violência e da desigualdade de gênero dentro desse espaço, visto que a prisão muitas vezes culminando no processo de invisibilidade do indivíduo, acaba potencializando essa invisibilidade na mulher, uma vez que esta já vivencia essa realidade socialmente. O estudo faz uma análise de conteúdo baseada na teoria de Laurence Bardin, na qual observa a influência da construção social e subjetiva da mulher para com violação da dignidade da mesma no ambiente prisional. A finalidade da pesquisa se baseia na investigação da visão dessas mulheres sobre a instituição, buscando promover assim o cuidado acerca do direito destas nesse espaço. Com isso, pretende-se auxiliar futuras pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE:

Prisão; Mulher; Invisibilidade.

RESUMEN

Este trabajo estudia el sistema carcelario históricamente, comprendiendo la mujer como víctima de la violencia y desigualdad de género en ese espacio, visto que la cárcel muchas veces culminando en el proceso de invisibilidad del individuo, termina potenciando esa invisibilidad en la mujer, una vez que esta ya vivencia esa realidad social. El estudio hace un análisis de contenido basada en la teoría de Laurence Bardin, que observa la influencia

⁵⁵ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes Maceió – AL; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4535997449345085>.

⁵⁶ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes Maceió – AL; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0584705551975742>.

de la construcción social y subjetiva de la mujer para con la violación de la dignidad de ella en el ambiente carcelario. La finalidad de la investigación se basa en la búsqueda de la visión de esas mujeres sobre la institución, buscando promover, así, el cuidado acerca del derecho de estas en ese espacio. Con eso, se pretende auxiliar futuras investigaciones.

PALABRAS-CLAVE

Cárcel; Mujer; Invisibilidad.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o INFOPEN (2018) a população carcerária feminina atingiu 42.355 custodiadas e os motivos pelos quais as mulheres são levadas à prisão variam de acordo com cada mulher, existem dados demográficos comuns, porém, estes não representam a realidade de cada mulher. Diante desse célere crescimento do aprisionamento feminino, pouco se discute e pouco se faz diante a particularidade dessa vivência cotidiana protagonizada por mulheres que transgrediram as leis da sociedade.

A partir da literatura bibliográfica percebeu-se o sistema carcerário como uma problemática a ser discutida, pois este se forma a partir de uma estratégia de controle e de punição, onde o objetivo é de deixar os indivíduos dóceis e úteis à sociedade, tirando o máximo de tempo e força de vontade a fim de alterar seus comportamentos (MINZON, DANNER, BARRETO, 2017). O recorte de gênero se faz importante neste aspecto uma vez que as mulheres vivenciam uma invisibilidade social que se potencializam dentro do espaço prisional, resultando no seu sofrimento psíquico.

Visto a relevância do tema, o presente trabalho fundamentado por meio de uma revisão de literatura e a partir da pesquisa de campo buscará contribuir com a produção de conhecimento científico para as áreas que contemplam o estudo sobre o sistema prisional, assim como a questão de gênero.

A partir desse procedimento metodológico, observamos que a mulher criminosa em situação de prisão se encontra em uma realidade que foge da atenção necessária e na qual as desigualdades de gênero e o estigma são vigentes em seu cotidiano, aonde a estrutura vem viabilizar essa desigualdade e colocar a mulher encarcerada em situação perversa e insensível.

Porquanto, decidimos no desenvolvimento deste trabalho colocar em análise as questões relacionadas às relações patriarcais de gênero, o crime enquanto fenômeno social e a existência da mulher criminosa invisibilizada dentro da unidade prisional, ressaltando a realidade do Sistema Prisional Alagoano. Em seguida, com base nos resultados da pesquisa de campo, enfatizou-se a análise de conteúdo como método de exploração, baseado na teoria de Laurence Bardin respaldado pelos relatos orais colhidos.

Por fim, trouxemos as análises e conclusões, nas quais nos proporcionará a problematização a partir das falas das entrevistadas e a partir disso nos retornarão às principais discussões incorporadas pelos estudos realizados. Desse modo, o que se pretende é suscitar a visão da sociedade acerca da mulher inserida no sistema prisional, assim como expandir pesquisas sobre o tema.

2. O CÁRCERE COMO PODER PUNITIVO

O surgimento das instituições prisionais, associado historicamente à deserção das penas cruéis, marca um provável processo de humanização das penas. Na Idade Média, o *processo de pena*⁵⁷ era aplicado de diversas formas, as pessoas eram detidas pelos pés, mãos e pescoços, eram atados, amarrados e acorrentados em praça pública, violentados fisicamente e moralmente (GIACÓIA, HAMMERSCHIMDT, FUENTES, 2011). A Igreja com o passar do tempo passou a se integrar das penas, aplicando penitências aos hereges e pecadores, sendo consideradas prisões religiosas ou eclesiásticas, onde a internação ocorria para que o infrator buscasse o arrependimento através das orações ou meditações (COSTA, 1953). Com o passar do tempo, a comunidade religiosa passa a perder seu poder, abrindo caminhos para que os castigos de ordem penal se tornassem responsabilidade do poder estatal.

Para Goffman (1961) a discussão a respeito de prisão pode ser situada a partir do que ele chama de instituições totais. Nessas instituições existe o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas, ou seja, todas as atividades direcionadas a vida de uma pessoa são realizadas em conjunto e

⁵⁷ A palavra “pena” relacionada à sanção penal vem do latim POENA, “punição, castigo”, do Grego POINE, derivado de uma raiz do Sânscrito PUNYA, “puro, limpo”, ligado à ideia de purificar ou limpar através do castigo. ⁴ GIACÓIA, G; HAMMERSCHIMDT, D; FUENTES, P. O. A prisão e a condição humana do recluso. **Revista Argumenta**: UENP. n° 15. pp. 131 – 161. 2011.

sob uma única autoridade.

Dessa forma, até os mínimos fragmentos das atividades do indivíduo estão submetidos aos julgamentos e avaliações daqueles que comandam a instituição. As instituições totais seguem uma mesma lógica, e pode-se confirmar isso a partir da fala Foucault (1978, p.90):

O sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo. O internamento seria assim a eliminação espontânea dos “a-sociais”; a era clássica teria neutralizado, com segurança eficaz – tanto mais segura quanto cega – aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas.

As instituições totais são definidas como algo que começa com uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente mortificado. Começa a passar por mudanças radicais em sua carreira moral. A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo extrínseco confirma a primeira mutilação do eu. Primeiramente a retirada dos bens pessoais na entrada, a separação do indivíduo interno das relações que mantinha no mundo exterior, a obrigatoriedade da realização das rotinas da instituição na qual não considera sua vontade e a perda de privacidade e de espaço são alguns dos muitos quesitos que tece a deterioração do eu nesses locais, uniformizando, assim, os indivíduos. De acordo com Goffman (1961, p. 91) o exercício de veneração para com os superiores constitui esse processo de destruição da identidade pessoal:

Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita.

A instituição prisional veio como uma parábola da sociedade disciplinar, segundo Foucault (1986) a forma-prisão veio a surgir mesmo antes do aparelho judiciário, quando criaram diversos processos para dividir os indivíduos e classificá-los, tirando dos mesmos suas forças e o máximo de tempo possível, analisando e controlando o comportamento, dominando seus corpos e produzindo um saber para torná-los úteis. Essa forma de preparo fez com que as instituições denominadas prisões pudessem existir na sociedade antes mesmo que as penas fossem definidas por lei.

As práticas judiciárias se tornaram a forma de julgamento que a sociedade impôs

a determinados indivíduos em relação ao erro cometido, instituindo a eles a reparação das suas ações e a punição de outras. Essas práticas são regulares, modificadas através da história e foram com essas formas que a sociedade definiu diferentes tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte a relação entre o indivíduo e a verdade, ou seja, formas de diferenciar as pessoas na sociedade. Esse efeito *panóptico*⁵⁸ provoca nos indivíduos uma posição consciente e constante de visibilidade que atesta a manutenção automática da estratégia de poder.

A substituição da pena ao decorrer da história, desde quando atingiam o corpo e causavam sofrimento físico para punição disciplinar por meio da privação da liberdade e ao isolamento vigiado, passa se integrar em uma violência simbólica a favor do castigo e correção. Ao longo da história, o tratamento oferecido aos presos e presas esteve ligado ao modelo social vigente, isto é, as flagelações não foram mais necessárias a partir do momento em que o infrator passou a ser considerado mão de obra para a sociedade capitalista na época. A partir da inserção da burguesia no poder, estes indivíduos começaram a serem vistos como um bem social e útil à produção de riquezas (CUNHA, 2010). Nessa concepção, o cárcere se encontra dentro da análise de Foucault relacionado à *biopolítica do poder*⁵⁹, onde a intervenção do estado na vida dos indivíduos favorece a criação de corpos economicamente consideráveis.

O critério social do presídio, junto ao conceito de pena privativa, situa-se, desde a sua elaboração, dentro de um mar de declínio e recessão, onde seu propósito teórico baseado na ressocialização representa o disfarce de uma construção histórica por soberania, fundamentada por relações de poderes criadas a partir da inaptidão política do indivíduo apenado (FATTORELI, 2014). Desta forma, Foucault enfatiza:

O fracasso da prisão foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo em que o seu próprio projeto. Desde 1820, constata-se que a prisão, longe de transformar os criminosos em pessoas honestas, só serve para fabricar novos criminosos, ou para enterrar ainda mais os criminosos na criminalidade. Foi então que houve como sempre acontece no mecanismo de poder, uma utilização estratégica do

⁵⁸ O Panoptismo é uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríptico aspecto do panoptismo - vigilância, controle e correção - parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem na sociedade (FOUCAULT, 2002, p. 103).

⁵⁹ O tema da biopolítica aparece como inspiração na metáfora Nietzscheana da guerra, a ideia de que a história é guerra pelo domínio dos corpos. Ou seja, como não perder o corpo desviado, rebelde, revoltado, doente, preguiçoso, homossexual. Foucault mostra que essa guerra, essa disciplinarização, esse biopoder investe cedo na vida dos indivíduos, desde a infância (FILHO, 2010).

que era inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são, finalmente úteis, tanto no domínio econômico como no domínio político [...] (FOUCAULT, 2010, p. 162).

Visto isso, é perceptível que os propósitos das instituições prisionais são aparentemente sintéticos, pois “*a prisão é uma espécie de teatro artificial e coercivo*” (GIACÓIA, HAMMERSCHIMDT, FUENTES, 2011, p. 144) onde seu propósito é nulo quando se observa a quantidade de efeitos negativos que esta traz para a personalidade e vida do condenado. Além das diversas rupturas de laços familiares e relações humanas, tal instituição deixa com o preso a estigmatização pós-cárcere, impedindo seu regresso à vida social:

A prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer cair na miséria sua família: a mesma ordem que manda para a prisão o homem reduz cada dia a mãe à penúria e os filhos ao abandono; a inteira à vacância e mediocridade. Sob esse ponto de vista, o crime ameaça perpetua-se (FOUCAULT, 1986, p. 153).

A sociabilidade autoritária moderna não consegue suportar o diferente, pois porta um projeto moralizador com base na ideia de prevenção geral que vem com objetivo de normalizar a sociedade suprimindo o reeducando e integrando perigosos (PASSETI, 1999). Dessa maneira, fica claro que a subsistência da pena privativa de liberdade no sistema penal atual, agindo erroneamente sobre supostamente uma solução ideal para a contenção da criminalidade, só duplica a gravidade da repressão social na qual é capaz de acabar com subjetividades e de marginalizar aqueles considerados criminosos.

Indica-se, de fato, que o sistema de justiça criminal contraria a ideia de eliminação da violência e criminalidade, quando acaba por construir e potencializar essa criminalidade, e como cita Andrade (2004), de forma “seletiva e estigmatizante, reproduzindo, materialmente e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais, de classe, raça e gênero”.

Ao discutir sobre gênero, sabe-se que o paradigma da ciência moderna enfatiza a dominação masculina nos espaços, e ao mesmo tempo, a esconde, mantendo, assim, a diferença de gênero ignorada. No sistema prisional não funciona de forma diferente, uma vez que este foi concebido a partir da perspectiva masculina de ser desviante, ou seja, o sistema penal no Brasil e no mundo foi criado por homens e para homens, sem observar as especificidades femininas dentro desses espaços.

3. PATRIARCADO E SEXISMO: AS RAÍZES DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

3.1 DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

O sistema prisional brasileiro passa por diversas lacunas em sua execução, entre elas está a negação de gênero, na qual cria uma desvalorização da mulher dentro das penitenciárias por meio das desigualdades sociais, discriminação e seletividade do sistema de justiça penal. Na penitenciária feminina a maior problemática destacada é a infraestrutura que muitas vezes são improvisadas e em muitos estados ficam sem alas. Além da mulher se encontrar em uma posição inferior ao homem dentro do cárcere, ela também acaba se percebendo como uma mulher não desejante que ocorre por meio da subjetividade feminina e com isso, acaba abandonando seus sonhos e suas expectativas para o futuro, resultando em um sentimento de impotência. O desejo é uma produção de algo que gera modos de estar dentro do mundo, sucedendo na produção de novos papéis, novas identidades e novas formas de existir no mundo como mulher.

Por muitos anos o cárcere foi tratado como uma realidade para homens, atualmente, são poucos os estudos direcionados a questão do cárcere feminino. Para tratar do aprisionamento feminino é necessário refletir a questão de que a mulher não conheceu a prisão durante as mudanças que ocorreram durante a modernização penal e a escolha pelo cárcere- castigo. O poder punitivo é um poder de gênero que submeteu, historicamente, a mulher não somente a um controle que aborda sua classe e raça, mas principalmente sua condição pelo gênero feminino (CANDIDO, 2006).

A sociedade patriarcal em sua forma primária surgiu como um estado arcaico. Sua unidade básica de organização é a família, que gera constantemente os valores e normas do patriarcado. É nesse contexto que a sexualidade da mulher serve apenas para a capacidade e serviços de reprodutora. O *Patriarcalismo*⁶⁰ é entendido como o arranjo de gênero no qual os homens formam o grupo dominante. É a institucionalização do domínio do homem sobre a mulher na vida social, ou seja, os homens têm poder sobre as mulheres em todas as esferas sociais e as mulheres são anuladas desse poder (MORAES, 2002).

O papel feminino e sua construção sempre estiveram ligados ao processo histórico desenvolvido pela humanidade durante a evolução de seus saberes. A produção de tais saberes veio por meio do desenvolvimento da construção material e social da vida. Foi determinado nesta evolução social o grau de poderes, ou poder, de forma material e

⁶⁰ Exercício social do patriarcado (MORAES, 2002. p. 21).

ideológica, de uma classe sobre a outra, que estavam ligadas por meio do grau de conhecimento científico que a primeira possuía sobre as demais. Em relação ao gênero, esse fator sempre determinou as definições nas relações entre os sexos. O grau de submissão, de sujeição e inferioridade que as mulheres vivenciaram durante séculos esteve protegido no conhecimento divulgado sobre estas, associando-as constantemente às categorias de formas desviantes e inferiores. O recrutamento de mulheres ao mercado de trabalho surgiu em meio ao processo de urbanização e industrialização gerada pela sociedade moderna capitalista, essa formação possibilitou a ampliação da participação feminina no meio social, assim com o aumento da escolaridade (CUNHA, 2010).

Judith Butler (2017, p. 75), em *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, situa o conceito de gênero esvaindo da categoria dualista:

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, ou seja, o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, e regionais de identidades discursivamente constituídas. Temos a tendência de considerar natural o que é masculino e feminino. Para nós são evidências incontornáveis de ordem biológica. As figuras do homem e da mulher, no entanto não se restringem absolutamente a condição de ser macho e fêmea, mas ultrapassa esses limiares, com efeito direto de construções sociais e culturais de grande complexidade, modeladas por regras e códigos simbólicos meticulosos.

Compreender as relações de gênero como algo presente em todo tipo de ordem social é compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinadas, mas também a relação entre sexualidade e poder. A sexualidade está longe de ser apenas um “domínio da natureza”, mas é considerada também, e, primordialmente, como um fato social em relação às condutas estabelecidas, enquanto fundadora de identidade e como um estudo a ser explorado cientificamente. A sexualidade é passada durante muitos anos e até hoje, vindo de uma lógica de oposição e hierarquização entre masculino/feminino. Visto isso, compreende-se que a problemática da desigualdade de gênero não abarca apenas conteúdos subjetivos do indivíduo, mas também esferas sociais e institucionais.

3.2 A MULHER POBRE, NEGRA E PERIFÉRICA NO “MUNDO DA VIOLÊNCIA”

Não tem como pensar em gênero sem discutir raça e classe, ou seja, a luta pela igualdade de gênero não pode estar separada das lutas contra opressões de raça e de classe, isso deve ser aplicado em todos os âmbitos da sociedade e também nas instituições

prisionais. Quando debatemos sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro falamos principalmente sobre as mulheres negras. De acordo com o levantamento INFOPEN MULHERES (2018) as mulheres negras ocupam 62% dos estabelecimentos prisionais, ou seja, possuem o dobro de chances de serem encontradas em cárcere, então seu interesse em relação à infraestrutura do sistema Carcerário brasileiro será maior que as demais partes da sociedade. Por outro lado, essa informação significa que o Sistema Penal brasileiro se dedica mais em punir mulheres negras (TORRES, 2016).

Em 2015, foi registrado que 53% da população brasileira acima de 18 anos, se direcionava a população negra encontrada no ambiente prisional. Em relação a educação prisional brasileira é verificada que 75% desta população não obtiveram acesso ao ensino médio. O estado de Alagoas ganha destaque nesse quesito, pois apresenta o percentual de analfabetismo três vezes maior que a média nacional (INFOPEN, 2016).

A maioria das mulheres que são aprisionadas é jovem, com idades equivalentes entre 18 e 24 anos o que corresponde a 27%, no mesmo tempo em que a faixa etária de 25 a 29 anos soma 23%. Portanto, as jovens constituem 50% da população carcerária feminina. Em relação ao estado civil das presidiárias, foi constatado que 62% delas são solteiras, 23% possuem alguma relação ou uma união estável e 9% são casadas. Essas informações quando relacionadas às informações referentes aos homens, define que a percentagem de solteiros, companheiros ou casados não mostra uma diferença drástica. Essa proporção se justifica pela predominância dos jovens nos presídios brasileiros. Com relação à escolaridade, 45% das mulheres privadas de liberdade não completaram o ensino fundamental, 15% concluíram o ensino fundamental e 17% atingiram o ensino médio (INFOPEN MULHERES, 2018).

Nota-se que 62% das mulheres encarceradas no Brasil foram condenadas pelo tráfico de drogas (INFOPEN, 2018). É nesse ponto que entram determinados esclarecimentos sobre o envolvimento das mulheres no tráfico. Existe uma hierarquia na organização do tráfico, onde as mulheres se encontram nas funções chamadas de “microtráfico” que é responsável pela venda de crack e pequenas quantidades de cocaína e maconha, essas mulheres não possuem nenhuma influência na organização do crime então, mesmo estas sendo afastada, o tráfico continuará. As mulheres que se encontram nas bocas de fumo, local onde é realizado o tráfico, perdem seu estado de vitimização a partir do seu sexo e passam a sofrer criminalização.

Logo, o perfil das presidiárias é de mulheres negras, jovens, solteiras e sem educação básica completa, pobres e componentes do “microtráfico”. Esse é o estereótipo da mulher criminalizada. São mulheres que são marginalizadas por não se encaixarem no perfil da mulher vitimizada, branca, escolarizada, casada. E com isso, se encontra em alto estado de vulnerabilidade à criminalização (TORRES, 2016).

As mulheres pobres geralmente são indiciadas, presas, processadas e julgadas sem um acompanhamento jurídico coeso, pois, muitas vezes a defesa de que todos têm direito - conforme a lei brasileira - é proporcionada de forma insuficiente pelo Estado. As pessoas que não possuem condições de constituir um advogado têm direito de garantir sua defesa através de um defensor público, a ser nomeado pelo juiz do processo, que está vinculado ao Poder Executivo, na esfera de uma política pública. Porém, o Estado não corresponde de forma eficaz aos recursos que a lei prevê, pela omissão do Judiciário, que admite o julgamento e a condenação mesmo ciente da falta da defesa efetiva (ALMEIDA, 2001).

4. A MULHER E O CÁRCERE

4.1 A PUNIÇÃO DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DE CORREÇÕES PARA MULHERES BRASILEIRAS

Os primeiros registros sobre as mulheres brasileiras aprisionadas aconteceram no ano de 1870, quando foi elaborado o Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Esse relatório indicou que entre 1869 e 1870, 187 mulheres escravas tinham passagem pelo sistema penal. Não existem dados específicos sobre os locais onde essas mulheres eram destinadas, mas devemos nos atentar ao fato de que esse registro reflete na relação já estabelecida entre as mulheres negras e o Sistema Penitenciário feminino: a punição está direcionada aos corpos negros. Constam em alguns estudos que umas das primeiras formas de prisões aplicadas no Brasil, foram as prisões-navios onde as mulheres eram presas junto aos homens e escravos em navios (TORRES, 2016).

Após o Decreto-Lei nº 12.116, instituído em São Paulo em 11 de agosto de 1941, ficou disposta a criação do “Presídio de Mulheres”, inaugurado em 21 de abril de 1942 e no qual permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. Meses mais tarde no Rio de Janeiro, fora decretada a lei nº 3.971 que dispôs da criação da Penitenciária Feminina da Capital da Federal, administrada também por freiras da mesma congregação até o ano de 1955 (ARTUR, 2009). O curioso é observar

a diferença estrutural das penitenciárias femininas na época de criação, as mesmas eram semelhantes a casas ou conventos, e não existiam agentes penitenciários ou agentes policiais na administração, mas sim freiras da Congregação, sob o poder da igreja católica.

Essas instituições de reclusão, que eram ofícios das ordens religiosas, foram marcadas pela forte construção discursiva de gênero, marcas estas que se fazem presentes atualmente nas penitenciárias femininas, hoje administradas pelo Estado, onde as habilidades domésticas, o artesanato e o trabalho na creche são tarefas ofertadas e desempenhadas pelas detentas (PRIORI, 2012). A primazia pelos valores morais advindos das autoridades religiosas tinha como objetivo a recondução da mulher encarcerada ao que era aceito na sociedade como bom comportamento feminino, como salienta Olga Espinoza em seu trabalho *“A prisão feminina desde um Olhar da Criminologia Feminista”* (2003, p. 52):

Uma vez criada a prisão como instituição, entendeu-se necessário a separação de homens e mulheres para aplicar a eles e elas tratamentos diferenciados. Com essa medida buscava-se que a educação penitenciária restaurasse o sentido de legalidade e de trabalho nos homens presos, enquanto, no tocante às mulheres, era prioritário reinstalar o sentimento de pudor.

Inicialmente, o Estado brasileiro não dava importância aos estabelecimentos penitenciários femininos, esse é um fato que reflete na doutrina Criminológica Crítica, que aponta a ideia de que as mulheres são mais frágeis que os homens, logo, sobre mais vitimização do que criminalização (TORRES, 2016). O lugar na mulher dentro do cenário da criminalidade é uma construção de significantes imaginárias sociais sobre a sua história e sua visão de mundo que estão fincadas na cultura da dominação masculina. Nessa cultura não lhe cabe o crime, pois este a tira do espaço privado levando-a ao espaço público, levando em consideração que o crime também é visto como uma ação viril masculina.

De acordo com Cunha (1994) o ambiente prisional pode tornar a mulher encarcerada um ser não “situável”. Esse ambiente é terminante na vida da mulher, pois esta ao entrar no contexto penitenciário passa a apresentar uma nova identidade e acredita que esta identidade pode ser fixada ao papel de presidiária e que marcará a sua vida após a sua saída da prisão. Por se tratar de um ser relacional, a separação e o abandono causado pelo encarceramento também é uma ameaça a essa identidade. Por isso, a mulher nessa condição é duplamente sentenciada: pelo crime efetuado e pelo impedimento de realizar suas atividades familiares. Essas questões se ligam ao fato de que a mulher privada de liberdade recebe menos visitas tanto dos seus familiares como dos seus esposos, estimulando, assim,

o sentimento de abandono e solidão vivenciado por elas.

Outro tema a ser debatido, é a questão da sexualidade dessas mulheres, onde a ausência masculina é considerada um fator negativo para a permanência no cárcere, pela falta do relacionamento afetivo e sexual com o sexo oposto. Se as mulheres já recebem menos visitas sociais, em relação às visitas íntimas o número é muito menor, esse fato está atrelado também à questão de que para a visita íntima nas unidades prisionais femininas, é necessário a comprovação de vínculo conjugal, casamento ou união estável. Muitas vezes há a submissão a cursos preparatórios para prevenção sexual, uma política de caráter misógino, que responsabiliza a mulher pelas doenças sexualmente transmissíveis, mostrando também a concepção do corpo como desviante e promíscuo. Essa atitude vista como de natureza medieval está estabelecida na grande maioria das penitenciárias femininas. É visto também que em alguns estabelecimentos prisionais, as mulheres lésbicas não recebem visitas íntimas, e nem possuem direito. Essas condições burocráticas da visita íntima consistem no fato da mulher ter sido instrumentalizada pela as qualidades atribuídas no ambiente prisional masculino como o sexo “tranquilizador”, uma utilidade que é ligada especificamente ao gênero feminino (CANDIDO, 2006).

Na Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 41, encontra-se o direito de receber a visita de seu cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados pelas autoridades responsáveis. A juíza ou juiz da comarca responsável deverá estabelecer as regras para as visitas, visando a necessidade da pessoa presa, as datas comemorativas nacionais e as questões de logística de acordo com a infraestrutura das unidades prisionais. Para que esse direito seja exercido é necessário que as unidades tenham um ambiente destinado à realização da visita e eventualmente outras atividades sociais. Quando se é analisada a distribuição desses ambientes nas unidades prisionais que abrigam mulheres no Brasil, é verificado que uma em cada duas unidades femininas não contam com espaços nessas condições. Em relação às unidades prisionais masculinas, a média é de que 34% sejam direcionadas a esse espaço (INFOPEN, 2018).

O sistema prisional é marcado constantemente pela fragilidade, quanto mais viver uma crise atualmente nessa esfera. O Brasil possui uma estrutura penitenciária que nunca funcionou com satisfação. As propostas de mudança na legislação e nas formas de gestão, que consideram a privatização dos presídios, aparecem sem que tenhamos vivenciado a efetividade das normas que tratam da matéria, já que o descumprimento da legislação é à

base do cotidiano carcerário. Como consequências disto, encontramos uma esteira estatal na defesa penal voltada, especialmente, para o trato com os homens e residualmente para as mulheres, deste modo, as poucas políticas públicas existentes fecham os olhos para as peculiaridades das mulheres encarceradas (PIMENTEL, 2015).

Esses vazios na legislação sobre as questões de gênero têm ligação direta com o desdobramento direto na forma como políticas públicas prisionais são construídas no Brasil. Seja no cárcere ou na vida pós-prisão, as demandas femininas, nas áreas dos afetos e no mercado de trabalho, não recebem atenção.

4.2 O CÁRCERE EM ALAGOAS

De acordo com o levantamento INFOPEN Mulheres (2018) no Brasil, há 42.355 mulheres encarceradas e por falta de informações como dados e pesquisas, não se sabe quantas mais se encontram em estado de livramento condicional. Nos anos entre 2005 e 2016 houve um aumento de 120% em relação às mulheres no sistema penitenciário no Brasil.

Observa-se que das práticas que condenam a mulher ao cárcere, 62% são ligadas ao tráfico. Visto isso, pode-se afirmar que o grande índice e grande aumento de encarceramento feminino se dá em virtude do tráfico de drogas e da criação da Lei de Drogas 11.343/2006 na qual entrou em vigor no dia 08 de outubro de 2006 e que se refere:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

De acordo com Novaes *apud* Dutra (2012) no Rio Grande do Sul, anteriormente aos anos 60, a maioria dos crimes que eram cometidos por mulheres faziam parte dos crimes considerados passionais. Nos anos entre 1960 e 1970 as práticas cometidas se davam de duas formas: a delituosa e a rebeldia. As práticas delituosas se caracterizavam pelo crime de furto, e as práticas de rebeldia se davam pela prática de militâncias e repúdio às ideologias. Do início dos anos 70 até 2012, o tráfico de drogas surpreendeu e continua sendo o crime que superlota prisões.

Segundo o INFOPEN (2018) o estado de Alagoas teve 193% de crescimento percentual da população feminina no período entre 2010 e 2016, sendo o estado com maior

evolução dessa população no país. Em 2010, havia 135 detentas e, em anos contínuos de crescimento, a massa de prisioneiras atingiu a marca de 396 mulheres, em 2016. Sendo feita uma comparação, no mesmo período, a quantidade de homens presos em alagoas fora de 121%. Dados da Secretaria de Defesa Social de Alagoas comprovam que em 2013, 55% das mulheres encarceradas no estado estavam presas por tráfico de drogas (ALAGOAS, 2013).

As condições sociais contribuem com esses dados alarmantes, principalmente a pobreza e o abandono. Fatores como a falta de auxílio vindo do esposo para dividir as despesas e a baixa escolarização destas mulheres contribuem para a ideia da busca por sobrevivência através do contato com redes de traficantes de drogas, visto que este não necessita de grau de escolarização para admitir seus “funcionários”.

Outra condição que fazem as mulheres entrarem no mundo do tráfico, diz respeito aos relacionamentos amorosos com parceiros traficantes, como afirma Costa (2008, p. 3) ao abordar sobre as questões afetivas das mulheres encarceradas no estado de Alagoas:

Na rede de sociabilidade do tráfico de drogas, as mulheres, que não ocupam os mesmos lugares que os homens, acabam por reproduzir práticas de assujeitamento nas relações de afeto que vivem com o traficante. Como consequência, envolvem-se mais profundamente com drogas e chegam a ser presas por tráfico [...] as ações relacionadas às drogas nem sempre estão ligadas ao caráter mercadológico do tráfico, mas são na realidade exercidas em nome de relações afetivas que essas mulheres estabelecem com os homens.

Ao se tratar sobre o estado de Alagoas, o tráfico de drogas se apresenta de forma preocupante principalmente em alguns bairros periféricos da cidade de Maceió. Apesar de o tráfico ser tratado como uma das categorias do crime organizado verifica-se que existem práticas isoladas associadas ao pequeno comércio varejista de drogas, que aparece como forma de sustento de famílias inteiras. Além disso, aqueles que possuem um ciclo vicioso entre o uso e venda de drogas acabam por serem presos e condenados como traficantes.

Nota-se que quando ocorre de a mulher traficante transportar drogas para dentro de um presídio, por exemplo, esta não se coloca nessa situação por necessidades financeiras, mas sim, em muitos casos, para comprovar o seu afeto ao seu companheiro ou algum familiar. Em outros casos, as mulheres usuárias de drogas, se envolvem com traficantes com o intuito de ter acesso às drogas o que conseqüentemente, esse envolvimento que tinha o viés mercadológico, acaba se transformando em um relacionamento afetivo. Desta forma, podemos ver que existem vários fatores, não só

objetivos como desemprego, pobreza e miséria que justificam o envolvimento da mulher no tráfico, mas também as circunstâncias subjetivas através das representações sociais que envolvem maridos, companheiros, dentro ou fora de uma unidade familiar (COSTA, 2008).

O presídio Santa Luzia está localizado na cidade de Maceió. O prédio, inicialmente, foi construído como extensão da Penitenciária Masculina Baldomero Calvacante de Oliveira, com o objetivo de alojar o regime semiaberto masculino, embora nunca tivesse sido utilizado para este fim. Em 2002, depois de sofrer alguns ajustes em sua estrutura, principalmente na construção de banheiros dentro das celas, já que só havia banheiros coletivos nos finais dos corredores de cada módulo, o prédio passou a ser destinado para mulheres, resultado uma medida que foi tomada depois do esgotamento do antigo Santa Luzia que não comportavam a população carcerária feminina, que estava em crescimento contínuo (PIMENTEL, 2015). Por ter sido construído como uma extensão da Penitenciária Masculina Baldomero Calvacante, o presídio feminino de Alagoas conta com o Sistema de *Regime Disciplinar Diferenciado*⁶¹ (RDD), no qual é uma medida indevida de Regime, visto que o Santa Luzia não pode constar como presídio de segurança máxima. Este fato comprova a negligência do Estado ao pensar em um local devido para as mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade em Alagoas.

Existe um outro aspecto estrutural grave no sistema penitenciário Alagoano e que prejudica a natureza do cumprimento da pena privativa de liberdade pelas mulheres, pois não existe uma Colônia Agrícola ou Industrial, nem Casa de Albergada, para que as mesmas cumpram as penas do regime semiaberto e aberto. Essa mesma situação se repete nos presídios masculinos só que de maneira mais moderada, pois os prédios de regime semiaberto e aberto existem, mas estão interditados por ordem judicial, pela falta das condições dignas de alojamentos para presos (PIMENTEL, 2015).

O que se passa no presídio Santa Luzia é que além de não existirem essas edificações para os regimes mais comedidos de cumprimento de pena, tem o fato de o prédio não ser adaptado para essa população feminina, se encontrando em estado de

⁶¹ O Regime Disciplinar Diferenciado foi introduzido pela Lei 10.792/2003 que alterou a Lei de Execuções Penais - LEP e o Código de Processo Penal - CPP, e consta do art. 52 da LEP. Esse regime se caracteriza como um regime de disciplina carcerária especial, com maior grau de isolamento e contato com o mundo exterior, sendo aplicado como medida cautelar ou sanção disciplinar. O RDD pode ser considerado uma espécie mais rigorosa da sanção disciplinar, uma vez que este restringe a liberdade de locomoção do preso e parte dos seus direitos dentro do sistema prisional (COSATE, 2007).

superlotação que acaba impedindo o aproveitamento de um módulo ou sala para os regimes dentro do próprio Santa Luzia, o que seria razoável se a população fosse pequena. (PIMENTEL, 2015). A desigualdade de direitos em relação às mulheres em privação de liberdade fica ainda mais evidenciada diante desses fatos, uma vez que estas não usufruem de estabelecimentos adequados para o cumprimento da pena privativa de liberdade nos regimes semiaberto e aberto. Ou seja, desde a ocupação do prédio até então, não houve a preocupação com a estrutura adequada, nesse sentido, para a população carcerária feminina de Alagoas. Acaba que por fim, a omissão que o Estado possui em construir esses espaços acaba por gerar prejuízos para aqueles que cumprem pena privativa de liberdade.

5. METODOLOGIA

A pesquisa se deu inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica como fundamentação da problemática aqui levantada, fornecendo os subsídios teóricos para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica acerca do Sistema Carcerário Feminino como mais um potencializador da desigualdade de gênero. Para tal, foram utilizados os autores Foucault e Goffman, nos quais discutem sobre a questão de relação de poder em consonância com o sistema prisional, e as autoras Butler e Moraes que proporcionam um diálogo acerca da classe social, raça/etnia e gênero, tripé este responsável pela desigualdade de gênero na sociedade. A pesquisa fora fundamentada também pelas autoras Pimentel e Torres que debatem sobre a questão da mulher encarcerada no estado de Alagoas.

Como instrumentos metodológicos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada se caracteriza a partir de questionamentos básicos que são apoiados em hipóteses que se conectam ao tema da pesquisa. Tais questionamentos dariam utilidade a novas hipóteses a partir das respostas obtidas. De acordo com o autor, a entrevista semiestruturada como ferramenta não favorece apenas a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão de sua totalidade. É importante frisar que a abordagem qualitativa auxilia o pesquisador a adentrar no objeto de estudo de forma interpretativa. Tal estudo utilizará a pesquisa como um material experimental a fim de obter a noção da construção social das realidades dos participantes, analisando os significados elaborados pelos mesmos em seu cotidiano (FLICK, 2009 *apud* MOREIRA & SOUZA, 2014). Visto isso, é notória a relevância da entrevista semiestruturada nessa pesquisa, pois

esta viabiliza a consideração dos fatores sociais, políticos e culturais no processo

A entrevista utilizada conteve vinte e uma perguntas organizadas em três eixos: “Vida antes da prisão”, “Momento atual” e “Perspectiva de Futuro” realizando um levantamento sobre relações, subjetividade e experiências das mulheres encarceradas no estado de Alagoas, assim como a vivência destas no cárcere. O convite às entrevistadas foi realizado pelas pesquisadoras a partir do intermédio da psicóloga da unidade prisional. Nesse primeiro contato foi detalhado o objetivo da pesquisa, as condições de participação e a necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que explicita o consentimento livre e esclarecido das participantes, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva. Isso se fez necessário tendo em vista a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que preza pelo respeito, dignidade e proteção devida aos participantes das pesquisas científicas que envolvem seres humanos.

O critério de inclusão das participantes se deu da seguinte forma: estar reclusa em regime fechado no Sistema Penitenciário Feminino Santa Luzia, localizado em Maceió - Alagoas. A pesquisa não abarcou critérios de inclusão como definição de idade, tempo de reclusão, definição de estado civil, definição de escolaridade, entre outros, pois o estudo se deteve de forma geral a questão do ser mulher dentro da prisão, independente dos pontos citados.

As entrevistas, devidamente aprovadas pelo Comitê de Ética⁶² foram realizadas em dois dias com cinco mulheres sentenciadas no Presídio Feminina Santa Luzia, localizado em Maceió. No primeiro dia, chegamos a Penitenciária Feminina às 9h00 e fomos direcionadas à sala da Psicologia, local onde executamos as entrevistas. As entrevistadas foram sendo trazidas pela Psicóloga, uma de cada vez, chegando a três entrevistadas no dia e totalizando um tempo de 1 hora e 10 minutos para todas as entrevistas. Como certificação das falas das entrevistadas, foram utilizadas gravações de áudios e anotações cursivas. É importante enfatizar que no caminho para o local de entrevista, pode-se perceber que da entrada do complexo penitenciário até a entrada do Presídio Santa Luzia deve-se caminhar cerca de 3km, ou seja, essa falha estrutural pode ser um potencializador para o fato da pouca visita/abandono das mulheres. Quando comparado aos presídios masculinos, não

⁶² Instituição Responsável: Centro Universitário Tiradentes; Comitê de Ética responsável: Plataforma Brasil (<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>); Número do Parecer: 2.349.591 aprovado em 25 out. 2017.

fora encontrado essa problemática, já que o mesmo se encontra próximo a entrada do complexo penitenciário.

No segundo dia de pesquisa, chegamos ao local às 8h30 e fomos encaminhadas novamente para a sala da Psicologia, contudo, fomos informadas de que não havia escolta para nos acompanhar nas entrevistas e por isso só seria possível realizá-las no parlatório, local onde existe um vidro com grades separando entrevistanda e entrevistada e onde o contato verbal é somente através de um interfone, interfone esse quase impossibilitado para conversa, visto que chiava bastante. Tal questão impossibilitou o uso das falas para a pesquisa tendo em vista a falta de fidedignidade dos relatos orais, uma vez que não foi possível o uso de gravador de voz. O ocorrido certificou ainda mais a falha na gestão do local, assim como a falta de estrutura adequada. É importante frisar que foi realizada uma apresentação a cada participante, explicando o objetivo da pesquisa e sua metodologia, destacando a informação de que todas serão asseguradas de total anonimato, incluindo a colocação de nome fictício na elaboração das análises da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas mais uma forma de conversa, onde as entrevistadas puderam se sentir à vontade, já que foram tratados questionamentos sobre suas respectivas vidas, seus desejos e pensamentos. No final de cada visita, foram registradas as impressões sob a forma de Diário de Campo para que pudéssemos analisar os relatos orais da melhor forma juntamente a nossa percepção após este. De acordo com Pimentel (2015) os relatos orais das mulheres encarceradas, colhidos por meio da entrevista, são importantes para as bases da reconstrução de suas histórias mediadas pela percepção da vivência destas antes da prisão e durante o cumprimento da pena. História de vida e roteiro de entrevista são coisas distintas, mas podem se complementar, visto que é possível buscar a junção de fatos relacionados às histórias de vida através da entrevista semiestruturada.

Como método de análise fora utilizada a perspectiva de Laurence Bardin que vem afirmar que a função crucial da análise de conteúdo é o desvendar crítico. Tal metodologia é configurada como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que usa de procedimentos ditos objetivos e sistemáticos capazes de descrever os conteúdos das mensagens. A análise de conteúdo permite ir para além do campo objetivo e adentra o conteúdo simbólico da comunicação (BARDIN, 1977). No desenvolver da análise de dados, as falas das entrevistadas foram destrinchadas baseadas nas colocações mais expressas e assim postas em categorias, como: “Vida pré-cárcere”, “O sistema cruel”,

“Amores venenosos” e “A saída da prisão: a fase tão almejada”. Concluída toda a etapa de pesquisa de campo, esses dados foram organizados e então confrontados ou respaldados com o referencial teórico, subsidiando, assim, a construção dos resultados e discussões.

6. ANÁLISES E DISCUSSÕES

6.1 VIDA PRÉ-CÁRCERE

Ao realizarmos a pesquisa, nos deparamos com autores que retratam a pobreza e a criminalidade como algo de relação contínua na sociedade em virtude de um sistema punitivo que vem sujeitar mais e mais indivíduos a privação de liberdade, indivíduos em sua maioria e em preferência os pobres, os negros, os marginalizados e os desprovidos de poder (DARKE & KARAN, 2012). A partir desse ponto, abrimos a discussão sobre a desigualdade de classes, no qual é um tema que aparece nas entrelinhas dos relatos colhidos quando abordamos sobre a vida das mulheres anteriores ao cárcere.

No diálogo com Jandira sobre sua infância, adolescência e vida adulta, a mesma cita:

“A minha adolescência não foi fácil, na minha adolescência eu não estudava, a partir dos oito anos o meu pai e minha mãe, é... Educa a gente trabalhando no campo, tipo roça, só serviço pesado. Então não tive muita infância [...]” (Jandira).

“A gente era muito espancada, nós tinha sofrimento bastante [pausa] meu pai era muito cruel, aos 17 anos nós fomos (sic.) fugindo de casa, cada uma foi procurando um destino, aí eu também fugi de casa também, botei uma roupa por cima da outra e fugi de casa, procurar vida melhor, achando que ia procurar uma vida melhor, até procurei estudar, mas não tive paciência, não tenho paciência pros estudo (sic.)” (Jandira).

Na presente sociedade capitalista, onde o ter se torna muito mais interessante do que o ser, pode-se observar que os jovens da periferia das grandes cidades do Brasil são frequentemente vítimas de violência e criminalidade e isso ocorre em consequência de um violento processo de criminalização que a questão social vem sofrendo, e que atinge a classe subalterna (SANTOS & SILVEIRA, 2013). Pode-se observar essa fala exemplificada a partir do relato oral de Jandira:

“Saí de lá do Joaquim Leão e voltei pra Murici, aonde foi tudo que foi minha vida foi em murici, sou de lá. O que é que acontece, quando eu chego lá minha família tinha saído do sítio tava morando em murici já, já tava passando dificuldade, meus pai (sic.) não era aposentado, meu pai tava doente (sic.) minhas irmãs tava (sic.) sofrendo muito separada do marido com 4 filho (sic.), aí eu continuei, aí eu reforcei mais ainda o tráfico de droga, pra comprar bujão, pra sustentar a casa, pra ajudar, porque tava (sic.) uma tristeza muito grande, ninguém gostava de ver, desconforto pra dormir, e tudo, acho que você entende, você imagina”

(Jandira).

Torres (2016) fala sobre o perfil das presidiárias como um perfil de mulheres negras, jovens, solteiras e sem educação básica completa, pobres e componentes do “microtráfico”. Ou seja, esse é o estereótipo da mulher criminalizada. São mulheres que são marginalizadas por não se encaixarem no perfil da mulher vitimizada, branca, escolarizada, casada. E com isso, se encontra em alto estado de vulnerabilidade à criminalização. Em contraponto, nos deparamos com o relato de Lúcia, abrindo uma exceção na nossa discussão acerca dessa problemática:

Eu tive uma infância muito feliz né? Meus pais tinham uma condição de vida social muito boa né? Eu estudei em escolas particulares sempre, me formei em direito só que eu nunca peguei o meu diploma né? Na verdade, com vinte e três anos eu fiz intercâmbio aos 20, fui estudar, e quando voltei me casei, com um italiano descendente de italiano, tive três filhas, e a partir daí a minha vida parou como mulher porque aí eu fui cuidar das minhas filhas, meu ex-marido tava [sic.] sempre mudando de país e sempre foi complicado. Fui pra Recife, cometi esses delitos. Aí eu fui morar na Europa, em diversos lugares, fui morar por aí aprendendo a delinquir, aprendi a ser hacker e tudo aquilo de computador, assim, usei a minha inteligência que Deus me deu para né? Delinquir sem necessidade, real né?

Foi uma surpresa nos deparar com essa realidade destoante da maioria das narrativas colhidas, principalmente após estudo acerca do sistema prisional como poder punitivo de grande injustiça na sociedade. Contudo, sabe-se que a regra se diferencia da exceção e o relato da Lúcia nos serviu para que pudéssemos debater através do não esperado. E que apesar de sua classe social ser diferente da maioria das mulheres sentenciadas, a mesma continua sendo uma mulher que sofre as consequências da vida na prisão:

Aqui é um laboratório, você aprende desde onde vem até os nomes e eu não mudei o vocabulário porque era uma coisa minha, mas assim, a gente começa a perceber o que é, o que quer dizer uma palavra, você começa a aprender. Assim, esse mundo, ele pra mulher, é um mundo preconceituoso do mesmo jeito né? Como é pra gente lá fora? Nada muda aqui. Assim, principalmente o preconceito porque, é tipo assim, uma mulher não pode errar (Lúcia)

6.2 O SISTEMA CRUEL

Compreende-se a relevância deste tópico uma vez que a problemática da desigualdade de gênero aparece não só na esfera dos conteúdos subjetivos do indivíduo e sim nas esferas sociais e institucionais, adentrando também no sistema prisional. Encontramos uma esfera estatal na defesa penal voltada, especialmente, para o trato com

os homens e residualmente para as mulheres, deste modo, as poucas políticas públicas existentes fecham os olhos para as peculiaridades das mulheres encarceradas (PIMENTEL, 2015).

Por se encontrarem em situação de encarceramento, inclusive em um Regime Disciplinar Diferenciado, é visto que se manifesta uma séria de situações negativas que afetam suas condições de vida, colocando-as em um período de longo estresse. Sendo este um ponto muito citado durante as entrevistas como algo que Goffman (1961) classifica como a mortificação do eu:

A gente vive trancada, isso não é presídio pra ser pra mulher, isso é presídio pra homem, isso não existe, já era pra gente ter saído daqui, era pra gente ter ido pra esse núcleo ressocializador, mas até hoje a gente espera, é só promessa negativa, é só palavra de ilusão, só iludindo, só iludindo, tipo a gente, como fosse ninguém, somos esquecida (sic.) às vezes a gente tá no trabalho e começa a pensar nas outras que ficam, que ficam na cela, muito difícil porque é muito trauma. Já tá uns dois anos ou mais de RDD aqui que esse presídio não era pra ser um presídio pra gente, esse presídio aqui mexe muito com o psicológico da gente (Jandira).

A implementação do RDD é proporcional à ofensa sofrida por essa população pela falta de segurança da coletividade e dos demais presos que venham a cometer faltas graves, nas quais geram ações da ordem interna dos presídios, resultando assim nas penas cruéis, na tortura e no tratamento desumano ou degradante. Ou seja, isso vem desvalorizar o princípio da humanização das penas, tornando o RDD um sistema inconstitucionalizado (SOBREIRA, 2012). A forma cruel do RDD foi um aspecto notado através dos discursos destas que estão inclusas nele:

E esse regime é muito duro, o RDD, é um regime de homens que nos acabou sabe? A gente aprende a lutar com aquilo que é difícil, aquilo que não nos mata, nos fortalece né? Não nos matou mas nos deixou em pé. Aqui a gente muda a nossa consciência. Um lugar onde você não tem comida, onde você não tem a sua família, onde você passa dificuldade [choro] onde você é até mesmo molestada porque você é diferente do outro, eu nesses cinco anos já sofri muito bullying, aprendi a me defender (Lúcia).

A fala de Lúcia expressa o que Foucault (1986, p. 223) vem retratar sobre a prisão como “*uma espécie de teatro artificial e coercivo*” onde seu propósito é nulo quando se observa a quantidade de efeitos negativos que esta traz para a personalidade e vida do condenado, permitindo, além de tudo, a ruptura de laços familiares e relações humanas.

Autores como Goffman (1961), Giacóia, Hammerschimdt e Fuentes (2011), citados na revisão bibliográfica fomentam como as instituições totais trazem uma série de humilhações e profanações do eu e como o eu é sistematicamente mortificado dentro desses estabelecimentos. É com essa visão que conseguimos detectar as consequências

deste sistema relacionado à personalidade do indivíduo e a vida da condenada:

Nem dormir direito eu tô conseguindo. tenho que me dopar, se eu quiser dormir direito eu tenho que me dopar, tenho que escutar muita coisa, é muita picuinha, provocação... piada. Nós somos obrigados a conviver, nós somos obrigados a suportar muitas coisas difíceis, muitas coisas difícil (sic.) mesmo (Jandira).

Porque pra vista das pessoas de lá de fora a gente somos [sic.] as piores pessoas do mundo mas não é assim a gente somos gente somos [sic.] pessoas, temos coração, sentimentos, fizemos o errado? fizemos, mas é como diz eu quero me ressocializar (Bia).

Eu tinha uma vida e eu vou sair com outra vida (Lúcia).

Quando é abordada a questão do abandono, nos deparamos com pesquisas que citam a inconsideração familiar em relação à mulher presa, causando, assim, um maior sentimento de solidão nas mesmas. Contudo, nos defrontamos com relatos que mostram a própria resistência da mulher para com a visita de familiares, buscando distancia-los dessa realidade hostil:

Meu filho veio fazer uma visita assistida e eu disse pra ele não vir porque [choro] eu não quero ele aqui acho que não é pra ele esse lugar me ver presa, vir numa visita. Meus dois irmão [sic.] não vem eles dizem que não tem estado emocional pra me ver presa eles dois são muito apegado a mim (Bia).

Quanto à discussão sobre os papéis sociais femininos, é observado que essas instituições de reclusão também são marcadas pela forte construção discursiva do gênero, onde as habilidades que são ofertadas e desempenhadas pelas detentas são as domésticas, o artesanato e o trabalho em creches ou maternidades. Como traz Bia e Lúcia em seus relatos:

Lá na fábrica é dois setores [sic.] é a corte costura e a serigrafia, eu sou do corte costura, tem o artesanato também né (Bia).

Já fui representante do berçário uma época (Lúcia).

A prisão uma vez criada como uma instituição considerou como necessário a separação de homem e de mulheres para aplicar a eles e elas tratamentos diferenciados. Era com essa medida que se buscava que a educação fosse restaurada no sentido de legalidade e de trabalho nos homens presos, enquanto para as mulheres era prioritário reinstalar o sentimento de pudor (ESPINOZA, 2003). Assim sendo, fica claro que a ação das políticas públicas de ressocialização reforçam os papéis sociais já colocados, visto que as atividades efetuadas estão restritas àquelas vinculadas ao papel feminino estereotipado.

Entretanto, percebemos através dos relatos, que o trabalho é algo bom pra elas,

pois as tiram do ócio e da rotina instalada no sistema penitenciário:

O trabalho foi uma coisa que veio, foi a melhor coisa que me aconteceu dentro do sistema penitenciário, foi o trabalho porque o trabalho ajuda muito o psicológico da gente, o trabalho ajuda muito (Jandira).

Eu melhorei muito também depois que eu comecei a trabalhar melhorei bastante que no dia, hoje mesmo que não saiu pra trabalhar pronto, a gente já fica “óxe, sexta feira aqui o dia todinho” a gente fica inquieta (Lúcia).

6.3 AMORES VENENOSOS

Esse tema entra em consonância com o estudo apresentado, pois vem colocar em questão a relação conjugal com o homem como muitas vezes difusora de violências. Violências essas que as levam ao sofrimento psíquico e que de acordo com Almeida (2001) as provocam a fazer parte do mundo da rua como os homens e ser capaz de cometer crimes, contradizendo a representação da mulher fraca e sensível.

A violência doméstica contra a mulher continua sendo o tipo de violência com maior incidência no âmbito de agressão contra as mulheres (WAISELFISZ, 2015) e esse fenômeno social é ainda mais evidente quando adentramos nos campos sociais mais vulneráveis:

Eu tava (sic.) oito meses de grávida, ficava só eu e o meu filho na minha barriga, aí, aquilo não era bom [choro] tive meu segundo filho e ele continuando naquela mesma vida, só viver bebendo, às vezes chegava até me espancar, e eu tinha saído de um sítio não conhecia muito a vida assim, na cidade, né? [...] quando ele tava (sic.) me espancando o irmão dele batia nele, ele bêbado. (Jandira)

Quando nos questionamos sobre os motivos das mulheres entrarem no “mundo do crime”, nos deparamos com diversos fatores, porém, o tráfico de drogas continua sendo o crime que superlota as prisões femininas. Dados da Secretaria de Defesa Social de Alagoas apontam que em 2013, 55% das mulheres encarceradas no estado de Alagoas foram condenadas por tráfico de drogas.

Ao tratar sobre o tráfico de entorpecentes é notório como a mulher tem uma atuação de coadjuvante visto que o protagonista dessas situações são geralmente os homens e estes sempre estão ligados por laços afetivos seja como familiares ou companheiros. Desse modo, a mulher visando solucionar os problemas relacionados ao companheiro, fora da prisão, acaba entrando na rede de drogas deste (DUTRA, 2012).

Eu não sou uma pessoa ruim nunca fui só vivi com a pessoa errada e por isso cheguei aqui

através de uma pessoa que já é, era errada e vivia no erro. Bia afirma a nós, relatar sobre sua relação com o marido envolvido no tráfico.

Percebe-se que as condições sociais contribuem com esses dados alarmantes, principalmente a pobreza e o abandono. Fatores como a falta de auxílio vindo do esposo para dividir as despesas e a baixa escolarização destas mulheres contribuem para a ideia da busca por sobrevivência através do contato com redes de traficantes de drogas, visto que este não necessita de grau de escolarização para admitir seus “funcionários”. No relato oral de Jandira, observamos que a violência doméstica contribuiu com sua passagem para a vida que a levou até a prisão:

Com o tempo veio o cansaço, né? De tudo, aí eu tomei uma decisão de não querer mais aquela vida de casada também, de violência, e levei a minha vida só, passei minha vida só, encarei outras coisas, era muito difícil. Terminei me envolvendo com o tráfico de droga [pausa] recebi propostas, que eu ia ganhar mais, do que o trabalho que eu tava.

Outra questão que abarca o sofrimento da mulher dentro do sistema penitenciário é o abandono conjugal. Ao nos apropriarmos dos dados, observamos que mais de 70% dos estabelecimentos prisionais femininos brasileiros permitem a visita íntima, contudo, somente 9,68% das presas recebem esse tipo de visita (CARTA CAPITAL, 2016). Esse dado é justificado muitas vezes pelo fato de que os homens não querem se dispor a passar por inspeções vexatórias ou porque preferem ter outra companhia dentro do “seu meio social”.

Essa problemática pode ser identificada na fala de uma das entrevistadas em relação ao seu cônjuge:

Eu vim fiquei presa fiz porta de entrada fiz todos os procedimentos e ele continuou me mantendo, mas depois de uns quatro meses ele arrumou outra pessoa não mandou mais a minha feira não mandou mais saber de notícias minhas e até hoje (Bia).

Compreende-se, então, a afirmação feita através de uma mulher encarcerada entrevistada por Queiroz (2015): a nossa sociedade é simplesmente (ainda) assim: a mulher é fiel ao homem e ele não é fiel à mulher.

6.4 A SAÍDA DA PRISÃO: A FASE TÃO ALMEJADA

O sistema prisional é um ambiente determinado na vida da mulher, pois esta ao entrar nesse contexto penitenciário passa a apresentar uma nova identidade e acredita na fixação desse papel de presidiária e que irá marcar sua vida após sua saída da prisão

(CUNHA, 1994). Isso não se refere apenas à esfera da mulher e sim geral. rupturas dos laços familiares e relações humanas, tal instituição estigmatiza mesmo pós-cárcere, impedindo seu regresso na vida social.

Percebe-se isso através da angústia citada por Jandira sobre sua nora, esposa de um preso:

Ela está desempregada, por ela ser mulher de preso ela arruma emprego quando é depois que o pessoal descobre, sempre descobre você sabe, a pessoa vai conversando, aí quando descobre que é mulher de preso aí ela perde o emprego, aí ela fica sem trabalho, tem vezes que ela chega me abraça aí ela chora.

Compreende-se que esse estigma do criminoso é produzido através do dispositivo da criminalização a partir de seus diversos componentes e não somente dos atos criminosos (RAUTER, 2017).

De acordo com Foucault (1986) a prisão fabrica indiretamente delinquentes ao fazer sua família cair na miséria, a inteira à vacância e mediocridade. É com esse ponto de vista que a ameaça da perpetuação do crime pode virar realidade. Isso faz até com que muitas mulheres nem sequer crie uma perspectiva de futuro. Assim relata, também, Jandira em relação a si mesma:

Às vezes eu não sei como vai ser minha vida, às vezes eu fico pensando [pausa] não sei como é que vai ser. Você me pegou num dia que eu tô passando por uma situação difícil [choro] (Jandira).

Mesmo após o discurso de Jandira, podemos ver que em duas entrevistadas os sentimentos eram diferentes e bastantes positivos:

Eu já me sinto [gaguejando] preparada pra voltar para a sociedade e viver uma nova vida, construir tudo que eu perdi. Eu tenho direito a um emprego pelo sistema né porque eu sou sentenciada peguei onze anos e seis meses (Bia).

Eu quero sair daqui e continuar falando da minha história, da minha experiência, buscar emprego e fazer alguma coisa e receber um olhar porque eu sei que tem muita gente que precisa apenas dessa mão sabe? Eu vou escrever muitos livros, porque eu vou contar a minha história e de muitas outras que eu acho assim, quem sabe alguém ouvindo a minha história não tenha a oportunidade de parar [chorando] (Lúcia).

Esses sentimentos podem ser justificados como uma forma de se sobressair da realidade em que vivem, causando apropriação de esperança acerca do futuro.

Diante das falas, evidenciou-se que a atribuição dos papéis sociais exercidos entre homens e mulheres socialmente, se mostra como algo integral no cotidiano da mulher em confinamento na prisão feminina de Alagoas, uma vez que, por meio da dominação

masculina, das atividades reforçadoras dos papéis sociais e da negligência do Estado em relação as especificidades femininas nesses espaços, a emancipação social dessa mulher se torna algo distante. Ou seja, a ideia de sujeição e de submissão da mulher em relação ao homem é ainda mais reforçada dentro do espaço privado de liberdade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a importante revisão bibliográfica e a realização da pesquisa com as mulheres encarceradas no estado de Alagoas, pudemos perceber aspectos a serem debatidos como a questão afetiva dessas mulheres que sofrem uma ruptura significativa que podem não ser reconstruídas quando retornarem a sua liberdade, principalmente porque no estado de Alagoas não existe qualquer apoio estatal nesse sentido. O confinamento da pessoa ao espaço privado contribui para sua invisibilidade uma vez que esta passa a não ser enxergada pelos outros e suas especificidades são destituídas de interesses pelos mesmos. Essa lógica quando aplicada a mulher revela que, quando retirada do espaço privado, em virtude da construção cultural e social da desigualdade de gênero, a mulher é posta à invisibilidade social, e assim, passa a não ser o foco de consideração dos pesquisadores, dos políticos e dos juristas. Dessa forma, enfatizam-se as desigualdades entre a mulher e o homem, visto que, as mulheres ao se tornarem invisíveis pelo seu confinamento ao espaço privado, se distanciam e distanciam ainda mais os assuntos femininos da escala de prioridades sociais.

Em relação ao campo do mercado de trabalho, nota-se que há um grande peso na desigualdade social principalmente porque o encarceramento favorece a reprodução do trabalho doméstico, não retirando a importância deste, mas se deve levar em consideração que a função reintegradora da pena privativa de liberdade é baseada em um caráter educativo e toda sua legislação, seja ela internacional ou brasileira, e esta possui uma dimensão da formação e valorização humana pelo trabalho como guia das suas políticas de inserção social, onde mostra que é preciso buscar outras oportunidades de inclusão profissional além daquelas que são domésticas e que historicamente são marcadas como um lugar secundário no mundo do trabalho.

Durante as entrevistas tivemos a oportunidade de vivenciar situações que nos incomodaram como pesquisadoras e especialmente como mulheres, ao nos depararmos

com uma abordagem dos agentes durante a entrevista que fora a retirada de forma brusca de uma entrevistada da sala de psicologia, havendo necessidade de três agentes para retirar uma só mulher. Na outra semana, ao realizarmos a entrevista no parlatório em virtude da falta de agentes para nos acompanhar, nos perguntamos sobre a organização da instituição em relação à estrutura, tanto pela falta de escolta como pela situação do parlatório, no qual julgamos inapropriado para qualquer tipo de entrevista. Observamos que existe uma lógica institucional na qual produz adoecimento não só às detentas, mas também aos funcionários que ali trabalham, e essa opressão institucional muitas vezes faz com que os afetos se percam, resultando em mais produção de violência.

Vale ressaltar que a análise de conteúdo fora de grande valia como método para o estudo, uma vez que colher na íntegra o relato dessas mulheres resultou em abrir espaço para a comunicação, para a exploração das mensagens e para as informações que tanto buscávamos. Poder ouvir essas mulheres de forma aberta foi necessário não apenas para nós como pesquisadoras, mas para as próprias entrevistadas, visto que a necessidade de diálogo era perceptivelmente necessária para muitas.

Por fim, elaborar a análise do estudo ocasionou um sentimento dúbio: o de satisfação por encontrar os resultados esperados e o de insatisfação por visualizar que esses resultados carregam histórias, falas e vivências tristes. Visto isso, o que se espera com esse estudo é que ele possa incitar a realização de mais pesquisas relacionadas às mulheres encarceradas e que estas enquanto cidadãos e indivíduos possam ser mais visualizados. Que o Estado enquanto provedor de políticas públicas e como agente social, possa considerar a particularidade dessas mulheres dentro do espaço prisional, buscando promover um melhor ambiente para estas, tendo seus papéis focalizados principalmente na integridade psicofísica das apenadas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Superintendência Geral de Administração Penitenciária (SGAP). **Evolução Carcerária Feminina em Alagoas: 2007 – 2013**. Alagoas: 2013.

ALMEIDA, R. O. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n 48, p. 260-290, maio/junho, 2004. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/4f33baebd636cb77eb9a4bd>

c2036292c.pdf> Acesso em: 17 ago. 2018.

ARTUR, T. A. **“Presídio de Mulheres”**: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 2009. Disponível em: <anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf> Acesso em: 27 jul. 2017. BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 23 jul. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm >. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. B. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– **InfoPen** Mulheres. 2018. Disponível em < http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. B. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– **InfoPen**, 2016. Disponível em < http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 75. Acesso: 10 fev. 2017.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, 2004. pp. 611-614. Acesso em: 22 mar. 2017. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>.

CANDIDO, T. C. S. **Aprisionamento (s) de mulheres**: a domesticação dos corpos no sistema prisional feminino. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Acesso em: 19 abr. 2017. Disponível em:<<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45988/41.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

CERNEKA, H. A. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. **Veredas do Direito**. pp. 61-78. 2009. Acesso em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/6>> Acesso em: 06 set. 2017.

COSATE, T. M. Regime disciplinar diferenciado (RDD): um mal necessário? **Revista de direito público**, Londrina, V. 2, N. 2, pp. 205-224, MAIO/AGO, 2007. Disponível em: < [file:///C:/Users/Admin/Downloads/11466-44410-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/11466-44410-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em: 05 nov. 2017.

COSTA, F. **“El delito y la pena en la historia de la filosofía”**; México; 1953; p.4. Acesso em: 07 ago. 2017.

COSTA, E. C. P. **Amor Bandido**: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2ª edição. Maceió: EDUFAL, 2008. p. 03.

CUNHA, M. I. P. **Malhas que a reclusão tece**: questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais. 1994. Disponível em: <

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5237/4/Malhas%20reclus%20c3%a3o%20tece.pdf>> Acesso em: 06 set. 2017.

DARKE, S. KARAM, M. L. Administrando o cotidiano da prisão no Brasil', **Discursos Sediciosos**. pp.405-423. 2012. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2475441>> Acesso em: 24 ago. 2017.

DUTRA, T. C. **A Criminalidade Feminina com Relação ao Tráfico de Drogas, Frente à Lei**

11.343/061. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em:

<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/thaise_dutra.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

ESPINOZA, O. A Prisão Feminina desde um Olhar da Criminologia Feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**. Pelotas, v.1, n. 1, p. 52, jan./dez. 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/98749865/A-Prisao-Feminina-Desde-Um-Olhar-Criminologia-Feminista>> Acesso em: 06 set. 2017.

FATTORELLI, M. M. **Direitos Humanos e seu não-lugar: o cárcere e suas relações de poder e vulnerabilidade**. Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Ma%20C3%ADra%20Miranda%20Fattorelli.pdf> Acesso em: 24/08/2017.

FILHO, G. J. B. **Foucault e a (bio)política: possibilidades e metamorfoses de um conceito**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. p. 22. Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/ppgfil/paginas/mestrado/dissertacao/PDF/benjamim_juliana.pdf> Acesso em: 23/08/2017

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau Editora, 3ª edição, 2002.

FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos IV: **Estratégia, poder-saber**. 2ª edição, forense universitária, Rio de Janeiro, 2010. p. 162.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Editora Perspectiva S.A. São Paulo, 1978. p. 90.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: **Nascimento da Prisão**. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1986.

FRINHANI, F. M. D.; SOUZA, L. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: teoria e prática**, v.7, n.1. São Paulo, 2005. pp. 61-79. Acesso em: 10 mar. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a06.pdf>>.

GIACÓIA, G; HAMMERSCHIMIDT, D; FUENTES, P. O. A prisão e a condição humana do recluso. **Revista Argumenta: UENP**. n° 15. pp. 131 – 161. 2011. Disponível em: <seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/download/202/201> Acesso em: 08 ago. 2017.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1961. Institute for Criminal Policy Research. **World Female Imprisonment List**. World Prison Brief. Londres, 2016. Disponível em: <
http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf> Acesso em: 27 dez. 2017.

MINZON, C. V; DANNER, G. K; BARRETO, D. J. Sistema prisional: conhecendo as vivências da mulher inserida neste contexto. **Akrópolis Umuarama**, v. 18, n. 1, pp. 71-81, jan./mar. 2010. Acesso em: 05 fev. 2017. Disponível em: <
<file:///C:/Users/HOME/Downloads/3118-10303-1-PB.pdf>>.

MORAES, M. **Ser humana**: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Acesso em: 09 ago. 2017.

MOREIRA, M. A; SOUZA, H. S. Vivências de mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, 2014; pp. 219-227. Acesso em: 06 mar. 2017 Disponível em:<
http://bvsm.sau.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/vivencias_mulheres_aprisonadas_sistema_penitenciario.pdf>.

PASSETTI, E. **Sociedade de controle e abolição da punição**. São Paulo Perspec. vol.13 no.3 São Paulo July/Sept. 1999. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300008> Acesso em: 07 set. 2017.

PIMENTEL, E. **As mulheres e a vivência pós-cárcere**. Maceió: EDUFAL, 2015.

PRIORI, C. **Mulheres fora da lei e da norma**: controle e cotidiano na penitenciária feminina do Paraná. Universidade do Paraná (UFPR), Curitiba, 2012. Disponível em: <
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/Claudia%20Priori.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2017.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras. Editora Record, 1ª edição. Rio de Janeiro, 2015.

RAUTER, C. Clínica e Estratégias de Resistência: **Perspectivas para o trabalho de psicólogos em prisões**. Psicologia e Sociedade. pp. 42-47. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a06v19n2>> Acesso em: 28 out. 2017.

SANTOS, H. F. É urgente regulamentar a visita íntima das presas em nível nacional. **Carta Capital**. Publicado em 2 de junho de 2016. Disponível em: <
<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/02/e-urgente-regulamentar-a-visita-intima-das-presas-em-nivel-nacional/>> Acesso em: 02 de nov. de 2017.

SANTOS, M. G; SILVEIRA, T. E. S. O uso crescente das drogas e o processo de criminalização da pobreza. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Minas Gerais, 2013 Disponível em:<
<http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/O%20USO%20CRESCENTE%20DAS%20DROGAS%20E%20O%20PROCESSO%20DE%20CRIMINALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20POBREZA.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2017.

SOBREIRA, V. C. **Regime Disciplinar Diferenciado**: constitucional ou inconstitucional? Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <
http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos>

_12012/vi niciussobreira.pdf> Acesso em: 08 ago. 2017.

TORRES, L. R. **Racismo gendrado e o sistema penal Brasileiro**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27900/27900.PDF>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Acesso em: 06 mar. 2017. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf>. DUA

WAISELFISZ, J, J. Mapa da violência 2015: **Homicídio de mulheres no Brasil**. 1ª edição, Distrito Federal, 2015. Acesso em: 13 nov. 2017. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>

VOZES DE MULHERES: GÊNERO E CIDADANIA EM ANGOLA

Willi Cardoso Domingos⁶³

Artigo recebido em: 28/05/2018

Artigo aceito em: 03/07/2018

RESUMO:

Este texto analisa as implicações sociais da discriminação de gênero no exercício da cidadania e participação das mulheres em Angola. Embora as mulheres sejam maioria demográfica (52% da população), são, paradoxalmente, minoria, pois o poder económico, político e cultural está fundamentalmente concentrado nos homens. Assim, a fraca participação das mulheres nos espaços de decisão demonstra que as medidas elaboradas para a emancipação das mulheres e igualdade de gênero não têm tido uma aplicação efectiva. Um diálogo entre a sociedade civil e as instituições do Estado, é fundamental, para dinamizar e ampliar a capacidade de exercício da cidadania e participação das mulheres, bem como para a desconstrução da discriminação das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE:

Mulheres, gênero, cidadania, participação.

ABSTRACT:

This text analyzes the social implications of gender discrimination in the citizenship exercise and women's participation in Angola. Although the women are demographically the majority (52% of population), they are, paradoxically, the minority, because the economic, political and cultural power is concentrated fundamentally on men. This way, the women's weak participation in the decision spaces demonstrates that the measures elaborated for women's emancipation and gender equality have not been taking an effective application. A dialogue between civil society and State's institutions, it is fundamental, for boosting and to enlarge the citizenship exercise capacity and women's participation, as well as for deconstruction of the women's discrimination.

KEYWORDS:

Women, gender, citizenship, participation.

* * *

1. INTRODUÇÃO

O percurso histórico de Angola é profundamente marcado por longos períodos de violência, resultantes, sobretudo, do processo de colonização e da guerra civil. Estes períodos influenciam a prática quotidiana da cidadania e participação, na medida em que condiciona a génese das dinâmicas e processos sociais que caracterizam a situação política,

⁶³Licenciado em Sociologia, pela faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto.

econômica, social e cultural presente.

Assim, os eventos históricos contribuíram, em grande medida, para um afastamento dos angolanos e das angolanas sobre as questões de política e governação e, consequentemente, para um fraco exercício de cidadania e participação pública e política.

Em Angola, o exercício activo da cidadania e participação é um fenómeno recente e em desenvolvimento (Pereira, 2008), marcado por desigualdades de participação entre os diferentes actores sociais, pois estes não possuem igualdade de condições e de oportunidades para participar e exercer plenamente a cidadania. A pobreza, as desigualdades e exclusão sociais; o acesso diferenciado ao sistema de educação, saúde, justiça e a outros recursos e vantagens sociais são alguns dos factores que limitam o exercício da cidadania e participação em Angola (Abreu, 2016). Mas as desigualdades de condições e de oportunidades, entre mulheres e homens, têm sido reforçadas pela questão do género. Mulheres e homens têm acesso diferenciado aos recursos disponíveis. Estes últimos gozam de maiores privilégios e, portanto, exercem de forma mais ampla a cidadania.

As mulheres, embora constituam a maioria da população, apresentam níveis mais baixos em termos de presença e participação activa nos espaços público e político, sobretudo naqueles onde há tomada de decisões.

Este texto tem como objectivo reflectir sobre as implicações sociais da discriminação de género no exercício da cidadania e participação pública e política das mulheres em Angola. A categoria de género é aqui interrogada a partir de várias dimensões da vida social. Estas incluem a história do país, o regime de cidadania, a educação, as desigualdades sociais, os direitos humanos, e outras.

A análise baseia-se no contexto da história política recente e contemporânea de Angola – pós-independência. Não buscamos produzir um olhar universalizante sobre o tema, nem tão pouco esgotá-lo. Mas fundamentalmente, problematizar a realidade social, a fim de se construir uma visão mais alargada sobre os processos e dinâmicas sociais contemporâneos que influenciam as questões de género, cidadania e participação. Neste sentido, este texto apresenta-se como um exercício de desnaturalização dos processos

epistemológicos e questionamento dos princípios de organização social relativos às questões de género, cidadania e participação.

O texto está dividido em dois momentos. Interroga, num primeiro momento, o conceito de género, bem como a sua relação com conceitos fundamentais da teoria feminista e crítica, como o patriarcado e a subalternidade. Posteriormente, discute, teoricamente, o conceito de cidadania e participação, analisando, através de um olhar transversal. Num momento posterior, analisa o exercício da cidadania, a presença e participação das mulheres nos espaços público e político, ao longo dos anos. Apresenta as ‘vozes de mulheres’, através de um olhar às acções extra-institucionais, dos movimentos sociais e organizações de mulheres, para a emancipação das mulheres e a igualdade de género em Angola.

2. GÉNERO, PATRIARCADO E SUBALTERNIDADE

Os debates sobre os conceitos de género e sexo há muito que ganharam a atenção das ciências sociais – antropologia, sociologia, história, ciência política, por exemplo – e tem se levantado um aceso debate em torno dos mesmos⁶⁴.

Os estudos das pesquisadoras e feministas norte-americanas, nos anos 1970, sobre os problemas com que as mulheres se deparavam, figuram como precursores dos debates sobre género e sexo. Porém, a década de 1960 ficou já marcada por estudos sobre a problemática do género e pela luta pela emancipação feminina e busca de uma efectiva igualdade entre mulheres e homens, fundamentalmente através das lutas dos movimentos sociais de 1968⁶⁵.

As pesquisadoras norte-americanas foram das primeiras a usar o conceito de

⁶⁴Ver, dentre outros, Joan Scott (1996), Margareth Mead (1999).

⁶⁵“As revoltas estudantis de Maio, em Paris; a primavera de Praga, na Tchecoslováquia; os black panthers; o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã, nos EUA; a luta contra a ditadura militar no Brasil... É justamente no bojo destes movimentos que se identifica um momento-chave para o surgimento da problemática de género, quando as mulheres que deles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumir a liderança política. Cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e de ajudantes de tarefas consideradas menos nobres...” (Grossi, 1998, pp. 1-2).

gênero para explicar o carácter social das tarefas e papéis diferenciados entre mulheres e homens (cf. Grossi, 1998, pp. 4-5). Apesar de todos os estudos feitos e da vasta bibliografia disponível, persiste ainda uma certa confusão no uso dos conceitos de gênero e sexo, sendo, muitas vezes, aplicados como sinónimos. Torna-se, assim, necessário apresentar uma breve distinção conceptual entre sexo e gênero, de modo a tornar mais clara a discussão que nos propomos elaborar.

Genericamente, o conceito de sexo refere-se às características biológicas específicas e diferenciadas do aparelho reprodutor das pessoas, já o gênero diz respeito às diferenças socioculturais atribuídas às pessoas em função do sexo. Ou seja, sexo é ‘biologia’ e gênero é ‘cultura’. O gênero é uma apropriação cultural das diferenças sexuais, isto é, “uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjectivas dos homens e das mulheres” (Scott, 1996, p. 7) e como tal varia em função da sociedade, da cultura e do contexto histórico.

Joan Scott, uma das grandes e mais importantes teóricas sobre o uso do gênero enquanto categoria de análise, no seu célebre texto “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, destaca a importância fundamental do estudo do gênero como categoria para se analisar e compreender o lugar e o papel das mulheres nas sociedades ao longo do tempo (Scott, 1996).

Embora, formalmente, o gênero não seja um eixo de discriminação e/ou diferenciação social, este tem servido como factor de disseminação e/ou legitimação de sistemas e normas sociais que contribuem para a dominação das mulheres, na medida em que promove uma naturalização das desigualdades entre mulheres e homens, apresentando-as como ‘normais’, biologicamente determinadas. Neste enquadramento, os homens são tidos como superiores às mulheres.

O conceito de gênero não se esgota nos papéis diferenciados entre mulheres e homens, construídos socioculturalmente. O gênero, enquanto eixo de diferenciação social, influencia os princípios de organização das sociedades, afectando seus processos e dinâmicas sociais. Ao ocultar a verdadeira natureza das diferenças e desigualdades sociais entre mulheres e homens, o gênero reforça tais desigualdades e ignora as necessidades, os anseios, as experiências e práticas vividas por um vasto grupo social; as mulheres.

De acordo com Pierre Bourdieu (2005), a desigualdade entre mulheres e homens, que coloca os homens numa posição dominante e as mulheres numa posição subalterna, não se resume apenas na questão de gênero, perpassa toda a estrutura social. A dominação masculina estende-se por todas as instituições e processos, como por exemplo, família, trabalho, economia, política. É o processo de “biologização do social” ou “socialização do biológico”.

Assim, problematizar o gênero torna-se necessário para a compreensão da condição e posição das mulheres nas sociedades – a vários níveis e sectores –, bem como para um estudo profundo e detalhado sobre as relações de poder entre mulheres e homens.

A naturalização e reprodução das desigualdades entre mulheres e homens têm sido reforçadas por sistemas sociais que têm como ponto de partida a ideia de gênero – como, por exemplo, o patriarcado. Tais sistemas contribuem para submeter as mulheres num ciclo de dominação permanente.

O patriarcado pode ser entendido como um “sistema de domínio masculino que utiliza um conjunto de estratégias para manter subordinadas as mulheres...” (Cobo *apud* Vergo, 2014, p. 36). O patriarcado traduz-se numa “relação de poder entre homens e mulheres, pela qual os homens controlam, usam, subjagam e oprimem as mulheres” (Maia, 2002, p. 283).

A principal consequência deste sistema é a permanente subalternização das mulheres. O conceito de subalternidade designa o “conjunto de camadas mais baixas das sociedades, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato dominante” (Spivak, 2010, p. 12). Assim, o sujeito subalterno encontra-se em situação de desigualdade, em que não consegue ser ouvido, nem articular-se a si próprio como sujeito íntegro e autónomo, ou seja, o sujeito subalterno “não tem nenhum espaço a partir do qual possa falar” (Spivak *apud* Bonnici, 1998, p. 14). Neste sentido, a mulher em situação de subalternidade torna-se num sujeito mudo e invisível, na medida em que não tem espaços a partir dos quais possa falar, e quando o faz, a sua voz não é ouvida; tomada em consideração.

O conceito de subalternidade ocupa um lugar central nas abordagens pós-coloniais e nos estudos sobre a colonialidade. Estes estudos visam a emancipação e inclusão de pessoas, grupos sociais e/ou sociedades – marginalizadas, sobretudo, pelo processo histórico do colonialismo –, através de uma prática sistemática de descolonização das formas de produção do conhecimento e de construção de identidades, realçando a posição primordial e fundamental que os indivíduos e/ou sociedades devem ocupar.

Neste sentido, estas abordagens relacionam-se com o feminismo, na medida em que ambos buscam a elaboração de um novo projecto de sociedade capaz de incluir os grupos sociais marginalizados, no caso particular as mulheres, na sociedade, ‘dando-lhes’ voz e visibilidade.

De acordo com Gayatri Spivak, não se deve tomar a palavra pelo sujeito subalterno, pois isso significaria “mantê-lo silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido” (Spivak, 2010, p. 12). Assim, para a superação da subalternização das mulheres é imprescindível a criação de espaços a partir dos quais as mulheres subalternas, possam falar e ser ouvidas. É fundamental, também, alargar as bases de participação política e as possibilidades de exercício da cidadania pelas mulheres.

Deste modo, o questionamento e análise crítica sobre o género, patriarcado e subalternidade são fundamentais, na medida em que traduzem, primeiro, uma busca pela igualdade de oportunidades e de participação entre mulheres e homens a todos os níveis e em todos os domínios da vida social – político, económico, laboral, familiar, cultural, etc.; segundo, buscam a justiça social, na medida em que procuram eliminar a marginalização e subalternização de um determinado grupo social; terceiro, procuram superar os preconceitos, estereótipos e discriminações sociais, sobretudo aquelas baseadas na noção de género; por fim, visam a desnaturalização dos pressupostos epistemológicos que sustentam qualquer forma de preconceito ou discriminação baseada no género.

3. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO EM ANÁLISE

Os conceitos de cidadania e participação têm sido amplamente debatidos, por

vários autores, em diferentes perspectivas das ciências sociais, desde clássicos, modernos e contemporâneos.

Os debates sobre cidadania e participação começaram a ganhar maior expressividade e visibilidade sobretudo com as grandes revoluções⁶⁶ que marcaram e mudaram profundamente o rumo dos vários acontecimentos sociais, políticos e económicos em muitas sociedades. Estas revoluções assinalaram o despertar destas sociedades sobre a importância central da participação política e cidadã na construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.

A referência teórica mais influente do conceito de cidadania moderna encontra-se na obra “Cidadania, Classe Social e Status” de Thomas Marshall (1967). Para este autor, a cidadania “é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (Marshall, 1967, p. 76).

Marshall distingue três grupos de direitos que fundamentam a cidadania e participação política: os direitos civis, aqueles direitos que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos, aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais, aqueles que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material. É com a garantia desses direitos que os indivíduos estarão em melhores condições de intervirem nos assuntos que à todos dizem respeito.

O conceito de cidadania apresentado por Thomas Marshall é, fundamentalmente, de uma cidadania passiva ou de status, facto que torna tal concepção problemática, incompleta e alvo de várias críticas. Janoski, por exemplo, considera a cidadania como a “pertença passiva e activa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade” (Janoski *apud* Vieira, 2001, p. 36).

A cidadania deve ser vista e entendida, mais do que uma condição ou status, como

⁶⁶Revolução Francesa (1789-1799), com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade; a Revolução Russa (1917), que fez ‘nascer’ o socialismo; a Revolução Industrial (1760), que alavancou o sistema capitalista moderno, através do aumento de produção como nunca antes visto; a Revolução Inglesa, etc.

um processo dinâmico, de participação activa e constante. Deste modo, a cidadania passiva, aquela outorgada pelo Estado, diferencia-se da cidadania activa, em que os cidadãos, enquanto portadores de direitos e de deveres, são criadores de novos direitos, através de uma reconfiguração sistemática e contínua dos espaços de participação pública e política, por meio de uma participação activa. Assim, cidadania significará, não só, a condição de pertencer a um Estado, e também a garantia do acesso e uso efectivo dos direitos e deveres das pessoas, que as permite participar nas decisões de interesse geral.

A cidadania moderna tem se deparado com alguns constrangimentos e dilemas. Por um lado, o exercício da cidadania e da participação engloba, mesmo que implicitamente, valores como confiança, cooperação, consciência cívica, mas as sociedades actuais têm sido dominadas por valores ‘individuais’ (como o egoísmo, individualismo ou atomismo) e um crescente sentimento de falta de confiança. Por outro lado, a grande complexidade e desigualdades sociais, prevaletentes em muitos contextos, inviabilizam o pleno exercício da cidadania e da participação, pois estas pressupõem que os indivíduos estejam em condições de argumentar e participar, de se organizarem e agirem, criando e conduzindo as transformações políticas e sociais.

A problemática da cidadania ganhou novas configurações e dinâmicas, resultantes das grandes transformações actuais que se registam no mundo todo. Muitos dos problemas actuais extrapolam as fronteiras dos Estados, ganhando dimensões e contornos globais, afectando a todos. É o caso das grandes questões económicas, sociais, políticas, ecológicas da actualidade; a crescente preocupação com a problemática das migrações, a problemática da pobreza e desigualdades sociais, não são mais problemas particulares de determinado Estado ou sociedade.

Surgem, neste contexto, os conceitos de cidadania planetária e o de cidadão cosmopolita. Embora a nacionalidade seja um pressuposto para o exercício da cidadania – ser nacional de um Estado é condição primordial para o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres dentro desse Estado – muitos dos grandes problemas que afectam as sociedades actuais têm um impacto global e, como tal, exigem igualmente uma intervenção global.

A cidadania planetária designa assim “um conjunto de princípios, valores, atitudes

e comportamentos que demonstram uma nova percepção da Terra como uma única comunidade” (Padilha *et al*, 2011, p. 26). A cidadania planetária consiste na percepção de pertença e participação dos actores sociais a um nível global. O conceito de cidadania planetária está intimamente ligado à noção de desenvolvimento sustentável.

Neste novo cenário, o cidadão, apesar de estar física e juridicamente presente num dado território, é um cidadão fortemente ligado ao mundo; um cidadão cosmopolita. O cosmopolitismo é um forte “sentimento” de pertença ao mundo, resultante de uma escolha livre e racional, pois o “ideal cosmopolita significa que as pessoas são livres para escolher as formas locais de vida humana em que querem viver” (Appiah, 1998, p. 87). O cidadão cosmopolita possui um elevado grau de civilidade, ou seja, uma grande preocupação com o bem comum a um nível global.

4. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO EM ANGOLA: DA TEORIA E DA PRÁTICA

O percurso histórico de Angola é profundamente marcado por longos períodos de violência, resultantes, sobretudo, do processo de colonização e da guerra civil, havendo dinâmicas de continuidade e de ruptura entre os períodos. As dinâmicas de ruptura e transformação social foram, muito sumariamente, marcadas pela independência e pela paz militar. As dinâmicas de continuidade são, por seu turno, observáveis noutras dimensões – muito especialmente no que diz respeito à cidadania e à participação política.

Daí a independência em Angola, alcançada em 1975, não ter significado uma abertura do espaço público, materializada numa participação activa das cidadãs e dos cidadãos na condução dos destinos do país. Pelo contrário, Angola passou a viver um novo contexto caracterizado por conflitos, violências e práticas que impediam o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento da democracia: a guerra civil; a adopção de um sistema político mono partidário; uma economia centralizada; o trágico 27 de Maio de 1977⁶⁷. Estes

⁶⁷Esta data foi marcada por uma onda de repressões, perpetradas pelo MPLA, com recurso a violência directa, prisões e execuções sumárias à supostos ‘golpistas’. Foi resultado, sobretudo, das grandes contradições internas no seio do próprio MPLA – tendo Nito Alves e José Van Dúnem como principais

acontecimentos contribuíram, em grande medida, para a criação de uma cultura do medo e o afastamento das angolanas e dos angolanos sobre as questões de política e governação e, conseqüentemente, deram lugar a um fraco exercício de cidadania e participação pública e política.

No início da década de 1990, assiste-se a uma ruptura na dinâmica histórica de Angola: a adopção e institucionalização do multipartidarismo⁶⁸. Esta abertura viabilizou a realização das primeiras eleições em Angola, em 1992, assistindo-se com isso um caminhar para a democratização do país. Esta opção política “contribuiu para a reabertura do espaço público de participação e estruturação da sociedade civil” (Pereira, 2008, p. 2).

Apesar da ruptura formal com o sistema de partido único ter assegurado um novo contexto, Angola vivia mergulhada numa guerra civil⁶⁹ sangrenta – que perdurou desde a conquista da independência, em 1975, até 2002 –, que ceifou muitas vidas e trouxe vários prejuízos ao país. Com a conquista da paz militar, em 2002, Angola passa a conhecer uma nova arquitectura de organização política, económica e social. O calar das armas permitiu um novo recomeço. Possibilitou pensar a reconstrução do país, devastado pelos longos anos de guerra civil.

Embora estes acontecimentos – a institucionalização do multipartidarismo e o alcance da paz militar – tenham sido propícios para uma abertura e conseqüente desenvolvimento da cidadania e da participação em Angola, a arquitectura do sistema político e da cultura política em vigor dificultaram o livre exercício daqueles. Neste sentido, tanto a independência, conquistada em 1975, como a paz militar, alcançada em 2002, não têm sido acompanhadas, de modo suficiente, por um desenvolvimento social que sustente a prática quotidiana de cidadania e participação na vida pública e política.

Estão em marcha processos de construção de espaços de participação activa, mas

figuras na contestação contra o governo – e serviu de pretexto ao tipo de poder que veio a ser edificado e exercido em Angola (Gomes, 2009).

⁶⁸O sistema multipartidário é caracterizado pela presença, na arena pública e política, de uma variedade de actores políticos que concorrem entre si para o alcance e exercício do poder político.

⁶⁹A guerra civil angolana teve início na alvorada da independência, em que os movimentos de libertação nacional guerreavam entre si pelo controlo do país (cf. Carvalho, 2002, pp. 27-30; Comerford, 2005, p. 5).

ainda existem diferenças gritantes quanto ao exercício da cidadania e participação pois os actores sociais não usufruem de igualdade de condições e de oportunidades para participar e exercer efectivamente a cidadania (Abreu, 2016).

A fraca e desigual participação das angolanas e dos angolanos na vida pública e política, resulta de fenómenos como a pobreza, a desigualdade e exclusão sociais, o acesso e uso efectivo, diferenciados, aos recursos e vantagens sociais, e aos sistemas de ensino, saúde e justiça, etc.⁷⁰.

De acordo com Cesaltina Abreu (2016, p. 183), em Angola, a fraca participação política e cidadã é um problema estrutural, na medida em que

não há garantias de igualdade de condições e de oportunidades para o exercício da cidadania; pela inexistência de interesse em aumentar os níveis de participação nos processos de tomada de decisão e de gestão da coisa pública; pela inexistência de uma democracia de facto; pelo acesso desigual aos serviços públicos, como educação, saúde, saneamento, justiça, etc.; pelo distanciamento entre as instituições do Estado em relação aos cidadãos.

Um outro factor que inibe o exercício da cidadania e participação, em Angola, está relacionado com a tendência de ‘dominação’ do espaço público, por grupos ligados à elite no poder (Pacheco, 2004). Os actores sociais, em muitos casos, não encontram espaços a partir dos quais possam se expressar ou reivindicar algum direito. Assiste-se, assim, a uma ‘privatização’ do espaço público e uma despolitização de vários problemas que afectam a todos. Deste modo, vários problemas têm se mantido no domínio privado, sem merecer uma ampla discussão, envolvendo a sociedade no seu todo, e não têm tido uma resposta eficaz com acções políticas concretas (Pereira, 2004).

Neste contexto, uma maior abertura do espaço público para o pleno exercício da cidadania e da participação e, também, a politização dos diferentes problemas que afectam a dinâmica da sociedade em geral, permitiria um alargamento da participação dos indivíduos na resolução de tais problemas, na medida em que as várias vozes e experiências seriam incluídas, tidas em conta na elaboração de medidas para a resolução dos problemas.

A pobreza e as desigualdades sociais afectam profundamente um largo número de

⁷⁰Ver, dentre outros, Cesaltina Abreu (2016); Aline Pereira (2008).

angolanas e angolanos, colocando-os à margem na participação em questões ligadas a política e governação⁷¹.

Os segmentos mais pobres – em situação de carência, privação e marginalização –, muitas vezes, não encontram espaços para, a partir dos quais, reivindicarem a sua situação e exigir os seus direitos mais elementares. Encontram-se numa posição subalterna, estando ‘mudos’ e ‘invisíveis’, na medida em que não têm voz nem espaço para se expressarem.

A guerra civil, as políticas inadequadas e a má governação são factores que contribuíram para um crescente empobrecimento e deterioração das condições de vida das angolanas e dos angolanos⁷². A riqueza nacional não é distribuída de forma igualitária, não beneficiando a todos, pois “os salários da grande maioria dos trabalhadores são baixíssimos e não acompanham a elevada quebra de poder de compra da moeda” (Carvalho, 2002, p. 109).

Assim, a pobreza e as desigualdades sociais contribuem para a dinâmica de subalternização de pessoas ou grupos, na medida em que os mantém fora dos padrões de vida dominantes, privados de determinados bens e serviços sociais elementares (instrução, assistência sanitária, emprego, rendimento, lazer, etc.), afectando, profundamente, suas capacidades e condições de exercerem a cidadania e participarem activamente na vida pública e política do país.

5. MULHER E POLÍTICA, MULHER NA POLÍTICA: UMA TRANSFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICO E POLÍTICO EM ANGOLA

Historicamente, as mulheres têm sido subordinadas em vários aspectos da vida social, política, económica e cultural. Os papéis tradicionais de género têm relegado as mulheres para os papéis de reprodutoras e consumidoras, associadas, sobretudo, ao papel de maternidade, cuidado das(os) filhas(os) e do lar. Já aos homens tem cabido a responsabilidade de produtores e gestores – prover o sustento da família. Porém, em

⁷¹Segundo dados do Relatório Social de Angola de 2013, cerca de 61% dos agregados familiares faz apenas uma ou duas refeições por dia. Dados do IBEP (Inquérito de Bem-estar as Populações) referem que os níveis de pobreza são de 58,3% no meio rural e 18,7% nas zonas urbanas, o que reflecte um desenvolvimento divergente e socialmente separado (CEIC, 2014, pp. 14-18).

⁷²Ver Carvalho, 2002, pp. 107-117.

muitos contextos, verificam-se profundas mudanças destes papéis, tradicionalmente, atribuídos às mulheres e homens dentro das famílias. Em muitos casos, as mulheres assumem a responsabilidade do sustento das famílias, quer por conta de situações de pobreza e carência, que as impulsiona a trabalhar fora de casa para aumentar a renda familiar, ou ainda por conta da sua emancipação e crescente presença no mercado de trabalho formal.

A organização e funcionamento das sociedades segundo lógicas capitalistas, sexistas e patriarcais contribuem activamente para a subalternização das mulheres (Grossi, 1998; Amaral, 2003).

Em muitos contextos, elas enfrentam a chamada “dupla opressão” (Grossi, 1998, pp. 2-3): de classe e de género. Por um lado, as mulheres experimentam uma fraca e desigual participação e exercício da cidadania por pertencerem a uma classe social desfavorecida e estarem inseridas num contexto social que não estimula a igualdade social e a participação. Por outro lado, elas são marginalizadas e/ou excluídas dos espaços público e político pelo facto de serem mulheres, ou seja, sofrem uma opressão decorrente do patriarcado.

Em Angola, os processos que caracterizam o cenário da cidadania e participação das mulheres não diferem muito daqueles que caracterizam, de modo geral, África e o mundo. A cidadania e participação das mulheres enfrenta ainda inúmeros constrangimentos, muitos dos quais decorrentes do percurso histórico do país.

Desde o período da luta anti-colonial que o papel da mulher angolana não tem sido suficientemente reconhecido. No contexto pós-independência, no âmbito das negociações do cessar-fogo da guerra civil angolana, o cenário manteve-se idêntico. As mulheres não foram chamadas a ser parte activa do processo de mediação e negociação para pôr fim a guerra civil angolana. A exclusão das mulheres nos processos de paz é uma prática recorrente em África. De acordo com o Relatório Africano de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2016, p. 7), “historicamente, a participação formal das mulheres nestes processos tem sido limitada, apesar da profusão de acordos de paz em todo o continente”.

No contexto de paz militar, a inclusão e participação das mulheres não conheceu

grandes melhorias. Sua presença e participação nos órgãos de decisão são ainda muito fracas.

Por exemplo, em 2008 – seis anos depois de alcançada a paz militar –, dos 29 Ministros de Estado, as mulheres eram titulares de três pastas; dos 45 vice-ministros, apenas cinco mulheres. No parlamento, do total de 220 deputados, apenas 36 eram mulheres. Na governação local, entre os 18 governadores provinciais e os 37 vice-governadores, só uma mulher. Entre os 161 Administradores municipais, apenas três mulheres e entre os 347 administradores comunais, apenas cinco mulheres. No poder judiciário as mulheres ocupavam apenas 13,3% dos cargos. Na carreira diplomática a desigualdade repete-se: dos 72 embaixadores apenas duas mulheres e dos 12 cônsules, duas mulheres (cf. Pereira, 2008, pp. 7-8).

Neste mesmo ano, 2008, depois de realizada as segundas eleições em Angola, o número de mulheres a ocuparem cargos de decisão aumentou consideravelmente, se comparado aos anos anteriores⁷³. Já em 2012, depois da realização das eleições, o quadro da participação das mulheres nos órgãos de decisão conheceu uma significativa redução. As mulheres passaram de 85 a 76, dos 220 deputados⁷⁴.

Nos anos seguintes, a desigualdade se manteve. As mulheres continuam a ser a minoria nestes espaços. Em 2010, por exemplo, dos 31 Ministros, apenas 9 mulheres; dos 36 Vice-ministros, as mulheres eram 7; dos 18 Secretários de Estado, 4 mulheres; dos 18 Governadores provinciais, apenas 3 mulheres; dos 40 Vice-governadores provinciais, 9 mulheres; dos 160 Administradores municipais, 26 mulheres; dos 383 Administradores comunais e adjuntos, 30 mulheres (PAANE, 2015).

Em 2014, a desigualdade se mantém. Dos 41 Ministros, 8 mulheres; dos 61 Secretários de Estado, 10 mulheres; dos 18 Governadores provinciais, 2 mulheres; dos 41 Vice-governadores provinciais, 8 mulheres; dos 205 Administradores municipais, 42 mulheres (idem).

⁷³Por exemplo, dos 220 acentos no parlamento, 85 eram ocupados por mulheres (Relatório sobre os ODM – Angola, 2015, p. 51).

⁷⁴Idem, p. 52.

Com os resultados saídos das eleições gerais de Agosto de 2017, que teve como vencedor o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e seu cabeça de lista, João Lourenço, a expectativa era alta, pois no período de campanha, este defendeu um maior equilíbrio de género nas esferas de decisão e maior atenção às questões que afectam as mulheres. Porém, a prática revelou-se diferente do discurso. A presença de mulheres nos espaços de decisão continua baixa.

Na actual legislatura, dos 220 Deputados, apenas 60 são mulheres, contra os 80 da legislatura anterior. Dos 30 Ministros, 11 são mulheres, 18 Governadores provinciais, apenas uma mulher.

Estes números revelam que, em Angola, as mulheres, embora sejam demograficamente a maioria⁷⁵, são sociologicamente uma minoria, pois o poder – político, económico, cultural, etc. – está fundamentalmente concentrado nos homens. São também importantes indicadores de que a presença e participação activa das angolanas na vida pública e política, especialmente nas esferas de tomada de decisão, são ainda um grande desafio. Angola está ainda longe de alcançar a algum equilíbrio de género nestes espaços.

Este distanciamento das mulheres na participação nos órgãos de decisão e nos espaços públicos, está relacionado com a desigualdade, entre mulheres e homens, no acesso, uso e controlo dos recursos. Esta desigualdade de género tem uma influência negativa sobre o “desenvolvimento da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao poder, contribuindo para a discriminação das mulheres nas esferas de tomada de decisão” (Relatório Sobre os ODM, 2015, p. 52).

Não obstante a este cenário, verificaram-se, em Angola, importantes avanços – do ponto de vista político e legal – para a emancipação das mulheres e, conseqüente, igualdade de género. Angola ratificou e elaborou vários documentos, com vista a ampliar a cidadania e participação das mulheres.

Estas medidas incluem, a nível nacional, a Constituição da República, que consagra o princípio da igualdade (artigo 23º), e garante o direito de participação na vida pública e política (artigo 52º). A lei dos partidos políticos (lei nº 2/2005), “obriga todos os Partidos

⁷⁵52% do total da população angolana é do sexo feminino (INE, 2014).

a observar a inclusão, nos seus estatutos, do princípio da igualdade de género e representação por sexo não inferior a 30%” (Relatório sobre os ODM, 2015, p. 51). A Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género, elaborada em 2013, que visa “promover a igualdade de género para homens e mulheres, com iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, política e social” (ponto 41). A lei contra a violência doméstica (lei nº 25/11) é outra importante conquista para a igualdade de género em Angola.

No plano regional e internacional, Angola é signatária e ratificou vários documentos, comprometendo-se cumprir um conjunto de medidas em prol dos direitos e da emancipação das mulheres. Por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979); o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento; o Decénio da Mulher Africana (2010-2020); a Plataforma de Acção de Beijing (1995); o Plano de Acção do Cairo (1994); a Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e outros documentos.

Estas medidas, políticas e jurídicas, traduzem, por um lado, a necessidade de uma reforma das políticas para a inclusão das questões de género e, por outro lado, a necessidade de promover acções específicas para a igualdade de direitos entre mulheres e homens, como forma de assegurar o exercício pleno da cidadania e uma inclusão social, económica e política das mulheres.

Apesar desses avanços, em termos de medidas políticas e legais, não se vê grandes mudanças no quadro da participação das mulheres, pois tem havido uma fraca efectividade destas medidas, ou seja, o princípio de igualdade entre mulheres e homens, garantido pelos vários instrumentos, nacionais, regionais e internacionais não tem tido uma concretização efectiva. Este não é um problema exclusivo de Angola ou de África, sendo verificado em muitas outras partes do mundo⁷⁶.

⁷⁶O princípio da igualdade entre homens e mulheres, tal como esta na Carta das Nações Unidas, na maioria das constituições nacionais, na legislação governamental, nos programas de desenvolvimento e em numerosos instrumentos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Convénio sobre Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de todas as de Discriminação contra as Mulheres, as Estratégias de Nairobi e outros mais, nem sempre tem tido concretização. Não só em África, mas por todo o lado: é um fenómeno global (Amaral, 2003, p. 153).

Assim, os espaços público e político, em Angola, são ainda masculinizados, construídos e articulados segundo lógicas masculinas. Geralmente, nesses espaços, as mulheres continuam sem grande voz e visibilidade (Pereira, 2004). As práticas e experiências masculinas são tomadas como hegemônicas e gerais, não se incluindo as práticas e experiências particulares das mulheres. Com isso, a mulher permanece como sujeito subalterno, mudo e invisível.

A fraca qualificação escolar e profissional, bem como a situação de pobreza e subalternidade a que estão sujeitas, inviabilizam a emancipação das mulheres. As mulheres possuem menor qualificação escolar e profissional comparativamente aos homens⁷⁷, facto que contribui para a sua permanência na situação de pobreza e subalternidade a que estão sujeitas. Esta fraca qualificação escolar e profissional, em muitos casos, “impossibilita as mulheres de competirem, no mercado de trabalho formal, em condições de igualdade com os homens, facto que as coloca, muitas vezes, a exercer actividade económica no domínio informal” (Gonçalves, 2015, p. 48).

Cabe realçar que, actualmente, há um grande número de mulheres a estudar, com destaque para o ensino superior⁷⁸. Porém, este progresso que se verifica na presença de meninas e mulheres nos diferentes níveis de ensino, não se traduz em ganhos, para as mulheres, em termos de oportunidades, independência económica, liderança, etc. As mulheres continuam, em grande número, a desempenhar actividades ‘tradicionalmente femininas’, como decoração, culinária, corte e costura, cabeleireira, e outras e com grande presença no sector informal da economia.

6. VOZES DE MULHERES

Apesar de o cenário não estar ainda a seu favor, as mulheres, em Angola, têm conseguido conquistar algum espaço de participação, quer através de organizações, associações e movimentos sociais, como de modo individual. Buscam influenciar a elaboração das políticas públicas a seu favor. Elas tomam consciência da sua situação de

⁷⁷A taxa de alfabetização é de 66%, sendo que no espaço urbano a taxa é de 79% e no espaço rural é de 41%. A taxa de alfabetização e escolarização das mulheres é de 53%, enquanto a dos homens é de 80% (INE, 2014).

⁷⁸A taxa de mulheres matriculadas no ensino superior, em 2013, era de 120.564, enquanto que a dos homens era de 98.114 (PAANE, 2015).

subalternas e marginalizadas e reivindicam por mais espaços; por uma verdadeira inclusão na vida política, profissional e cultural do país e lutam para desconstruir os sistemas sociais que tendem a subalternizar e marginaliza-las.

Destacamos aqui o papel da sociedade civil na luta pela emancipação das mulheres. A acção das organizações e movimentos sociais de mulheres constitui-se num dos principais mecanismos de promoção da igualdade de género em Angola.

Surgiram, ao longo dos anos, inúmeras organizações e movimentos sociais que trabalham sobre as questões de género e/ou lutam pela emancipação da mulher angolana, como por exemplo, Mulher, Paz e Desenvolvimento (MPD), Federação de Mulheres Empresárias de Angola (FMEA), Rede Mulher, Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade de Género, Mulheres de Carreira Jurídica, Ondjango Feminista, Associação de Apoio a Mulher Polícia de Angola (AAMPA), Plataforma Mulheres em Acção (PMA), Comité das Mulheres Sindicalizadas, Rede Mwenho, Associação de Mulheres Empresarias de Luanda (ASSOMEL) e outras. Estas organizações e movimentos sociais buscam uma maior inclusão das mulheres nas dimensões política, económica, profissional, social e cultural.

É importante reconhecer os passos dados ainda durante a luta anti-colonial, com a criação das organizações de mulheres (ala feminina) no seio dos movimentos de libertação nacional.

O MPLA criou, em 1962, a OMA – Organização da Mulher Angolana – como forma de organizar e coordenar as actividades desempenhadas pelas mulheres dentro do movimento. A OMA tinha como objectivo “promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista” (Pereira, 2008, p. 6). No âmbito das suas actividades, além de coordenar as actividades das mulheres dentro do MPLA, cabia a OMA a responsabilidade de interligação “com mulheres que pertenciam a outras organizações de diversos países, envolvidos directa ou indirectamente com a luta anti-colonial” (idem).

A UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola –, por sua vez, criou em 1973 a LIMA – Liga Independente de Mulheres Angolanas – que teve igualmente um papel importante na luta pela libertação e independência nacional.

A OMA e a LIMA ilustram o papel que as organizações de mulheres desempenham na dinamização e ampliação da participação das mulheres na sociedade. Mas não constituem o centro da nossa atenção aqui. Queremos apresentar o papel central e activo dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no debate sobre os problemas que afectam as mulheres.

Dentre os diferentes movimentos e organizações de mulheres apresentamos, sumariamente, a Rede Mulher e o Ondjango Feminista, sem, no entanto, menosprezar o contributo que todas outras organizações e movimentos têm dado para a emancipação da mulher angolana.

Destacamos a Rede Mulher, por esta ser uma associação que agrega um conjunto de várias organizações que, desde finais da década de 1990, trabalham para a igualdade e equidade de género em Angola; e o Ondjango Feminista, por este ser um movimento social recente e constituir-se numa das primeiras experiências, do ponto de vista formal, do feminismo em Angola e, também, pelo contributo que tem dado na conscientização e mobilização de mulheres para o exercício de uma cidadania activa.

A Rede Mulher é um fórum de organizações não-governamentais (organizações comunitárias de base) que defendem interesses de género em Angola. Foi fundada em Agosto de 1998, tendo 80 organizações membros, actuando em 12 províncias do país. Reúne diversas organizações da sociedade civil angolana, cujo foco são as “questões de género e ainda outras organizações em que, embora o género não seja a temática dominante, desenvolvem projectos nesta área” (Pereira, 2008, p. 5). Esta organização “estabeleceu-se com a missão de promover oportunidades de igualdade entre homens e mulheres” (idem).

A Rede Mulher trabalha as questões de género sob diferentes perspectivas, como a violência contra a mulher, promoção da paz, participação das mulheres no processo decisório, saúde da mulher, integração das questões de género nos diversos projectos governamentais. Sua acção visa, por outro lado, promover o desenvolvimento da sociedade civil angolana através da promoção da participação e do debate.

O Ondjango Feminista⁷⁹ é um movimento social feminista – de e para mulheres – , criado em meados de 2016 por um grupo de mulheres interessadas numa ampla discussão e reivindicação da igualdade entre mulheres e homens.

O Ondjango Feminista é um movimento autónomo, cuja agenda, transformadora, articula-se fundamentalmente nos princípios da justiça social, solidariedade e liberdade. Busca a justiça e igualdade entre mulheres e homens e nega a cultura que relega à mulher posições e papéis inferiores. E, igualmente, a conscientização política das cidadãs e dos cidadãos. No seu quadro de actuação e mobilização, o Ondjango Feminista, promove encontros periódicos – nos últimos domingos de cada mês – que servem para a análise e discussão de um conjunto de demandas sociais que afectam as mulheres e a sociedade, de modo geral.

A Rede Mulher e o Ondjango Feminista são exemplos de como as acções extra-institucionais, encabeçadas pelas próprias mulheres, são fundamentais para a tomada de consciência das mulheres sobre a sua situação de subalternidade e marginalidade, buscando articular-se a si próprias como indivíduos íntegros e autónomos, lutando e reivindicando pelos seus direitos. Demonstram, por outro lado, que as mulheres são capazes de pensar e agir por si e que devem ter uma presença cada vez mais forte e uma voz mais activa e actuante no processo de decisão.

Têm dado, igualmente, um grande contributo para a dinamização da sociedade civil angolana, trabalhando para a

criação de um processo de dinâmica social que contribui para o despertar da consciência pública para as questões de paz e da participação, para os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade angolana e para a inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade (Pereira, 2008, p. 5).

A participação activa da sociedade civil na dinâmica de questões ligadas ao exercício da cidadania e participação é fundamental, por um lado, para a elaboração de políticas públicas inclusivas e eficazes e, por outro lado, contribuem para o reforço de uma democracia cada vez mais participativa.

⁷⁹Para mais informações sobre o Ondjango Feminista pode-se consultar o seu web site: www.ondjangofeminista.com.

A acção da sociedade civil na promoção da cidadania e participação das mulheres, em Angola, enfrenta vários constrangimentos, muitos dos quais decorrem

da capacidade limitada de planeamento estratégico de muitas organizações; da falta de apoio financeiro; dos reduzidos mecanismos de comunicação; da fraca capacidade de captação de recursos; da dificuldade de legalização (que dificulta, em grande medida, a capacidade de diálogo com as instituições do Estado; obtenção de financiamentos e legitimação de alguns de seus projectos); da falta de capacidade para monitorizar o desenvolvimento das políticas públicas e seus impactos nas questões de género; da baixa capacidade para a elaboração de estudos e diagnósticos que permitam um melhor planeamento dos projectos (PAANE, 2015, p. 29).

Estas dificuldades, em muitos casos, são agravadas atendendo o espaço (rural ou urbano) de actuação das organizações, sendo que em zonas rurais, as dificuldades são maiores. Nestas zonas, por exemplo, o diálogo entre as organizações da sociedade civil com as instituições do Estado é muito fraco, estabelecendo-se “por meio de convites para participar em eventos ou para a mobilização da comunidade para participação em eventos promovidos pelo Estado” (PAANE, p. 30).

Neste contexto, o exercício dos direitos elementares e a participação da mulher rural tendem a ser muito baixos. Aqui a mulher experimenta maiores dificuldades e uma acentuada exclusão da participação nos processos decisórios. Por exemplo, a incidência da pobre é de 58,30% nas zonas rurais, enquanto nas zonas urbanas é de 18,70%. Por outro lado, há ainda uma baixa presença de mulheres nos sectores não agrícolas, sendo que muitas mulheres encontram sua ocupação activa no sector agrícola ou no mercado informal (Relatório sobre os ODM, 2015).

Torna-se, assim, necessário um diálogo amplo e aberto entre as instituições governamentais e as organizações da sociedade civil para a efectivação do exercício da cidadania e da participação das mulheres na sociedade, de forma justa, igualitária e equitativa. As respostas extra-institucionais servem igualmente para despertar as mulheres para um maior envolvimento na vida pública e política do país e conscientizar a sociedade, de modo geral, sobre as questões de cidadania, direitos, igualdade, paz e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres e homens na sociedade é profundamente marcada

por diferenças e desigualdade entre os mesmos.

Vários os factores que constroem e limitam a presença e participação das mulheres na vida pública e política. Muitos destes factores decorrem da dupla opressão – de classe e de género – a que as mulheres estão sujeitas; da ‘dupla jornada laboral’ que elas desenvolvem; da fraca educação e socialização para o exercício da cidadania e participação política; de discriminações e estereótipos decorrentes do género; da ineficiência e ineficácia das medidas elaboradas para a emancipação da mulher; da ‘masculinização’ dos espaços públicos e políticos; da despolitização de vários problemas que afectam as mulheres.

A interiorização e reprodução de papéis sociais subalternos, pelas mulheres, são reforçados e naturalizados pela visão religiosa e cultural. Tal reprodução social da subalternidade feminina e sua naturalização estão profundamente enraizados, que, às vezes, dificulta olhar criticamente a natureza dos constrangimentos à participação pública e política das mulheres. A prática social demonstra, por um lado, como o género continua a funcionar como um eixo de discriminação e, por outro lado, como esta questão afecta profundamente a posição e participação das mulheres na sociedade.

É fundamental que se invista numa educação inclusiva e abrangente, que não se esgote nos currículos da educação formal e que seja capaz de trazer à discussão, questões de género, cidadania, participação, igualdade, paz, justiça social, e outros. Deve-se educar, desde cedo, as meninas e meninos, para a igualdade, desconstruindo-se assim as formas hegemónicas de discriminação e subalternização de pessoas e/ou grupos.

Por outro lado, promover a igualdade, a justiça e o desenvolvimento social, através de uma progressiva desnaturalização de todas as formas de desigualdade, discriminação e marginalização, que tendem a inferiorizar as mulheres. As mulheres, por seu turno, devem tomar consciência de que a sua emancipação depende, sobretudo, de si própria. Precisa abandonar os estereótipos de género e sexo que a cultura lhe incute e reivindicar uma mudança e transformação dos espaços público e político a seu favor.

As medidas políticas e legais, elaboradas e adoptadas para a promoção e desenvolvimento da participação das mulheres nos espaços públicos e políticos, precisam ser reformadas, revistas, reelaboradas e melhor aplicadas. As mulheres devem ter um papel

activo na elaboração, aplicação, avaliação e monitoramento destes instrumentos. Pelo contrário, muitas dessas medidas poderão estar condenadas ao fracasso. Assim, torna-se necessário promover acções concretas, eficientes e eficazes, para a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, como forma de assegurar o exercício pleno da cidadania e uma verdadeira inclusão social, económica e política das mulheres.

É importante dinamizar e ampliar a possibilidade e capacidade de exercício da cidadania e da participação das mulheres. Para tal, os movimentos sociais e as organizações de mulheres devem ocupar um papel central na emancipação das mulheres e na conscientização da sociedade para as questões de género, justiça e igualdade.

As iniciativas extra-institucionais buscam despertar as mulheres para um maior envolvimento na vida pública e política do país. Deve haver um maior diálogo e aproximação entre as organizações e movimentos sociais de mulheres, por um lado, com as experiências sociais das próprias mulheres e, por outro lado, com as acções do governo. É importante que as organizações e movimentos sociais de mulheres alarguem a sua base de acção e influência para a dinamização da participação pública e política das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cesaltina. **Cidadania no feminino**. In: PANTOJA, Selma; Eduardo A. BERGAMO; Ana Claudia da SILVA (org.). **Angola e as Angolanas: memória, sociedade e cultura**. São Paulo: Intermeios; Brasília: PPGDSCI, FAPDF, 2016, pp. 167-187.
- AMARAL, Ilídio. Presença da mulher africana ao sul do sara na cultura e na ciência: questões de género. **Africana Studia**, n. 6, pp. 153-171, 2003.
- APPIAH, Kwame Anthony. Patriotas cosmopolitas, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 36, n. 13, pp. 79-94, 1998.
- BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, v. 19, n. 1, pp. 07-23, 1998.
- BORDEAU, Pierre. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- CARVALHO, Paulo. **Angola. Quanto tempo falta para o amanhã?: Reflexões sobre as crises política, económica e social**. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- CEIC (Centro de Estudos da Universidade Católica de Angola). **Relatório social de Angola**. Luanda, 2014.
- COMERFORD, Michael G. **O rosto pacífico de Angola**. Biografia de um processo de paz (1991-2002). Luanda, 2005.
- GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz: Angola e suas transições**. 2009. 464f. Dissertação de Doutoramento em Sociologia – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.
- GONÇALVES, Isaac Cutembo G.. **Guia básico sobre descentralização e autarquias locais no contexto de Angola, Luanda: Programa de Apoio aos Actores Não Estatais**

II, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, pp. 1-18, 1998.

INE (Instituto Nacional de Estatística). **Recenseamento geral da população e habitação, Luanda** – Angola, 2014.

MAIA, Rui Leandro. **Dicionário de sociologia**, Porto Editora, 2002.

MARSHALL, Thomas H.. **Cidadania, Classe Social e Status**. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PACHECO, Fernando. Caminhos para a cidadania e para a construção da democracia em Angola: obstáculos e avanços. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004. **Anais electrónicos**. 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt>, Acesso em 13 de Abril de 2017

PADILHA, Paulo Roberto *et al.* **Educação para a cidadania planetária**. Currículo interdisciplinar em Osasco. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

PEREIRA, Aline Afonso. **Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres**. In: 12ª ASSEMBLEIA GERAL. GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO. Nov-Dec, 2008, Yaoundé. CODESRIA, 2008.

_____. **Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho**. In: 11ª ASSEMBLEIA GERAL. REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO AFRICANO: ALÉM DO IMPASSE, RUMO ÀS ALTERNATIVAS. CODESRIA, 2004.

PAANE (Programa de Apoio aos Actores não Estatais). **Diagnóstico de género de Angola**, 2015.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório Africano de Desenvolvimento Humano** – Acelerar a igualdade de género e o Empoderamento das Mulheres em África, 2016.

Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Luanda, 2015. Versão electrónica disponível em <http://www.ao.undp.org/content/angola>, Acesso em 22 de Maio 2017.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Constituição da República de Angola**, 2010.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Lei dos partidos políticos**, nº 2/2005.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Lei contra a violência doméstica**, nº 25/11.

REPÚBLICA DE ANGOLA. MASFAMU (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher). Política nacional para igualdade e equidade de género e estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitorização da política, 2014.

SCOTT, Joan. **Género: uma categoria útil para a análise histórica**. In: **SOS Corpo: género e cidadania**, 3ª ed. Recife, 1996.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VERGO, Terezinha Maria Woelffel. Possibilidades de uso das teorias pós-coloniais como referenciais para reflexão das condições de vida das mulheres brasileiras. **Educação e Cidadania**, n. 16, pp. 34-43, 2014.

VIEIRA, Liszt. Notas sobre o conceito de cidadania. **BIB**, n. 51, pp. 35-47, 2001.

RESSONÂNCIAS NO PROCESSO DE DEMOLIÇÃO DO PALÁCIO MONROE

Daniel Levy de Alvarenga⁸⁰

Artigo recebido em: 28/05/2018

Artigo aceito em: 29/06/2018

RESUMO:

Todo patrimônio material possui uma dimensão imaterial que é o reflexo da atribuição de valor que as pessoas conferem a um determinado bem cultural. Assim, a noção de patrimônio permite tanto uma abordagem material quanto imaterial, reunindo em si estas duas dimensões. Este aspecto da subjetividade ou da imaterialidade do patrimônio se relaciona, de certa forma, com a questão da ressonância, ou seja, com o grau de reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população. O Palácio Monroe, prédio público de estilo arquitetônico eclético situado no Rio de Janeiro e que abrigou a Câmara dos Deputados por 8 anos e o Senado Federal por 35 anos, foi demolido em 1976 durante o regime autoritário brasileiro. Neste artigo apresentaremos como foi realizada a sua demolição e qual foi a sua ressonância perante a população da cidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio Cultural; Palácio Monroe; Demolição; Ressonância.

ABSTRACT:

Every material heritage has an intangible dimension that is the reflection of the attribution of value that people confer to a cultural good. The notion of heritage allows both a material and immaterial approach, bringing together these two dimensions. This aspect of the subjectivity or the immateriality of the heritage is related to the resonance, to the degree of recognition of a certain cultural heritage along the sectors of the population. The Monroe Palace, a public building of eclectic architectural style located in Rio de Janeiro, which housed the Chamber of Deputies for 8 years and the Federal Senate for 35 years, was demolished in 1976 during the Brazilian authoritarian regime. In this article we will expose how the demolition was carried out and how was its resonance with the population of the city.

KEYWORDS:

Cultural Heritage; Monroe Palace; Resonance.

* * *

1. INTRODUÇÃO

⁸⁰ Doutorando em Ciências Jurídicas Políticas pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduado em Direito e em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Integrante do Grupo de Estudos e Trabalhos sobre Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural (UNIRIO). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0363422757103951>.



Figura 1- Palácio Monroe (Marc Ferrez)

Se considerarmos o fenômeno da nação como sendo algo característico da modernidade surgido no final do século XVIII e início do século XIX, o nacionalismo brasileiro, como afirma Benedict Anderson (2008, p. 21), se desenvolveu tardiamente e de maneira idiossincrática. Enquanto nossos vizinhos na América do Sul aderiram aos ideais iluministas para romper com seu passado colonialista e se alinhar à moderna ideia de nação através da fundação de Estados nacionais republicanos, no Brasil foi estabelecida uma monarquia constitucionalista e escravista, com poucas rupturas com a forma de dominação praticada pela antiga metrópole.

A “comunidade imaginada” brasileira foi construída de maneira lenta e gradual durante o todo século XIX e início do século XX, sempre mediada pelas elites. Tomando como base alguns dos elementos constitutivos da nação e da consciência nacional propostos por Benedict Anderson, perceberemos que a imprensa brasileira teve nascimento e desenvolvimento tardios e que o primeiro censo nacional somente foi realizado em 1872. Além disso, o Brasil somente aboliu formalmente a escravidão em 1888 e a adesão ao modelo republicano ocorreu no apagar das luzes do século XIX. Como afirma István Jancsó (2003, p. 15) “hoje é assente que a formação do Estado nacional brasileiro resultou de um processo de grande complexidade, ao qual é equivocado reduzir à ruptura, em 1822,

do pacto que integrava as partes da América no império português”.

Nesta complexidade que foi o processo de formação da nação e do estado no Brasil, a ideia de cidade capital ganhou importância, pois deveria servir de modelo para o país, além de fortalecer a construção da imagem de uma nação pronta para ingressar, mesmo que tardiamente, no cenário civilizatório ocidental. Desta forma, a nova função da cidade capital do Rio de Janeiro justificou uma série de intervenções públicas ocorridas no final do século XIX e início do século XX com o objetivo de normatizar, regradar e disciplinar o espaço para que este representasse os novos ideais almejados. Assim, o Rio de Janeiro passou a ter grande relevância no quadro urbanístico brasileiro, pois representava um símbolo da nação, uma cidade-síntese de um país imaginado. O Rio foi o espaço onde o Estado nacional se firmou simbolicamente como centro do poder institucional e como representação da própria nacionalidade que se queria fundar. Mas esta cidade-símbolo, que abrigou a capital da República e antes a capital do Império, foi também o lugar que sofreu as interferências urbanas mais profundas por parte do poder público.

A reforma realizada por Pereira Passos no início do século XX, cuja obra principal foi a abertura da Avenida Central, possibilitou a efetiva introdução do estilo arquitetônico eclético no Brasil. Quase todas as edificações da Avenida foram escolhidas através de um concurso de fachadas, procedimento pouco conhecido no meio técnico brasileiro, e que “tinha como finalidade manter uma uniformidade de pensamento e forma, resultando num dos conjuntos mais expressivos da arquitetura da Primeira República” (ATIQUÉ, 2011, p.1). O final da Avenida foi o lugar escolhido por Pereira Passos para a construção do Teatro Municipal, localização já consagrada na tradição artística da cidade pela presença do Teatro Lírico. A alocação desta instituição cultural neste espaço privilegiado, somando-se aos prédios públicos, também de estilo eclético, da Escola de Belas-Artes, da Biblioteca Nacional, da Câmara Municipal, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio Monroe, então denominado de Pavilhão São Luiz, fez com que o local adquirisse uma forte significação política e cultural, caracterizando-se como o centro “civilizador” do Rio de Janeiro. A lógica que guiava toda essa transformação, e que não passava necessariamente pelos desejos dos habitantes da cidade, era a lógica da modernidade e da representação de uma nação que almejava ingressar no seleto grupo dos países civilizados. E o Palácio Monroe foi um símbolo desta aspiração.

Construção de estilo eclético que representou o Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, nos EUA, em 1904, o Palácio Monroe (então denominado de Pavilhão São Luiz) foi realocado no Rio de Janeiro, na Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, em 1906 (figura 1). O prédio, que teve sua arquitetura premiada nos EUA, sediou a III Conferência Pan-Americana, abrigou a Câmara dos Deputados por 8 anos e o Senado Federal por 35 anos. Após a transferência da capital para Brasília, uma representação do Senado, denominada de “Senadinho”, continuou a ocupar o edifício público, juntamente com outros órgãos federais. O Monroe foi demolido em 1976, em pleno regime autoritário, após intensos debates acerca da preservação do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central ocorrido no IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que envolveu diversas entidades da sociedade civil como o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Jockey Clube Brasileiro.

Como uma última tentativa de salvar o prédio, em dezembro de 1975, 162 arquitetos e engenheiros expuseram seu inconformismo com relação à demolição do Palácio Monroe através de um Manifesto pela sua preservação. Além disso, diversas entidades públicas e privadas manifestaram o interesse em ocupar o prédio, considerando a falta de espaços para acomodar os órgãos federais presentes na antiga capital. Tudo isso de nada adiantou. Em resposta a um desses pedidos de ocupação, o então ministro chefe do gabinete presidencial, Golbery do Couto e Silva, esclareceu que cumpria-lhe obedecer “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e consequente transformação da área em logradouro público” (AGUIAR, 1976, p. 212).

Todo patrimônio material possui uma dimensão imaterial que é o reflexo da atribuição de valor que as pessoas conferem a um determinado bem cultural. Maria Cecília Londres Fonseca (2001, p. 112) ensina que “os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados”. Assim, a noção de patrimônio permite tanto uma abordagem material quanto imaterial, reunindo em si estas duas dimensões.

Este aspecto da subjetividade ou da imaterialidade do patrimônio se relaciona, de

certa forma, com a questão da ressonância, ou seja, com o grau de reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população. Neste artigo exporemos como foi o processo de demolição do Palácio Monroe e qual era o grau de ressonância que este patrimônio possuía perante a população. Utilizamos como fonte para a composição do texto o livro de Louis de Souza Aguiar, filho do engenheiro e projetista do Palácio, publicado em 1976 imediatamente no pós-demolição: “Palácio Monroe: da Glória ao Opróbrio”. O livro, de cunho investigativo e em tom de denúncia, coleta documentos, matérias jornalísticas e relaciona fatos que, segundo o autor, apontam para a negligência e o descaso das autoridades e para as pressões feitas por parte do setor privado, que acabaram resultando no apagamento acelerado do Palácio. Outra fonte utilizada foi o processo de tombamento nº 860-T-72, disponibilizado na versão digital pelo Arquivo Central do IPHAN, Seção do Rio de Janeiro, que contém pareceres, laudos, cartas e ofícios relativos ao conjunto arquitetônico da Avenida Central, além de diversas notícias veiculadas pelos periódicos da cidade do Rio de Janeiro a respeito do Palácio Monroe na primeira metade da década de 1970.

2. O PROCESSO DE DEMOLIÇÃO DO MONROE

A palavra demolição possui um sentido eminentemente negativo associado a uma espécie de destruição violenta e arrasadora em contraposição com aquilo que é construtivo e edificante. Alberto Goyena (2015, p. 18) afirma que suas representações mais vulgares “revelam empenas mutiladas, fachadas arruinadas, coberturas estragadas, portarias desfeitas, lembranças pulverizadas – são imagens que frequentemente despertam, ilustram ou traduzem sentimentos nostálgicos de perda e morte”. O mesmo autor, porém, ensina que a palavra nem sempre carregou esta conotação:

Demolitio é a tarefa de demover, de transladar, como se faz com um monumento que repousava sobre um pedestal. O verbo *demoliri* deriva de *moliri*, que significa construir, cuja raiz mole é “grande estrutura”. Já seu prefixo de- conota “pôr abaixo”, “pôr atrás”, mas também “reverter”. Neste último sentido, mais do que como uma destruição da arquitetura, a demolição se apresenta como uma construção em reverso – uma espécie de desarquitetura –, indicando também a possibilidade de pensá-la como um ato criativo de traslado (GOYENA, 2015, p. 18).

Assim, a demolição, como palavra e categoria de pensamento, estimula a reflexão

a respeito da sua categoria aparentemente oposta, qual seja, a preservação. Já no campo da memória, a demolição é frequentemente relacionada ao perigo do esquecimento, ao risco de desaparecimento ou a possível perda de identidade e cultura. Apesar de concordamos com a proposta de Goyena (2010, p. 3) no sentido de pensar a demolição de modo menos acusatório, uma vez que as políticas patrimoniais devem “inevitavelmente realizar seleções, que as concepções de patrimônio e preservação apresentam profundas divergências segundo o contexto social e que a memória pressupõe não só a lembrança, mas também o esquecimento”, no caso do Palácio Monroe a sua demolição teve um alto grau de violência, tanto material quanto simbólica.

Com a extinção da representação do Senado nas instalações do Palácio, o governo federal, através do então Serviço de Patrimônio da União (SPU), realizou no final do ano de 1975 uma concorrência pública para efetivar a demolição do Monroe. A ideia não era gastar dinheiro com a empreitada, pois o certame seria vencido pela empresa que oferecesse o maior preço para arrematar o Palácio e, posteriormente, se remunerar com a venda do material uma vez que diversos componentes do edifício possuíam relevante valor monetário como, por exemplo, a grande abóbada central, os lambris e portas em madeira de lei, as peças e esculturas entalhadas, os lustres em metal, cristal e opalina, a escadaria de mármore, vitrais diversos e toda estrutura de ferro que possibilitou a remoção do então Pavilhão São Luiz dos EUA para o Brasil, em 1904. O Monroe foi demolido entre janeiro e agosto de 1976 pela firma demolidora especializada chamada Aghil Comércio de Ferro Ltda. que arrematou a demolição do Palácio por Cr\$ 191.000,00, com direito à venda de todos os materiais, mobiliário e peças que, segundo estimativas do Jornal *Diário de Notícias*, valeriam Cr\$ 9.000.000,00 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 jan. 1976, p.10).

Antes de colocar o prédio abaixo a empresa teve que realizar um minucioso processo de retirada das partes internas que chegou a ser considerado por seus funcionários como um “verdadeiro artesanato”, pois na construção do prédio teria sido “utilizada a mesma técnica de estuque dos Arcos da Lapa e por esse motivo a desmontagem é quase toda feita à mão” (JORNAL DO BRASIL, 11 jan. 1976, p. 22). Além disso, se descobriu que as paredes do Monroe não eram comuns, pareciam de gesso, mas na verdade eram de um material bastante resistente à base de massa cozida com óleo de baleia, armado sobre telas de arame. Algumas destas paredes eram muito espessas. Os 30 operários contratados pela empresa nesta fase inicial e que trabalhavam sem quaisquer condições de segurança,

praticamente não utilizaram britadeiras, somente marretas e picaretas. Somase a isso o fato das estruturas metálicas do edifício desaconselharem qualquer tipo de implosão (figuras 2 e 3).



Fig. 2: início da demolição (Aleyr Cavalcanti/Acervo O Globo)



Fig. 3: “trabalho artesanal” de desmonte (José Vidal/Acervo O Globo)

Os vitrais do plenário do Senado de autoria do pintor Henrique Campos Cavaleiro, trabalhados a fogo em vidro belga e opalina, foram desmontados por uma empresa

especializada contratada pela Aghil: a Vidraçaria Arte Vitraux, de propriedade do russo Jonas Slichticas, que durante muitos anos trabalhou com o Henrique Campos Cavaleiro. Antes mesmo de iniciada a retirada já tinham sido realizadas duas propostas de particulares interessados em adquirir o vitral principal, avaliado em Cr\$ 120.000,00. Este valor era quase o preço total pelo qual a Aghil tinha arrematado o Palácio. Os 16 vitrais internos — estimados em Cr\$ 6.000,00 por unidade — e um vitral lateral de 15 metros quadrados, o único existente no Brasil em homenagem à Proclamação da República (figura 4), foram avaliados em Cr\$ 50.000,00 (O GLOBO, 20 jan. 1976, p. 15) e depois por Cr\$ 120.000,00 (O GLOBO, 12 fev. 1976, p. 11).

Os filhos do pintor Henrique Cavaleiro também estavam interessados em comprar os vitrais para preservar o acervo de “singular valor artístico” deixado pelo pai, pois eram as únicas peças no gênero em toda a obra do artista. O russo Jonas Slichticas, dono da Vidraçaria Arte Vitraux, e o xilogravador e crítico de arte Quirino Campofiorito apelaram em reportagem veiculada no *O Globo* para que o Governo comprasse de volta todas as peças que, segundo Campofiorito, “deveriam estar no Museu Nacional de Belas-Artes” (O GLOBO, 20 jan. 1976, p. 15). Sabe-se que pelo menos um dos vitrais do plenário foi comprado por um restaurante da Barra da Tijuca e outros por um grupo de arquitetos paulistas.



Fig. 4: vitral em homenagem à República (Acervo Olinio Coelho)

Outras obras de arte e o mobiliário interno também foram removidos e vendidos, além dos pisos, aramados, elevadores, portas e gradis. Os seis primeiros anjos de bronze retirados da cúpula, medindo três metros de altura e pesando 150 quilos cada, foram

comprados rapidamente por Cr\$ 10.000,00, a unidade (O GLOBO, 12 jan. 1976, p. 11). Cerca de 2 mil metros quadrados de assoalho foram ensacados e vendidos a um grupo de japoneses, “atraídos pelos tacos de peroba do campo formando desenhos graciosos” (JORNAL DO BRASIL, 11 jan. 1976, p. 22). Uma escadaria de ferro, em caracol, foi vendida a granel para particulares interessados em decorar suas casas, à base de Cr\$ 5.000,00 o metro.

A retirada dos leões esculpidos em massa carrara foi um trabalho delicado que demorou alguns dias. Das quatro esculturas dos leões, inicialmente duas foram vendidas a Luís Carlos de Adriano Franco, um fazendeiro de Uberaba, Minas Gerais. O fazendeiro adquiriu os leões por Cr\$ 20.000,00 para satisfazer a vontade de sua mãe “Dona Olésia”, pois o leão era o símbolo que o seu marido tinha escolhido para a próspera fazenda de gado chamada São Geraldo: “é uma espécie de homenagem póstuma de mamãe e de toda a família. As peças serão colocadas no pórtico de nossa fazenda-sede, em Uberaba”, disse Luis Carlos a reportagem do *O Globo* (O GLOBO, 8 jan. 1976, p. 10). Além dos leões, o fazendeiro comprou por Cr\$ 20.000,00 o portão de ferro que decorava a entrada principal do Palácio e uma estátua de anjo. Acabou ganhando de “presente” do Sr. Antônio Gonçalves da Silva, funcionário encarregado da demolição, a mureta que decorava o último andar do prédio. Como tinha sido a primeira vez que o empresário rural tinha comprado alguma escultura na sua vida, pretendia promover uma grande festa quando chegasse na fazenda São Geraldo. Segundo Alberto Goyena os objetos, partes ou entulhos retirados de uma demolição podem ser revalorizados como matéria-prima, coleções, monumentos ou patrimônios em outros ambientes:

Se a ideia de permanência na arquitetura é uma ficção, também o é a da tábula rasa, pois, decerto, a matéria demolida e fragmentada não desaparece do tecido urbano, mas segue um percurso criativo e dinâmico capaz de mostrar o quanto é sólido o postulado segundo o qual a consciência do desaparecimento arquitetônico desperta também o interesse patrimonial (GOYENA, 2015, p. 83).

O destino dos leões do Monroe é um bom exemplo deste “percurso criativo” sugerido por Goyena. As outras duas esculturas dos leões tinham sido compradas por um outro fazendeiro e transportadas para o município de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. Algum tempo depois, o fazendeiro de Uberaba que havia comprado dois leões também adquiriu os outros dois leões que estavam em Teresópolis e os levou para um sítio de sua propriedade na Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Sergio Fridman (2011,

p. 62) relata que anos mais tarde, em 1983, foi intenção de Luís Carlos Franco colocar os leões num empreendimento hoteleiro que seria construído no bairro da Urca, no local onde funcionou a TV Tupi. O projeto era demolir o prédio para construir um hotel pertencente a rede internacional *Holiday Inn*, com 10 andares e 280 apartamentos, e acabou não se concretizando. Luís Carlos, dono dos quatro leões, resolveu vender dois deles para um cidadão de Ibiúna, no estado de São Paulo, chamado Sr. Salustiano. Finalmente, estes dois leões foram adquiridos pelo Instituto Ricardo Brennand, com sede em Recife, Pernambuco, onde atualmente se encontram (figuras 5, 6, 7 e 8).



Fig. 5: leões sendo retirados (Correio da Manhã). Fig. 6: leões sendo transportados para a Fazenda São Geraldo (Luís Pinto/Acervo O Globo)



Fig. 7: leões na Fazenda São Geraldo (acervo Luís Carlos Franco). Fig. 8: leões no Instituto Ricardo Brennand (acervo IRB).

A intenção inicial da empresa Aghil para a grande cúpula de cobre era retirá-la intacta e vende-la por um preço alto. Porém, no decorrer da demolição perceberam que seriam necessários três guindastes com capacidade para levantar 100 toneladas cada, além de 20 dias de trabalho ininterrupto. Considerando o tempo necessário, os valores referentes aos alugueis das máquinas e o pagamento dos funcionários e técnicos que seriam envolvidos no desmonte, a empresa avaliou a empreitada em Cr\$ 1.000.000,00, o que seria

inviável. Optaram, então, em desmontar a cúpula de 300 toneladas e 15 metros de diâmetro para vende-la em partes a um ferro-velho por Cr\$ 60.000,00 (O GLOBO, 12 fev. 1976, p. 11).



Fig. 9: desmonte da Cúpula de Bronze (Anibal Philot/Acervo O Globo)

Os dois últimos anjos de cobre, de um total de oito, e que pesavam 150 quilos, foram adquiridos por Hely Walter Couto e Joel de Assis, proprietários da empresa Décors – Decoração de Interiores Ltda., localizada em Brasília e custaram Cr\$ 25.000,00 cada. Os seis primeiros anjos foram vendidos por Cr\$ 10.000,00, a unidade (O GLOBO, 12 fev. 1976, p. 11).



Fig. 10: retirada dos anjos de Bronze (Rossini Perez/Acervo Biblioteca Nacional)

No dia 27/02/76 foi veiculada notícia no *O Globo* de que as últimas peças de valor ainda à venda na demolição do Palácio Monroe tinham sido reservadas por um grupo de seis arquitetos paulistas, interessados em objetos antigos para aproveitá-los em novas construções. O grupo, que não quis se identificar, se interessou pelo vitral octogonal com a inscrição “Ordem e Progresso”, por outros vitrais de pequeno porte ainda disponíveis e oito brasões de cobre que enfeitavam a cúpula principal:

[...] além da cúpula menor que ficava na lateral do edifício. Antes de decidir por estas peças e realizar a proposta de Cr\$ 103.000,00 para a sua aquisição, os interessados circularam por muito tempo pelo pátio do Monroe, onde está depositada a maioria dos objetos ainda à venda. Lá podem ser vistas grades trabalhadas, cerca de 22 brasões de cobre, umas 50 pequenas cabeças de leão em mármore, mais uma centena de balaústres também de mármore e mais umas 20 pequenas peças de adorno confeccionadas em cobre (O GLOBO, 27 fev. 1976, p. 7).

A venda deste material foi realizada de forma totalmente informal. Segundo entrevista concedida pelo fazendeiro mineiro que comprou as esculturas dos leões e os portões de ferro para decorar a sua propriedade em Uberaba, Luís Carlos de Adriano Franco, todas as tratativas eram feitas diretamente com o funcionário encarregado da demolição, “um português chamado seu Silva” que lhe foi apresentado no canteiro obras como sendo “o dono do Palácio”⁸¹. Foi o Sr. Silva que teria estipulado o preço de vários itens comprados pelo fazendeiro. Para a reportagem do Jornal *O Globo*, quando perguntado a respeito dos critérios para a fixação dos valores das peças, o Sr. Antônio Gonçalves da Silva teria afirmado que “não poderia falar muito. Os homens do Governo (fiscais do Ministério da Fazenda) pediram-me sigilo” (O GLOBO, 8 jan. 1976, p. 10). Para o Jornal *Diário de Notícias*, o Rio de Janeiro se desfalcava de seu acervo, mas, em compensação, “fazia a fortuna dos empresários da sucata e outros materiais do submundo dos negócios estranhos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 jan. 1976, p. 4).

Vale destacar que o contrato realizado com a empresa responsável por colocar o prédio abaixo não foi objeto de qualquer tipo de fiscalização pelo Poder Público, uma vez que as partes resultantes do desmonte do Palácio foram retiradas e vendidas sem qualquer avaliação anterior de sua relevância artística, estética ou histórica. A possibilidade da

⁸¹ Entrevista concedida para o documentário longa metragem **CRÔNICA da demolição**. Direção: Eduardo Ades. ImagemTempo. Rio de Janeiro – RJ, 2015. 90 min.

empresa se remunerar através da venda do material resultante da demolição deveria ser seguida dos critérios autorizadores deste descarte, sempre com a fiscalização dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, tais como o próprio IPHAN. Porém, pelo que afirmou o Sr. Silva “os homens do Governo” lhe pediram sigilo a respeito dos critérios para a fixação dos valores das peças e materiais do Palácio.

Ainda hoje, se quisermos comprar uma das peças que constituíam o acervo do Palácio basta oferecermos pela *internet* a quantia de R\$ 150.000,00 ao leiloeiro Horácio Ernani Rodrigues de Mello e teremos em casa a “fruteira do artista Sasportas, em bronze ormolú com 4 figuras de querubins, prato de cristal baccarat lapidado e lavrado com brasão da República”⁸². O mesmo leiloeiro vendeu em 2013 oito balaustres de mármore carrara que eram do Palácio Monroe, por R\$ 8.000,00.

Algumas peças do Monroe conseguiram escapar deste desmonte ocorrido com a demolição. Em 08/01/76 foi noticiado que um funcionário do Itamarati tinha estado no Palácio para providenciar a retirada de duas placas de madeira que registravam o dia da instalação do Senado Federal com o objetivo de enviá-las a capital (O GLOBO, 8 jan. 1976, p. 10). Já as mesas e cadeiras do antigo Senado também foram para Brasília, onde atualmente compõem o Museu da instituição.

Em 2015, o então coordenador do Museu do Senado, Alan Silva, mandou abrir diversas caixas de madeira que permaneceram lacradas durante quase 45 anos num depósito do próprio Senado, em Brasília. Para a surpresa de todos, dentro das caixas estavam 20 lustres de estilo rococó, repletos de ornamentos e detalhes feitos de ferro, latão e cristal que iluminavam os salões do Palácio Monroe. Todo este material descoberto foi restaurado para comporem o acervo do Museu. Alan Silva afirmou que quando chegaram a Brasília, as caixas que continham os lustres acabaram sendo desprezadas e esquecidas, pois “toda a atenção foi dada às que trouxeram escrivaninhas e cadeiras, que teriam utilidade para senadores e funcionários. Não era o caso dos lustres rococós” (WESTIN, 2015, *online*). A decisão de abrir as caixas somente em 2015 teve como motivação as comemorações dos 190 anos do Parlamento brasileiro, que ocorreram em 2016, quando o Museu do Senado organizou uma exposição com peças históricas de vários momentos da casa legislativa.

Realmente, o percurso do material oriundo das demolições é imprevisível,

⁸² Disponível em <<https://www.ernanileiloeiro.com.br/peca.asp?ID=57226>>. Acesso em: 24 out. 2017.

dinâmico e constante, oferecendo sempre novas possibilidades tanto para a indústria da construção civil quanto para as feiras de antiguidades, leiloeiros, colecionadores e agências e institutos do patrimônio histórico e cultural. Como ensina Ulpiano Bezerra de Meneses, um objeto ou artefato possui somente propriedades de natureza físico-química, tais como forma, peso, textura, cor, etc. Nenhum atributo de sentido é inerente ao objeto. Estes atributos são “historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido” (MENESES, 1998, p. 91).

3. PALÁCIO MONROE: REFERÊNCIA CULTURAL E RESSONÂNCIA

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2001, p. 112) a expressão “referência cultural” é utilizada, majoritariamente, “em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”. Contudo, em que pese a noção de referência cultural estar mais ligada aos aspectos da imaterialidade, esta categoria também pode ser relacionada com os bens materiais. Se olharmos para o Palácio Monroe sob a perspectiva de uma edificação elaborada num estilo arquitetônico eclético predominante e valorizado no Brasil nos primeiros anos da República, que tinha como pretensão simbolizar o alinhamento da nação com o mundo civilizado e que, além disso, ganhou o primeiro prêmio internacional da arquitetura brasileira, podemos considera-lo como um suporte material que se constituiu como uma referência cultural enquanto valorizado como uma marca distintiva por determinados grupos sociais. Ainda seguindo os caminhos indicados por Maria Cecília Londres Fonseca (2001, p. 113):

O ato de apreender referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que falem daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural.

Percebe-se, portanto, que sob a perspectiva da noção de referência cultural, o peso material e simbólico daquilo que é considerado patrimônio pelos órgãos e institutos especializados possui uma dinâmica de atribuição de sentidos e valores ao longo do tempo. Ou seja, os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco: “o valor

lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados”. Continuando na esteira de Maria Cecília Londres Fonseca (2001, p. 112):

Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder.

Marcia Chuva (2015), ao analisar como a noção de referência cultural foi introduzida nas práticas de preservação cultural brasileira nos anos 1970, ensina que:

Um bem cultural pode ser incluído na categoria de patrimônio quando são atribuídos a ele sentidos e significados que o torna referência para um grupo, que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem esse grupo. Por isso, todo patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível (CHUVA, 2015, p. 25).

Contudo, não basta que um determinado círculo de intelectuais ou grupo de poder estabeleçam que um bem material seja considerado como uma referência cultural. Neste ponto, entra em cena outra categoria importante quando se busca esmiuçar o conceito de patrimônio: a ressonância. A noção de referência cultural, muito utilizada a partir da presidência de Aloísio Magalhães no IPHAN⁸³, pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Trata-se, portanto, de uma subjetividade inerente a qualquer patrimônio cultural. Esta subjetividade ou imaterialidade do patrimônio se relaciona com a questão da ressonância, ou seja, com o grau de reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população. Conforme os ensinamentos de José Reginaldo Gonçalves (2007, p. 19):

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público.

Para o historiador Stephen Greenblatt, citado por Gonçalves (2007), a ressonância está relacionada com a capacidade de um determinado objeto, prédio ou monumento

⁸³ Sob a presidência de Aloísio Magalhães, em 1975, foi fundado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O objetivo era traçar um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Como resultado da fusão entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o CNRC, em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).

atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais. Trata-se do "poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante" (GREENBLATT apud GONÇALVES, 2007, p. 19).

Os aspectos materiais, históricos e simbólicos do Palácio Monroe tiveram esta ressonância nos meios intelectuais, acadêmicos e profissionais, pois sua demolição reverberou nos corredores de diversas instituições e órgãos públicos, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, o Clube de Engenharia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Porém, qual era o grau de ressonância do Monroe junto a população leiga? Ele era considerado pelos transeuntes apressados do centro da cidade do Rio de Janeiro como uma referência cultural?

O Jornal *Ultima Hora* veiculou interessante matéria a respeito do Monroe com o subtítulo "Povo é contra a demolição" (figura 11), afirmando que "embora não tenha argumentos técnicos, mas opinando livremente, o homem da rua é favorável à conservação do Palácio Monroe". Para subsidiar esta afirmação, o periódico realizou uma enquete nas ruas do Passeio Público no Centro do Rio onde constatou que apenas "dez por cento dos entrevistados foram a favor da demolição do antigo prédio do Senado Federal". No entanto, segundo a matéria, mesmo aqueles que votaram a favor da derrubada frisaram que não gostariam de ver um espigão no lugar do Monroe. Apenas uma pessoa entrevistada pelo Jornal, "o Sr. Geraldo da Conceição, bombeiro, é de opinião que 'um edifício de 30 ou 40 andares ficaria melhor, mais de acordo com o Rio de hoje, cheio de progresso e de edifícios grandes". Para Paulo Ramos, então integrante do conjunto musical Arte e Samba, a demolição era um absurdo "porque devemos conservar os poucos monumentos que ainda temos e, apesar de o Palácio não ser tão velho assim, devemos defendê-lo, senão amanhã vão querer terminar com toda a nossa história só porque é velha". Já o bancário José Carlos pensava que os prédios antigos deveriam ser conservados não só por seu valor histórico como também por constituírem atração para o turista: "se Roma e Paris conseguiram conciliar a cidade velha com a moderna, por que iremos destruir o que ainda existe de arte e história entre nós?", perguntou. A comerciária Márcia Cruz afirmou não gostar da aparência do Monroe, "muito sujo e quebrado, sem as escadarias que davam para a Avenida Rio Branco". Porém, opinou que o prédio deveria ficar de pé, pois não interferiu

nas obras do Metro, merecendo ser restaurado. Também Miriam, dona de casa e Hudson Antônio, cantor, eram favoráveis à permanência da antiga sede do Senado Federal, que segundo Hudson, “dá um toque de graça e beleza aqui na Cinelândia, já tão cheia de prédios altos e antiestéticos” (ULTIMA HORA, 11 jul. 1975, p. 8).



Fig. 11: recorte da matéria do Jornal *Última Hora* com as fotos de alguns entrevistados (Acervo Última Hora)

Esta singela e muito interessante reportagem mostra que a população estava bem atenta aos debates e argumentos que giravam em torno da preservação do patrimônio cultural da cidade e do Monroe, em especial. Fora dos salões das instituições representativas dos engenheiros e arquitetos e longe dos gabinetes do IPHAN, os entrevistados percebiam claramente o crescimento da cidade e sua falta de organização e de espaço, bem como a alteração da paisagem do centro comercial em decorrência da pressão imobiliária e das intervenções urbanísticas ocasionadas pelas obras de urbanização. Reconheciam, ainda, a importância histórica do Monroe e sabiam identificar as questões estéticas relacionadas à sua arquitetura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força da memória relacionada ao Palácio Monroe, ainda encontra alguma ressonância. No ano de 2017, o Instituto de Arquitetos do Brasil apresentou na página principal do seu sítio na *internet* uma enquete seguida de três opções de voto: “Qual ícone da arquitetura brasileira merecia ser reconstruído? 1- Palácio Monroe, no Rio de Janeiro – destruído em 1976; 2- Pavilhões do Palácio do Anhangabaú, em São Paulo – destruídos entre 1950 e 1960; 3- Antiga Matriz de Boa Viagem do Arraial do Curral del Rey, em Belo

Horizonte – destruída no início de 1906”⁸⁴. O resultado foi a vitória do Palácio Monroe: 50,7% contra 26,9% da segunda opção e 22,4% da terceira. É certo que os 3 prédios escolhidos para participarem da enquete possuem histórias e estilos totalmente diferentes. Porém, o resultado é um indicativo da forte ressonância ainda ocasionada pela demolição do Monroe.

Recentemente, no dia 11 de maio de 2017, o documentário longa-metragem a respeito o Palácio Monroe *Crônica da Demolição*, dirigido por Eduardo Ades, entrou no circuito comercial, apesar de já ter sido exibido no Festival do Rio em 2015. O filme foi escolhido pelo público como melhor documentário do 4º Brasília *International Film Festival* – BIFF e realizou uma excelente pesquisa sobre o prédio, com raras imagens e diversas entrevistas com personalidades da arquitetura e da política, tais como Alexandre Nicolaeff, Cesar Maia, Humberto Barreto, Noel de Almeida, entre outros

Pelo que foi exposto neste artigo, a demolição do Palácio Monroe, realizada na década de 1970 de forma violenta e arbitrária, encontrou ressonância não somente perante os intelectuais e personalidades da engenharia e da arquitetura, como também na população da cidade. Porém, esta ressonância não teve força suficiente para enfrentar o então estado autoritário brasileiro e manter o prédio de pé. Apesar do Palácio não ter sido objeto de tombamento por parte do IPHAN quando apreciou a questão do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central, podemos afirmar que o edifício possuía significação artística, estética, histórica e até mesmo turística, pois estava localizado na mesma área do Museu de Belas Artes, da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal. Ademais, é possível atribuir ao Monroe o valor de documento, pois representativo do estilo arquitetônico predominante ao longo implementação e consolidação da República em nosso país bem como de um período histórico possuindo, assim, um valor que refletia as escolhas e representações de uma determinada época.

O que chamou a atenção especificamente no caso do Palácio Monroe foi a violência simbólica que caracterizou a sua demolição. Afinal, tratava-se de um prédio público cuja arquitetura foi a primeira a receber uma premiação internacional e que abrigou o Senado federal por 35 anos. Infelizmente, estes e outros atributos não foram suficientes para a sua preservação diante do contexto político, econômico e urbano do país e da cidade

⁸⁴ Disponível em <http://www.iab.org.br/>. Acesso em 14 mai. 2017.

do Rio de Janeiro na década de 1970. Porém, no campo da memória, o Palácio ainda resiste, pois frequentemente é usado como um emblemático exemplo dos excessos praticados pelas autoridades em relação ao patrimônio público e cultural.



Fig.12: Palácio na fase final da demolição (Arquivo Público do Rio de Janeiro)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da glória ao opróbrio**. Rio de Janeiro: s.e., 1976.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado: A destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In.: Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUH Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308086788_ARQUIVO_ANPUH-versaofinal.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: Reis, Alcenir e Figueiredo, Betânia. **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. **Boletim de Políticas Setoriais**. Brasília: IPEA, n. 02, 2001, p. 111-120. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2018.

FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe: da construção a demolição**. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo S. “Ressonância, Materialidade e Subjetividade das culturas como patrimônios”. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2007.

GOYENA, Alberto. **A demolição em sete obras: patrimônio, arquitetura e esquecimento**. 2015. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Rituais urbanos de despedida: reflexões sobre procedimentos de demolição e práticas de colecionamento. p. 3. In: Seminário Internacional, Museografia e Arquitetura de Museus: Identidades e Comunicação, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: < http://www.arquimuseus.arq.br/anais-seminario_2010/eixo_i/p1-artigo-alberto-goyena-26-10.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

JANCSÓ, István. **Brasil: formação do Estado e da Nação. Apresentação**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998, p. 91.

WESTIN, Ricardo. Senado resgata lustres que iluminavam Palácio Monroe. **Senado Notícias**. Brasília, 29 set. 2015. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/25/senado-resgata-lustres-que-iluminavam-palacio-monroe>>. Acesso em: 30 out. 2017.

DO *IDEAL* AO *REAL*: A CONSTRUÇÃO DE UMA
REPRESENTAÇÃO NA OBRA LITERÁRIA *A LENDA
DO CAVALEIRO SEM CABEÇA* (1820)

Samuel Nogueira Mazza⁸⁵

Artigo recebido em: 25/04/2018

Artigo aceito em: 09/08/2018

RESUMO:

Nesse artigo pretendemos analisar a obra de Washington Irving, *A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça* (2011), à luz da teoria da representação, pensada por Roger Chartier, que nos ajuda na seguinte questão: quais são as imagens criadas pelo autor e quais grupos de indivíduos estão sendo representados por elas? Ou seja, pretendemos refletir sobre os projetos em conflito, quem Irving criticava e qual o seu ideal de americano em um determinado momento, a partir dessas representações. Trazemos ainda para a discussão o momento político, econômico e social que os Estados Unidos viviam nessa época e como esse espaço afeta as relações entre os diferentes estados federativos da União, relações estas geradoras das imagens criadas por Irving. Visando esses objetivos, em torno da problemática central, iremos nos utilizar da eleição dos dois personagens centrais de *A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça* e, a partir daí, pensarmos como o protagonista e antagonista se relacionam dentro da obra e o que ou quem eles representam como personagens.

PALAVRAS-CHAVE:

Imagem criada; Projetos em conflitos; Representação.

ABSTRACT:

In this paper we intend to analyze the work of Washington Irving, *The Legend of Sleepy Hollow* (2011), in the light of the theory of representation, thought by Roger Chartier, which helps us in the following question: what are the images created by the author and which groups of individuals Are they being represented by them? That is, we intend to think about the projects in conflicts, whom Irving criticized and what his ideal of American, at a certain moment, from these representations. To bring to the discussion the political, economic and social moment that the United States lived at that time and how this space

⁸⁵ Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS – UFU). Integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).
<http://lattes.cnpq.br/4960498495113946>

affects the relations between the different federative states of the Union, relations that generates the images created by Irving. Aiming at these objectives, around the central problematic, we will use the election of the two central characters of *The Legend of the Sleepy Hollow* and from there, we will think how the protagonist and antagonist relate to each other in the work and what, or who, they represent as characters

KEYWORDS:

created image, projects in conflicts, cultural relations

* * *

Introdução

Compreender a história através de manifestações culturais é compreender a construção de imagens que uma sociedade faz de si mesma. A arte é sempre um movimento coletivo de representação da comunidade, influenciando e influenciado pelo meio social. Para Maria do Rosário, o historiador deve:

Pensar a vida cultural de uma sociedade como parte ativa no processo de construção de hegemonia, como um campo de lutas, como um lugar onde atuam forças múltiplas, portanto, como um espaço de liberdade e opressão. (ROSÁRIO, 2011, p. 23).

É necessário, portanto, que o historiador consiga extrair, de diferentes manifestações, as discussões, temas e objetos que estão sendo tratados pelos artistas de determinada época. Por vários motivos, a literatura é uma das formas de expressão que, hoje em dia, os historiadores mais se debruçam, e alguns desses motivos são: as evidências que contém uma obra literária, a questão de sua circulação naquela sociedade (se era proibida ou não pelos órgãos de censura), a construção de bibliotecas, entre outras questões que torna a obra literária uma importante fonte para pesquisadores.

Chartier, em seu artigo *Práticas e Representações: leituras camponesas em França do século XVIII* (2002), detém-se nas leituras feitas pelos camponeses franceses do século XVIII e na preocupação dos párocos com essas leituras. De início, o historiador já afirma que, através da imagem construída pela literatura, é possível detectar os hábitos e práticas dos indivíduos históricos. (CHARTIER, 2002, p. 141). O pesquisador nota a preocupação dos religiosos franceses e da alta classe da sociedade com a intensificação da leitura por parte da comunidade rural através de um questionário feito pela Igreja Católica e enviado às paróquias e aos órgãos políticos locais. Com as respostas enviadas de volta à Igreja, Chartier interpreta o que os questionados compreendem por ruralidade, ou melhor, qual a representação de ruralidade construída.

Além dos livros que eram lidos ou não, o teórico ainda trata da descrição dos religiosos sobre as práticas literárias entre a comunidade rural, já que os camponeses liam os poucos livros que tinham em voz alta, entre os familiares. Chartier afirma:

O motivo do serão de leitura constitui uma componente obrigatória da representação do mundo camponês – ou, pelo menos, de uma das suas representações. Esta imagem, feita toda ela da simplicidade natural, mostra à sua maneira a transparência perdida que seria necessário reencontrar em todo o lado, cruzando contraditoriamente a imagem que faz dos campos o bastião temível dos preconceitos e das ignorâncias, e uma terra de missão para os homens esclarecidos e os filósofos educadores. (CHARTIER, 2002, p.159).

Enfim, a representação construída pelos párocos e “iluminados” sobre os camponeses tinha como objetivo estabelecer imagens diferentes entre campo e cidade e a necessidade de intervenção de “homens esclarecidos” (urbanos) no campo.

Nesse trabalho, tomamos *A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça* (1820), de Washington Irving, como ponto de partida e buscamos articular algumas informações sobre as questões que estavam sendo discutidas na época. Pensando as representações que são elaboradas por esses artistas da Escola do Rio Hudson, do qual Irving fez parte, pretendemos esclarecer algumas demandas e conflitos locais vividos naquele momento, tendo em mente que o autor influencia e é influenciado por esse espaço⁸⁶, sempre em transformação, em que se dão as relações culturais.

A Obra de Irving é um clássico, uma das histórias mais populares e sombrias em circulação. A narrativa acompanha Ichabod Crane, um professor que busca conquistar o amor de uma “coquete”, filha de um rico fazendeiro da cidade de Sleepy Hollow. Após deixar uma festa promovida pelo fazendeiro, o supersticioso homem é caçado pelo “Cavaleiro sem Cabeça” - também chamado de Cavaleiro Hessiano -, o fantasma de um soldado morto durante a Guerra de Independência. Enquanto isso, Katarina Van Tassel (filha do fazendeiro) prepara-se para casar com o rival de Crane, Brom Bones⁸⁷.

É importante tratar na obra a construção dessas personagens e o papel de cada

⁸⁶ Entendemos aqui o espaço como pensado por Sandra Jatahy Pesavento: “(...) construído, ordenado e transformado (...) suscitava sensações, percepções, e a elaboração de representações para aqueles que vivenciavam o processo de mudança” (PESAVENTO, 1995, p.282). Entendemos o espaço como o ambiente de vivência dos sujeitos históricos que significam, ou seja, que constroem significados, que representam o mundo em que estão inseridos. Porém o espaço está em constante modificação e, a partir dessas mudanças, novas representações são produzidas. Há assim uma ressignificação do mundo pelo sujeito histórico.

⁸⁷ IRVING, Washington. *A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça*. São Paulo. Leya. Barba Negra, 2011. (trecho retirado da orelha de capa da edição)

uma no desenvolvimento da narrativa. Quais são as disputas entre Crane e Bones? Qual a representação que Irving constrói com os dois personagens? Quais as diferenças criadas entre essas representações? Ao trabalhar com essa obra, não posso deixar de lado também o conceito de “wilderness”, tão importante para a identidade americana, que vai ser referenciada em *A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça*.

Obviamente minhas perguntas me direcionam para um viés interpretativo dentre vários possíveis, porém acredito que com esses questionamentos tecerei uma possibilidade de relação entre *A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça* com o século XIX e com os Estados Unidos da América.

A lenda em evidência

Primeiramente, é essencial discutir a construção dos três personagens principais da obra, Ichabod Crane, Katarina Van Tassel e Abraham Brom Van Brunt, o Brom Bones. A narrativa, como dito anteriormente, acompanha a trajetória de Ichabod Crane, um professor natural do estado de Connecticut, estado que, segundo o narrador da história, “fornece à União pioneiros da mente (...)” (IRVING, 2011, p.14). Tal narrador, apesar de não ser participativo da lenda, conhece Sleepy Hollow. Talvez seja um antigo morador da vila ou pelo menos da região dos vales que margeiam o Rio Hudson, onde se desenrola a história. Esse fato é perceptível em passagens, como:

Lembro-me de que , quando moço, minhas primeiras experiências atirando em esquilos foram num bosque de altas nogueiras que sombreavam um lado do vale. Eu vagara por lá à tardezinha, quando toda a natureza estava peculiarmente silenciosa, e fiquei espantado com o rugido de minha própria arma. (IRVING, 2011, p. 12).

E ainda:

Apesar de muitos anos terem se passado desde que coloquei pela última vez meus pés nas soporíferas sombras de Sleepy Hollow, ainda assim me questiono se não encontraria as mesmas árvores e as mesmas famílias enraizadas em seu seio protegido. (IRVING, 2011, p. 14).

Não há indícios claros da participação do narrador de forma que afete os acontecimentos narrados, porém sabemos que existe intencionalidade. Afinal de contas, ele é da mesma região de Brom Bones no estado de Nova Iorque, enquanto Ichabod Crane é de Connecticut. Isso estabelece uma proximidade entre o narrador e um dos personagens, além de criar o primeiro ponto de conflito da lenda, que perpassa pela origem de Ichabod Crane.

O segundo ponto é pensar o desenvolvimento da narrativa. Apesar de não estar dissociada da construção das personagens, a narrativa por si só tem características particulares, como a construção do protagonismo e do antagonismo, as figuras de linguagem usadas pelo autor e o desenvolvimento do enredo e de seus problemas pontuando as continuidades e rompimentos.

Por fim, o terceiro ponto é o que *A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça* nos conta sobre os Estados Unidos do século XIX ao relacionar as personagens e a narrativa com as lutas, os conflitos e as disputas de poder que estavam postas na década de 1820.

Para o narrador, Ichabod Crane é um indivíduo que trabalha pouco, vaidoso, ganancioso, guloso e ainda não sabe cavalgar nem dançar, isto é, não possui nenhuma qualidade masculina, além de ter um interesse profundo por histórias fantásticas sobre fantasmas e espíritos. O protagonista é definido da seguinte forma:

O sobrenome Crane, que em inglês significa “garça”, não deixava de lhe ser apropriado. Ele era alto, mas excessivamente magro com ombros estreitos, longos braços e pernas, mãos que balançavam a quilômetros das mangas, pés que podiam funcionar como pás; e tudo isso se encaixava de maneira frouxa em sua figura. (IRVING, 2011, p.15)

Sua vaidade é notada nos corais da Igreja, já que sua voz era a mais perceptível entre todos do grupo de cantores. Era tido como um indivíduo de importância por ser o mestre da vila, um “cavalheiro de gosto e conquistas vastamente superiores aos camponeses caipiras”. Sua ganância é revelada quando ele visita a fazenda da família de Katarina Van Tassel, uma família abastada da região, que possui uma propriedade muito produtiva e cheia de provisões alimentícias e possibilidades de renda.

Com características avessas, Abraham Bron Van Brunt é definido como “um homem musculoso, ruidoso e fanfarrão” (IRVING, 2011, p.31), de origem holandesa como todos os nativos daquela região. A origem do seu apelido “Brom Bones” é devido a sua “imagem de Hércules” e a sua força:

Famoso por seu grande conhecimento e habilidade em cavalgar, quase tão hábil sobre um cavalo quanto um tártaro. Era o primeiro em todas as competições e brigas; e com a superioridade que a força física sempre adquire na vida rústica. (IRVING, 2011, p.31).

A vida rústica, segundo o autor, típica do interior de Nova Iorque, justifica-se pela ruralidade e pela origem holandesa de seus habitantes, o que acaba por fornecer uma

“personalidade peculiar”.

O conflito da lenda se estabelece quando Ichabod Crane e Brom Bones se interessam pela mesma garota da vila, Katarina Van Tassel, filha única de Baltus Van Tassel, próspero fazendeiro. Katarina era:

Uma garota florescente de dezoito anos recém completados rechonchuda como uma perdiz, suculenta e cremosa, com bochechas rosadas (...). Ela era, além de tudo, uma coquete, como se podia perceber até na forma de se vestir. (IRVING, 2011, p.23).

Seu pai era um fazendeiro também de descendência holandesa, próspero, com ideais liberais, com fortes preceitos morais e religiosos e que, apesar de suas vastas riquezas, não sentia nenhum orgulho delas. Estabelecem-se assim outros pontos de embate: o já citado desejo dos dois homens de se casarem com Katarina, a questão religiosa e de descendência, além do fator econômico.

Todos esses conflitos são gerados pelas disputas entre as ex-colônias britânicas, principalmente entre as que formavam a Nova Inglaterra (as colônias da Baía de Massachussets, Plymouth, Connecticut, e New Haven) e as colônias da Nova Holanda, que deram origem a Nova Iorque, Nova Jersey, Delaware e Pensilvânia. Agora faz-se importante uma análise do desenvolvimento da narrativa como um todo, pensar questões estruturais do livro e fatores externos à obra.

Uma análise literária

O enredo desenvolvido por Irving se encaixa no que Tzevtan Todorov chama de narrativa fantástica. Para Todorov, a característica principal do fantástico está na dúvida do fato acontecido: “Há um fenômeno estranho que pode ser explicado de duas maneiras, por tipos de causas naturais e sobrenaturais. A possibilidade de vacilar entre ambas cria o efeito de fantástico.” (TODOROV, 1981, p.16).⁸⁸ Ou seja, a primeira parte da definição do "fantástico" é um limite do acontecimento que pode ser explicado por vias naturais ou fenomenais - tendendo sempre para o fenomenal/fantástico. A dúvida é ingrediente essencial para o fantástico, surgindo de forma individual para o personagem ou para o leitor, ou ainda pode ocorrer de forma conjunta para o leitor e personagem.

⁸⁸Versão brasileira a partir do espanhol: DIGITAL SOURCE. Disponível em: <http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>.

Outras características do fantástico pontuadas por Todorov são que, além da dúvida, os acontecimentos sobrenaturais não podem ser tidos como alegóricos, como acontecem nas fábulas. Eles de fato ocorrem seja na psique do personagem e do leitor, seja no campo físico material do personagem. Diferentemente dos contos de fadas, que não fornecem uma profunda compreensão sobre as sociedades de massa contemporânea, mas por outro lado discutem muitos problemas interiores dos seres humanos: seus desejos, suas falhas, personalidades, objetivos, sentimentos, etc.

Para chegar a esse objetivo, as fábulas ou os contos de fadas lançam mão de alegorias, como o famoso “viveram felizes para sempre”, “era uma vez” e a própria existência do herói. Essas características, “aplicando o modelo psicanalítico da personalidade humana, (...) transmitem importantes mensagens à mente consciente, a pré-consciente e à inconsciente.” (BETTELHEIM, 2002, p.6).

Essa é uma questão oposta à narrativa fantástica, pois não devemos dar interpretações alegóricas nem sobrenaturais aos acontecimentos, já que eles acontecem de fato no campo material da narrativa (TODOROV, 1981, p. 19). Não há transmissão de mensagens subconscientes ou cartilhas morais no fantástico como no conto de fadas. A narrativa fantástica necessita de uma interpretação crítica por parte do leitor e não uma leitura de aproximação, de identificação.

Assim, temos três características a serem cumpridas pelo conto fantástico, segundo Todorov: primeiro, é a necessidade de o leitor considerar os personagens reais, porém vacilar entre uma explicação real ou sobrenatural dos acontecimentos; segundo, a possibilidade de o próprio personagem sofrer com essa dúvida e assim a vacilação está presente na história; por fim, é importante que o leitor não faça interpretações “alegóricas” ou “poéticas” sobre a obra fantástica. O autor ainda afirma que:

Estas três exigências não têm o mesmo valor. A primeira e a terceira constituem verdadeiramente o gênero; a segunda pode não cumprir-se. Entretanto, a maioria dos exemplos cumpre com as três. (TODOROV, 1981, p.20).

No caso de A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça, é possível pensar dentro dessas três características, pois há dúvida se o Cavaleiro Hessiano, que persegue Crane no final da história, de fato existe ou não, já que há a possibilidade de ser Brom Bones quem se fantasia do espectro. Essa dúvida é representada pelo narrador que expõe as várias versões possíveis da história sem dizer que existe uma verdadeira. Por fim, não há como pensar qualquer

alegoria na narrativa de Irving, pois as questões materiais são expostas de tal forma que dão um caráter real para os acontecimentos vividos por Ichabod, o que afasta o leitor de uma interpretação alegórica dos fatos.

Toda essa discussão sobre gênero literário faz-se importante para podermos ter uma compreensão da obra como um todo e sua relação com o mundo no qual está inserida. Para Todorov, “os gêneros literários são precisamente esses elos mediante os quais a obra se relaciona com o universo da literatura”. Ou seja, os gêneros são os elos com as outras obras literárias. Porém, ao mesmo tempo, não podemos pensar que as obras literárias não conservam, em certo grau, sua individualidade, abstração do autor e um caráter de inovação sempre.

Por que a opção de Irving pelo fantástico? Não pretendo fazer especulações sobre as opções do autor, mas é possível que a escolha desse gênero deva-se porque Irving não quer fornecer uma cartilha moral, mas colocar tipos de homens diferentes em conflito. Brom Bones não é um exemplo a ser seguido, apesar de ser superior a Crane.

Outra questão importante analisada por Todorov é a relação herói e leitor. Retirada do livro *A Anatomia da Crítica* de Northrop Frye, Todorov sistematiza a análise de Frye na questão dos subgêneros, e uma das classificações é exatamente pautada nessa relação. No caso de *A Lenda Do Cavaleiro Sem Cabeça*, podemos dizer que o herói (Ichabod Crane) é inferior ao leitor, característica do “modo da ficção” ou subgênero, *ironia*. Outra característica do subgênero *ironia* é a aproximação com o real que também está presente na obra de Irving, como já foi discutido anteriormente.

Assim, enquadramos a obra predominantemente como pertencente ao gênero fantástico e do subgênero *irônico*. A ironia pode ser percebida em várias passagens do livro devido ao tom jocoso do narrador, principalmente quando está se referenciando a Crane ou ao seu estado natal, como a frase, já citada: “Connecticut, um estado que fornece à União pioneiros da mente (...)” (IRVING, 2011, p.14). Compreendendo um pouco melhor o contexto histórico dos Estados Unidos da América no século XIX, poderemos identificar que a frase “pioneiros da mente” relacionado a Connecticut é irônico, pois Irving poderia não ver como uma real qualidade esse pioneirismo intelectual, mas sim como uma característica negativa, diante de sua valorização do trabalho com a terra e do vigor físico imputado ao homem como verdadeiras qualidades masculinas.

Do *ideal* ao *real*: a obra em seu contexto

O trecho anteriormente citado da obra é muito importante, pois deixam claras as relações de disputa entre os dois estados: Nova Iorque e Connecticut. Por exemplo, os constantes elogios à Nova Iorque e às colônias holandesas:

Trato desse local pacífico com todo louvor possível, por que se localiza em vales holandeses tão afastados, encontrados aqui e ali inseridos no grande estado de Nova York, que os hábitos e costumes da população permanecem imutáveis. (IRVING, 2011, p.14).

E ao tratar das outras regiões da União:

Enquanto a grande corrente de imigração e desenvolvimento, que está provocando mudanças incessantes em outras partes deste país incansável, passa por ele despercebida. (IRVING, 2011, p.14).

Assim vemos como o narrador tem visões diferentes em relação ao seu estado natal e aos outros estados norte-americanos. Pensando estritamente nos próprios adjetivos dos dois trechos, o “grande estado de Nova York” é tratado como um “local pacífico”, que tem “todo o louvor possível”, e nesse mesmo trecho elogioso percebemos uma noção de sociedade positivada pela manutenção de costumes e hábitos que permanecem imutáveis. Contrapondo a essa noção de sociedade, o narrador critica as “mudanças incessantes” desse “país incansável”, provocada pela “grande corrente de imigração e desenvolvimento” que ocorre em outras partes do país. É fato que a formação das colônias britânicas na América que se tornaram os estados federativos após a Guerra de Independência deu-se de forma conflituosa, envolvendo questões econômicas, religiosas e políticas. Entre as primeiras colônias, estava a da Baía de Massachusetts, formada por Puritanos radicais que foram para Holanda após embates religiosos na Inglaterra que, não se adaptando no novo país devido aos calvinistas holandeses, migraram para o Novo Mundo.

Assim, nessas colônias, os Separatistas, esses puritanos radicais, puderam praticar as suas atividades religiosas sem interferências das outras religiões. Porém, com o desenvolvimento da colônia, alguns imigrados começaram a ficar descontentes com a ortodoxia Separatista, deslocando-se para outras regiões e ainda buscando a separação da religião com o estado. Esse foi o caso de Rhode Island e de Connecticut, duas colônias que se originaram da saída de colonos da Baía de Massachusetts.

O processo formativo de Nova Iorque é um pouco diferente. Henry Hudson foi contratado pela Companhia Holandesa das Índias Orientais para explorar onde hoje é Nova Iorque e o rio que hoje é chamado de Rio Hudson (Departamento de Estado dos Estados Unidos..., 2012, p.8). Assim, essa região recebeu grande quantidade de colonos holandeses que estavam interessados no comércio de peles e na prática agrícola, tornando-se uma comunidade muito ligada à terra devido ao “sistema de patronato de grandes propriedades (*patroon*).” (Id.Ibid, 2012, p.15). Essa região ficou assim conhecida como Nova Holanda, que só foi restituída pelos britânicos em 1660 com o Rei Carlos.

Recuperada a região dos holandeses, surgiram as colônias de Nova Iorque, Nova Jersey, Delaware e Pensilvânia. Porém, os holandeses não foram expulsos, muito pelo contrário, eles foram absorvidos às colônias inglesas, já que puderam manter seus bens e seguir a sua religião. Diferente das primeiras colônias britânicas (Baía de Massachussets, Connecticut, Plymouth e New Haven), povoadas quase em sua totalidade por ingleses e que, diante da pouca segurança que a metrópole dava a essas regiões, fundaram, através de uma união, a Nova Inglaterra.

Segundo *Um Esboço da História Americana*, a Nova Inglaterra:

Foi a primeira tentativa de colonos europeus obter uma unidade regional. A história das colônias britânicas demonstra desde o início, uma boa dose de conflito – de natureza política e religiosa – pois diferentes grupos competiam por poder e prestígio. (Id.ibid. p.10).

Essa questão sobre a formação de uma unidade regional, bem como de uma identidade regional, é discutida a fundo por Jack P. Greene em seu artigo, *Identities dos Estados e Identidade Nacional à Época da Revolução Americana* (2008). Segundo Greene, até à época da Revolução Americana e até posterior a independência, não existia uma única identidade americana. Inclusive, para o autor, a guerra que deu fim ao domínio britânico sobre as treze colônias foi uma guerra em busca do reconhecimento da identidade inglesa dos colonos. Mas esse sentimento de pertencimento ao Império Britânico não é um sentimento único, pois existia conjuntamente uma identidade colonial.

A questão é que, ao longo dos anos de exploração, os colonos começaram a questionar a sua autonomia como ingleses, tornando a identidade colonial cada vez mais forte em detrimento da identidade imperial. Assim, à época da independência, esse sentimento local/regional já estava fortemente enraizado, porém era um sentimento muito

mais de pertencimento à determinada colônia do que a uma União Federal. Para Greene, “quando já estava disseminado o sentimento favorável à independência, a união entre as colônias era principalmente um meio para alcançar esse fim.” (GREENE, 2008, p. 3).

Um dos grandes fatores que dificultaram a formação prematura de uma união nacional entre as treze colônias é exatamente as disputas e conflitos de interesses. Um exemplo que deixa claro essas discordâncias entre as colônias é exatamente as disputas entre Nova Inglaterra e Nova Holanda.

Como dito anteriormente, esses dois “conglomerados” de colônias tinham um caráter formativo tanto político quanto econômico, mas principalmente religioso muito diverso. Só essas questões já eram o bastante para dificultar as relações entre as regiões. Mas, com o desenrolar dos acontecimentos, as diferenças foram se agravando, pois os colonos de origem britânica tiveram maior aproximação com a metrópole do que os holandeses, resultando em favorecimentos econômicos e políticos, enquanto que a Nova Holanda foi dividida e retomada pelos britânicos.

Outro ponto importante é com relação às posições das colônias no processo de independência:

As colônias da Virgínia, das duas Carolinas e da Nova Inglaterra se prontificaram, com relativa rapidez, a apoiar o movimento pela independência, mas algumas das colônias do meio, que incluíam principalmente Maryland, Pensilvânia e Nova York, agiram com muito mais deliberação. (Id. ibid. p.7).

Porém, segundo *Um Esboço da História Americana*, durante todo o processo de independência, a Nova Inglaterra manteve relações comerciais com a Inglaterra. E no ano de 1812 houve uma nova investida da Grã – Bretanha contra os Estados Unidos na tentativa de recuperar suas colônias e, apesar de Nova York, juntamente com as colônias da Nova Inglaterra, ser contra a batalha devido a interesses econômicos, a guerra com a Inglaterra ocorreu. Mas, enquanto Nova York era arruinada pela batalha, outros locais, como Connecticut, prosperaram devido ao favorecimento dos ingleses. Esse episódio marcou alguns estados com um “estigma de deslealdade do qual jamais se refizeram” (Departamento de Estado dos Estados Unidos..., 2012, p.94).

Por fim, é importante pensar também uma questão política dos EUA na década de 1820. James Monroe foi eleito presidente em 1817. Famoso pela Doutrina Monroe (1820), ele reconheceu a independência dos outros países americanos e declarou

intolerância a qualquer domínio europeu na América:

Internamente, a presidência de Monroe (1817-1825) ficou conhecida como “a era de boa vontade”. A expressão reconhecia o triunfo político do Partido Republicano sobre o Partido Federalista, que entrou em colapso como força nacional. De qualquer forma, esse foi um período de vigoroso conflito regional e entre facções. (Um Esboço da História Americana... 2012 p. 124).

Mais uma questão que acirrou as disputas entre os estados norte-americanos, além dos já citados anteriormente.

Delimitado o espaço de conflitos identitários em que Washington Irving está inserido, conseguimos, ao nos debruçar sobre a obra, perceber, através das imagens construídas pelo autor, que esses embates em torno de uma construção identitária têm origem em questões políticas, religiosas, econômicas e culturais. A forma que os personagens são elaborados, principalmente Ichabod Crane e Brom Bones, representa as disputas entre Connecticut e Nova Iorque.

A primeira evidência é o fato de Crane ser professor, natural de Connecticut. Connecticut foi um dos primeiros estados que, por causa do seu desenvolvimento econômico e o perfil de seus colonos, teve grandes avanços na área de educação. Muito cedo, essa colônia e toda a região construíram centros educacionais e universidades. No caso específico, foi a Escola Superior de Connecticut (1636) que deu origem a Universidade de Yale. (Departamento de Estado dos Estados Unidos..., 2012, p.29), diferentemente de Nova Iorque, que ficou muito mais ligada aos tradicionalismos de seus colonos e tinha uma economia pautada na agricultura. Ainda com a deslealdade de Connecticut em relação à Nova Iorque, completamos a imagem feita por Irving dos nativos da Nova Inglaterra: gananciosos, vaidosos, urbanos e sem qualidades masculinas, como é a imagem de Ichabod Crane em contraposição a de Brom Bones.

A partir da obra, é possível compreender que existem duas identidades em conflito, representadas por Ichabod Crane e Brom Bones. Assim, a escolha pelo subgênero da *ironia* por Irving, colocando Crane como um herói inferior ao leitor, acaba estabelecendo certo distanciamento crítico em relação a essa personagem. Em contraposição, Brom Bones tem todas as suas características masculinas positivadas pelo narrador, o que o aproxima do leitor. Em uma leitura mais profunda, é possível perceber o desejo do autor de defender um tipo ideal de homem.

Percebemos então que, nesse momento de formação da(s) identidade(s) nacional(ais) americana(s), Irving toma uma posição e representa em sua obra um tipo de identidade que para ele deveria prevalecer. Preocupação essa que surge diante das mudanças que vêm ocorrendo em outros estados americanos que, em suas buscas por erudição, acabam se aproximando de uma identidade europeia.

Porém, não devemos pensar que Washington Irving era um escritor solitário e que suas críticas não estavam articuladas com questões que eram caras a outros artistas. Irving pertencia a uma escola artística chamada Escola do Rio Hudson. Descendente do romantismo, esse grupo de artistas defendia a natureza americana como a base do orgulho nacional.

A Escola do Rio Hudson surgiu em contraposição ao movimento de artistas e cientistas europeus que viam no Novo Mundo um mundo doente, atrasado, incapaz de se desenvolver devido, especificamente, às condições climáticas do continente. Washington Irving, juntamente com Thomas Cole e outros artistas, busca romper com essa visão pensando a natureza americana como formadora da personalidade do homem do Novo Mundo.

Nesse momento, um conceito muito importante para a identidade americana é cunhado: o conceito de “wilderness”. Apesar de não ter tradução literal para o português, podemos pensar o que esse conceito representa para a cultura americana. Muito ligado à questão da expansão das fronteiras americanas, o “wilderness” é o sentimento de desbravamento, de busca pela terra prometida ou pelos Jardins do Éden que estavam localizados nas florestas americanas e que o povo norte-americano era esse povo escolhido por Deus para povoar, explorar essa terra rica e selvagem.

Outro ponto importante do desbravamento é a ideia do “wildeman” – ou homem selvagem –, que seria o homem forte, bravo, em busca da interiorização do país, da expansão de suas fronteiras, diferente dos europeus, como o próprio Irving diz: “que os jovens mandados a Europa se tornavam efeminados e cheios de luxos artificiais”⁸⁹.

Nesse sentido, observamos mais um ponto de divergência entre Crane e Bones, pois Crane é um homem educado, culto, “inferior em conhecimento apenas em relação ao

⁸⁹IRVING, 1832, *apud* PRADO, Maria Ligia Coelho, Natureza e Identidade Nacional. In. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da universidade Sagrado Coração, 1999, p.190.

vigário” (IRVING, 2011, p.20). Já Bones é o “wildeman” forte, perspicaz, com extensas qualidades masculinas, dado a disputas físicas e medições de forças com seus conterrâneos.

Assim, a Escola do Rio Hudson, ao ressaltar as belezas naturais que margeavam o rio, ressaltava também a natureza do homem selvagem, além de trabalhar questões de identidade local/regional em relação às outras regiões dos Estados Unidos. Esses artistas também estavam em disputa com forças ou tendências artísticas europeias, que tinham uma visão negativa da fauna norte-americana. E ainda, a Escola do Rio Hudson foi essencial para a formação da identidade nacional americana ao salientar as qualidades de sua terra e de seu povo.

Mas não devemos pensar também que a Escola do Hudson foi a única corrente artística que existia nessa época dentro dos Estados Unidos ou que foi a única que contribuiu para a formação da identidade nacional. Existia uma corrente artística em Concord na Nova Inglaterra, chamada Transcendentalista, que era contemporânea aos artistas do Hudson.

Concord era o oposto ao interior nova iorquino. Uma cidade interiorana dentro da Nova Inglaterra, culta e com proximidade às cidades grandes como Boston, proporcionando um grande acesso à literatura e às artes e elevando o nível das rodas de conversa. Percebemos então que a Nova Inglaterra é um conglomerado de colônias voltadas para a educação e discussões teóricas acadêmicas. É uma união voltada para a ciência e para o comércio e é onde se origina o Transcedentalismo.

O Transcedentalismo, apesar de surgir posteriormente à Escola do Rio Hudson, estabelece um diálogo direto com essa corrente artística. Existem semelhanças, como ressaltar a natureza, o “wildeman” e “wilderness”. Porém, existem enormes diferenças, como: a busca por uma formação acadêmica e cultural de alto nível, a diversidade entre os povos na formação do americano, uma visão religiosa menos rígida e com fatores de agregação de outras religiões (principalmente orientais).

Mesmo posterior à corrente do Hudson, não se pode pensar de forma estanque, pois essas características estão presentes desde o surgimento da Nova Inglaterra. Aliás, a Nova Inglaterra surge exatamente pelas desavenças entre os religiosos ortodoxos e os liberais, onde os puritanos mais liberais saíram em busca de terras livres e férteis encontrando-as onde hoje são Connecticut e Boston, formando posteriormente a Nova Inglaterra, como já foi explicado. A disputa, então, vai chegar ao âmbito artístico entre

obras da Escola do Rio Hudson e dos Transcendentalistas.

Pontuada algumas questões presentes no conto de Irving, devemos, por fim, estabelecer algumas relações sobre a prática do historiador diante de uma obra artística. O primeiro ponto importante é compreender o romance histórico, seja aquele feito na contemporaneidade, mas que tem o desenvolvimento do seu enredo em uma temporalidade passada, seja como no caso de *A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça*, uma obra que foi confeccionada em um tempo histórico passado e que a usamos, hoje em dia, para retirar informações sobre a sociedade naquele momento.

O momento de confecção da obra é muito importante, pois é com o presente que os autores dialogam. Porém as distinções não se limitam a aspectos históricos e formais de estrutura dos gêneros, mas também numa concepção de tempo, de sociedades diferentes, estruturas sociais diversas, enfim, por conceitos e funções de arte diferentes. (WEINHADRT, 1994, p.50).

Além do que já discutimos aqui sobre a importância do momento histórico e das classificações genéricas, é necessário compreender também a visão de mundo e o espaço constituído por esse mundo em que o romance histórico está inserido. E isso só é possível de ser feito mediante a contextualização histórica e a compreensão de que esses espaços sofrem alterações durante o processo histórico quando diante de forças de liberdade e opressão que os vão (de)formando.

Conclusão

O que percebemos então é que existe um campo de disputas entre essas colônias, evidenciada pelas representações construídas por Irving, sujeito histórico que presencia e vive esses embates. Irving, através das imagens construídas em seu conto, defende um tipo masculino que deveria marcar a identidade americana, ou seja, a representação criada pelo escritor tem um objetivo de intervenção e modificação do espaço em que ele vive. Apesar de não funcionar como uma cartilha moral, o conto estabelece parâmetros de uma identidade que deve se diferenciar de outras localidades, como da Europa e de outros estados da União.

A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça é uma obra que se insere em um determinado contexto, em um determinado espaço e, como tal, ela tem, inserida em suas páginas, imagens desse contexto. Ela traz representações desse espaço em disputa. Porém, como o

próprio conceito de representação nos revela, essas páginas são dotadas de projetos e ações políticas que legitimam e valorizam uma ação ou comportamento de determinados grupos e critica o de outros. No caso desse conto, especificamente, são os colonos de descendência holandesa, localizados próximos ao Rio Hudson, ligados ao trabalho com a terra, com ideias liberais e uma personalidade ligada à expansão das fronteiras americanas e interiorização do continente, presente no “wildeman”, que é positivada.

É diante de uma determinada deterioração das qualidades masculinas americanas, na visão de Irving, que essa obra é escrita criticando essas mudanças nos espaços ocupados pelos estudiosos: espaços urbanos e das universidades. Para Irving, a troca do trabalho na terra pelos estudos, principalmente os feitos na Europa, e pelas conversas acadêmicas não é uma troca positiva e descaracteriza a identidade americana. Seu conto, então, é escrito para retomar o “wildeman”, ou seja, Irving vê seu espaço em mudança, critica-o e cria imagens, representa o conflito entre essas duas identidades que constroem espaços diferentes.

Por fim, devemos buscar nessa obra literária as representações construídas pelo autor. No caso, identificamos como Irving constrói uma imagem de dois homens em oposição: um pelas suas fraquezas, características de seu estado de origem (Connecticut), outro pelas suas virtudes também presentes nos outros homens de sua região (Nova Iorque). Esse é um movimento próximo ao que Chartier vai fazer ao analisar como a alta classe francesa, juntamente com o clero, criou uma imagem do que era ruralidade. Ou seja, através de documentos, Chartier percebe que uma representação do que era o camponês foi criada para justificar determinadas ações do clero e da nobreza. Nesse sentido, existe uma proximidade entre a imagem que Irving cria sobre os homens nativos da Nova Inglaterra, para ressaltar algumas características dos descendentes dos holandeses, e do que ele entendia por identidade nacional, entrando em uma disputa de forças com outros artistas contemporâneos a ele.

Buscando esses movimentos pontuados ao final, podemos ter uma compreensão ampla de uma obra inserida em seu espaço histórico e também dos desejos dos escritores, no caso, de transformar esses espaços, dar a eles novos significados. Além, é claro, de perceber a importância que as manifestações artísticas têm para a análise histórica dos sujeitos, de suas ações e dos conflitos postos dentro de diferentes sociedades. É claro que nossa perspectiva, por mais que revele novas interpretações e significados da obra, ao

mesmo tempo nos limita a essas interpretações e ressignificações. A *Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça* possibilita uma infinidade de interpretações e abordagens. Escolhemos aqui um modo de entendimento, a partir da teoria da representação, dentre as várias possíveis.

Bibliografia

Fontes:

Departamento de Estado dos Estados Unidos. Escritório de Assuntos Públicos. **Um Esboço da História Americana**. 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/730306-Um-esboco-da-historia-americana-departamento-de-estado-dos-estados-unidos-escritorio-de-assuntos-publicos.html>. Última visualização em: 20/04/2018.

IRVING, Washington. (1820). **A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça**. Tradução de Santiago Nazarin. São Paulo, Leya, Barba Negra, 2011.

IRVING, Washington. **The Legend of Sleepy Hollow**. EUA, Online Books Page, created by: José Menéndez. (Disponível em: http://www.ibiblio.org/ebooks/Irving/Sleepy/Irving_Sleepy.pdf) Visualizado em: 24/11/2014.

Transcendentalismo – Realismo – Naturalismo. P. 55 – 62. Disponível em: <https://materialinglesfe.wordpress.com/literatura-norte-americana/>. Última visualização em: 26/01/2015.

Livros e artigos:

COSSON, Rildo. SCHWANTES, Cíntia. **Romance Histórico: As Ficções da História**. Itinerários, Araraquara, nº23, p.29 – 37. 2005.

CHALHOUB, Sidney. PEREIRA, Leonardo Afonso. (org.) **A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Apresentação (p.7 – 13). UNICAMP, 1998.

CHARTIER, Roger. **Debate Literatura e História**. Conferência proferida no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ, *Topoi*, Rio de Janeiro, nº1, p. 197 – 216. 1999.

CHARTIER, Roger. Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Portugal, DIFEL, 2002. (Disponível em: http://minhateca.com.br/silmaradencati/Documentos/A+Hist*c3*b3ria+Cultural+-+Entre+pr*c3*a1ticas+e+representa*c3*a7*c3*b5es+-+Roger+Chartier,2743336.pdf) Visualizado em: 24/11/2014.

DA SILVA, Sharmilla O'hana R. A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça: o insólito no conto e no filme. **Revista Litteris** – n. 12 Setembro 2013 – Volume II – UFF.

GINZUBRG, Carlo. Introdução. In: _____. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Companhia das Letras, Bolonha, 2005. (p.7 – 14.)

GREENE, Jack P. Identidades dos estados e identidade nacional à época da Revolução Americana. In: PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo: a formação dos Estados-Nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008. (p. 99 – 125).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A América e a fronteira. In: _____. **Americanos:**

- representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos.** Belo Horizonte: Editora UMG, 2000. (p. 127 – 147).
- PEIXOTO, Maria do Rosário da C. Saberes e sabores ou conversar sobre história e literatura. **História & Perspectivas**, n. 45 – jul/dez. 2011, Uberlândia – MG. (INHIS – UFU)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995, p. 279 – 290.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e Identidade Nacional. In:_____. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da universidade Sagrado Coração, 1999. (p. 178-218).
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica.** São Paulo, Editora Perspectiva, coleção debates 98. Digitalizado por: Digital Source. (Disponível em: http://www.ibiblio.org/ebooks/Irving/Sleepy/Irving_Sleepy.pdf) Visualizado em: 24/11/204.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica.** História Social, USP – Hucitec – São Paulo, 1997.
- WEINHARDT, Marilene. **Considerações Sobre o Romance Histórico.** Letras, Curitiba, n°43, p. 49 – 59. 1994. Editora UFPR

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: A RELAÇÃO ENTRE COLONOS E NATIVOS AFRICANOS NO *BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS* (1933-1945)

Rannyelle Rocha Teixeira⁹⁰

Artigo recebido em: 18/04/2018

Artigo aceito em: 11/06/2018

RESUMO

Tendo por base as análises do discurso encontrado na revista portuguesa, *Boletim Geral das Colónias* procura-se levar ao leitor a refletir sobre quais as atitudes de “afastamento” e “proximidade” entre colonizadores e colonizados nas colônias portuguesas na África.

PALAVRAS-CHAVES

Representação da colônia portuguesa; Colônias portuguesas em África; Nativos africanos

ABSTRACT

Based on the databases found in the Portuguese journal, the General Bulletin of the Colonies seeks to take into account the context of the "removal" and "proximity" attitudes between colonizers and colonized in Portuguese colonies in Africa

KEYWORDS:

Representation of the Portuguese colony; Portuguese colonies ; Africa African natives

* * *

O presente artigo foi elaborado a partir de um dos capítulos da dissertação de mestrado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

⁹⁰ Mestra em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal. Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí. <http://lattes.cnpq.br/4503843318957815>

Portugal, intitulada, A representação dos povos autóctones no *Boletim Geral das Colônias* (1933-1945)⁹¹, sob a orientação da Professora Dra. Maria Conceição Meireles Pereira. O trabalho referido assenta nos discursos e representações veiculadas pelo *Boletim Geral das Colônias* em relação aos povos nativos dos territórios coloniais africanos sob tutela portuguesa e, conseqüentemente, as próprias representações dessa colonização no tocante à relação colonizador/colonizado.

O presente estudo não procura apenas analisar as representações dos povos autóctones contidas na publicação periódica oficial, embora seja esse o seu principal foco, mas também adentrar nesse mundo que vinha se desenrolando por meio do contato entre colonizadores e colonizados, uma multiplicidade de aspectos de teor político, social, cultural e econômico, num momento particularmente sensível em Portugal, concretamente entre 1933 e 1945, que correspondem à fase inicial do regime do Estado Novo e final da II Guerra Mundial.

Na verdade, as colônias portuguesas no Ultramar na África eram uma fonte inesgotável de momentos vitoriosos e heroicos que, ao momento em que foram resgatados para a contemporaneidade, projetavam Portugal como um verdadeiro Império colonial e, assim, reafirmavam toda uma vocação civilizacional indiscutível da sua identidade. Dessa maneira, a ideia que se faz do Outro passa a ser (des)construída, no momento em que se lida com a sua alteridade, promovendo iniciativas com a intenção de domesticar tais diferenças.

Efetivamente, a análise que se faz do Outro, no caso o colonizado, teria que ser representada de forma que reunisse as razões que justificassem a missão portuguesa em suas colônias, tendo em conta a fonte histórica utilizada.

Desse modo, tais representações deveriam, portanto, beneficiar o colonizador português, em detrimento daqueles que não eram capazes de se governar. Na verdade, esse ato de civilizar exercido pelo colonizador não era visto com o único interesse de elevar seu próprio ego, mas sim para garantir que, ao civilizar, o colonizador era responsável em

⁹¹ TEIXEIRA, Rannyelle Rocha. *A representação dos povos autóctones africanos no Boletim Geral das Colônias*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea defendida em 15 de novembro de 2016.

apresentar e oferecer um mundo melhor ao colonizado. A relação superioridade versus inferioridade de um determinado povo em relação a outro coloca-se em evidência no momento em que determinados indivíduos se julgam superiores e com o direito de dominar os que concebem como atrasados na escala civilizacional.

Para a divulgação das possessões ultramarinas, as potências europeias recorriam a todo o tipo de material para salientar as possibilidades desses novos mundos, desde conferências, congressos, documentários, feiras, exposições, periódicos, folhetos, entre outros meios. Nas primeiras décadas do século XX, alguns países europeus como Portugal e Inglaterra tinham desenvolvido mecanismos sofisticados de propaganda que conseguiam, uma altura crítica de rivalidade imperial, que a opinião pública não ficasse imune às medidas fomentistas desses países nos trópicos.

O *Boletim Geral das Colônias* foi uma importante publicação, que tratava exclusivamente dos assuntos relativos às colônias portuguesas, destacando suas riquezas ultramarinas, segundo a ideologia do Estado Novo. Visava “informar” e “esclarecer”, mas segundo a perspectiva e interesse do regime. Assim, no *Boletim* podemos encontrar resumos de relatórios e atividades oficiais; artigos anteriormente publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiros; diplomas legislativos e outros documentos oficiais; artigos de opinião; notícias; discursos políticos, estudos de diversa índole (estáticos, históricos, antropológicos, etc.).

Logo, as edições do *Boletim* formaram um conjunto de registros acerca dos acontecimentos da vida colonial portuguesa, sendo, portanto, um elemento para entendermos o contexto cultural, político, ideológico de uma sociedade por meio das relações entre colonizadores e colonizados, se bem que o discurso seja exclusivamente produzido e selecionado pelos primeiros.

Através do *Boletim Geral das Colônias* é possível perceber a natureza e abundância das representações da colonização portuguesa na África. O discurso insiste no pioneirismo expansionista e colonizador de Portugal de forma a criar-lhe uma atmosfera repleta de esplendor e de vitórias, onde as virtudes do lusitanismo se manifestam e evidenciam o seu legado à humanidade, tornando-o particularmente capacitado para lidar com povos não europeus; esta foi à maneira encontrada para legitimar uma ação civilizadora pela proteção

em relação aos povos autóctones, entendidos como “raças inferiores”. Diante disso, torna-se possível verificar a constante valorização da ação portuguesa que, ao primeiro contato com os povos indígenas, teriam que pôr em prática os princípios apostados em civilizar os nativos, retirando-os do estado de “barbárie” e de “selvageria” em que viviam.

A postura lusitana adotada em suas colônias africanas foi transmitida no sentido de fomentar orgulho, não apenas do seu passado, mas também do seu presente, pois à medida que era vivenciada essa realidade os caminhos e suas vivências se entrecruzavam. A colonização portuguesa teria herdado princípios essenciais do seu passado glorioso, possibilitando mobilizar os novos colonos convocados a atuarem em seus territórios ultramarinos no século XX. Os nativos, entretanto, assumiam uma posição de inferioridade em relação aos portugueses. O seu exotismo não correspondia aos fundamentos que estavam associados à existência multicultural dos povos, mas sim a uma realidade cultural e socialmente diferente em relação aos padrões civilizacionais impostos pelos portugueses.

O relacionamento entre colonizador e colonizado foi um processo lento, violento e, muitas vezes, devastador devido às exigências de uma nova cultura imposta por quem coloniza e à permanência e inércia de hábitos culturais por parte de quem foi colonizado. Esses impasses, naturalmente, dificultaram a introdução passiva dos colonos no seio das sociedades coloniais.

Segundo Teixeira (2016), a representação da colonização portuguesa no *Boletim Geral das Colônias* sublinha o pioneirismo de Portugal na grande empresa colonizadora dos vastos territórios além-mar, colonização essa marcada pelo humanitarismo e pela proteção em relação aos povos autóctones, entendidos como raças primitivas. Dessa maneira, Portugal teve um papel fundamental no que diz respeito a proporcionar aos indígenas africanos a possibilidade de melhorar sua maneira de viver e estar no mundo.

Assim, afirmando o processo de colonização portuguesa elencadas pelos valores humanitários- via que se considera ter sido aberta pela colonização lusa – Lourenço Cayolla afirma:

Fomos, pois, os primeiros, entre todos os povos colonizadores, a compreender que os pretos eram homens honestos e não bêstas de cargas, e a fundar nossa obra colonizadora na íntima cooperação dos colonos e dos indígenas, o que

constitui a maior e mais honrosa característica da nossa obra. (CASOTTI, 1933, p. 6)

Essa relação entre colonizador e colonizado foi formada por um conjunto de comportamentos, práticas e costumes que foram inseridos em uma realidade ou mesmo contexto que sofria limitações de vários tipos, onde o colono português teria tido um papel ímpar na formação e elevação de povos que estavam condenados a viver de forma desordenada e precária.

Para Bourdieu, a definição de habitus volta-se para a capacidade de uma determinada estrutura social a ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir, ou seja, define e orienta as ações como produto das relações sociais. Dessa maneira, instiga a representar as relações que os criaram, uma vez que, para Bourdieu, as práticas dos indivíduos expressam uma forma ou um estilo de vida que, enquanto conjunto, tanto os caracteriza quanto os distingue (BOURDIEU, 1997, p. 11-13).

Desse modo, o que se observa na relação entre colono e nativo nada mais é que uma ruptura nas práticas culturais, sociais relacionadas à própria identidade do indígena africano. Ao passo que o colono ganha cada vez mais espaço no ambiente nativo trazendo consigo interferências que descaracterizam todo um conjunto de elementos que fornecem informações essenciais de um povo e que de certa forma também os distinguem dos demais. Isso tornou-se prejudicial no que se refere a pureza que os povos indígenas sofreram ao longo de todo o processo imposto pelos colonizadores portugueses.

Abordado de uma forma geral, o *Boletim* contém informações sobre as colônias portuguesas evidenciando seus múltiplos povos, seus costumes, suas relações, suas culturas. Julgamos que a mensagem do *Boletim* era veiculada para dentro e para fora do território português, com uma finalidade ou lógica de construção de um espaço social.

Faz-se importante ressaltar o enaltecimento partido dos próprios colonizadores por serem eles o povo escolhido por Deus para colonizar vastos territórios e possibilitar aos povos nativos formas de vida mais seguras e com isso afastando-os da barbárie.

Primeiramente devemos nos atentar que a relação entre nativos e colonos se deu

de forma difícil, pois os indígenas africanos eram considerados hostis, difíceis de controlar e disciplinar. Essa situação justificava a necessidade de orientar os indígenas nos rumos da civilização, deixando de lado tais características. O nativo teria que seguir um caminho que os afastasse do seu primitivismo, grosseiro e violento, mas também o que representava a perda de sua ingenuidade infantil, recorrentemente atribuída aos povos autóctones. A relação da metrópole com os territórios ultramarinos colonizados implicava a negação do princípio da autonomia; impunha-se a missão de converter, ensinar e proteger o indígena, mas, sobretudo construir e assegurar a unidade do Império.

As análises de Maurice Halbwachs são importantes para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Pois, o autor salienta que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, seja por meio de imagens ou de ideias, tornando-se indispensável o fato da construção de identidade, através da qual se evidencie uma memória coletiva ou mesma individual. Para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais (HALBWACHS, 1990, p. 61).

Nesse sentido, Halbwachs defende que a memória é um dos processos artificiais, destinado aos desempenhos de papéis sociais úteis. As lembranças que várias pessoas reuniram, ou até mesmo uma pessoa reuniu, permitem descrever os fatos ou os objetos que são vistos ao mesmo tempo e reconstituir todas as sequências dos atos e das palavras dentro das circunstâncias definidas. Para Portugal, os grandes momentos do passado foram integrados em uma sucessão de acontecimentos dando a entender que o passado poderia realmente transformar o futuro. Essa análise seletiva de acontecimentos, buscando exaltar os seus pontos positivos, cria uma memória repleta de resistências e articulações, possibilitando um cenário para legitimar a verdade.

O encontro com o diferente, o desconhecido, provoca um confronto entre culturas, costumes, em que o Outro é reconhecido por um olhar de um sujeito espacial e temporal situado. A forma como se olha o desconhecido não se movimenta num vazio referencial. Assim, a forma como se constrói a memória histórica está articulada com a cultura que rodeia os homens. O contato com o novo proporciona, em certos momentos,

lançar um olhar desvalorizado ou sobrevalorizado do que é observado. No entanto, outra atitude se pode apresentar quando o sujeito que observa crente na sua superioridade e em seu universalismo, como no caso do português, envolve uma maneira de encobrir a diversidade cultural.

Assim, para Portugal, as colônias consubstanciavam um império, não apenas territorial e comercial, mas acima de tudo cultural, sendo peça fundamental para a sua própria identidade nacional e imperial. Foi pela seleção de acontecimentos passados do seu processo histórico que se produziu uma explicação fiel das origens e dos momentos de plenitude nacional.

Nas páginas do *Boletim* podemos destacar a valorização e expansão do império colonial, pois como a grande maioria dos portugueses desconhecia as colônias, o *Boletim* pretende justamente informar, alertar o povo português sobre seus domínios ultramarinos e atrair a emigração lusa para esses territórios. Segundo a informação veiculada pelo *Boletim*, o ritmo do processo civilizador reflete-se no social dessas comunidades, pela harmonia das relações humanas, pela difusão da educação, pelo seu desenvolvimento e crescimento econômico, resultando nas estratégias de investir em um mundo novo e pelo seu interesse em um contato mais assíduo com as novas culturas. Todas essas características tornaram-se as bases das representações da colonização nos textos que foram encontrados no *Boletim* entre os anos de 1933 e 1945.

A presença dos colonos indicava a libertação do nativo da barbárie, a sua transformação em seres mais evoluídos, ao ensinar-lhes a modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo “vazio” com os saberes da civilização. Seria esse um dos principais objetivos da missão colonial. Além disso, era necessário conhecer os diversos problemas que afetavam essas regiões e, ao mesmo tempo, procurar resolvê-los.

Segundo René Ginet, era importante destacar o que se passava no continente africano, por quem foi civilizado: “O caminho de ferro é um agente de penetração, de civilização, é por isso que fiz dele meu leit-motiv⁹²”. René Ginet faz referência à sua viagem em África com o objetivo de evidenciar o lado humano, sua obra seria uma reportagem

⁹² GINET, René – “Angola – O encanto de São Tomé”. *Boletim Geral das Colônias*. Lisboa. N° 95, Maio de 1933, p. 209-210.

vivida e verdadeira em que se preocupou em analisar a vida dos povos das regiões que conheceu, evidenciando suas alegrias e seus sofrimentos, esperanças e ilusões. Também percebeu os problemas que inquietaram essa outra parte do mundo, visto que eram realidades diferentes. Assim, o colonizador que foi para as colônias portuguesas na África conheceu as realidades distintas e distantes da sua.

Êsses dias, durante os quais vivi uma outra existência, vou, pois, tentar fazê-los reviver aos olhos e aos sentidos dos meus amigos. Na minha bagagem vem pois uma palpitante versão da África bárbara, – da imaginação de tantos. (GINET, 1933, p. 210)

Registramos também, no *Boletim* do mês de Julho de 1933, um artigo do professor Marcelo Caetano que tinha sido publicado no Diário de Notícias, de Lisboa. Este texto refere-se às diferentes visões de Portugal que os portugueses tinham em função do meio em que viviam e do seu grau de instrução, mas sublinhava que poucos o imaginavam como um país que iam das margens do Atlântico aos confins do Oceano Índico. Assim, Portugal era muito mais do que um pequeno país, era um grande Império, vasto e forte. Era preciso que todos os outros povos percebessem que os portugueses eram o que valiam, mas antes dos outros povos se conscientizarem das virtudes dos portugueses era necessário que os próprios portugueses tivessem a consciência do seu valor e da sua virtude.

A hora actual está marcando na História um momento de ferozes nacionalismos. Em tôda a parte éstes se chocam com brutalidades iniludíveis e, por todos os lados, surgem demonstrações de vigor nacional a procurar esmagar os povos mais fracos em benefício dos mais fortes. Quem quiser sobreviver a êste transe cruel da história mundial tem de apresentar-se, perante a Humanidade, em tôda a sua fôrça populacional, territorial, económica, histórica e jurídica. (CAETANO, 1933, p. 486).

Marcelo Caetano ainda chama a atenção para o fato de que muitos portugueses acabaram por esquecer quem foram, pois, além de grandes colonizadores, os portugueses tinham exercido a sua plena e indiscutível soberania através de uma obra civilizadora que foi construída pelo esforço nacional.

O trabalho dos pioneiros portugueses, desenvolvido através de tantos séculos, sôbre o Mundo por eles descobertos, a benefício da civilização, é qualquer coisa de tão formidável e surpreendente, como o gigantesco esforço dos descobrimentos e das conquistas. (CAETANO, 1933, p. 488)

Nesta conformidade, podemos perceber que Marcelo Caetano evidenciava o objetivo central da missão dos portugueses que consistia em levar o benefício da civilização

às suas conquistas. Isso tinha que necessariamente: “atrair à atividade geral toda a gente, aproveitar toda a competência, parece-nos ser, neste momento histórico que vivemos o único caminho capaz de conduzir, rápida e seguramente, à definitiva grandeza da Pátria, à consolidação eterna do nosso Império”⁹³.

O colono deveria estar consciente de suas obrigações, deveria resistir às tentações do meio, para que pudesse realizar de forma positiva a sua missão. De acordo com Rodrigues Júnior, em uma das suas obras publicadas em 1945 que abordava a questão da colonização dirigida, o colono deveria ir para o Ultramar acompanhado por sua mulher. O casal europeu, além de ser uma defesa contra as tentações do meio, tornava-se uma força para manter as energias morais e afetivas que as sustentavam. O lar do branco era um pedaço de sua terra distante dentro do mato e o indígena, por sua curiosidade, imitaria essa habitação.

A imitação é depois, para êle, uma necessidade, uma indicação para nós de que se vai afastando do seu meio primitivo, de que se torna diferente. A imitação cria necessidades. E para as manter, teremos nós de dar ao preto os meios de poder sustentá-las (JÚNIOR, 1945, p. 39).

Rodrigues Júnior deixa bem claro que o processo de colonização que aconteceu no Brasil deveria ser diferente em África, designadamente em Moçambique – a colônia que analisa – pois os portugueses pretendiam fazer de Moçambique uma província puramente portuguesa. A colonização no Brasil, de acordo com Rodrigues Júnior, passou a ser bem mais íntima, ou seja, as relações passaram a ser mais pessoais possibilitando uma mistura das raças e era exatamente isso que deveria ser evitado nas colônias portuguesas em África.

Fica evidente que os portugueses queriam na África o contrário do que aconteceu no Brasil. Queriam o distanciamento necessário para que a colonização não perdesse seu viés principal, e que se devia evitar a miscigenação dos portugueses com os nativos. Rodrigues Júnior faz um parêntese nas palavras de Gilberto Freire em que analisa a posição dos portugueses que não queriam uma colonização dominando as populações nativas,

⁹³ CAETANO, Marcelo – “O império português e os portugueses”. *Boletim Geral das Colônias*. Nº 97, Julho de 1933, p. 488.

misturando-se com elas e se envolvendo com a mulher de cor, a mulher nativa

O autor Marc Ferro em sua obra intitulada, História das colonizações, afirma que no processo de civilização o papel do colonizador era elevar as demais populações, subalternas, à superioridade do seu saber-fazer e também da sua ciência. O ato de colonizar sugeria um ato nobre, pleno e ao mesmo tempo uma obrigação para o colono. Termo que podemos associar ao “fardo do homem branco” do poeta britânico Rudyard Kipling esse “fardo” consistia em civilizar o mundo e o colonizador, fosse ele português, espanhol ou inglês. Esta tarefa de civilizar significava que, no fundo, os outros eram considerados representantes de uma cultura inferior e que cabia aos colonizadores da raça branca educá-los e formá-los, sempre mantendo certas distâncias; contudo, a colonização do homem branco tinha como principal característica a bondade em educar as raças consideradas inferiores.

Por meio dos textos dos primeiros descobrimentos e conquistadores, que as características essenciais da história da colonização já estavam presentes, como que em embrião, e que depois apenas se desenvolveram. Lá encontramos a conversão, a troca desigual, a violência sexual, uma visão do outro que se faz dele ora um outro que se deseja assimilar cristianizando-o ora um escravo. (FERRO, 1996, p. 55).

Na concepção da ideologia colonialista, o impulso colonizador português proporcionou a base da civilização e da prosperidade dos povos africanos. Assim, todas as relações que foram desenvolvidas entre colonos e nativos permitiriam a elevação dos povos autóctones africanos, que viviam de forma primitiva, e somente com a intervenção do colono poderiam obter chances que modificassem tais costumes vistos como bárbaros.

Em Outubro de 1934, o artigo “Carácter da colonização portuguesa”, divulgado pelo Diário de São Paulo, que foi transcrito pelo Diário Português, do Rio de Janeiro, faz alusão ao processo de colonização que se deu nas colônias portuguesas. Segundo este artigo, nenhum outro colonizador foi tão eficaz quanto o português, apenas ele “seria capaz de implantar sob os trópicos uma civilização de caráter e estilo europeu⁹⁴”.

Na África, a colonização fez-se a custo de trabalho. Os portugueses não se limitaram a colonizar apenas por uma sedimentação da administração, mas passaram a

⁹⁴ “Carácter da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. N.º 112, Outubro de 1934, p. 261.

desempenhar também o esforço manual. O autor insiste que o colono português impôs-se à estima dos africanos, sem recurso à violência, procurou manter a disciplina pelo exemplo e pelo caráter: trabalho e catequese.

Assim, em 1935, o *Boletim* publica um artigo chamado “A língua e o preto” de Rui de Noronha, destacando a língua como um dos principais fatores que mais contribuíram para o processo de colonização e, sobretudo, o relacionamento entre colonizadores e colonizados.

A língua, sabemos todos nós, no que respeita a colonização, é dos factores que mais contribui para os estreito entendimento dos colonizados e dos colonizadores. Só depois dela vêm os costumes, o orgulho das tradições, numa palavra, a pátria. (NORONHA, 1935, p. 186).

Todo o nativo que estava em contato com o colono, fosse dentro de suas casas fossem nas oficinas, tinham que aprender a língua do colonizador. De início apenas as gesticulações foram os meios de comunicação para que se pudessem entender um ao outro. Para o autor, aos poucos essa realidade foi sendo modificada, pois os colonos deveriam preencher as lacunas do processo de civilização nas colônias portuguesas na África.

Desde o primeiro dia que o preto entra para a casa do branco a trabalhar, a preocupação do branco deve ser ensinar-lhe a língua para que ele o compreenda bem, e ensinar-lhe o melhor possível, tal como ele a sabe, como ele a fala. Só assim é que ele lhe poderá inculcar o verdadeiro sabor da língua, fazer com que ele cada vez procure aprendê-la mais e divulgá-la por esse interior além. (NORONHA, 1935, p. 187).

Para tanto, o ensino da língua tornou-se superior em relação aos outros aspectos que foram explorados devido às relações entre colonos e nativos, sendo essa a principal preocupação dos colonizadores que atuavam em suas colônias ultramarinas africanas. No momento em que o nativo passou a aprender e a utilizar a língua do colono, ele atravessou sua condição de primitivismo para acessar o status cultural do colonizador português.

Os portugueses nunca implantaram dentro do seu processo de colonização um método privativo e unilateral de colonização, pelo contrário procuraram aperfeiçoar todos os contatos que pudessem nascer entre colonos e nativos, procuravam também não apenas desconsiderar qualquer intuição ou experiência que pudessem realizar em seus territórios ultramarinos. Por tudo isso, o colonizador nada mais era do que um colaborador e fazia parte do seu dever aperfeiçoar e melhorar a vida selvagem dos povos autóctones.

Em 1937, o *Boletim* divulgou na “Secção Estrangeira” um artigo intitulado “A assimilação das raças”, de Tauaent (anteriormente publicado na *Revue des Questions Coloniales et Maritimes – Paris*), que retrata o contato assíduo entre as duas raças (branca e negra), em consequência da aproximação entre os colonos e os nativos. Segundo o autor, era preciso cuidado de ambas as partes, pois cada raça possuía seus próprios costumes e crenças pelo qual se essa relação não fosse bem conduzida poderia ter consequências graves.

Ora se é difícil compreender pessoas do mesmo país, que falam a mesma língua, vivem a mesma vida, com a mesma educação, que dizer quando se trata de homens que não têm, por assim dizer, o quer que seja de comum conosco, cuja estrutura mental difere profundamente da nossa (TAUAENT, 1937, p. 152).

Os homens que estavam sendo inseridos em crenças ou mesmo em culturas diferentes foram aos poucos se penetrando em realidades distintas das suas e procuravam modificar os hábitos que eram exercidos por determinadas populações. Para o autor: “Os indígenas não compreendem a nossa civilização como nós não compreendemos a deles⁹⁵”. A colonização está diretamente ligada às relações entre colonizadores e colonizados, pois resulta exatamente do movimento de homens e de modos de civilização, em territórios muito diferentes. Assim, foi através da colonização que a valorização da terra por meio da agricultura, as intervenções financeiras, culturais e sociais fizeram parte da nova realidade do povo autóctone.

Este artigo escrito por um estrangeiro é, na verdade, um testemunho da ideologia colonialista da época, moldado, sobretudo por uma visão ultraconservadora, considerando que europeus e africanos eram povos radicalmente diferentes, aqueles muito superiores, pelo que o processo de colonização deveria adaptar os nativos à civilização ocidental, mas nunca assimilá-los, pois isso, a seu ver, era impossível.

Em 1940, o *Boletim* divulga um artigo, denominado “O branco e o indígena na colonização”, colhido da edição de 7 de Novembro do jornal *Diário de Luanda*, que analisava a relação que assentava principalmente nos trabalhos agrícolas que precisavam da colaboração dos nativos que habitavam esses territórios, designadamente em Angola ou Moçambique. A substituição do nativo pelo colono era algo impossível nas colônias

⁹⁵ TAUAENT – “A assimilação das raças”. *Boletim Geral das Colônias*. N.º 148, Outubro de 1937, p. 152.

portuguesas na África, pois o clima e o solo foram importantes elementos que categorizavam e separavam os dois povos, vindo a tornar o indígena um componente primordial de riqueza em favor da economia e prevenção para o futuro.

Esse contato entre colonizadores e colonizados foi necessário, pois era preciso não somente ensinar o nativo a trabalhar, mas, sobretudo promover o relacionamento com o colono e com isso passar a entender e praticar a colaboração no que se refere à exploração da terra e ver o colono como um orientador para o aperfeiçoamento dos seus processos.

Margarida Ribeiro, no seu texto, *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, acredita que a colonização na África passava pela expectativa de criar outro império que eventualmente poderia vir a ser mais poderoso do que o do Brasil. África ganha notoriedade a partir dos estudos e das viagens de exploração promovidos pela Sociedade Geografia de Lisboa (SGL), dos quais resultaram vários debates e publicações. A divulgação da imagem de Portugal como uma potência colonial era promovida nos manuais escolares e através de iniciativas como as da Agência Geral das Colônias (AGC) e da SGL, designadamente por meio de filmes e documentários, através da rádio, dos concursos literários, dos cruzeiros de estudantes às colônias e da participação em exposições e congressos nacionais e internacionais.

Os exemplos de textos encontrados no *Boletim* são maioritariamente de textos onde se figuram visões dos conjuntos que compõem os territórios ultramarinos, possibilitando assim uma abordagem cultural da história da colonização portuguesa onde a noção da representação e as relações entre colonizadores e colonizados são apresentadas e como construíram, influenciaram e utilizaram o seu imaginário em torno do Império.

Entendemos que o pensamento colonial em Portugal foi marcado por uma questão essencial para o futuro do Império, pois cada colono tinha como tarefa principal que envolvia em elevar a condição do nativo, assim, o colonizador levava consigo para as colônias todos os aprendizados, os quais eram considerados essenciais para melhorar a vida do nativo em todos os sentidos que pudessem alcançar. E, assim, passou a condicionar as diversas ideias sobre os espaços africanos e, com isso, nas análises feitas no *Boletim* constatamos que a principal preocupação dos portugueses eram os modelos de colonização que deveriam adotar.

De acordo com Silva Costa, em sua obra, *Da barbárie à Civilização: Representações do Espaço Africano na propaganda colonial Portuguesa do primeiro quartel do Século XX*, o principal problema da colonização era o seu caráter tropical, principalmente o encontrado na África Equatorial, visto como elemento limitador da fixação dos europeus; para muitos deles apenas a mão de obra indígena era capaz de fazer prosperar a agricultura.

Já para Orlando Ribeiro, em seu trabalho, *A colonização da Angola e seu fracasso*, a colonização portuguesa nesse território saldara-se por um fracasso, o qual era preciso compreender para evitar a repetição dos erros aí praticados pela colonização lusitana. O colono português era visto como o patrono do território, cabendo a ele o dever de educar o mundo indígena; daí uma administração que privilegiava a construção de vias de comunicação para que existisse um comércio efetivo entre os entrepostos comerciais no litoral.

Outra imagem, que recorrentemente se pode encontrar nos textos do *Boletim*, é a da dificuldade de desenvolvimento dos territórios africanos segundo parâmetros europeus, devido à ignorância e fraqueza dos seus habitantes. O continente africano é, em grande medida, um espaço de desordem e incivilizado no qual os europeus deveriam ser a ordem e uma presença civilizadora. O objetivo de civilizar os povos indígenas se intensificou com as mudanças dos hábitos, tradições e organização social, tornando assim a terra do Ultramar cada vez mais portuguesa.

Em 1936 foi publicado no *Boletim* um artigo do Dr. Marques Mano sob o título, “A questão africana e o sentido da colonização portuguesa”; esse artigo na verdade, foi um discurso proferido por Marques Mano, na tentativa de expor todas as características, todos os elementos e adversidades presentes na colonização portuguesa em seus territórios ultramarinos africanos. O que mais chama a atenção são as análises feitas no tópico que trata sobre “O branco e o negro na visão económica de África”:

Se reduzirmos a visão de África ao aspecto exclusivamente económico, verificamos como convém, quanto à população, que essa disposição se mantenha. A grande riqueza de África é a raça própria que a habita. Sem a sua resistência natural e imunidade relativa, a produção africana ficaria por colher;

sem o seu nível de vida, o preço dela elevar-se-ia tanto, que não poderia concorrer com o da produção do resto da zona tropical; em qualquer caso, a África seria pouco mais do que inútil ao Mundo. O primeiro cuidado de uma acção colonizadora com consciência dos seus meios não é o de a substituir, mas, pelo contrário, o de a multiplicar, fortalecer e industrializar. Assim o exigem as condições gerais da economia africana; e assim o temos feito.

Devemos empregar, decerto, um esforço tenaz e violento para povoar as nossas grandes colónias, ocupando quanto por natureza ou indústria se adapte à vida do colono europeu. Mas empregamos êsse esforço para assegurarmos, de uma vez para sempre, a nacionalidade portuguesa dessas colónias, e não para colocar o excedente da produção metropolitana. (MANO, 1936, p. 53).

Para Marques Mano a raça indígena era vista como uma raça atrasada, e que foi por meio da modesta integração do colono que os nativos puderam entender o valor do trabalho, modificando seus hábitos; decididamente cabia ao colono o papel de direcionar o indígena em suas diversas atividades.

Diante disso, a principal preocupação da obra colonizadora portuguesa foi a de ensinar, e mesmo moldar o indígena, através de adaptações que viessem a melhorar a vida simples e primitiva do povo autóctone. Obter esse resultado só era possível através do contato entre nativos e colonos.

Com o processo de colonização, os nativos aos poucos foram sendo introduzidos no novo sistema de organização colonial, passando a desempenhar as mais diversas funções, que iam desde a vigilância até à direção do colonizador.

Também Silva Rego, em seu artigo intitulado “Colonização”, que foi publicado no *Boletim* em Novembro de 1944, diz que “o homem colonial devia ser cheio de boas intenções, doçura e ilustração⁹⁶”, ou seja, é apresentado como um modelo de heroísmo, bondade e coragem.

Não. A colonização não vai contra nenhum princípio da humanidade. A conquista, a invasão, a dominação violenta tudo isso não pode entrar na denominação de “colonização”, pois segue outros fins e orienta-se segundo outras bases. Colonizar é elevar, transportar o indígena suave e firmemente para um plano superior. (REGO, 1944, p. 129).

Assim, os textos contidos no *Boletim* ressaltam que era preciso um distanciamento

⁹⁶ REGO, Silva – “Colonização”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa. N° 233, Novembro de 1944, p. 129.

entre os colonos e nativos. O seu padrão discursivo nos vários textos era semelhante, visto que a essência desses discursos se voltava para um esclarecimento perante a população e tudo que fazia parte das colônias.

Diante do que já foi explanado, podemos constatar que o reconhecimento das tipologias de representação da colonização portuguesa e dos autóctones africanos no *Boletim Geral das Colônias* que formaram a propaganda acerca da colonização nos ajudou a compreender o papel destas nas (re)criações dos diversos mitos face ao império colonial português. A análise levantada nos principais discursos e artigos encontrados no *Boletim* sobre esse tema possibilitou um olhar mais aprofundado e um maior conhecimento das realidades, ações e percepções sobre os territórios coloniais, assim tentando alterar concepções e imaginários negativos. A verdade é que pela propaganda disseminaram-se novos estereótipos sobre os espaços, na medida em que se privilegiaram as figurações do agente colonizador. Além disso, a relação entre colonizador e colonizado se deu de diversas maneiras, entre elas pela evangelização, pela catequese, pelo trabalho, pela educação, pela língua.

Dentro do *Boletim*, as relações entre nativos e colonos pareciam estar diretamente ligadas ao controle e modificação das mentalidades dos povos autóctones ou mesmo das representações do negro africano. A alteridade ganha espaço no momento em que o dominador afirma os seus argumento para se impor em relação ao Outro. O fato é que o desinteresse pela realidade autóctone fosse ela social ou cultural, era latente. O Império português visava elevar a vida do nativo – por meio da oficialização da língua portuguesa, da educação a vários níveis, da promoção econômica, da religião cristã – mas era preciso certo distanciamento entre as duas realidades, ou seja, a relação entre nativo e colono não deveria ultrapassar os limites considerados necessários para o benefício de ambas as partes.

O colonizador avalia o Outro pelos padrões da sua civilização. O quadro civilizacional em que os indígenas estavam inseridos deveriam ser combatidos e substituídos pelo dos colonizadores. A identidade dos povos autóctones sofreu processos drásticos de transformação, sendo gradualmente desenhada pelo contato com o colonizador. Contudo, o discurso colonial português articula-se por meio do contato harmonioso entre colonizador e colonizado, que converte o indígena num objeto

privilegiado pelo elo que cria com o colonizador, revelando-se uma manobra positiva e de grande satisfação que tornou melhor a vida simples do colonizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da acção**. Editora Celta, Oeiras. 1997.
- COSTA, Nuno Silva. **Da barbárie a Civilização: Representações do Espaço Africano na propaganda colonial Portuguesa do primeiro quartel do Século XX**. *Africana Studia*. Issue 14, p. 297-311. 2000.
- FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências dos sécs. XIX e XX**. Lisboa: Editora Estampa. 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006.
- JÚNIOR, Manuel Rodrigues. **Aventura do Mato e colonização dirigida**. Lisboa. Estudo de Assuntos Coloniais. 1945.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento. 2004.
- RIBEIRO, Orlando. **A colonização da Angola e seu fracasso**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. 1981.
- TEIXEIRA, Rannyle Rocha. **A representação dos povos autóctones africanos no Boletim Geral das Colónias**. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2016.

AS BANDEIRAS NO ESTADO NOVO: O CONCEITO DE BIODEMOCRACIA EM *A MARCHA PARA OESTE* DE CASSIANO RICARDO

Ana Paula Rodrigues Carvalho⁹⁷

Artigo recebido em: 22/03/2018

Artigo aceito em: 05/06/2018

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo discutir a respeito do conceito de biodemocracia desenvolvido por Cassiano Ricardo na obra *Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. É nesta obra que o autor formula suas ideias a respeito da existência de uma democracia racial tipicamente brasileira, pautada pela convivência harmoniosa entre as três raças (indígena, negra e branca). Em um momento em que o Estado Novo se encontrava envolvido em um projeto civilizatório rumo ao oeste, Cassiano por meio da simbologia bandeirante buscou tecer analogias com a sociedade brasileira de sua contemporaneidade. As bandeiras, nesta conjectura, são apropriadas de modo a propagar um legado glorioso do passado nacional assim como impulsionar e legitimar um projeto no presente.

PALAVRAS-CHAVE:

Estado Novo; Marcha para o Oeste; biodemocracia.

RIASSUNTO:

Questo articolo si propone di discutere il concetto di biodemocrazia sviluppato da Cassiano Ricardo nel libro *Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. In questo libro l'autore formula le sue idee sull'esistenza di una democrazia razziale tipicamente brasiliana, basata sull'armoniosa convivenza tra le tre razze (indígena, caucásica e nera). In un momento in cui l'*Estado Novo* fu coinvolto in un progetto di civiltà verso ovest, Cassiano, attraverso la simbologia *bandeirante*, cercò di costruire analogie con la società brasiliana della sua contemporaneità. Le *bandeiras*, in questa congettura, sono appropriate per propagare un'eredità gloriosa del passato nazionale e per spingere e legittimare un progetto nel presente.

PAROLE – CHIAVE:

⁹⁷ Doutoranda em História pelo Programa de Pós- graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Estado Novo; Marcia verso ovest; Democrazia biologica.

* * *

INTRODUÇÃO

Propõem-se neste trabalho analisar a obra *Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo, com o objetivo de analisar o conceito de biodemocracia desenvolvido pelo autor. Buscou-se analisar de forma mais específica a formação da população brasileira resultante do processo de mestiçagem que deu origem a democracia biológica e social e as analogias construídas entre o contexto das bandeiras e o Estado Novo.

A Marcha para o Oeste foi um plano colonizador instituído em 1938 durante o Estado Novo por Vargas. Prefixou-se como objetivo final a integração nacional, por meio da ocupação, povoamento e exploração das áreas “desocupadas” da região Centro-Oeste até a Amazônia. A marcha em direção ao sertão aparece tanto em obras literárias como no discurso político como uma missão desbravadora de construção da nação e do novo povo brasileiro.

A marcha retrataria a imagem de uma nação que por meios de suas próprias forças e trabalho coletivo enveredava em direção de sua concretização e plenitude. O ‘imperialismo interno’ seria o fado do povo brasileiro, ou de acordo com as palavras proferidas por Vargas “a brasilianidade se dá por meio da interiorização do oeste”. (LENHARO, 1986, p.56).

De acordo com Lucia Lippi Oliveira,

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon (OLIVEIRA, 2008, p.16).

Getúlio Vargas, em conformidade com sua política centralizadora, toma para si a

tarefa de guiar a nação verso sua expansão interna. Segundo Alcir Lenharo (1986), o governo do Estado Novo se deu sobretudo a partir da invalidação dos princípios liberais. Com a crise do liberalismo decorrente da I Grande Guerra e da Revolução Russa, o governo varguista, como alternativa, propôs uma política de “controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem” (CAPELATO, 2003, p.109).

Vargas, neste contexto, se apresenta como líder capaz de organizar os meios necessários pra consecução do progresso nacional. A conquista do oeste sob sua guia levaria a integração do território como também ao desenvolvimento de áreas até então “desocupadas”. A colonização destas áreas demograficamente “vazias” eram colocadas também como solução para as tensões sociais que vinham se desenrolando nos grandes centros urbanos. A ocupação do campo além de esvaziar estas tensões seria também responsável pela formação da classe de pequenos proprietários capitalistas, que levariam adiante o projeto desenvolvimentista industrial posto em pauta pelo governo.

A propaganda e toda simbologia criada em torno da figura de Vargas tiveram papel importante neste contexto de expansão interna. Segundo Lenharo, em um momento em que:

(...) eram negadas as vias institucionais de participação política, o regime promovia as suas formas de participação; toda a estratégia de propaganda armada sobre o slogan da Marcha para Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela (LENHARO, 1986, p.14).

2. A MARCHA PARA O OESTE E OS INTELLECTUAIS

A propaganda teve um papel central em fazer vislumbrar à população todas as obras que acompanhavam o desbravamento do território. A conquista do oeste foi instrumentalizada politicamente. A abertura de estradas, a instalação de colonos, o contato e integração pacífica de comunidades indígenas, a instalação de pequenas escolas rurais e pequenos hospitais para o atendimento da população rural, todos estes recursos eram mobilizados para aumentar o apelo e sensação de participação na população. (LENHARO,

1986, p.72-73).

Alguns intelectuais participaram ativamente na formulação de mensagens promocionais sobre a expansão do oeste e de uma nação que marcha em direção a conquista de si mesma. É neste contexto que as questões culturais são inseridas nas pautas políticas. De acordo com Mônica Pimenta Velloso (1982, p.72), “a questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade”.

A intelectualidade brasileira foi convocada a tomar para si a tarefa de traduzir os anseios e auspícios do governo para sociedade. A arte abandona sua vocação meramente decorativa e assume tons utilitaristas ao buscar elaborar e divulgar as doutrinas da ditadura varguista.

De acordo Maria Helena Capelato, o Estado Novo “teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e idéias, pelos quais se auto interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileiras (CAPELATO, 1982, p.09). A constituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, em substituição ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), foi essencial para a realização desta finalidade.

Ficava sob a responsabilidade do DIP a centralização e coordenação de todo material propagandístico realizado à nível nacional e internacional. Era também de sua competência incentivar e produzir a elaboração de cartazes, livros, artigos laudatórios do governo, filmes, peças teatrais. Segundo Capelato (2003, p.127), “cabia as divisões do DIP organizar, estimular e divulgar a produção artística, popular e erudita; esperava-se que as artes se transformassem em elementos formadores das massas”.

Logo, a finalidade deste órgão estava estritamente ligada à questões relativas a educação cívica, seu objetivo primário era consolidar o sentimento de nacionalidade na sociedade brasileira. Novas estratégias de poder são então formuladas, o estado, sob esta ótica, expande seus domínios sobre a sociedade civil tomando para si a função de educador e organizador da sociedade.

O DIP era também responsável por aplicar a censura sobre qualquer tipo de manifestação cultural e artística que ia contra os desígnios do governo. Como discutido por Capelato, durante o Estado Novo alguns intelectuais foram vítimas da censura e de outras formas de repressão, no entanto alguns foram beneficiados pelas políticas de governo. Segundo a autora, “muitos intelectuais foram convocados a participar da organização do novo Estado e a teorizar sobre a “questão nacional” ou criar obras de artes, adequadas aos propósitos do novo poder” (CAPELATO, 2003, p.130).

Este foi o caso da intelectualidade que gravitava em torno à Lourival Fontes, diretor do DIP, como Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Motta Filho. Segundo Velloso, estes intelectuais foram responsáveis pelas “linhas mestras da política cultural direcionada às camadas populares” (VELLOSO, 2003, p.150). Uma política cultural que se voltava e se identificava com um passado supra valorizado como forma de legitimar políticas atuais. Este é o caso da recuperação da figura do bandeirante como exemplo de brasilidade, força e superioridade, presente, por exemplo, na obra de Cassiano Ricardo.

3. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM CASSIANO RICARDO

Cassiano Ricardo nasceu em 1895 na cidade de São José dos Campos. Graduou-se em Direito em 1917 pela Universidade Brasil, no Rio de Janeiro. Tentou carreira como advogado em Rio de Janeiro e São Paulo, mas devidos as dificuldades na empreitada acabou se transferindo com a família para o sul, na cidade de Vacaria (RS). Em 1923 retornou a São Paulo onde se estabeleceu como advogado e trabalhou como jornalista no jornal *Correio Paulistano*, ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP).

Em 1928 Cassiano Ricardo abandonou o ofício de advogado e ingressou na carreira de funcionário público como censor teatral e cinematográfico. De acordo com Maria José Campos (2006), é neste período que Cassiano estabeleceu contatos com vários políticos, o que o levou posteriormente ao cargo de diretor do expediente do Palácio do estado de São Paulo. Em 1932 se tornou interventor federal e em 1935 foi nomeado diretor da revista *São Paulo*.

Ainda na década de 1930, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, juntamente com outros intelectuais modernistas, participaram ativamente do Movimento Bandeira. Este movimento de cunho nacionalista caracterizava-se, para além da crítica feita ao integralismo, pelo posicionamento contrário a todo tipo de influência alheia ao contexto nacional, como o comunismo, fascismo, liberalismo. Em 1941 Cassiano Ricardo, já membro da Academia Brasileira de Letras, foi nomeado diretor do jornal *A Manhã*, órgão oficial do governo Vargas.

É neste contexto que a obra *A Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* é publicada em 1940 em dois volumes de 585 páginas. Conforme observado por Vitale Joaroni Neto (2017), esta obra recebeu 4 edições. Em cada edição os volumes passaram por alterações, seja nos títulos dos capítulos que na organização interna dos conteúdos. De qualquer forma, o foco central da *Marcha para Oeste* permaneceu intacto. Neste livro Cassiano Ricardo busca explicar por meio das bandeiras a formação brasileira do ponto de vista físico e histórico. É nesta obra que o autor formula suas ideias a respeito da existência de uma democracia racial tipicamente brasileira, pautada pela convivência harmoniosa entre as três raças (indígena, negra e branca).

Segundo Velloso, a importância dada a existência de um antagonismo racial em equilíbrio tipicamente brasileiro, observável na obra de Cassiano, reflete “a preocupação dos ideólogos em produzir uma identidade social, condição necessária para a implementação de um projeto político, cujo sigma seria o da unidade nacional (VELLOSO, 1982, p.92). Neste sentido, a mestiçagem era a resposta para a questão: para quem governar? Era por meio da mestiçagem que as fronteiras biológicas era superadas; a mestiçagem “diluía não só a ‘diversidade’, como também a ‘desigualdade’ entre índios, negros e brancos” (CASTRO, 1996, p. 193). Como resultado, a identidade do povo brasileiro era uma amálgama das raças que aqui conviviam.

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre assevera que a formação da identidade brasileira ocorreu sob os auspícios da miscigenação. O colonizador português é descrito como um ser “*híbrido*, resultado de uma amálgama iniciado antes, muito antes do seu desembarque no continente americano” (ARAÚJO, 1994, P.40). Seja pela sua posição geográfica, pela proximidade com a África ou pelo impulso colonizador, o português já

trazia consigo o fundamento da miscigenação.

[...] indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo (FREYRE, 2003, p.66).

É na índole adaptável que se encontra a maior virtude do português. Foi graças a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatabilidade, em seguida condensadas por Freyre no adjetivo *plasticidade* que tornou possível que um país de dimensões pequenas e pouco povoado conseguisse na empresa de se instalar em regiões tão distantes pelo globo.

A miscibilidade do português garantiu assim a intimidade sexual com outras raças, o que levou Freyre a afirmar que a formação brasileira não se deu “no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana” (FREYRE, 2003, p.115).

Conforme o autor, a escravidão brasileira ocorreu sob circunstâncias únicas o que atenuou os males do sistema.

Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América. (...) Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (FREYRE, 2003, p. 251).

O processo de mestiçagem e as relações definidas como afetivas durante a escravidão entre senhor e escravizado no Brasil alimentou o mito da democracia racial cujas raízes remontam ao século XIX. Petrônio Domingues (2005), aponta, para além do processo de mestiçagem, outros fatores também responsáveis pela construção e

propagação deste mito, como: a literatura de relatos de viagens de viajantes europeus que visitaram o país e a produção da elite intelectual e política.

O viajante francês Louis Couty ao visitar o Brasil no século XIX escreveu:

No Brasil, o liberto entra plenamente em uma sociedade na qual ele é imediatamente tratado como um igual (...). No Brasil, não somente inexistia o preconceito racial, e as freqüentes uniões entre as diferentes cores constituíram uma população mestiça numerosa e importante; mas também esses negros libertos e esses mestiços misturaram-se inteiramente à população branca (...). Não é somente à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração pública, nas escolas e nas assembleias legislativas que encontramos todas as cores misturadas, em igualdade de condições...(COUTY *apud* DOMIGUES, 2005, p.119).

A relação romântica descrita pelos viajantes impulsionaram a construção do mito da democracia racial. Nestes relatos a escravidão brasileira é apresentada como branda. O relacionamento entre o senhor e o escravizado é romantizada, marcada por laços de quase familiaridade. Segundo Couty, a prova que no Brasil o preconceito racial era inexistente se dava pela quantidade de mestiços e de sua boa inserção na vida social da cidade. Consequência direta das relações amigáveis entre as três raças que compunham o cenário social nacional.

Como já apontado por Domigues, Gilberto Freyre não é o fundador do mito da democracia racial, no entanto deu suporte teórico e científico aos fundamentos de um mito construído historicamente pela elite e aceito pelas demais classes sociais, inclusive por uma parcela da população negra. Entre o pós-abolição e 1930 o sentido de democracia racial já fazia parte do imaginário das relações sociais presente no pensamento nacional, com a obra *Casa Grande e Senzala*, Freyre conseguiu transformar o mito da democracia racial em ideologia racial oficial. (DOMIGUES, 2005, p.127).

Cassiano Ricardo, imbuído deste imaginário em torno da democracia racial brasileira, assim como outros escritores modernistas, em sua obra ressalta a importância da miscigenação por inaugurar uma democracia social por meio da democracia biológica. Em sua obra, o mérito por tal feito recai sobre os bandeirantes. A mestiçagem, “é produto

típico da bandeira ou do grupo social móvel que fêz o sangue de todas as raças circular pelos rincões mais distantes” (CASSIANO, 1970 p. 341).

As bandeiras ao mesmo tempo em que expandia e moldava os contornos territoriais da nação também deu forma a população brasileira, resultante da união das três raças que marchavam juntas pela conquista do oeste. Com as bandeiras “(...) inaugura-se uma democracia que não é o grupo social harmonizando raças antagônicas, mas as próprias raças se harmonizando em claros-escuros e subcores que lhe dissipam as fronteiras biológicas, dentro do mesmo grupo social (CASSIANO, 1970, p. 286).

Para Cassiano, a origem da democracia brasileira é bandeirante:

A democracia não podia nascer na zona do criatório nem na dos engenhos. Se esta é feudal aquela impossibilita a pequena propriedade e rarefaz a população, agindo ambos anti-democraticamente. Ao passo que a bandeira nasce num meio democrático, a sua mobilidade só se explica pela pequena propriedade e pela pequena agricultura, além de povoar o país, criando-lhe a substância viva da democracia” (CASSIANO, 1942, p.24).

Em contraste com o cenário social fixo e cristalizado do litoral norte marcado pelo latifúndio, monocultura e trabalho escravo; a democratização pela bandeira é garantida pela pequena propriedade e policultura em constante movimento, seja espacial que biológico. É na bandeira que a biodemocracia alcança o seu maior desfecho, “só duplicado em mestiço é que o branco conquistou e colonizou o Brasil, promovendo – e não vai nisto muito exagero – uma das maiores revoluções da humanidade” (CASSIANO, 1970, p. 356).

As dinâmicas que envolviam o movimento das bandeiras traziam em si o gérmen da solidariedade. A vida dura no sertão, os constantes perigos e as desventuras compartilhadas exerciam o poder de nivelador social. A consciência dos perigos e sofrimentos “acabavam por fomentar um espírito cooperativo” e eliminar qualquer “preconceito de côr, credo e de origem” (CASSIANO, 1942, p.23). A camaradagem diante do perigo que lhes cercavam deu origem a uma democracia social espontânea. Para Cassiano (1970, p.360), o sertão obriga os homens a ser solidários entre si:

[...] o contato áspero da terra, o trabalho em comum, a interpenetração de tantos destinos, por força de um só destino, a mestiçagem que atenuava as côres e estabelecia o traço de união imperativo e secreto do sangue, a miragem do ouro

que faiscava no esconderijo instigando os batedores e os desbravadores para uma única direção, a solidariedade vigilante em face do perigo constante, tudo isso faz esquecer preconceitos de classe e cor (CASSIANO, 1970, p.361).

A busca por um objetivo capaz de unir indivíduos tão heterogêneos fomentando o fortalecimento do espírito colaborativo, assim como o processo de mestiçagem que supera qualquer tipo de preconceito, mais do que um retrato verídico do que foi as bandeiras era um augúrio para o presente. O retrato de uma nação múltipla que caminha organicamente cadenciada rumo a direção determinada pelo seu líder, ia ao encontro com os projetos do Estado Novo.

A biodemocracia idealizada por Cassiano era hierarquizada, por mais que não existissem preconceitos a colocação de cada componente da bandeira obedecia “a critérios biológicos naturalmente hierarquizantes” (CAMPOS, 2006, p.146). Na obra *O Brasil no Original*, no capítulo “Democracia Social”, Cassiano declara:

Mas a verdade não envelhece, como disse alguém. E, embora o elemento predominante das arrancadas tivesse sido o mameluco, cuja primeira geração é a gênese da bandeira, o caso é que esta se utilizou das três raças primitivas para a sua democracia étnica. Isso desde muito cedo, poderia eu acrescentar agora. Estas três cores mesclaram o início de nossa paisagem social e humana com pinceladas justas e admiráveis, mostrando mesmo que, já antes da luta contra o invasor, os três tipos raciais que nos servem de origem se haviam juntado harmônica e harmoniosamente em função de conquista. Com esta circunstância: hierarquicamente dispostos pela função que cada cor adquiriu na organização de cada grupo (RICARDO *apud* CAMPOS, 2006, p. 145).

Na concepção do autor a hierarquia que subsistia não era contrastante com sua ideia de democracia, muito pelo contrário, graças as bandeiras cada cor encontrava seu escopo. Segundo o autor:

Pôsto o grupo em marcha, realça-se o seu conteúdo específico: a divisão do trabalho em função de cada cor; (...) O ‘comandante’ ou ‘chefe de bandeira’ substitúe o senhor feudal. O ‘índio em movimento’ substitúe o índio escravizado. A obediência do negro, e o seu aproveitamento nas horas de sedentarismo, corrigem-lhe a escravidão. Formada de todas as raças, três riscos psicológicos bem marcados formam a trama moral de cada bandeira: comando, obediência, movimento” (CASSIANO, 1942, p.23).

Neste modelo rudimentar de democracia, derivado das bandeiras, cada indivíduo

encontra sua ocupação em função de sua cor. Ao mameluco branco, cabe o domínio e supervisão sobre os demais. O elemento indígena empresta as bandeiras “as pernas para caminhar”, é o motor que impulsiona a marcha. O componente africano coloca em ato sua vocação quando o movimento cessa. Faz se necessário “no trabalho das minas, na organização das lavouras para abastecimento da tropa” (CASSIANO, 1942, p.23).

De acordo com o autor, as bandeiras têm a capacidade de dar propósito e tornar úteis até os elementos mais caóticos e desordeiros da sociedade. Para Cassiano (1970, p.355), “em meio dos elementos raciais díspares e inamalgáveis, rebeldes a tudo quanto é poder disciplinador e organizador, a bandeira é a geometria viva que tudo enquadra e retifica”. Em veste de bandeirantes estes indivíduos “inferiores” são reabilitados, podem ocupar e povoar áreas “vazias” cooperando para o avanço nacional e a formação da democracia social e biológica.

Porém, para que a marcha para o oeste alcance bons resultados, a bandeira necessita da direção de um líder qualificado, capaz de orientar todos os elementos da companhia de forma eficiente. Como apontado por Cassiano (1970, p.486), “existe uma forma de govêrno, que é o germe de uma democracia social interessantíssima, em que todos os componentes do grupo têm sua utilidade, uns solidários com os outros e todos integrados numa só alma – obedientes à firme unidade do comando”.

As bandeiras necessitam de um líder, os perigos que circundam a marcha para o interior do país são inúmeros e os momentos de conflito entre os elementos que compõem a comitiva também. As bandeiras são como pequenos Estados e para obterem sucesso necessitam ser estruturadas como tal. O cabo de tropa “é o próprio poder público, o ditador, o chefe de estado” (CASSIANO, 1942, p.27). Nas mãos do comandante da bandeira se concentram os três poderes, que são aquinhoados de forma justa e competente. Um executivo que tudo controla, “com uma autoridade que exerce funções policiais e judiciárias e em tórno da qual se reúnem, dentro da mais estreita solidariedade, e hierarquicamente dispostos, os elementos componentes do grupo” (CASSIANO, 1970, p,485).

A descrição de um governo centralizado capaz de manter a unidade do grupo e realizar as suas aspirações se encaixam com a simbologia de governo proposta por Vargas.

Conforme Velloso, um dos axiomas produzidos pelo pensamento político antidemocrático, observável no Estado Novo, “é o de entender a sociedade como ser imaturo, indeciso e, portanto, carente de um guia capaz de lhe apresentar normas de ação e de conduta” (VELLOSO, 2003, p.156).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cassiano por meio da simbologia bandeirante buscou tecer analogias com a sociedade brasileira de sua contemporaneidade. O Estado Novo se encontrava envolvido em um projeto civilizatório rumo ao oeste. As bandeiras, nesta conjectura, são apropriadas de modo a propagar um legado glorioso do passado nacional assim como impulsionar e legitimar um projeto no presente.

A questão racial e o problema da heterogeneidade que marca a formação do povo brasileiro, mesmo depois de um século da proposta de *Como se deve escrever a História do Brasil*, de Karl Friedrich Von Martius, é premente. A resposta é obtida por meio do mito da democracia racial decorrente do processo de mestiçagem, que segundo o autor, remontava as primeiras bandeiras. O tema da mestiçagem e do convívio harmonioso entre as três raças, mesmo que hierarquizado pelas cores, dá a tônica ao livro. Conforme Castro (1996, p. 192), o Estado Novo foi “um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira”.

Desta forma, Cassiano Ricardo encontrava nas bandeiras a solução para o problema da identidade nacional, assim como fornecia um modelo de empreendimento a ser seguido, cômsona com os preceitos do governo federal. O Brasil, assim como nas bandeiras, para conseguir manter sua unidade e alcançar o progresso prometido pelo projeto desenvolvimentista estadonovista, necessitava de um líder forte. Na simbologia propagada pelo governo, a figura de Vargas incorporava as características do indômito bandeirante. Herdeiro deste legado, Vargas se apresentava como líder apto a manter a unidade nacional e promover o desenvolvimento almejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Ed.34, 1994.
- CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o ‘mito da democracia racial’’: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.140-155, 2006.
- CASTRO, Gomes, Ângela de. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CAPELATO, M. Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (org.) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latinoamericanos**, n.10, p. 116-132, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo : Global, 2003.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. 2ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP. 1986.
- _____. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus. 1986.
- NETO, Vitale Joanoni. Cassiano Ricardo e as várias formas do mesmo. Martim Cererê, Marcha para Oeste e as releituras do Brasil entre 1928 e 1970. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** – ANPUH, Brasília, 2017.
- OLIVEIRA, Lippi Lucia. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política e Sociedade**, n.12, p. 13-21, 2008.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 2vol. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.
- RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 2vols. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- VELLOSO, M. Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (org.) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Gomes, Â. M. C., Velloso, M. P., & Oliveira, L. L. (1982). **Estado Novo**: ideologia e poder. Zahar, 1982.

DE ENJEITADO A OUVIDOR: A TRAJETÓRIA DO TENENTE JOAQUIM LINO RANGEL NA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL, 1760?-1839⁹⁸.

Thiago do Nascimento Torres de Paula⁹⁹

Artigo recebido em: 02/04/2018

Artigo aceito em: 04/06/2018

RESUMO:

É sabido que o abandono de crianças recém-nascidos é um fenômeno presente em nossa sociedade ocidental desde a antiguidade, sendo justificado de maneira diferente em lugares e tempos diferentes. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar a trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel, indivíduo que foi enjeitado na Freguesia da Cidade do Natal na segunda metade do século XVIII, mas que tornou-se alguém proeminente na jurisdição eclesiástica na primeira metade do século XIX. Para isso, foram analisados documentos paroquiais, camarários, administrativos, cartoriais, entre outros. Os procedimentos utilizados no trato das fontes foram de duas ordens, a saber: *quantitativo*, que possibilitou arrolar os índices de enjeitamento e ilegitimidade, tal como, *qualitativo*, firmado na leitura, seleção e transcrição de documentos pertinentes para examinar a realidade passada. Todas as fontes foram interpretadas a luz da história social, permitindo depreender a trama familiar que existiu por trás do enjeitamento de Joaquim, a consolidação da inserção social daquele indivíduo, que passou por um casamento de qualidade, pela constituição de uma família legítima, pela inserção na governança local atingindo a condição de Ouvidor do Rio Grande do Norte, posto de grande relevância. Por fim, trago para ordem da pesquisa os vários grupos da América ibérica que fizeram uso da prática do enjeitamento como estratégia de manutenção da honra.

PALAVRAS-CHAVE: Enjeitado; Trajetória; Freguesia.

ABSTRACT:

It is well-known that the abandonment of newborn babies is an existing phenomenon in the western society since antiquity, as such, being justified differently in different places and times. Therefore, the aim of this article is to present the trajectory of Lieutenant Joaquim Lino Rangel, someone who was a foundling in the Parish of the city of Natal in

⁹⁸ O presente artigo é produto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016 na Universidade Federal do Paraná, com financiamento da CAPES.

⁹⁹ Doutor em História pela UFPR (2016), Mestre em História pela UFRN (2009), Bacharel-licenciado em História pela UFRN (2005). Atualmente está em Estágio Pós-doutoral no PPGED/UFRN, membro colaborador do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1215912772573170> E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br

the second half of the XVIII century, but also became a prominent member in the ecclesiastical jurisdiction in the first half of the XIX century . To carry that out, it was analysed parish, council, administrative, archival documents, among others. The procedures taken to deal with the sources were: *quantitative*, which turned it possible to list the index of rejection and illegitimacy, as well as, *qualitative*, based on reading, selection and transcription of relevant documents to examine the past reality. Every source was interpreted in the light of Social History, enabling to understand the family plot there was behind that rejection of Joaquim, the consolidation of the social insertion of that individual, who went through a marital quality, through the constitution of a legitimate Family, through the insertion in the local government, thus reaching the status of the ombudsman of Rio Grande do Norte, position which had an immense administrative relevance. Lastly, it was brought to the research order, several groups from Iberian America used the practice of rejection as an strategy to maintain the honor.

KEYWORDS:

Foundling; Trajectory; Parish.

* * *

1. INTRODUÇÃO

O abandono de recém-nascidos é uma realidade nas sociedades humanas ocidentais desde longas datas. Muitos foram os motivos que possibilitaram o enjeitamento de crianças recém-nascidas, entre eles pode-se destacar: crises de alimentos, pobreza extrema, falta de leite humano ocasionado pela morte da mãe, ou mesmo a ilegitimidade, entre outros.

Salienta-se que a prática do enjeitamento não compunha o habitus dos nativos da América, nem muito menos dos muitos homens e mulher negros trazidos da África e escravizados no Novo mundo, sedo algo intrínseco a cultura dos homens católicos ocidentais. Enjeitar, expor, abandonar era abrir a possibilidade de outras pessoas praticarem a caridade, algo tão necessário para obter a salvação da alma. (VALDEZ, 2003, p. 25).

Assim, o fenômeno do enjeitamento de crianças recém-nascidas chegou ao Novo mundo por via das muitas embarcações que lá atracaram na América portuguesa. Com isso, o objetivo desta pesquisa é examinar a trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel, morador na freguesia da Cidade do Natal na transição do século XVIII para o século XIX, que foi enjeitado quando recém-nascido, mas que constituiu família legítima e tornou-se membro da governança.

Com isso, as fontes consultadas e analisadas ao longo da investigação foram: documentos paroquiais (Assentos de batismo, casamento e óbito); documentos camarários (Termos de vereação, Cartas e provisões); documentos cartoriais (testamentos); documentos administrativos (Cartas e requerimentos do Conselho Ultramarino, Cartas de sesmarias), entre outros. Todo material estudado encontra-se depositado respectivamente nos arquivos da Curia Metropolitana da Arquidiocese de Natal, Instituto Histórico e Geográficos do Rio Grande do Norte, Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os procedimentos utilizados giraram entorno da leitura criteriosa das fontes elencadas, fichamentos, transcrição e quantificação sistemática. A partir disso, buscou-se operar com o conceito de figuração, que refere-se a formações sociais, onde os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços de interdependência, compondo amplas redes de relações e distribuídos em níveis específicos da sociedade. (ELIAS, 2001, p. 12-13).

Além do conceito de figuração elaborado pelo sociólogo Norbert Elias, o conceito de economia moral, revisto e reutilizado pelos historiadores Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, para analisar as relações políticas no Antigo Regime português que, segundo eles, se difundia por todos os níveis sociais, também pode ser usado para compreender os meandros da prática do enfeitamento de Joaquim Lino Rangel, e os caminhos que conduziram o enfeitado aos cargos mais importantes do Senado da Câmara da Cidade do Natal.

Sendo assim, os pesquisadores lusitanos denominaram a relações de troca que estruturava a sociedade do Antigo Regime como a economia moral do dom, considerando a influência do cristianismo, já que todo dom adivinha de Deus. Ou seja, Xavier e Hespanha, afirmam que a economia moral do dom foi responsável pela composição de redes clientelares que se baseavam no princípio de dar, receber e retribuir. (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 381-392).

Ressalta-se que tal relação no Antigo Regime, estava estabelecida em uma amizade desigual que legitima as relações de poder entre homens livres. Relação esta que possibilitava um ganho simbólico, ao meu juízo construía um espaço simbólico até mesmo de poder para os indivíduos. Segundo Luciana Gandelman (2005, p. 111), o ganho simbólico se consubstanciava, pois “[...] tudo que os homens possuíam era dádiva de Deus

e assim deveria seguir adiante como dádiva entre os homens [...]”. Tendo esta circulação de benefícios a seguinte fundamentação:

O amor e a vontade divinos eram, portanto, para o pensamento da época, a única entidade que possuía verdadeiramente um “poder constituinte” e o laço amoroso, não entendido em seu sentido romântico posterior, mas na medida em que espalhava os princípios divinos, o elemento responsável por organizar as relações entre as pessoas de forma mais estável e duradoura. (GANDELMAN, 2005, p. 111).

A caridade era a característica mais católica da economia moral do dom ou da dádiva, pois estava totalmente imbuído no sentimento divino e, possivelmente, a retribuição não viria no mundo material. Com isso, ‘A caridade [...], dizia respeito, portanto, à relação dos “grandes” com os “pequenos”, tanto em termos concretos quanto em termos simbólicos e, neste sentido, estava no cerne das relações de poder do Antigo Regime’. (GANDELMAN, 2005, p. 115).

A relação dos “grandes” com os “pequenos” em nível da caridade pode ser observada no ato do recolhimento dos recém-nascidos enjeitados, principalmente em regiões onde não existia uma assistência institucionalizada. Dessa maneira, os “grandes” seriam qualquer pessoa que encontrasse um recém-nascido largado na rua, em uma estrada, praia, logradouro ou mesmo depositado na soleira de uma casa e o conduzisse ao batismo, ou mesmo o batizasse e, por último, tomasse providências para cuidar daquela vida. Como apresenta-se no caso específico abaixo:

Cosme exposto [enjeitado] em casa de José de Lima achado por ele na sua porta aos sete de setembro de mil setecentos e sessenta e cinco as dez horas da noite pouco mais ou menos foi batizado com os santos óleos de licença minha pelo Reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira na capela de São Gonçalo do Potengi aos vinte de outubro do dito ano. Foram seus padrinhos Felipe de Santiago Nogueira homem casado, e Michela Arcângela filha de Antônio Rodrigues Vição, do que fiz este termo em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.¹⁰⁰

¹⁰⁰ ACMAN (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal), Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1760-1765, f. 15.

Assim, o enjeitado na economia moral do dom ou da dádiva, era representado como o “pequeno”, o ser que recebia o benefício, e posteriormente quem o batizou esperaria no plano do divino o retorno, acreditando que tal atitude ajudaria na construção de sua salvação. Mas sobretudo na elaboração em uma rede de clientela de relação, que poderia consolidar a inserção de um enjeitado na figuração social.

Por conseguinte, a freguesia onde viveu o enjeitado Joaquim Lino Rangel, jurisdição eclesiástica mais antiga da Capitania do Rio Grande do Norte, correspondeu no período examinado a uma fração do Bispado de Pernambuco, tendo em seu território: uma igreja matriz, várias capelas, fazendas, sítios e padres que assistiam a população de católicos, composta de indivíduos livres, forros e escravos. (PAULA, 2009, p. 45-55). Considerando ainda que, entre os anos de 1774 e 1786, a freguesia da Cidade do Natal contava com uma população de aproximadamente 3.288 indivíduos¹⁰¹, muito provavelmente um espaço de sociabilidade onde quase todos se conheciam, e eram talvez sabedores da história do enjeitado que tornou-se ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte.

2. VIDA PÚBLICA: CÂMARA, REVOLUÇÃO E ECONOMIA

Entre 1816 e 1823, o Tenente Joaquim Lino Rangel teve participação efetiva nas atividades do Senado da Câmara da Cidade do Natal; em sete anos, foi possível detectar dezesseis atuações dele no âmbito da política¹⁰². Foi eleito vereador para o ano de 1821 em 21 de novembro de 1820¹⁰³. Em 24 de maio de 1821 esteve presente entre os mais de cem homens que assinaram o documento de juramento, veneração e respeito à santa religião, obediência ao Rei, manter, guardar e conservar a Constituição da monarquia portuguesa¹⁰⁴; no mesmo ano, em 29 de agosto, Rangel estava entre as autoridades civis e militares da freguesia que reafirmaram o juramento à Constituição monárquica portuguesa, em

¹⁰¹ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.^a &.^a desde o anno de 1774 [...] In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO** [...], p. 107-108

¹⁰² AIHGRN (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte), Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823.

¹⁰³ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 78-78v.

¹⁰⁴ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 88v.-91v.

consequência da Revolução liberal burguesa do Porto¹⁰⁵.

O personagem em questão muito provavelmente vivenciou os movimentos e efeitos da Revolta liberal de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte, insurreição que teve na Capitania de Pernambuco seu epicentro, de onde os efeitos se estenderam às capitanias anexas. A derrota dos insurretos pernambucanos e seus aliados apresentou aspectos positivos para o Rio Grande do Norte, pois este foi desanexado de Pernambuco no mesmo ano de 1817; em 1818 o Rio Grande do Norte tornou-se independente juridicamente da Paraíba, e em 3 de fevereiro de 1820 o rei oficializava a Alfândega do porto de Natal.

Aponta-se que a desanexação do Rio Grande do Norte de Pernambuco foi uma medida punitiva da Coroa portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, contra a capitania revoltosa. Não há como saber qual foi o nível de contato que Rangel teve com o grupo simpático às ideias liberais e aliado ao movimento pernambucano no ano de 1817, formado por clérigos, militares e outros homens de distinção, tendo por líder na Capitania do Rio Grande do Norte André de Albuquerque Maranhão, morto aos 26 de abril de 1817 por partidários da Coroa portuguesa. (MARIZ, 2002, p. 126-133).

Após a dissolução do movimento revolucionário liberal no Rio Grande do Norte e a prisão e morte de André de Albuquerque Maranhão, adotaram-se medidas para ocultar as decisões do governo rebelde.

Aos doze dias do mês de julho de mil oitocentos e dezessete anos, nesta cidade do Natal, e seu termo, Capitania do Rio Grande do Norte, nos passos do Conselho dela onde se achavam o Juiz Presidente, Vereadores e Procurador, menos o primeiro e terceiro vereadores, que deram parte de estarem doentes e que por essa causa não assistiam à presente sessão para acordarem no bem comum: Acordaram em arrancar as folhas 26 e folhas 27 deste livro e folhas 89 do livro de registros da Câmara, nas quais se achavam lançados termos feitos no pérfido tempo do governo instalado nesta capitania, em virtude da ordem do governador desta capitania José Inácio Borges, que nos foi dirigida em data de dez do corrente mês, que fica registrada no livro 18 a folha 118 que serve nesta Câmara; em virtude da mesma ordem mandaram passar Edital para fazer certos aos povos deste termo para que logo entreguem todos e quaisquer papéis ou carta que tiverem em seus poderes, feitos naquele malvado tempo. (LYRA, 1972, p. 73).

Pois o governo monárquico fez uso do monopólio da violência, não só para expurgar todo e qualquer registro deixado pelos rebeldes, como também para exercer

¹⁰⁵ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 95-97v.

pressão sobre todos os indivíduos da figuração do Termo da Cidade do Natal para que devolvessem documentos produzidos pelos revoltosos. Suponho que Rangel também tenha sofrido estas pressões egressas do grupo dirigente da capitania, já que ele fazia parte do grande conjunto de indivíduos interdependentes que compunha a figuração da Cidade do Natal, e estava entre os homens da Câmara no ano 1816.¹⁰⁶

Ao que tudo indica, a vida política do exposto adquiriu maior destaque,¹⁰⁷ e sua inserção social foi plenamente consolidada quando ele foi eleito Juiz Ordinário, no princípio de 1822.¹⁰⁸ Rangel ocupou outros cargos na governança: em 3 de julho de 1822 foi indicado para Ouvidor da Comarca da Capitania do Rio Grande do Norte, substituindo Mariano José de Brito Lima, que solicitou licença de seis meses para ir à Corte do Rio de Janeiro¹⁰⁹.

É de suma importância notar, que o Tenente Joaquim Lino Rangel atingiu um dos postos mais importantes da governança local, não era apenas mais um vereador eleito para uma legislatura, ele teve como chefe do Senado da Câmara, era o mais velho entre os homens bons [um tipo de presidente da casa]. Porém, a condição de Ouvidor tornava aquele indivíduo excepcional e singular, alguém diferente na hierarquia, Rangel ocupava uma função na magistratura, mesmo que de forma provisória, mas que o tornavam proeminente na formação social da freguesia, caminho que só pode ser trilhado possivelmente a partir uma rede clientelar construída ao longo de uma vida. (HESPANHAL, 2010, p. 69).

Assim, na condição de homem da Câmara, o enjeitado deve ter sentido, junto com os outros homens-bons, os abalos econômicos causados pela fuga da produção de algodão realizada nos sertões da capitania, bem como dos impostos que deveriam ser pagos sobre aquele rico produto, tão desejado pela indústria inglesa.

Em carta enviada ao Ministério da Fazenda do Brasil pela Alfândega do Algodão e Junta da Fazenda da Capitania do Rio Grande do Norte, em 25 de julho de 1822, o

¹⁰⁶ Considera-se que “[...] o contexto serve para preencher as lacunas documentais da biografia e é usado como pano de fundo, de maneira sistemática, com relação ao desdobramento biográfico [...]”. (DOSSE, 2009. p. 222).

¹⁰⁷ O termo *exposto e enjeitado* eram sinônimo uma referência a recém-nascidos abandonados até o final do século XIX, recorrentemente usada pelos padres que redigiam os documentos de batismo na freguesia da Cidade do Natal. (PAULA, 2016, p. 19).

¹⁰⁸ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 114v.-115.

¹⁰⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 123v.-124.

presidente da Alfândega apresenta a inacreditável situação da exportação oficial da capitania: naquela data, só havia uma saca a declarar. A causa de tal conjuntura era o desvio da produção algodoeira para o Ceará, Paraíba e Pernambuco, alegando os produtores que tais portos eram mais próximos dos sertões, além de não existirem acessos decentes nem bons caminhos até a Alfândega de Natal.

Joaquim Lino Rangel supostamente deve ter tomado conhecimento, ou mesmo participou dos conflitos e tensões que tal conjuntura originou, pois o Rio Grande do Norte, na figura de sua sede, Natal, passou a reclamar às capitanias vizinhas, por mecanismos legais, o reembolso dos impostos sobre o algodão produzido em suas terras, não obtendo, no entanto, respostas positivas. (DIAS, 2011, p. 229-233).

No apagar das luzes do período colonial, em um momento de plena contestação do Antigo Regime, Rangel participou de ações importantes para a política local, conectadas à figuração mais ampla do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em 7 de fevereiro de 1822, ele esteve presente na eleição do governo provisório da Capitania do Rio Grande do Norte,¹¹⁰ e deve ter participado dos conflitos entre os grupos locais às vésperas da Independência¹¹¹; em 13 de julho do mesmo ano, o Tenente e demais autoridades da freguesia requereram a conservação do Príncipe Dom Pedro no Reino do Brasil, como Regente constitucional¹¹². A última participação de Rangel na governança, que há conhecimento foi na data de 22 de janeiro de 1823, quando assinou o termo de aplausos à coroação do Imperador do Brasil:

[...] em louvor à aclamação e coroação de sua Majestade, Imperador, Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, o Augusto Senhor Dom Pedro de Alcântara, a quem rendem toda obediência e fidelidade de que com prazer e alegria deram continuados vivas ao mesmo Augusto Senhor [...].¹¹³

Ao examinar os Termos de Vereação, depreende-se que Joaquim Lino Rangel era inegavelmente uma figura pública na freguesia da Cidade do Natal, e que esteve presente no processo de independência política da colônia portuguesa na América, votando e

¹¹⁰ AIHGRN, Termos de Vereação, Caixa 3, Livro: 1815-1823, f. 111v.-112v.

¹¹¹ AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), Rio Grande do Norte. Cx. 10. Doc. 25. CARTA dos membros da Junta Governativa Provisória ao rei [D. João VI] sobre os distúrbios ocorridos em Natal após a eleição e os motivos que tiveram para abandonar a cidade e fugir para a Paraíba. Paraíba, 24 de fevereiro de 1822.

¹¹² AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 125-129.

¹¹³ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 140v.-142.

assinando termos. Por outro lado, o personagem realizou atividades ligadas a sua vida particular que foram registradas pela Igreja católica, o que permite verificar a consolidação de sua inserção na figuração social da freguesia.

3. VIDA FAMILIAR: CASAMENTO, SOGRO, FILHOS E OUTROS ELEMENTOS

Não foi localizado o seu registro de casamento, mas sabe-se, a partir dos registros de batismo de seus filhos, que Joaquim Lino Rangel foi casado com Ana Francisca Barbosa, filha do casal Félix Barbosa Tinoco (natural da Capitania de Pernambuco) e Antônia Maria da Conceição (natural da freguesia da Cidade do Natal).¹¹⁴

O sogro do Tenente recebeu as concessões de duas sesmarias na Capitania da Paraíba: a primeira, em 1745, localizada na Ribeira das Piranhas; a segunda, em 1752, localizada no sertão do Pianco - ambas justificadas pela necessidade de criar gado. Afirmava Félix Barbosa Tinoco ter descoberto aquelas terras com suas próprias fazendas e pondo em risco sua própria vida.¹¹⁵ A condição de criador de Tinoco confirma-se a partir do registro de um ferro de marcar gado nos documentos da Câmara da Cidade do Natal, aos 6 de agosto de 1747.¹¹⁶

Aos 2 de setembro de 1748, o sogro do Tenente recorreu ao Conselho Ultramarino, buscando confirmação de sua carta patente de Tenente-coronel, sendo a dita mercê confirmada no ano seguinte.¹¹⁷ Percebe-se que Rangel ligou-se, por via do casamento, a um grupo do nível superior da figuração social. A típica aliança matrimonial que lhe garantiria um dote.¹¹⁸ Um casamento que o ajudou em sua projeção na vida pública.

Pode-se compreender que Félix Barbosa Tinoco, criador de gado *vacum* e cavalari,

¹¹⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 15.

¹¹⁵ CARTAS DE SESMARIA DE FELIX BARBOSA TINOCO. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=1554>> Acesso em: 19 jun. 2014.

¹¹⁶ AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Cx. 2, Livro n. 9: 1743-1754, f. 74.

¹¹⁷ AHU - Rio Grande Do Norte, Cx. 5, Doc. 44. REQUERIMENTO de Félix Barbosa Tinoco ao rei [D. João V] pedindo confirmação de carta patente do posto de tenente-coronel de cavalaria da Ribeira e Freguesia do Açú, passada pelo capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques. Anexo: carta do governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha; carta patente e patente de confirmação. Natal, 2 de setembro de 1748; AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Cx. 2, Livro n. 9: 1743-1754, f. 111v.

¹¹⁸ Considera-se que em ambos os mundos coloniais, o português e o castelhano, o dote era um elemento indispensável para o casamento das mulheres da elite. (SANTOS, 2013, p. 215; VIVO, 2009, p. 274).

dono de terras e provavelmente de alguns poucos escravos, participante da governança, casou sua filha com um homem de genealogia zero, que segundo as leis do Reino só poderia entrar nos testamentos na terça parte, pois era um enjeitado, mas em contrapartida “[...] não deveria ser impedido de galgar cargos públicos e eclesiásticos”, como de fato não foi. (FRANCO, 2010, p. 160).

O que teria motivado seu consentimento em tal união? Seriam o sogro e o genro homens brancos? Era o exposto dotado de habilidades que ajudariam o sogro nos negócios? É sabido que o enjeitado era conhecedor das artes de ler, escrever e contar¹²⁰. Frisa-se que as famílias ricas selecionavam seus genros por aptidões: “[...] quando um genro se ajustava ao tipo de negócios em que seu sogro tinha interesse, isso era duplamente vantajoso”. (NAZZARI, 2001, p. 75). Pode-se afirmar com muita propriedade que tanto Joaquim Lino Rangel, exposto, quanto seu sogro Félix Barbosa Tinoco, eram indivíduos juridicamente livres: este era um ponto em comum entre eles.¹²¹

Passando ao largo dos motivos conjecturais que possibilitaram o matrimônio, pode-se afirmar que o ato de casar representava, na trajetória individual de um enjeitado, uma soma a consolidação de sua inserção na figuração. Assim,

Não se pode, igualmente, deixar de perceber a importância das relações de parentesco na construção de uma dada rede de poder. Neste âmbito, os casamentos ganhavam um peso considerável, uma vez que segundo Mafalda Soares da Cunha, ‘a escolha do cônjuge constituía um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais. (GOUVÊA, 2004, p. 100).

Daquela união vieram ao mundo quatro filhos: Rita (nascida em 1787, batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação)¹²²; José (nascido em 1789, não sendo

¹¹⁹ AHU – Rio Grande do Norte. Cx. 7. Doc. 47. CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio Grande do Norte Manuel Teixeira de Moraes ao rei [D. José] enviando o recenseamento das contas do ex-almojarife Felix Barbosa Tinoco. Anexo: certidão e informação do provedor do assentamento Miguel de Gouveia Pegado. Natal, 22 de fevereiro de 1762.

¹²⁰ Tal afirmativa é realizada com base nos documentos da Câmara e nos registros de casamento em que Joaquim Lino Rangel assinou como testemunha, chegando mesmo a ter uma firma muito mais fluente e rebuscada que a do próprio Vigário da Cidade do Natal. Cf. ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1785-1790, f. 177.

¹²¹ É importante ressaltar que o sogro do Tenente Joaquim Lino Rangel foi receptor de exposto. Em 22 de agosto de 1765, Felix Barbosa Tinoco, já portador da patente de Tenente-Coronel, recebeu em sua porta um exposto que foi batizado com o nome de Antônio. (ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. 3).

¹²² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 4-4v.

registrado o local de batismo)¹²³; Félix (nascido em 1791, batizado na igreja de Santo Antônio)¹²⁴; e Francisco (nascido em 1793, batizado também na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação)¹²⁵. Não se sabe se todos chegaram à vida adulta.

Não existia uma preocupação efetiva por parte dos genitores ou mesmo da Igreja se as crianças recém-nascidas cresceriam lindas e saudáveis. A preocupação era notoriamente espiritual: nas orientações da Igreja os rebentos tinham que ser batizados com no máximo oito dias de vida, pois em caso de uma morte prematura, como era muito comum, a alma dos pequenos não iria para o Limbo,¹²⁶ uma vez que todos os recém-nascidos traziam consigo a marca do pecado original, herdado de Adão e Eva. (CATECISMO ROMANO, 1951. p. 225).

Estudando os registros de batismo dos filhos de Joaquim Lino Rangel, torna-se clara a preocupação que ele tinha com o batismo de seus rebentos, preocupação está que compunha o habitus do homem católico ocidental durante o Antigo Regime. Assim, dos quatro filhos, apenas Rita, a mais velha, foi batizada tardiamente, recebendo os santos óleos com quase 30 dias de nascida. Ressalto ainda que o assento de batismo de Rita é o único documento referente à vida do Tenente Joaquim Lino Rangel que apresenta o seu qualificativo de exposto, sendo este registro o documento que forneceu o indício necessário para a tessitura da trajetória.

Rita filha legítima de *Joaquim Lino Rangel exposto em casa de Antônio Martins Praça Júnior*, e de Ana Francisca Barbosa naturais desta freguesia neta materna de Felix Barbosa Tinoco natural de Pernambuco e de Antônia Maria da Conceição natural desta freguesia nasceu aos vinte e sete de junho de mil setecentos e oitenta e sete foi batizada com os santos óleos aos vinte e quatro de julho do dito ano de licença minha nesta matriz pelo padre Francisco Manuel Maciel de Melo e foram seus padrinhos José Teixeira casado e Maria Inácia solteira e não se continha mais em dito assento do que mandei fazer este em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / vigário do Rio Grande. [grifo meu].¹²⁷

Uma vez nascidas as crianças, o Tenente e sua esposa, Ana Francisca Barbosa,

¹²³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 79.

¹²⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 106.

¹²⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 145.

¹²⁶ O limbo era uma espécie de purgatório: “[...] um terceiro receptaculo, em que eram recolhidas as almas justas, antes da vinda de Cristo. Ali desfrutavam um suave remanso, sem nenhuma sensação de dor. Alentavam-se com a doce esperança do resgate [...]”. (CATECISMO ROMANO, 1951. p. 135; LE GOFF, 1995. p. 65-69).

¹²⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 4-4v.

compuseram uma pequena rede de compadrio, o que revelava sobretudo uma cadeia de relações com determinações recíprocas, a interdependência direta entre os indivíduos. Sendo um conjunto de oito parentes rituais, até onde a documentação permite saber, sendo quatro compadres e quatro comadres.

COMPADRES DO TENENTE JOAQUIM LINO RANGEL

Nome das crianças	Ano do batismo	Padrinhos	Madrinhas
Rita	1787	José Teixeira (casado)	Inácia (solteira)
José	1790	José Francisco de Paula (casado)	Francisca de Tal (solteira)
Félix	1791	Manuel de Souza Marinho (Sargento-mor)	Maria José (casada)
Francisco	1793	Manuel de Souza (casado)	Floriana Joaquina (casada)

FONTE: ACMAN, Livro de Batismo da freguesia da Cidade do Natal

Os Termos de Vereação da segunda metade do século XVIII e início do XIX referentes à Cidade do Natal e as Cartas de Sesmarias da Capitania do Rio Grande do Norte permitem constatar que possivelmente nenhum dos compadres de Rangel foi oficial da Câmara ou solicitou terras à Coroa. A partir disso, acredita-se que Joaquim Lino Rangel não constituiu uma rede de compadrio com pessoas de destaque na freguesia; percebe-se que apenas o padrinho do pequeno Félix era detentor de uma patente militar. Outro ponto importante a ser observado é que os pais e mães espirituais dos quatro filhos do enjeitado não constituíam casais, mas os padrinhos em sua maioria eram casados.

Aponta-se ainda que Félix, filho de Rangel, aos seis anos de idade, em 1797, exerceu a função de herdeiro de seu padrinho, quando o sargento-mor Manuel de Souza Marinho declarou em seu testamento que deixava para seu afilhado uma faca, um par de colheres e alguns garfos¹²⁸; provavelmente Félix estava entre os afilhados mais queridos pelo padrinho. A nossos olhos, tal legado de talheres de um padrinho para um afilhado de pouca idade pode não fazer sentido algum, pois foge totalmente ao universo da infância construído no século XX; porém, para os homens do século XVIII, estes eram bens de

¹²⁸ AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento do Sargento-mor Manuel de Souza Marinho-1797, f. 4.

suma importância, símbolos de distinção social. (ELIAS, 2011, p. 78).

Nem todos os filhos do enjeitado foram localizados nos assentos de batismo. Contudo, os assentos de casamento revelaram a existência de mais um filho legítimo: na data de 18 de agosto de 1820, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Bernardo José Gadelha casou-se com Maria Inácia do Carmo (filha de Rangel), tendo por testemunhas de sua união o Doutor Francisco Xavier Garcia e o Capitão Agostinho Lisboa de Almeida, ambos casados.¹²⁹ É importante destacar que Rangel não somente conseguiu contrair casamento em face da Igreja, como também casou um dos seus filhos segundo as normas da Igreja Católica. É provável que seus outros filhos tenham tido o mesmo destino da irmã, caso não tenham morrido na primeira infância.

Joaquim Lino Rangel foi arrolado pela primeira vez como testemunha de um matrimônio aos 21 de novembro de 1784.¹³⁰ Quinze anos após aquele ato público, nosso personagem reaparece como testemunha de outro casamento; neste, o padre registrou e afirmou que ele era um homem branco e detentor de uma patente militar.¹³¹ Os sacerdotes, ao redigirem os assentos de casamento, omitiram a condição de exposto do Tenente, tal como os padres que registraram os batismos de seus filhos. Não se sabe com exatidão o motivo de tal atitude; uma hipótese a ser abraçada é que o enjeitado utilizou a cerimônia do crisma como estratégia para libertar-se do qualitativo de exposto, pois era um momento em que se podia realizar alterações no nome. (RODRIGUES, 2010, p. 336-337).

Por outro lado, o casamento dignificava o homem; assim, infere-se que na Cidade do Natal a ascensão ao altar, a união selada pela Igreja, permitia que a expressão *exposto* fosse apagada, na maioria das vezes, do nome de homens e mulheres, pois era o casamento um rito de maior significância e posterior ao crisma. Talvez o nível estreito e direto do entrelaçamento social entre Joaquim Lino Rangel e os padres da freguesia, considerando que eram todos pertencentes à camada superior da figuração social, tenha possibilitado que os sacerdotes não se referissem a ele como um enjeitado em seus registros.

Homem casado, branco, livre, pai de filhos legítimos, feche de domicílio, testemunha de casamento, Vereador, Juiz Ordinário, Ouvidor, membro votante na freguesia, era o Tenente Joaquim Lino Rangel um enjeitado de triplo sucesso. Não morreu

¹²⁹ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 43v.

¹³⁰ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1785-1790, f. 177.

¹³¹ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1798-1807, f. 33.

na primeira infância, constituiu família segundo as normas da Igreja e participou da governança. No entanto, qual foi o significado do abandono de Rangel? Quem possibilitou a consolidação plena de sua inserção social? Seria o menino recém-nascido de pele branca, deixado em casa de Antônio Martins Praça Júnior, um enjeitado qualquer? A princípio, revela-se que o pequeno estava inserido em uma trama familiar que passava pela madrasta do seu receptor, Dona Catarina Peralta Rangel, e por relações proibidas.

4. VIDA PRIVADA: ESTRATÉGIA FAMILIAR E PROTEÇÃO

Não existe melhor caminho para desvendar segredos de determinadas famílias do que investigar antigos testamentos. Foi ao devassar as folhas do testamento da madrasta de Antonio Martins Praça Júnior, aberto aos 28 de janeiro de 1775, que encontrou-se a significação do abandono de Joaquim. Teria sido ele afilhado e ao mesmo tempo agregado da madrasta do dono da casa que o recebeu? Percebe-se uma candente semelhança entre o último sobrenome dos dois indivíduos. Teria Dona Catarina transmitido o sobrenome Rangel a Joaquim? As linhas do testamento da senhora em questão deixam claro e evidente que o enjeitado era muito mais que um provável afilhado, agregado e protegido. Vejam-se as palavras ditadas pela falecida:

[...] deixo por esmola a meu sobrinho Joaquim Lino Rangel filho de minha sobrinha Dona Felícia Joaquina, o qual tenho em minha casa um molequinho por nome Pedro, o qual é o que me fez dele doação meu marido Antonio Martins Praça, e assim mais um espadim de prata, uma área grande, uma sarasa de chita, um lençol de pano de linho fino com rendas, e cem mil reis em dinheiro [...].¹³²

Perceba-se que Joaquim Lino Rangel, batizado na condição de enjeitado, era, incontestavelmente, sobrinho-neto de Dona Catarina Peralta Rangel, filho natural ou ilegítimo de Dona Felícia Joaquina, sobrinha da testamenteira. Pode-se afirmar que a gravidez de Dona Felícia foi consequência de uma relação ilícita, “um mau passo”, fosse com um homem casado, um padre, um indivíduo de menor qualidade ou, quem sabe, o próprio dono do domicílio receptor: Antonio Martins Praça Júnior. Tais suposições sobre a paternidade de Joaquim ficarão no nível das conjecturas, sem respostas plausíveis, pois as fontes disponíveis não permitem um aprofundamento no âmbito das intimidades.

¹³² AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel-1775, f. 3v.

Nesta busca por informações acerca da origem do Tenente Joaquim Lino Rangel, em que situações concretas se misturam a conjecturas, compondo gradientes de questões, é importante delinear o modelo daquele abandono. Observem-se três pontos: A) Joaquim foi exposto em uma casa, abandono classificado como protetor, em que ele deveria ser encontrado, recolhido e batizado, como era o padrão de enjeitamento dos indivíduos da freguesia;¹³³ B) Além de protetor, o abandono foi provavelmente articulado, combinado entre as partes, pois tanto o expositor da criança quanto seu receptor estavam conscientes da necessidade do enjeitamento; C) Todo o processo foi intrafamiliar: o exposto era filho da sobrinha da madrasta do proprietário do domicílio receptor.¹³⁴

O abandono protetor, articulado e intrafamiliar foi, em suma, uma estratégia de grupo, fios de uma trama que tinha por função não somente assistir à vida do recém-nascido mas também, e sobretudo, proteger a honra de Dona Felícia Joaquina, que, pertencendo ao nível superior da figuração social da freguesia, não poderia batizar e registrar um filho ilegítimo de pai incógnito, apresentando-se como uma mãe solteira. O enjeitado poderia ter sido batizado com quaisquer outros nomes, mas foi registrado com uma variação do nome de sua mãe.

¹³³ Salienta-se que entre os anos de 1727 e 1835, todos os recém-nascidos enjeitados na freguesia da Cidade do Natal, foram deixados em domicílios, compondo um padrão comum para aquele fenômeno na formação social. Lembrando, que nunca existiu na freguesia uma Irmandade da Misericórdia, nem Santa Casa, ou mesmo uma Roda dos expostos (PAULA, 2016). Sobre a Roda dos expostos comenta-se que era: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. A primeira instituída especialmente para receber crianças foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informa aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital. (ROOSEL-WOOD, A. J. R, 1981, p. 233). Por último, o historiador Emanuel Araújo, apresenta uma definição muito mais íntima no que é relativo a utilização da roda por parte das religiosas que viviam enclausuradas nos recolhimentos, quando comparada a de Russel-Wood. E sendo assim, comenta: “Junto à grade [um certo limite do recolhimento onde algumas pessoas do mundo externo, poderiam chegar com autorização das madres superiores] ficava a roda, espécie de caixa giratória que, por movimentar-se para dentro ou para fora, servia para a troca de mimos entre os enamorados: ele depunha ali bilhetes, poemas, leques, fitas, lenços, relógios, anéis, livros, peças de tecidos e o que mais à imaginação viesse para melhor cortejar, induzir, obsequiar, persuadir; ela o brindava, em troca, com fina merenda de doces, por certo sublinhando que foram feitos especialmente para ele”. (ARAÚJO, Emanuel, 1997, p. 261.) A roda era um verdadeiro portal de amores e paixões proibidas.

¹³⁴ É de grande valor mencionar que Catarina Peralta Rangel era comadre de Antonio Martins Praça Júnior. (AIHGRN, Cx. única, Livro de notas, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel-1775, f. 4).

Considera-se que a alternativa mais viável para aquele grupo familiar seria ocultar o escândalo, “forjar” o abandono do pequeno e batizá-lo na condição de exposto. Cabe lembrar que a ilegitimidade não foi um indicativo de ordem geral para se abandonar recém-nascidos nas terras da freguesia da Cidade do Natal,¹³⁵ a não ser quando o *status quo* de um grupo estava ameaçado, conforme a historiografia tem apontado.

[...] o problema da exposição em terras coloniais ressalta a existência de um sistema de honra trazido pelo colonizador, no que tange à mulher na América Portuguesa. Tal sistema não permitia a violação dos padrões de virgindade das mulheres solteiras, de fidelidade aos maridos, no caso das mulheres casadas, e de castidade das viúvas, sobretudo no seio da elite que via na honra o *ethos* que racionalizava a existência da hierarquia colonial. (CAVAZZANI, 2005, p. 75) – Grifo do autor.

Destaca-se que, com a morte de Dona Catarina Peralta Rangel, seu sobrinho-neto foi alvo da atenção da falecida, que deixou para ele alguns bens móveis e imóveis: um pequeno escravo, terras, um objeto de prata, tecidos e uma soma em dinheiro. Joaquim ainda era uma criança de idade desconhecida quando o testamento de sua tia-avó foi elaborado:

[...] entregará tudo tendo-lhe idade capaz de receber ao tempo de meu falecimento, e não tendo idade separar os ditos cem mil réis a juro dando conta ao Juiz dos Órfãos para o mandar recolher ao cofre, e se dar a juro para tendo idade capaz o poder tirar e os mais bens os conservará meu testamenteiro em seu poder para lhe entregar todas as vezes que dele os pedir [...].¹³⁶

Como nada era por acaso, mas socialmente condicionado, o enjeitado não foi deixado aleatoriamente em casa do enteado de sua tia-avó: o pequeno era um elo social na figuração da freguesia, um corpo no longo e contínuo processo de circulação de crianças.¹³⁷ Deve-se lembrar que em um dado momento da vida o exposto Joaquim adotou - ou foi orientado a adotar - o nome de Lino, sendo este o nome do primeiro marido de sua tia-

¹³⁵ Na segunda metade do século XVIII, havia um desequilíbrio quanto aos números do abandono de recém-nascidos e ilegitimidade. Arrolou-se, um índice de 19,8% de filhos ilegítimos, frente a 3,9% de enjeitados, para uma realidade de 2.100 batismos de crianças livres. (PAULA, 2005, p. 78; PAULA, 2010, p. 235; PAULA, 2013, p. 148).

¹³⁶ AIHGRN, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel-1775, f. 3-4v.

¹³⁷ *circulação de crianças*, conceito elaborado pela Antropologia, que se refere à prática sancionada entre adultos que transferiam para outros adultos a responsabilidade pela criação de um recém-nascido. (FONSECA, 1995, p. 116).

avó, a quem ela dedicou várias missas em seu testamento.¹³⁸

Pode-se supor que Joaquim cresceu sabendo de sua qualidade de filho ilegítimo, mascarada pela condição de exposto, quase sempre omitida nos documentos que nos ajudaram a remontar sua trajetória. No entanto, acredita-se que não apenas ele sabia de sua real origem, mas também a quase totalidade dos indivíduos da figuração da Cidade do Natal, em que o enjeitado estava inserido, considerando que quase todos se conheciam e estavam interligados em uma malha de dependência recíproca direta. A origem do Tenente não foi empecilho para seu triplo sucesso, já que durante toda a sua vida foi possivelmente protegido por seu grupo familiar, em uma relação de interdependência.

5. MAIS FRAGMENTOS DA VIDA PÚBLICA E OS ÚLTIMOS FIOS DA TRAMA

No ano de 1820, Joaquim Lino Rangel foi convidado mais uma vez para ser testemunha de um casamento, ao lado de um padre que provavelmente pertencia à família que o recolheu, acolheu e possibilitou a consolidação de sua inserção social.

Aos sete de janeiro de mil oitocentos e vinte as dez horas da noite na capela do Senhor Bom Jesus das Dores; depois de corrido as denúncias, segundo determina o Sagrado Concilio Tridentino, nesta freguesia onde a nubente é natural, e ambos moradores, como o temos trazidos nos banhos que ficam em meu poder, e não me constando impedimento algum canônico, ou civil, em minha presença, e das testemunhas o Reverendo Francisco Antonio de Souza Praça, e o Tenente Joaquim Lino Rangel, casado, todos desta freguesia, sendo o nubente viúvo quando falecida sua mulher nesta cidade; se casaram os nubentes o Capitão Joaquim José Gomes, e Dona Bernardina Maria dos Prazeres desta freguesia, logo dei as benções do estilo segundo os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja. De que para constar fiz este termo no qual me assino. Francisco Antonio Lumachi de Melo / Vigário interino.¹³⁹

Na noite de 7 de janeiro de 1820, Rangel foi testemunha em um casamento noturno, situação pouco comum na freguesia e não recomendada pela Igreja.¹⁴⁰ O exposto testemunhou o matrimônio de duas pessoas proeminentes, um militar, com uma patente

¹³⁸ O primeiro marido da senhora em questão foi o Alferes de Infantaria Lino Gonçalves de Souza. (AIHGRN, Livro de notas, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel-1775, f. 1v).

¹³⁹ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 21.

¹⁴⁰ “[...] mandamos aos párocos, capelães e mais sacerdotes que com legitima licença houverem de assistir ao matrimônio, não consintam se celebre antes de nascer o sol, nem depois dele posto, nem fora da igreja paroquial sem nossa especial licença [...]”. (**CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título LXVIII, § 289).

maior que a sua, e uma senhora com o tratamento de Dona. Nesse período, Rangel exercia atividades na Câmara da Cidade do Natal; a partir disso, surge como testemunha de casamentos em 16 de agosto de 1820¹⁴¹, 5 de maio de 1821¹⁴² e, por fim, já viúvo, em 21 de agosto de 1832.¹⁴³ A última informação arrolada sobre a trajetória do enjeitado em questão foi o fechamento do seu ciclo vital:

Aos dezoito de novembro de mil oitocentos e trinta e nove, faleceu da vida presente, com todos os sacramentos, o Tenente Joaquim Lino Rangel, viúvo com idade de setenta e nove anos, foi sepultado nesta matriz depois de encomendado por mim envolto em habito branco [...].¹⁴⁴

É impossível saber precisamente a data em que Rangel foi exposto em casa de Antônio Martins Praça Júnior, já que não foi encontrado o seu assento de batismo. Tendo por referência o assento de óbito, aventa-se que seu enjeitamento tenha ocorrido por volta de 1760. Com base no mesmo documento, pode-se afirmar que o enjeitado teve uma boa morte, recebendo todos os sacramentos e sendo enterrado no mesmo espaço do sagrado aonde provavelmente foi batizado, contraiu matrimônio e batizou os seus filhos. Considera-se ainda que a mãe do enjeitado, Felícia Joaquina Rangel, era uma pessoa bem conhecida no âmbito da freguesia, já que dois anos após o abandono do próprio filho ela esteve presente em um batizado na condição de madrinha.

Manuel filho legítimo de Manuel Alvarez da Costa, natural da freguesia de Porto do Calvo, e de sua mulher Basília Antonia natural desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação [freguesia da Cidade do Natal] do Rio Grande do Norte, e dela ambos moradores, neto por parte paterna de Jacinto da Costa e de sua mulher Margarida da Silva naturais da freguesia de Porto do Calvo, e por parte materna de Domingos Nunes, natural das ilhas e de sua mulher Raimunda Vieira natural desta freguesia, foi batizado com os santos óleos aos vinte de abril de mil setecentos e sessenta e dois nesta matriz de Nossa Senhora da Apresentação, por mim vigário encomendado desta abaixo assinado; foram padrinhos João de Barros Coelho, homem casado, e Dona Felícia Joaquina Rangel, sobrinha de Dona Catarina Rangel, mulher de Antonio Martins Praça, fregueses e moradores desta dita freguesia [...].¹⁴⁵

Poucos dias depois do batizado do recém-nascido Manuel, a mãe do enjeitado

¹⁴¹ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 44.

¹⁴² ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 36.

¹⁴³ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 131v.

¹⁴⁴ ACMAN, Assentos de óbito, Livro de 1820-1847, f. s/n.

¹⁴⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. s/n.

tornou-se também mãe espiritual de outra criança. Na data de 3 de maio do mesmo ano, na mesma igreja, Dona Felícia Joaquina Rangel estreitou laços de compadrio com Maximiano da Silva (natural da freguesia de Nossa Senhora da Vargem) e com sua mulher, Joana Maria da Assunção (natural da freguesia da Sé de Olinda), na condição de madrinha do filho legítimo do casal.¹⁴⁶ Perceba-se que Felícia Joaquina gerou dois filhos na fé católica, porém seu filho Joaquim teve que ser “ocultado” na condição de exposto em nome da manutenção da honra.

6. OUTROS CASOS DE ABANDONO, ESTRATÉGIAS SEMELHANTES

A prática do abandono de crianças recém-nascidas para evitar escândalos e, sobretudo, a perda de prestígio social, foi uma estratégia recorrente entre os grupos do nível superior da figuração social da América portuguesa. Caso semelhante ao do Tenente Joaquim Lino Rangel foi identificado em São Paulo, na segunda metade do século XVIII. Paulo César Garcez Martins revela que o padre Diogo Feijó, regente do Império do Brasil (1835-1837), foi batizado como exposto e declarado “de pais incógnitos”. (MATINS, 2002, p. 55). Miriam Dolhnikoff faz um comentário mais amplo sobre o ilustre enjeitado:

Diogo Antônio Feijó [...] nasceu em 1784 como filho ilegítimo de uma rica família paulista, os Camargos. Esta é a hipótese mais aceita pelos historiadores para uma origem não identificada, já que o recém-nascido foi abandonado por uma mãe provavelmente solteira que, para fugir à desonra, deixou a criança na porta da própria casa, de modo a criá-lo sem expor à condenação pública. (DOLHNIKOFF, 2004, p. 72)

Tem-se também o caso de Luiz Ribeiro da Silva, homem livre, branco, natural da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Mogi do Campo, Capitania de São Paulo, que, quando recém-nascido, foi exposto em uma porta domiciliar. Qual a conexão entre este enjeitado e os demais apresentados? Os passos dados em sua vida de sucesso são a resposta. Luiz Ribeiro da Silva emergiu da pesquisa cuidadosa realizada por André Luiz M. Cavazzani; este historiador agrupa fragmentos da vida do enjeitado, demonstrando com muita habilidade como o mesmo consolidou sua inserção na figuração social da vila de Curitiba em meados do século XVIII. (CAVAZZANI, 2005, p. 121-128)

Em síntese, Luiz Ribeiro era um forasteiro na vila de Curitiba, que migrou de sua

¹⁴⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. s/n.

freguesia-mãe em busca de oportunidades no sul da Capitania de São Paulo. Branco e livre, Ribeiro contraiu matrimônio em 22 de maio de 1765 com Isabel de Borges Sampaio, filha de Manuel Borges de Sampaio, reinol do Arcebispado de Braga e escrivão da Câmara Municipal de Curitiba. Este foi sem dúvida o primeiro passo para uma carreira promissora. Onze anos depois, em 1776, Ribeiro aparece como chefe do domicílio onde morava com a esposa, um filho, a sogra (Sampaio já era falecido) e quatro cunhados.

Segundo Cavazzani, o enjeitado vivia de seus negócios, atuava no foro das milícias como Ajudante, exerceu a função de Almotacé na Câmara, recebeu a patente de Capitão Miliciano e conseguiu ampliar seu plantel de dois para 13 escravos, conforme foi arrolado em 1797. Ribeiro também se envolveu no contexto do abandono de crianças recém-nascidas na vila, uma localidade totalmente desprovida de assistência institucionalizada; a soleira de sua porta foi o local do abandono de cinco enjeitados, três meninos e duas meninas.

O pesquisador não desvendou os meandros do processo de abandono de Luiz Ribeiro, mas acredita que ele não era qualquer enjeitado, sugerindo ainda que seu sogro fosse conhecedor das suas origens, o que o teria motivado a contribuir com sua carreira promissora. Ouso complementar com a sugestão de que Ribeiro fosse mais um filho ilegítimo travestido na condição de exposto.

Em outra localidade da América portuguesa, na vila de Sorocaba, foram identificados dois casos de expostos que eram filhos ilegítimos de membros da elite local:

[...] foram reconhecidos após o casamento entre o tenente-coronel João Floriano da Costa e sua mulher, D. Bárbara Maria da Silva, ocorrido em 26 de maio de 1823. Bárbara, sua filha, havia sido exposta em casa de seu próprio pai, aos 22 de setembro de 1821. Josefina, a outra filha, também fora exposta na casa paterna aos 24 de maio de 1823, exatos dois dias antes do casamento. Em ambos os casos, o pároco ressalta que as meninas 'ficaram legitimadas pelo casamento dos pais'. (BACELLAR, 2002, p. 23).

Do mesmo modo, na vila de São João Del-Rei, na segunda metade do século XVIII, tais situações se fizeram presentes:

[...] Tereza, batizada em 30 de agosto de 1766, como exposta em casa do Tenente João da Costa Vale. Em nove de setembro de 1767, seus pais biológicos, o Capitão José Cabral Tavares e Dona Maria Josefa Ferreira, se casaram, reconhecendo-a posteriormente como filha. (BRÜGGER, 2006, p. 125).

Situações semelhantes se repetiram em outras figurações da América portuguesa.

Foi o caso de Bernardina Clara Magalhães, moradora na Capitania da Paraíba do Sul, na vila de São Salvador, proprietária de quatro escravos, casas de telha (algumas alugadas à Câmara), roupas várias e jóias. Bernardina, pertencente à camada superior da sociedade, também ocultou por trás do abandono seus filhos ilegítimos, explicitando tal realidade em seu inventário, em 1793.

Declaro que sempre tive no estado de solteira e por fragilidade humana tenho três filhos de pais incógnitos a saber: Vicente exposto em casa de Antônio Rangel; Luiz exposto em casa de Pedro Soares de Moura; Manoel que criou [ilegível] com o assento no batismo de exposto em casa de Simão de Oliveira os quais ditos meus filhos os constituo por meus legítimos herdeiros. (Grifo do autor).¹⁴⁷

Em uma figuração mais ampla, no vasto território da América hispânica, na cidade de Cartago (Província da Costa Rica), no século XVIII, abandonar o filho recém-nascido fruto de relações proibidas também era uma estratégia para os abastados: “[...] un medio ‘fácil’ de ocultar un embarazo y de evitar un escándalo era el de exponer al producto de la relación sexual ilícita o bien, declararlo como huérfano [...]”. (SÀNCHEZ CHAVES, 2005, p. 3).

Em todo o mundo ibero-católico as famílias das elites locais buscavam representar “[...] la historia de una buena familia, avalada por generaciones de matrimonios santificados y nacimientos de hijos legítimos [...]”. (TWINAM, 1991, p. 131). Em Real Cédula de 5 de janeiro de 1794, a Coroa de Castela estabeleceu que nenhum recém-nascido exposto poderia ser caluniado nem castigado com pena de vergonha pública, pois aqueles pequenos poderiam ser filhos de famílias ilustres:

[...] castiguen como injuria y ofensa a qualquiera persona y llamare á expocito alguno com los nombres de borde, ilegítimo, bastardo, expureo incestuoso, y adulterino, y que ademas de hacerle retractarle judicialmente de esta injuria, le impongan la multa pecuniaria que fuere proporcionada a las circunstancias dandole la ordinaria aplicacion. Finalmente mando que em lo sucessivo no se impongan a los expocitos las penas de berguensa publica, ni la de asotes, ni la horca (solo) aquellas que em iguales delitos se impondrían, á personas privilegiadas, incluyendo el ultimo suplicio (como se ha practicado com los expositos de la inclusa de Madrid) pues pudiendo suceder que el expocito

¹⁴⁷ Arquivos dos Cartórios do 1º e 3º Ofício de Notas de Campos de Goitacases, Inventário 109 – Bernardina Clara Magalhães, 1793. (Apud FARIA, 1998, p. 72).

castigado sea de familia ilustre [...].¹⁴⁸

Transparece a preocupação da Coroa de Castela com os enjeitados, que poderiam ser filhos ilegítimos de homens e mulheres de qualidade. Em uma freguesia rural de Buenos Aires setecentista, Pago de la Costa, tal realidade assim se configurou: “entre los blancos, la verguena de la ilegitimidad se oculta dejando a los niños expósitos frente a la iglesia o a las casas de españoles cuya posición económica les permitiese hacerse cargo de su crianza”. (OLIVERO, 2005, p. 1333).

É possível afirmar que de norte a sul da América ibérica os grupos familiares localizados no nível superior da figuração social fizeram uso do abandono para proteger o moral das suas mulheres, mas não somente isso: em jogo estava a perda de prestígio social e uma situação que macularia a todos no grupo familiar. Melhor seria travestir os filhos do pecado, do mau passo, frutos de relações ilícitas, em filhos da caridade, pois estes eram dignos de amor, atenção e, sobretudo, da misericórdia alheia. Segundo o padre, escritor e dicionarista português Rafael Bluteau, o abandono dignificava os recém-nascidos:

[...] Com todos os seus infortúnios, notáveis prerrogativas logram os enjeitados. São reputados limpos de sangue, sem casta de mouros, nem judeus, e por leis antigas, são livres do poder paterno. Em muitos destes infelizes partos do gênero humano tem Deus manifestado o milagroso patrocínio da sua providencia. Do cestinho em que foi exposto, e entregue às correntes do Nilo, subiu Moises a imperar na Corte de Faraó. A Romulo, e Remo, com o leite da loba, que os criou, se lhes tingiu a púrpura do Império Romano. Ciro, primeiro do nome, exposto em uma mata brava, e criado na cabana de um pastor, chegou a conquistar o Oriente, &c. (1728, p. 557).

Sendo assim, homens e mulheres se organizaram em uma rede de interdependência forjando o abandono de seus filhos ilegítimos, caracterizando um enjeitamento protetor, articulado e intrafamiliar. Criando assim, pelo menos em tese, um indivíduo de “genealogia zero”.

7. CONCLUSÃO

A mais da verdade, o fenômeno do abandono de crianças recém-nascidas marca as sociedades humanas, desde longas datas, tal como demonstrou ao fim o padre Rafael

¹⁴⁸ ANCR (Arquivo Nacional da Costa Rica), Complementario colonial, Exp. 3716, 1794, f. 2v.-3. (Apud SÁNCHEZ CHAVES, 2005. p. 5)

Bluteau. Dessa forma, no mundo católico ocidental do Antigo Regime, onde se localizava a freguesia da Cidade do Natal, enjeitar um neonato, tal como recolher e batizá-lo fazia parte do habitus daqueles homens e mulheres na transição do século XVIII para o século XIX.

De resto, abandonar era uma prática comum e corriqueira, mas carregada de significados. Saber que os pequenos expostos eram limpos de sangue, não possuidores de castas de mouro e judeu, permite compreender com muita clareza e consciência a atitude de determinados grupos do nível superior das figurações sociais católicas.

Por fim, os enjeitados estavam em todas as camadas da sociedade, porém o Tenente Joaquim Lino Rangel indivíduo da freguesia da Cidade do Natal, estava no nível mais alto, o seu abandono assegurou a honra de sua mãe e todo o grupo familiar, permitindo que ele próprio tivesse uma trajetória próspera.

Em suma, o abandono como uma estratégia social, e as relações de interdependência dentro dos grupos familiares, tornou-se possível que expostos como o Tenente Joaquim Lino Rangel, o Padre Diogo Antônio Feijó, da Capitania de São Paulo, e mesmo o Capitão Luiz Ribeiro, da vila de Curitiba, fossem criados sob os olhos atentos de suas mães biológicas e tivessem em suas vidas um triplo sucesso, não morrendo na primeira infância, ascendendo a funções políticas e, em alguns casos, organizando suas famílias legítimas e reproduzindo as condições materiais de seus domicílios receptores.

Ao cabo de tudo, fosse na Cidade do Natal, Vila de Sorocaba, Vila de São João Del-Rei, Vila de São Salvador (Capitania da Paraíba do sul), ou em outros rincões da América de Castela, Cidade de Cartago na Província da Costa Rica, Pago de la Costa na região rural de Buenos Aires, ou em quaisquer outra figuração social do mundo católico ocidental, homens e mulheres não poupariam esforços para protegerem sua honra, ocultando, travestindo os seus filhos ilegítimos na condição de pequenos abandonados.

REFERÊNCIAS

FONTES:

- Assentos de batismo da freguesia da Cidade do Natal, 1753-1815. (ACMAN - Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal)
- Assentos de casamento da freguesia da Cidade do Natal, 1785-1836. (ACMAN - Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal)
- Assentos de óbito da freguesia da Cidade do Natal, 1820-1847. (ACMAN - Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal)
- Cartas de Sesmarias (Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br>) – Laboratório de

Experimentação em História Social.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &. a &. a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitancias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (Vol. XL – 1918)

Livro de notas, testamento de Dona Catarina Peralta Rangel – 1775. (AIHGRN – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Livro de notas, testamento do Sargento-mor Manuel de Souza Marinho – 1797. (AIHGRN – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Rafael Bluteau. **Vocabulario portuguez & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v. 9 (suplemento). Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/engeitado> >

Registros de cartas e provisões do Senado da Câmara da Cidade do Natal, 1743-1754. (AIHGRN – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

Requerimentos e cartas do Conselho Ultramarino, Capitania do Rio Grande do Norte (AHU – Arquivo Histórico Ultramarino / CD's-Projeto Resgate Barão do Rio Branco)

Termos de vereação do Senado da Câmara da Cidade do Natal, 1815-1823. (AIHGRN – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte)

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonos nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, 2002.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun. 2006.

CATECISMO ROMANO, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes, 1951.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)**. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um liberal do século XIX. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 72-75, abr. 2004.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da**

- aristocracia de corte. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.
- FRANCO, Renato Júnior. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX.** São Paulo: Alameda, 2010.
- GANDELMAN, Luciana. As mercês são cadeias que não se rompem: liberdade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime português. In: SOIHEIT, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: FAPERJ / MAUAD, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, FRAZÃO, Gabriel Almeida, SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-173. **Topoi.** v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, p. 96-137.
- HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império colonial português. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório.** Lisboa: Estampa, 1995.
- LYRA, Augusto Tavares de. **A independência do Brasil no Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Sebo Vermelho, 2002.
- MARTINS, Paulo César Garcez. Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). **Segredos de família.** São Paulo: Annablume; Nemge/USP; Fapesp, 2002.
- NAZZARI, Muriel. Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- OLIVERO, Sandra. Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Antonio Escudero; CUETOS, Maria Luisa Laviana (Coord.). **Estudios sobre América: siglos XVI-XX.** AEA (Asociación Española de Americanistas), 2005.
- PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Filhos da escuridão: crianças expostas na Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII.** 120f. Monografia (Bacharelado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- _____. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII.** 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- _____. Os enjeitados da Capitania do Rio Grande do Norte. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças - De Portugal ao Brasil: séculos**

XVIII-XX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. Deixados nas portas: recém-nascidos abandonados na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013.

_____. **O abandono de crianças na América ibérica: um estudo sobre os recém-nascidos expostos e suas trajetórias na freguesia da Cidade do Natal (Capitania do Rio Grande do Norte, 1727-1835)**. 311f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

RODRIGUES, Henrique. Sobrevivências e trajetórias de expostos emigrados para o Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças - De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROOSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. Niños expósitos y huérfanos em la Provincia de Costa Rica, siglo XVIII. **Diálogos - Revista Electrónica de História**, San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica, v. 5, n. 1-2, p. 1-13, abr./ago. 2005.

SANTOS, Rosenilson da Silva. Quem casa quer dote: de como se dotava as mulheres no sertão da Capitania do Rio Grande (1759-1795). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013.

TWINAM, Anné. Honor, sexualidad e ilegitimidad en la Hispanoamérica colonial. In: ASUNCIÓN, Lavrin (Coord.). **Sexualidad y matrimonio en la América hispánica, siglos XVI-XVIII**. México, D.F: Grijalbo, 1991.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: século XVIII e XIX**. Goiânia: Alternativa, 2003.

VIVO, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. Redes clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Otampa, 1993.

O ESTADO ISLÂMICO E O SEU “CALIFADO IMAGINÁRIO”

Katty Cristina Lima Sá¹⁴⁹

WOOD, Graeme. **A Guerra do fim dos tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

O Estado Islâmico (ou ISIS, na sigla em inglês¹⁵⁰) é um dissidente da Al-Qaeda que ganhou notoriedade ao proclamar-se um Califado¹⁵¹ em junho de 2014. Ao realizar este ato, o grupo liderado por Abu Bakr Al-Baghdadi¹⁵² (1971-) colocou-se como um Estado Westfaliano governado por uma interpretação radical da *sharia* – conjunto de leis islâmicas, cujos domínios abrangiam territórios da Síria e do Iraque. A partir disso, inúmeros pesquisadores procuraram investigar as origens, a estrutura e os mecanismos de sedução desta entidade que atraiu simpatizantes de diversas nacionalidades através de mensagens e atos de extrema violência, que incluíram decapitações, sequestros, estupros e escravização de prisioneiros.

Entre aqueles que se dedicaram a analisar o ISIS, está Graeme Wood, professor de Ciência Política da Universidade de Yale e correspondente do periódico norte-

¹⁴⁹ Mestranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ) e graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). E-mail: katty@getempo.org / Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129885151774194>. Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard.

¹⁵⁰ Graeme Wood apontou três nomenclaturas para o Estado Islâmico: *Islamic State*, *Islamic State in Siria and Iraque* e, por fim *Islamic State in Iraq and Sham*, a última, referente a sigla ISIS, é a mais utilizada pela mídia internacional. Ver mais em: WOOD, Graeme. **A Guerra do fim dos tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

¹⁵¹ Império Islâmico formado durante o século VIII, cem anos após a morte de Maomé, cujos domínios incluíram territórios do Sudeste Asiático, Oriente Médio, Norte da África e Península Ibérica. Sua autoridade máxima, o califa, era considerado o sucessor do Profeta Maomé tanto em sua liderança política quanto religiosa.

¹⁵² Nascido em 1971 na cidade de Samarra, Iraque como Ibrahim Awwad Ibrahim al-Badri, Al-Baghdadi ingressou no movimento jihad na década de 1990 através da Irmandade Muçulmana. Após a ocupação americana no Iraque (2003-) tornou-se militante na associação terrorista *Jamaat Jaysb Abl al-Sunnah wa-l-Jamaab* e permaneceu encarcerado na prisão de Camp Bucca entre 2004 e 2009. Tornou-se líder do Estado Islâmico por volta de 2011 quando o grupo ainda era associado a Al-Qaeda, mas manteve sua identidade em sigilo até proclamar-se Califa. Ver mais em: COUNTER EXTREMISM PROJECT. Abu Bakr al-Baghdadi [verbete]. Disponível em: <https://www.counterextremism.com/extremists/abu-bakr-al-baghdadi>. Acesso em 23 de março de 2018.

americano *The Atlantic*, com a obra “A Guerra do Fim dos Tempos: o Estado Islâmico e o mundo que ele quer”. Lançado pela Companhia das Letras em 2017, o livro é composto por sete capítulos e difere de outros publicados anteriormente por não se propor a relatar o histórico do Estado Islâmico ou analisar o modelo de gestão dos territórios que estiveram sob seu domínio. O objetivo de Wood é identificar a visão dos ativistas deste grupo sobre as ações violentas praticadas na Síria e Iraque e como eles justificavam tais acontecimentos com base nos escritos sagrados islâmicos.

Segundo Wood, o estabelecimento e crescimento do Estado Islâmico não podem ser explicados somente por causas políticas, sociais e econômicas. Deste modo, o caráter religioso é considerado essencial para explicar a ascensão do grupo terrorista na Síria, tendo em vista o conhecimento das escrituras corânicas demonstrado pelos seus líderes e da preocupação constante em acrescentar o aspecto espiritual, sobretudo da salvação da alma, nos materiais de propaganda produzidos por estes extremistas. Deste modo, para investigar a relação entre os atos violentos praticados ISIS com preceitos religiosos maometanos, o autor utilizou relatos e considerações feitas por simpatizantes do Estado Islâmico no Ocidente, especialistas de teologia islâmica, e por adeptos das vertentes quietistas e radicais do salafismo¹⁵³.

Na visão do autor, o ISIS não se fortaleceria tanto e em um período tão curto de tempo, “se já não existissem milhões de pessoas famintas por aquilo que o Estado Islâmico prometia” (WOOD, 2017, p.17). Por isso, o livro se inicia com uma síntese acerca do salafismo, da concepção de *jihad*¹⁵⁴ construída por salafistas extremistas como Abdel-

¹⁵³ Corrente ideológica do Islã em que é pregado o “retorno” ao estilo de vida do Profeta Maomé e das três primeiras gerações de seus primeiros seguidores. A partir do século XX este pensamento se uniu a política e ganhou tônica militante a partir da criação da Irmandade Muçulmana no Egito (1928) e dos escritos de Sayid Qutb (1906-1966). Ver mais em: BRAGA, Ada Viana. **A disseminação do Salafismo na Grã-Bretanha**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

¹⁵⁴ Esforço para manter-se fiel aos ensinamentos de Alá passados pelo Profeta Maomé. Sua aplicação se refere à atividade individual em cumprir as condutas comportamentais expressas nos textos sagrados, sendo aplicada a ideia de “guerra santa” em alguns momentos da história do Império Islâmico, como quando este sofria algum ataque externo. Os grupos islamitas aplicam o conceito de *jihad* como guerra santa a partir do fim do século XX tendo como argumento a ideia de que existe um embate político e cultural entre o Ocidente e o Mundo Islâmico. Cf. THACKRAH, Jonh Richard. Jihad [verbetes]. In: **Dictionary of Terrorism**. Nova York: Routledge, 2004, p. 85.

Rahman¹⁵⁵ (1938-2017) e de como essa junção se manifesta em radicais como Herman Elashry, com quem Wood conviveu na cidade do Cairo. Através de Elashry, conhecem-se interpretações religiosas que permitem a escravidão e os castigos físicos, bem como algumas técnicas de aliciamento empregadas pelo ISIS que também fazem parte do trabalho do entrevistado, cuja especialidade é converter novos militantes.

Enquanto o primeiro capítulo é dedicado a expor o contexto histórico-social da constituição do grupo, o segundo apresenta o histórico da organização e como agem algumas de suas lideranças. Neste momento, o autor destaca duas figuras: o juiz de práticas religiosas do “Califado”, Turki al-Binali, e o autoproclamado califa Abu Bakr Al-Baghdadi, ambas as figuras ressaltadas pelo interesse de confirmar seus conhecimentos da religião e cultura maometana e por empregar simbolismos remetentes ao século VIII. Em seguida, a obra passa a falar para alguns ativistas pró-ISIS, que em capítulos distintos apresentam suas concepções e justificativas para as práticas violentas do “Califado”.

Wood entrevistou quatro simpatizantes da organização terrorista conhecidos por divulgar as ideias deste na Internet, mas que nunca estiveram nos territórios controlados pelo ISIS ou tiveram apenas breves passagens por estes. A constatação do autor é de que as idealizações elaboradas por homens são destoantes dos relatos de corrupção, desigualdade, racismo e xenofobia feitos pelos dissidentes do grupo. Isto também exemplifica a afirmação feita ainda no início da obra, da existência de dois Estados Islâmicos: o primeiro é físico com “um território, guerra e economia para administrar” (WOOD, 2017, p. 23) e outro imaginário, visto como um santuário de virtude e igualdade. O último é concebido e difundido pelos admiradores do Califado através daquilo que leram em escritos religiosos islâmicos datados do medievo, mas que é aplicado nas experiências em seus próprios Estados e culturas.

¹⁵⁵ O egípcio Omar Abdel-Rahman ficou cego ainda no primeiro ano de vida, aprendeu a ler o Alcorão em baile e se doutorou em Jurisprudência Islâmica pela Universidade de Al-Azhar. Ficou conhecido durante a Guerra do Afeganistão (1979-1989) por produzir decretos religiosos que convocavam homens a lutar contra o exército soviético sob a justificativa de trata-se de uma *jihad*. Participou do alto escalão da Al-Qaeda e do planejamento ao atentando contra o World Trade Center de 1993. COUNTER EXTREMISM PROJECT. Omar Abdel-Rahman [verbeta]. Disponível em: <https://www.counterextremism.com/extremists/omar-abdel-rahman>. Acesso em 23 de março de 2018.

Todos os entrevistados apresentaram a visão dos territórios controlados pelo Estado Islâmico como um santuário em que muçulmanos de todas as origens podem viver plenamente sua fé. Ações punitivas como a amputação de membros e a pena de morte não são tidas retrógradas ou como uma afronta aos direitos humanos, mas como a aplicação da *sharia* feitas por juízes especializados dentro de um sistema legal e imparcial. Sendo assim, segundo Ajun Choudary, simpatizante do ISIS no Reino Unido, “quando é proferido um veredito de culpa e a sentença é a amputação, o Estado Islâmico toma precauções para que a punição não exceda seu intuito” (WOOD, 2017, p. 240). Penas de morte, por sua vez, são dadas como um ato de misericórdia, pois permitem a “purificação” do criminoso e pecador (WOOD, 2017, p. 147).

Outro ponto destacado por Wood na idealização do “Califado” feita por seus entrevistados, são as comparações entre os sistemas de bem-estar social vigentes nos países em que aqueles residiam com aquilo que eles consideravam ações sociais realizadas pelo ISIS dentro seus domínios. O britânico Abu Muhid, por exemplo, afirmou que “o Estado Islâmico pode ter punições medievais para crimes morais, mas seu programa de bem-estar social é bem progressista [...]” (WOOD, 2017, p. 247) e seu modelo de gestão econômica é um modelo a ser seguido pelo Ocidente, visto que se trataria de uma economia livre dos gastos com “vícios morais”, como o alcoolismo e a prostituição, e das interferências de banqueiros (WOOD, 2017, p. 277).

Após analisar a visão construída por ativista do Estado Islâmico sobre as práticas deste, o autor procura demonstrar a relação entre esse grupo terrorista e a religião que ele diz defender. Obras como “*Life and Death in ISIS*”, organizada por Zeina Karam (2016), afirmam que o grupo autodenominado Estado Islâmico não deva ser visto como um fenômeno religioso, pois suas concepções não representam o pensamento da comunidade islâmica. Entretanto, Wood rebate esta ideia e afirma que o “Estado islâmico é um fenômeno muçulmano [...]” (WOOD, 2017, p. 279) uma vez que seus estudiosos “não citam Marx, os *philosophes*, o código de Manu ou o apóstolo Paulo. Citam o Alcorão, o *hadith* [...]” (WOOD, 2017, p. 280). Para justificar esta concepção, foram entrevistados os especialistas em teologia islâmica Yashir Qadhi, Hanza Yusuf, Imã Abdullah e Yayha Michot, cada um representando uma vertente do Islã.

As conversas com doutos do Islã apontaram o consenso de que o Estado Islâmico faz um entendimento próprio dos textos sagrados sem uma segunda instrução, que é dada após o estudo aprofundado dos textos de teólogos islâmicos clássicos. No entanto, esta conclusão não satisfaz Wood que afirma ser necessário rebater a leitura religiosa do Estado Islâmico através da interpretação dos mesmos textos feita por estudiosos do Islã contemporâneos, em uma espécie de “fogo contra fogo” em que são apontados os equívocos da pregação do grupo terrorista. Com tudo isso, o autor que opta por finalizar o capítulo com a questão em aberto, a espera de uma resposta futura.

Por fim, no último capítulo a obra aborda a visão escatológica do Estado Islâmico que, como apontou Wood, tem grande importância para a propaganda e o recrutamento. Tão importante é a importância dos eventos apocalípticos para o grupo, que o primeiro periódico digital produzido por este entre 2014 e 2016 foi intitulado de *Dabiq*. Este título se refere à cidade homônima no norte da Síria, onde segundo a tradição corânica acontecerá os primeiros eventos do juízo final.

Segundo Wood, o medo do fim do mundo traz consigo o temor da condenação e a busca pela purificação, que seria possível através de uma vida “sem pecados” regida pela “mão firme” de um Califado. Também cabe ressaltar que a morte não é temida dentro do discurso jihadista, mas ansiada. Isso acontece devido a concepção de “martírio” existente entre terroristas islâmicos, em que os mortos em decorrência da “guerra santa” são agraciados por Alá na vida *post mortem*. Com isso, tornar-se um “mártir de Alá” tem grande prestígio entre os jihadistas, o que se torna ainda maior quando se trata de um “guerreiro do apocalipse”.

Para além dos temas já tratados, o livro de Wood apresenta também os pormenores acerca do Estado Islâmico, como a biografia de um de seus recrutados mais importantes, o americano Yahya Georgelas, e as correntes de pensamento dentro do salafismo que presentes na estrutura da organização terrorista. Além disso, em dados momentos o autor relaciona as divergências do ISIS com a Al-Qaeda, em especial entre aqueles que foram formados dentro do círculo de Osama Bin Laden¹⁵⁶ (1957-2011) com

¹⁵⁶ Osama Bin Laden nasceu na Arábia Saudita em 1957 e é o décimo sétimo filho do milionário de origem iemita Mohammed bin Laden. O contato de Osama com o fundamentalismo islâmico se deu ainda no ensino médio, quando este entrou em contato com os escritos de Sayyid Qutb, porém seu ingresso no

seus ex-tutores.

Com tudo isso, a obra de Graeme Wood transmite de maneira satisfatória a constituição do pensamento do ISIS, como este se utiliza da religião e qual a imagem que este reproduz para seus simpatizantes espalhados pelo mundo. Através do exposto pelo autor, podemos identificar com mais clareza os motivos pelo rápido crescimento em adeptos e simpatizantes que o Estado Islâmico obteve após junho de 2014: a idealização do Califado e a promessa de viver uma vida próxima aquela de seu país de origem nos quesitos de consumo e bem-estar social, com o acréscimo de viver plenamente os ensinamentos de Maomé. Como afirmou o ativista pró-Isis Musa Cercatônio em suas falas para o autor, “como poderia ser retrógrado um grupo onde seus combatentes usam o tênis *Nike Air Jordan* e o *Twitter*?” (WOOD, 2017, p. 147).

Ainda que a tese proposta por Wood, quando mal compreendida, possa acarretar na associação do Islã com a violência praticada por grupos jihadistas, “A Guerra do Fim dos Tempos” é uma leitura proveitosa por demonstrar a constituição do Estado Islâmico em suas raízes ideológicas e que a visão este grupo consegue projetar para seus simpatizantes.

Referências bibliográficas

KARAM, Zeina, ASSOCIATED PRESS (org.). **Life and Death in ISIS: How the Islamic State Builds its Caliphate**. Miami: Mango Media – AP Editions, 2016.

[Endereço]

jihadismo ocorreu com o início da Guerra do Afeganistão em 1979. Finalizado o conflito em 1989, o saudita fundou a Al-Qaeda (A Base) com o objetivo de auxiliar e oferecer donativos a milícias islâmicas espalhadas pelo mundo e esta organização já contou com 54 associados e é a responsável pelo maior atentado terrorista já realizado: o 11 de setembro de 2001, que teve cerca três mil vítimas. Bin Laden foi morto por uma tropa especial americana em maio de 2011 na cidade de Abbottabad, Paquistão. Ver mais em: COUNTER EXTREMISM PROJECT . Osama Bin Laden [verbete]. Disponível em: <https://www.counterextremism.com/extremists/osama-bin-laden>. Acesso em 04 de abril de 2017.

Entrevista

Prof^a. Dr^a. Marcia Santana Tavares
(Universidade Federal da Bahia)

Prezada Professora Marcia Santana Tavares,

Espacialidades: Gostaríamos que a senhora falasse um pouco sobre as novas ferramentas e metodologias da pesquisa em gênero, e como elas se cruzam com a sua própria trajetória acadêmica.

Prof^a. Dr^a. Marcia Santana Tavares:

Tomamos o gênero como uma perspectiva de análise da realidade social, ou melhor, uma lente que nos permite realizar uma leitura ampliada da vida social e das relações sociais entre homens e mulheres. A metodologia não é pensada como algo exato, em que basta seguirmos uma fórmula e tudo estará resolvido, ao contrário, lidamos com o imprevisto, com as subjetividades e emoções humanas, inclusive a da própria pesquisadora. No meu caso específico, os estudos de gênero têm um viés feminista, isto é, assumem uma perspectiva de transformação social, o que se coaduna com a minha formação profissional, já que sou assistente social. A minha aproximação dos estudos de gênero nos anos 1990 se deu exatamente pela necessidade de obter uma maior compreensão das expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, dentre as quais a questão de gênero. Deste modo, era preciso ouvir as mulheres e é o que tenho feito desde então, seja esquadrinhando suas vivências amorosas, trajetórias no campo das sociabilidades, na família ou trabalho. Nos últimos anos, tenho me debruçado sobre a violência de gênero contra as mulheres e, para tanto, recorrido a alguns instrumentos como histórias de vida, rodas de conversa ou entrevistas em

profundidade que me trazem elementos importantes para refletir sobre a temática de gênero e sua interface com outros marcadores sociais, como raça/etnia, sexualidade, classe social, famílias e geração, ou seja, a partir de uma perspectiva interseccional. Isso, indiscutivelmente, tem se refletido na minha trajetória acadêmica, nas disciplinas que proponho na graduação ou pós-graduação, atividades de extensão e claro, nas pesquisas.

Espacialidades: O observatório que a senhora coordena, atualmente desenvolve um projeto que teve início em 2014. O projeto: “A violência de gênero na UFBA: Observar para discutir e intervir”, tem conseguido seu objetivo inicial? A senhora enxerga alguma mudança na legislação que tenha, de fato, mudado a vida dessas mulheres?

Prof^a. Dr^a. Marcia Santana Tavares:

O projeto teve como objetivo identificar e analisar situações de violência de gênero enfrentadas pelas mulheres na Universidade e nos revelou algumas questões preocupantes, dentre elas, a insegurança das mulheres, o medo de se exporem e não dar em nada, pois aquelas que resolveram denunciar obtiveram como resposta medidas paliativas, sem qualquer viés combativo, de modo a coibir atos de assédio moral e sexual, lesbofobia, agressões físicas, desqualificação intelectual, humilhações entre outros. Cabe ressaltar que das mulheres investigadas 73,4% se autodeclararam pretas e pardas, dentre as quais 43,6% afirmam já ter passado por algum tipo de violência dentro da UFBA e 73,3% conhecem algum caso de violência de gênero ocorrida no meio acadêmico. Outra questão não menos importante é que 53,9% afirmam não conhecer a Ouvidoria, e apenas 18,8% já denunciaram ou conhecem alguma mulher que já denunciou caso de violência de gênero para a mesma. Dentre as mulheres, 92,1% não conhecem nenhuma política

desenvolvida pela UFBA para combater a violência de gênero dentro da instituição, 55,2% afirmam conhecer a Frente Feminista da UFBA, apenas 21,8% das mulheres conhecem o OBSERVE (Observatório Lei Maria da Penha) e 75,9% acreditam que a UFBA não lida com os casos de violência de gênero dentro da instituição. Assim, acho que conseguimos alcançar os objetivos pretendidos, realizamos um diagnóstico que pode contribuir para a formulação de políticas de prevenção e enfrentamento à violência na universidade.

Espacialidades: Diante desses dados e pensando a violência de gênero, enquanto algo que deve ser combatido, como os estudos interdisciplinares sobre as relações de gênero e feminismo podem contribuir para a diminuição desse problema e de que maneira, a senhora acredita que esses estudos contribuem para informar a mais mulheres que é preciso denunciar?

Prof^a. Dr^a. Marcia Santana Tavares:

Os estudos de gênero podem contribuir na formação e conscientização de operadores da Lei, mas também das mulheres em situação de violência. No nosso Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, por exemplo, temos advogadas, psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, defensoras públicas que atuam em serviços da rede de atendimento e proteção à mulher, que a partir das leituras e discussões passam a ter uma nova interpretação e atuação diante das violências enfrentadas pelas mulheres, assim como muitas vezes se dão conta das desigualdades e violências de gênero e elas mesmas enfrentam no âmbito privado e institucional. Os estudos sobre gênero e feminismo, ao contrário de serem demonizados, devem ser difundidos, as mulheres precisam ser melhor informadas, o que não é uma tarefa fácil, mas não desistimos. Hoje temos uma graduação,

oferecemos cursos de especialização *on line*, promovemos eventos, nos articulamos com outras universidades e grupos de pesquisa, temos uma revista eletrônica, além de atuarmos em parceria com a SPM, GEDEM, Defensoria Pública entre outros órgãos.

Espacialidades: Através das entrevistas realizadas com essas mulheres, quais eram as relações cotidianas entre elas e os seus parceiros?

Profª. Drª. Marcia Santana Tavares:

Eram relações sem afeto, permeadas por uma série de violências (física, emocional, patrimonial etc.), algumas das quais sequer se davam conta, cujos efeitos se manifestavam através de sentimentos de solidão, inadequação, desamparo, depressão. Este foi um trabalho que me marcou muito, eu ficava sentada enquanto elas me contavam suas vidas e muitas dores. Ainda hoje comento com minhas alunas em sala de aula sobre o respeito e cuidado com que devemos escutar essas mulheres, mas também sobre o meu sentimento de impotência e angústia após o término de nossos encontros, porque não tinha como resolver seus problemas, cujas raízes eram tão profundas. O que poderia lhes oferecer como retorno? A fala de uma delas, ao descrever que felicidade para ela era pela primeira vez na vida estar sendo ouvida me serve de lastro até hoje.

Espacialidades: Desta forma, como a senhora encara as recentes manifestações que ocorrem ao redor do globo, a exemplo das campanhas em prol da legalização do aborto na Argentina, e quais são as pautas mais abordadas atualmente?

Profª. Drª. Marcia Santana Tavares:

As mulheres vêm se mobilizando em prol da legalização do aborto,

hoje temos manifestações potentes, inclusive nas redes sociais, mas não nos iludamos, a ordem patriarcal de gênero continua bem viva, o Estado e a Igreja comungam interesses e, como foi na Argentina, mais uma vez o Estado logrou êxito e usou do seu poder para negar às mulheres o direito de decidirem sobre seus corpos, usurpando sua autonomia individual. No Brasil não é diferente, desde os anos 1980 uma das pautas da luta feminista é a legalização e descriminalização do aborto e, o slogan ‘nosso corpo nos pertence’ utilizado à época permanece atual, pois as reivindicações das mulheres continuam sendo secundarizadas e ignoradas, bem como a morte de tantas mulheres que realizaram abortos clandestinos e são julgadas pelos setores mais reacionários, o que tão somente denuncia a hipocrisia da nossa sociedade. Não são à toa, portanto, as ameaças sofridas pela antropóloga Débora Diniz, da UNB, ao “ousar” defender a legalização do aborto. Outras pautas também têm se destacado, a exemplo da violência contra as mulheres, o feminicídio, o assédio sexual, a LGBTfobia etc.

Espacialidades: Como a senhora percebe que as discussões de gênero e as relações de poder a elas inerentes interferem na produção e/ou concepção dos espaços?

Prof^a. Dr^a. Marcia Santana Tavares:

O gênero é um elemento estruturante das relações sociais e como coloca Joan Scott, é uma maneira inicial de conferir significado às relações de poder. Compreendo relações de gênero como relações de poder assimétrico que um sexo exerce sobre o outro, mais precisamente, que o homem (ainda) exerce sobre a mulher. Esse modelo relacional é forjado desde o processo de socialização e reproduzido nas mais diferentes instâncias e espaços, na família, na escola, no trabalho, nas músicas que ouvimos, filmes e novelas que

assistimos etc. Como consequência, homens e mulheres aprendem a pensar, falar, se comportar e agir de forma diferente, assim como ocupam posições e ocupações distintas na sociedade. A dicotomia público/privado permanece sob novos desenhos, mas as relações de poder ainda inscrevem espaços considerados próprios ou impróprios para as mulheres. As desigualdades de gênero no Brasil comprovam que no mercado de trabalho, por exemplo, mesmo exercendo as mesmas atividades, homens brancos recebem salários superiores do que mulheres brancas, cujos rendimentos são superiores ao de homens negros e mulheres negras. Já na zona rural, mesmo as mulheres trabalhando lado a lado com os homens na agricultura familiar, o trabalho delas é desconsiderado enquanto tal, sendo classificado como mera “ajuda”, que somada aos afazeres domésticos, pelos cuidados e reprodução do grupo familiar, produz o alongamento da sua jornada de trabalho, sem que sequer se deem conta.

Espacialidades: A senhora percebe essas relações em suas pesquisas de que modo? Poderia trazer algum exemplo para nossos leitores?

Prof^a. Dr^a. Marcia Santana Tavares:

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e o Observatório fizeram um diagnóstico para a SPM na Bahia, em 2016, na ocasião constatamos que se a precariedade dos serviços e morosidade no atendimento são constantes nas capitais, nos interiores a situação é muito mais grave, pois em vários interiores não há políticas e serviços fundamentais para o enfrentamento à violência contra as mulheres. As mulheres que sofrem violência não têm a quem recorrer, o autor de violência conhece ou trabalha na Delegacia, a casa abrigo fica na capital e se residem na zona rural, a distância entre as sebes impede qualquer possibilidade de socorro, o

que as faz muitas vezes suportar todo tipo de violência, pois, como constatou uma orientanda em sua pesquisa, os homens são os provedores que garantem o sustento econômico do grupo familiar, como colocou uma das mulheres, o homem é “a cumeeira da casa”, ou seja, sem eles elas não conseguem se manter, devendo tudo suportar, embora haja algumas que conseguem se libertar e se empoderar, particularmente aquelas que têm uma participação mais ativa nos movimentos de trabalhadoras do campo e sindicatos.

Livro	357	Fls n°: 20 a 21 F/ N° da escritura 38
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	18/04/1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Benedicto, Luisa, José, Maria, Antonio e Florencia.	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Luis da Silva do Amaral / Miguel Francisco da Frota	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Delfina Telles de Menezes	
	Quantia paga pelo escravo: 3:000\$000 rs.	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura pública de venda que faz Luis da Silva do Amaral por seu procurador Miguel Francisco da Frota, a mulher deste e filhos José, Maria, Antonio e Florencia, à D. Delfina Telles de Menezes to 000\$000 como abaixo se declara.	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>). Negociantes e moradores em Fortaleza.	
	Comprador/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>). Negociantes e moradores em Fortaleza.	
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Benedicto, preto, 26 annos, casado e sem officio, sua mulher Luisa também preta, de 28 annos de idade, casada e sem officio, e seus filhos Jose de 8 annos de idade, Maria de seis, Antonio de 4 e Florence de dous annos de idade.	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	Testemunhas. <i>Joaquim Franciscoda Costa e Viriato Ferreira Barreto.</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello.	
Valor do	(Em Réis) 3.000	

Sello	
Imposto (Tesouraria)	Cento e oitenta mil réis.
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 21 F e 21 V/ N° da escritura 39
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	03/05/1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: Francisco	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Frederico Teixeira Coutinho / João Brigido dos Santos	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Jabob Cahm	
	Quantia paga pelo escravo: 1:200\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de um escravo de nome Francisco que a Jacob Cahm faz Frederico Teixeira Coutinho por seu procurador João Brigido dos Santos pela quantia de 1: 200\$000. Foram pagos os direitos devidos.	

Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Proprietário e morador no Rio de Janeiro</i> <i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Negociante e morador em Fortaleza</i>
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Francisco, preto, 16 annos de idade, solteiro, sem officio e natural desta freguesia.
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas. Viriato Ferreira Barreto e Justino Francisco Haires(?)</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 2.000 réis</i>
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis.
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 21 V e 22 F/ Nº da escritura 40
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	05/05/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Rachel</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i>	

	Frederico Teixeira Coutinho / João Brigido do Santos
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Antonio Vicente Ribeiro
	Quantia paga pelo escravo: 960\$000
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de uma escrava de nome Rachel, que à Antonio Vicente Ribeiro faz Frederico Teixeira Coutinho por seu procurador João Brigido do Santos pela de 960\$000 rs. Foram pagos os direitos devidos.
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Proprietario e morador no Rio de Janeiro
	Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Negociante e morador em Fortaleza
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Preta, 18 annos de idade, solteira, sem officio, sem filhos, natural desta freguesia.
Matrícula do Escravo	Não há.
Assinaturas	Testemunhas. Viritato Ferreira Barreto e Felipe José de Santiago.
Tabelião	Joaquim Feijó Mello.
Valor do Sello	(Em Réis) 1.000
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, annos de serviço, preso à delegacia).
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 22 a 23 F/ Nº da escritura 41
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	06/05/1871	
Local	Fortaleza	
	Nome do escravo: José	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Viúva Francisca Xavier de Goes; Trajano e Vicente; tutor: Francisco Gonçalves da Rocha/ / Procurador Alexandre Bevilaqua	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Joaquim Ferreira da Silva	
	Quantia paga pelo escravo: 600\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de um escravinho de nome José, que á Joaquim Ferreira da Silva fazem a viúva Francisca Xavier de Goes e seus filhos orphãos Trajano e Vicente por seu tutor devidamente autorizado Francisco Gonçalves da Rocha pela quantia de 600\$000 rs. como abaixo se declara.	
Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).	
	Moradores e criadores de Fortaleza	
	Comprador/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).	
Características do Escravo	Morador e criador de Fortaleza	
	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). José, mulato, de nove para dez anos de idade.	
Matrícula do Escravo	Não há.	
Assinaturas	Testemunhas. Viriato Ferreira Barreto e Pedro Pio Machado.	
Tabelião	Joaquim Feijó Mello.	
Valor do Sello	(Em Réis) 600 réis	

Imposto (Tesouraria)	30 mil réis.
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Procuração bastante feita na freguesia de Soures em Fortaleza no dia 04/05/1871.
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 23 V/ N° da escritura 42
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	08/05/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Thereza</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Felippe Beniciu Maris / Antonio Severino de Vasconcelos & Irmão	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Galdino de Sousa Caminha	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 300\$000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de uma escravinha de nome Thereza que a Galdino de Sousa Caminha faz Felippe Beniciu Mariz por seus procuradores Antonio Severino de Vasconcelos & Irmão pela quantia de 300\$000 rs. como abaixo se declara.	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Lavrador e morador no termo de Missão Velha.</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Agricultor e morador em Imperatriz.</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai</i>	

	depois da compra). Thereza, parda, de oito a nove annos de idade, natural da freguesia das Lavras.
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Viritato Ferreira Barreto e Manoel Francisco Cavalcante.</i>
Tabelião	Joaquim Feijó Mello.
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 400 réis</i>
Imposto (Tesouraria)	30.000 réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> Procuração bastante 03/08/1871, na Vila de Santo Antonio da Barbalha, Comarca do Crato e provincia do Ceará.
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls nº: 24 F a 24 V/ N° da escritura 43
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	08/04/1871	
Local	Cidade de Fortaleza	
	Nome do escravo: Amancio	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): José Antonio Pereira / Francisco Irineu de Araujo	
	Nome do comprador/ procurador (quando houver): Jacob Cahm	
	Quantia paga pelo escravo: 1:000\$000	
	(transcrição integral do cabeçalho) Escritura de venda de um escravo de nome Amancio que á Jacob Cahm faz José Antonio Pereira pela q ^{ta} de 1: 000\$000 rs. como abaixo se declara.	

Dados dos integrantes do registro.	Vendedor/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).
	Proprietario e morador do termo de Baturité.
	Comprador/ procurador (<i>naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras</i>).
	Negociante e morador de Fortaleza
Características do Escravo	((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra). Amancio, preto, 18 annos de idade, solteiro, sem officio e natural do Piauhy.
Matrícula do Escravo	Não há.
Assinaturas	Testemunhas. Viriato Ferreira Barreira e Joaquim Francisco da Costa.
Tabelião	Joaquim Feijó Mello.
Valor do Sello	(Em Réis) 1.000
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis.
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia). Procuração bastante 2/ 5/ 1871, em Baturite.
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls e nº da escritura: 24 V a 25 F/ Nº da escritura 44
Natureza do registro	(escritura de compra e venda)	
Data do registro	09/05/1871	
Local	Fortaleza/ Ce	
	Nome do escravo: Margarida Ignacia e seu f ^o . Affonso	
	Nome do vendedor/ procurador (quando houver): Diogo Jose da Silva	

	<p>Nome do comprador/ procurador (quando houver): Jose Nunes de Mello</p> <p>Quantia paga pelo escravo: 650\$000</p> <p>(transcrição integral do cabeçalho)</p> <p>Escritura de venda dos escravos Margarida Ignácia e seu Fº Affonso que ao C^{el}. Jose Nunes de Mello f pela q^{ta} ambos de 650\$000 rs.</p>
Dados dos integrantes do registro.	<p>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Negociante em Fortaleza.</p> <p>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Empregado público e morador em Fortaleza.</p>
Características do Escravo	<p>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</p> <p>Margarida Ignácia – parda, 35 annos de idade, solteira, sem officio e de um filho desta de nome Affonso – preto, 5 annos de idade e ambos naturais desta freguesia.</p>
Matrícula do Escravo	Não há
Assinaturas	<p>Testemunhas. Veriato Ferreira Barreto Leopoldo Leonel de Alencar</p>
Tabelião	Joaquim Feijó Mello.
Valor do Sello	(Em Réis) 800 réis
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).
<p>Preenchido por: dia / /</p>	

Livro	357	Fls e nº da escritura: 25 F a 25 V/ Nº da escritura 45
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	09/05/1871	
Local	Fortaleza – CE	
	<i>Nome do escravo :Virgelina</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Frederico Teixeira Coutinho / João Brigido dos Santos	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Diogo José da Silva	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 900 \$ 000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de uma escrava de nome Virgelina que á Diogo Jose da Silva faz Frederico Teixeira Coutinho por seu procurador João Brigido dos Santos, pela quantia de 900 \$ 000 como abaixo se declara.	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietário e morador do Rio de Janeiro/ Advogado</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras).</i> <i>Proprietário e morador em Fortaleza</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, ofício, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preta, 14 annos de idade, solteira, sem officio, natural desta freguesia.	
Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>	
Assinaturas	<i>Testemunhas.</i> <i>Veriato Ferreira Barreto e Itrício Nanbal(?) Pamplona</i>	
Tabelião	Joaquim Feijó de Mello	
Valor do Sello	<i>(Em Réis) 1.000</i>	
Imposto (Tesouraria)	Trinta mil réis.	

Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls e nº da escritura: 25 V a 26 F/ Nº da escritura 46
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	10/05/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Rosalina e Francisco</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Frederico Teixeira Coutinho / João Brigido dos Santos	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> José Martins Machado	
	<i>Quantia paga pelo escravo: 1: 700 \$ 000</i>	
	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de dous escravos ao nomes Rosalina e Francisco que á José Martins Machado faz F Coutinho, pela quantia ambos de 1: 700 \$ 000 rs. como abaixo se declara.	
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Proprietario, morador no Rio de Janeiro.</i>	
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Agricultor e morador em Fortaleza.</i>	
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Rosalina – preta, 19 annos de idade, solteira, sem officio, natural desta freguezia. Francisco Xavier – também preto, de 12 annos, sem officio e também natural desta freguezia	

Matrícula do Escravo	<i>Não há.</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas. Veriato Ferreira Barreto Felippe José de Santiago</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Melo.
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> São dois sellos: 1 de 1.000 réis, o outro não dá para decifrar.
Imposto (Tesouraria)	30.000 réis.
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i> A procuração é a mesma da folha 21:
Preenchido por: dia / /	

Livro	357	Fls e nº da escritura: 26 F a 26 V/ Nº da escritura 47
Natureza do registro	<i>(escritura de compra e venda)</i>	
Data do registro	15/05/1871	
Local	Fortaleza	
	<i>Nome do escravo: Vicencia</i>	
	<i>Nome do vendedor/ procurador (quando houver):</i> Menor Diocleciano / Representante do menor: seu pai, Manuel Marrocos Telles	
	<i>Nome do comprador/ procurador (quando houver):</i> Fortunato Luis Gonçalves Vianna.	
	<i>Quantia paga pelo escravo 800 \$000:</i>	

	<i>(transcrição integral do cabeçalho)</i> Escritura de venda de uma escrava de nome Vicencia que á Fortunato Luis Gonçalves Vianna, faz o me representado por seu pai o D ^r . Manuel Marrocos Teles, pela quantia 800\$000 rs. como abaixo se declar
Dados dos integrantes do registro.	<i>Vendedor/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Morador nesta cidade</i>
	<i>Comprador/ procurador (naturalidade, residência, profissão, estado civil, outras). Negociante e Morador nesta cidade</i>
Características do Escravo	<i>((preto, pardo, caboclo, cabra, mulato, fulo) idade, naturalidade, estado civil, officio, se tem filhos, de onde veio e para onde vai depois da compra).</i> Preta, 14 annos, solteira, sem officio, natural da Freguesia dos Inhamuns
Matrícula do Escravo	<i>Não há</i>
Assinaturas	<i>Testemunhas. Veriato Ferreiro Barreto/ Lesko Belmino de Sousa</i>
Tabelião	Joaquim Feijó de Melo
Valor do Sello	<i>(Em Réis)</i> 800 réis
Imposto (Tesouraria)	30 mil réis
Informações Adicionais	<i>Características não demarcadas, locais específicos onde ocorrem as ações, informações casuais sobre proprietários, compradores (possessões) e escravos (se detém autonomia, se reside com seus proprietários, anos de serviço, preso à delegacia).</i>
Preenchido por: Paulo Italo Moreira dia / /	